



GÊNERO, VIOLÊNCIA E ÓDIO ONLINE

CONCEITOS E REPRESENTAÇÕES

RITA BASÍLIO DE SIMÕES

COORD.

iu

O livro *Género, violência e ódio online: conceitos e representações* mapeia um conjunto de conceitos e apresenta uma série de estudos qualitativos contextualmente situados na pandemia de Covid-19, colocando a descoberto as relações intrincadas entre as práticas de comunicação online e as experiências de abuso vividas em diferentes tipos de plataformas digitais. Sem deixar de identificar o potencial das tecnologias digitais na superação do sexismo e da violência estrutural sobre as mulheres, o volume explora evidências do ódio digital e dos comportamentos ofensivos perpetrados em ambiente online, envolvendo a imposição intencional de sofrimento substancial e perpetuando as desigualdades de género. Além de fazer avançar o conhecimento sobre uma problemática ainda pouco estudada em Portugal, o livro oferece importantes contributos para que a investigação académica seja um espaço abrangente de luta pela realização da justiça.



I N V E S T I G A Ç Ã O



EDIÇÃO

Imprensa da Universidade de Coimbra
Email: imprensa@uc.pt
URL: <https://www.uc.pt/imprensa>
Vendas online: <https://livrariadaimprensa.uc.pt>

COORDENAÇÃO EDITORIAL

Imprensa da Universidade de Coimbra

CONCEÇÃO GRÁFICA

Imprensa da Universidade de Coimbra

IMAGEM DA CAPA

Lucas-Lenzi — Unsplash

INFOGRAFIA

Margarida Albino

EXECUÇÃO GRÁFICA

KDP

ISBN

978-989-26-2333-7

ISBN DIGITAL

978-989-26-2334-4

DOI

<https://doi.org/10.14195/978-989-26-2334-4>



Livro financiado por fundos nacionais através da FCT – Fundação para a Ciência e a Tecnologia, I.P., no âmbito do projeto “Violência online contra as mulheres: prevenir e combater a misoginia e a violência em contexto digital a partir da experiência da pandemia de COVID-19” (Gender Research4Covid-19-058)

**GÉNERO,
VIOLÊNCIA
E ÓDIO ONLINE**
CONCEITOS E REPRESENTAÇÕES

RITA BASÍLIO DE SIMÕES
COORD.

I|U

(Página deixada propositadamente em branco)

SUMÁRIO

NOTA PRÉVIA E AGRADECIMENTOS 7

PARTE I – CONCEITOS

Capítulo 1 – Sexismo, ódio virtual e sofrimento real: a violência e a misoginia <i>online</i> à luz dos estudos feministas dos média <i>Rita Basílio de Simões</i>	9
Capítulo 2 – Misoginia, racismo e ódio <i>online</i>: jovens mulheres, resistência e reação <i>Inês Amaral</i>	27
Capítulo 3 – Manosfera, populismo masculinista e pandemia: convergências e declinações digitais da violência do patriarcado em tempos de cuidado e securitização <i>Sofia José Santos e Alexandre de Sousa Carvalho</i>	55
Capítulo 4 – Da fragilidade dos dias: confinamento, contingência e luta em tempos de pandemias <i>Sara Isabel Magalhães</i>	75
Capítulo 5 – #MeToo: potencialidades, limites e desafios na luta contra a violência sexual <i>Júlia Garraio</i>	91

PARTE II – EVIDÊNCIAS

Capítulo 6 – Violência e misoginia *online* durante a pandemia de COVID-19: percepções da sua natureza e consequências para as mulheres em Portugal

Rita Basílio de Simões, Inês Amaral, Juliana Alcantara e Sílvio Santos 113

Capítulo 7 – Tecnologias digitais, violência e ódio *online* aos olhos de figuras públicas

Rita Basílio de Simões, Ana Jorge, Marisa Torres da Silva e Juliana Alcantara 139

Capítulo 8 – Educação, regulamentação e inovação tecnológica: percepções de *stakeholders* da violência *online* contra as mulheres

Inês Amaral e Rita Basílio de Simões 167

Capítulo 9 – Experiências de abuso *online* de mulheres jornalistas e os riscos para o livre exercício da profissão

Juliana Alcantara, Rita Basílio de Simões e Liliana Carona 199

NOTA PRÉVIA E AGRADECIMENTOS

O livro *Género, violência e ódio online: conceitos e representações* teve a sua origem no «Projeto Violência *Online* contra as Mulheres: Prevenir e Combater a Misoginia e a Violência em Contexto Digital a partir da Experiência da Pandemia de Covid-19», de que fui investigadora responsável.

Financiada pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia (Proj. n.058 – Gender Research4Covid-19)¹ e desenvolvida na Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, entre 2020 e 2022, a investigação pretendeu produzir conhecimento sobre a prevalência, a natureza e o impacto da violência *online* contra as mulheres durante a pandemia de COVID-19, que trouxe desafios sem precedentes às sociedades contemporâneas, incluindo no que diz à porosidade da violência *offline* e *online* e ao alcance das políticas para as combater.

Sobretudo durante os períodos de confinamento impostos pela pandemia de COVID-19 – assim decretada em março de 2020 pela Organização Mundial da Saúde (OMS), que a declarou encerrada apenas em maio de 2023² –, as preocupações institucionais com a violência doméstica contra as mulheres intensificaram-se significativamente. Todavia, pouca atenção foi dada ao contexto digital e ao

¹ Financiamento concedido ao abrigo do apoio especial a projetos de investigação sobre o impacto da emergência de saúde provocada pela COVID-19 nas desigualdades de género e violência contra as mulheres e violência doméstica, em articulação com a Secretaria de Estado para a Cidadania e a Igualdade, e com o apoio da Comissão para a Cidadania e a Igualdade de Género.

² Acedido a 3 de maio de 2024, em <https://www.publico.pt/2023/05/05/ciencia/noticia/oms-decretou-fim-pandemia-covid19-2048599>.

modo como poderia estar a favorecer práticas nocivas dirigidas de forma desproporcional contra as mulheres. Paradoxalmente, devido ao aumento da hiperconetividade, os padrões de violência de género intensificaram-se, com a emergência de novas modalidades de ofensas, a par da amplificação do risco de sofrer assédio, perseguições, ataques e ameaças por parte de desconhecidos, conhecidos e parceiros íntimos.

Foram essas dinâmicas preocupantes que o «Projeto Violência *Online* contra as Mulheres» se empenhou em compreender a partir de uma perspetiva comunicacional, impulsionando, ao mesmo tempo, respostas sociais e institucionais na prevenção e no combate a este fenómeno. Ancorado a esse trabalho, este livro oferece uma visão panorâmica das principais áreas de investigação da violência de género e misoginia *online*, a partir de contributos gizados dentro e fora do projeto que foi a sua mola propulsora. Tendo por base as evidências produzidas no quadro da investigação realizada, apresenta e examina, paralelamente, as experiências vividas e as perceções individuais recolhidas através de sessenta e sete entrevistas semiestruturadas em profundidade.

Na investigação, participaram, dispensando anónima e generosamente o seu tempo, mulheres adultas residentes em Portugal sobreviventes de violência *online*, mulheres com visibilidade na paisagem mediática portuguesa, incluindo políticas, jornalistas, *influencers* e artistas, e diferentes tipos de *stakeholders*, entre os quais agentes do sistema de justiça, de instituições governamentais e associações sindicais e ativistas. A todas estas pessoas que partilharam vivências não raro dolorosas e experiências difíceis, a equipa do projeto, e eu em particular, agradece profundamente.

Coimbra, 30 de julho de 2024

Rita Basílio de Simões

**SEXISMO, ÓDIO VIRTUAL E SOFRIMENTO
REAL: A VIOLÊNCIA E A MISOGINIA *ONLINE*
À LUZ DOS ESTUDOS FEMINISTAS DOS MÉDIA
SEXISM, VIRTUAL HATE AND REAL SUFFERING:
ONLINE VIOLENCE AND MISOGYNY IN THE LIGHT
OF FEMINIST MEDIA STUDIES**

Rita Basílio de Simões

Universidade de Coimbra, Centro de Estudos Sociais, Faculdade de Letras

<https://orcid.org/0000-0001-6356-6042>

Resumo: Este capítulo examina a violência e o discurso de ódio misógeno online a partir de um horizonte estruturado pela investigação feminista dos média. Preparando o terreno para as discussões que o livro oferece, mapeia dois domínios fundamentais em que se inscreve a investigação desenvolvida nos últimos anos neste campo e a que estão ancoradas as reflexões e os estudos apresentados no volume. O primeiro desses domínios coincide com o quadro definatório da violência nos espaços digitais e abrange interrogações acerca da natureza dos danos causados, mas também sobre as fronteiras dos ambientes *online* e *offline* e o lugar da tecnologia na reprodução das hierarquias sociais. O segundo centra-se nas oportunidades que a Internet e as tecnologias digitais oferecem de abertura comunicativa, enquanto favorecem o combate à violência de género *online*, que inclui a utilização de plataformas de redes sociais para promover e desenvolver movimentos de resistência contra este tipo de abusos. Depois de discutir estes domínios de atuação à luz da teoria e prática femi-

nista, o capítulo termina com a apresentação do volume, que envolve trabalho orientado para a reflexão e análise das experiências vividas.

Palavras-chave: tecnologias digitais; desigualdade de gênero; violência *online*; misoginia; participação digital.

Abstract: This chapter examines online violence and misogynistic hate speech from a perspective structured by feminist media research. Setting the scene for the discussions that the book offers, it maps out two fundamental domains in which the research carried out in recent years in this field is inscribed and to which the reflections and studies presented in the volume are anchored. The first of these areas is regard with the interpretative framework of violence in online spaces and includes questions about the nature of the damage caused, but also on the boundaries between online and offline environments and the role of technology in the reproduction of social hierarchies. The second focuses on the opportunities that the Internet and digital technologies offer for communicative openness while favouring the fight against online gender violence, which includes the use of social media platforms to promote and develop resistance movements against this type of abuse. After discussing these areas of action in the light of feminist theory and practice, the chapter ends with a presentation of the volume, which involves work oriented towards reflecting on and analysing lived experiences.

Keywords: digital technologies; gender inequality; online violence; misogyny; digital participation.

Introdução

Historicamente, a investigação feminista sobre a violência perpetrada contra as mulheres tem-se ocupado de diversos aspetos deste fenómeno complexo, que não conhece barreiras geográficas, de classe, raça, etnia, religião, idade, nem uma definição universalmente aceite. O denominador comum da diversidade de trabalhos realizados neste contexto é o relevo atribuído à articulação das dinâmicas da violência com a desigual distribuição de poder na sociedade, que a expressão «violência de género» procura precisamente referenciar. Pensada a

partir de uma concepção patriarcal de poder e inscrita no sistema de domínio e opressão dominantes, a violência de gênero resulta da manifestação do poder e controle exercido sobre as mulheres, profundamente enraizada nas estruturas sociais e culturais (Millett, 1970; Brownmiller, 1975; Dworkin, 1981). À medida que essas estruturas foram sendo reconhecidas como produtoras de múltiplas formas de discriminação que se cruzam ou interseccionam, na terminologia de Crenshaw (1991), passou também a ser importante identificar como a posição dos indivíduos na teia de relações sociais afeta a vitimização. O trabalho de hooks (1981), orientando para as experiências de mulheres negras, é ilustrativo desta preocupação.

Ao permitir a amplificação e a disseminação da violência e dos discursos misóginos *online*, bem como ao facilitar a sinalização e o combate em rede que lhes é dirigido, a Internet e as tecnologias digitais atraíram um corpo heterogêneo de estudos e perspectivas, que procura tornar inteligível o papel da tecnologia na reprodução e no combate aos comportamentos ofensivos e na reconfiguração das normas de gênero. O trabalho neste âmbito tem proporcionado a reunião de evidências do preocupante crescimento da violência e do discurso de ódio *online* contra as mulheres (Amnisty Internacional, 2018; Delisle et al., 2019; FRA, 2014; Lewis et al., 2017; Plan International, 2020; Powell et al., 2018). Simultaneamente, tem oferecido propostas de compreensão das dinâmicas e dos impactos destes fenômenos, explorando as possibilidades e as limitações das formas de resistência, das medidas e dos instrumentos de prevenção e de punição (Cuklanz, 2023; Ging & Siapera, 2018, 2019a; Mantilla, 2015; Simões et al., 2023; Vickery & Everbach, 2018). Documentando como o ambiente digital permite tornar a violência de gênero visível, incluindo a violência perpetrada *online* (Banet-Weiser & Miltner, 2016; Mendes et al., 2019), a investigação neste campo tem possibilitado, nomeadamente, identificar o papel das redes de ação conectiva (Bennett & Segerberg, 2012) nos padrões de relações sociais.

Grosso modo interdisciplinar, a investigação sobre violência e misoginia *online* pode conduzir-se essencialmente a duas frentes interrelacionadas de trabalho que este capítulo mapeia. A primeira dessas frentes incide sobre a definição e compreensão destes fenómenos, abrangendo o reconhecimento das tecnologias digitais como facilitadoras de práticas nocivas, e a consideração do ódio *online* como uma extensão da misoginia *offline*. O surgimento e a generalização do ativismo digital centrado nestes comportamentos é outra das frentes aqui discutida, que se interliga com o estudo da natureza e alcance das respostas sociais e institucionais. Além de captar o essencial destes domínios de atuação que a investigação conceptual e empírica reunida no livro também referencia, o capítulo discute as suas implicações para a teoria e prática feminista. O texto termina com a apresentação dos restantes capítulos do volume, dedicados, numa primeira parte, à discussão de conceitos e problemáticas no campo, em rápida evolução, da violência de género e misoginia *online*, e, numa segunda, a um conjunto de estudos conduzidos a partir do recurso a metodologias participativas, que interroga as experiências vividas e perceções individuais destes fenómenos.

O Continuum da Violência: *Offline* e *Online*

O significado geral das ideias e dos argumentos mobilizados pela investigação feminista na construção do quadro definatório da violência contra as mulheres é um território disputado. Trata-se de um fenómeno que referencia qualquer ato de violência baseado no género, que resulte ou possa resultar num dano físico, sexual, psicológico ou em qualquer tipo de sofrimento para as mulheres, e que se interliga com a misoginia, que cria o ambiente cultural e ideológico que normaliza e encoraja a violência. Manne (2017), por exemplo, descreve a misoginia como a forma pela qual as sociedades patriarcais

disciplinam e punem as mulheres que desafiam ou não se conformam com as normas de gênero e que, por isso, poderão encontrar mais ódio e sofrer comportamentos violentos. A ampla tipologia de práticas que podem configurar estes comportamentos – entre as quais, agressões físicas, intimidação, manipulação emocional e ameaças, coerção sexual e violação – tem sido, em todo o caso, situada quer a montante quer a jusante do sistema de hierarquias e privilégios, cujo património de ideias e valores o pensamento feminista tem procurado desocultar. Abrangendo um vasto conjunto de práticas discriminatórias que caracterizam a vida quotidiana, à margem da igualdade que a lei foi reconhecendo, o conceito de «sexismo estrutural» (Bates, 2014) tem permitido enquadrar na desigualdade de gênero o contexto simbólico-expressivo em que ocorrem os comportamentos abusivos e o desprezo pelas mulheres. Estes comportamentos e atitudes são, simultaneamente, um produto dos desequilíbrios de poder baseados no gênero, que inabilitam análises particularizadas da sua incidência como um repertório isolado de casos.

O reconhecimento do caráter de sistematicidade da violência de gênero pode ser reconduzido ao conceito de *continuum* de violência, que Kelly (1987) cunhou para captar a rede de comportamentos negativos rotineiros que as mulheres sofrem por serem mulheres e que tanto envolvem comentários depreciativos como práticas de intimidação ou agressões graves. Da violência praticada por parceiros íntimos (Simões, 2014) ao assédio de rua (Logan, 2015; Simões & Silveirinha, 2019) e violação (Silveirinha et al., 2020), passando pelas microagressões, tais como a sexualização (Sue, 2010) e o *mansplaining* (Solnit, 2014), entendido como uma forma abusiva de condescendência masculina, a violência manifesta-se ao longo da vida e encontra na cultura popular mais ampla ecos múltiplos da sua normalização. Os estudos feministas têm utilizado ou estabelecido como ponto de referência o papel dos média tradicionais no âmbito da produção cultural de imaginários que padronizam comportamentos e forjam identidades normativas. Ao colocar em relevo como os média

sub-representam e constroem de forma problemática as mulheres, reproduzindo papéis tradicionais de género, depreciando ou trivializando as figuras femininas, a tese da «aniquilação simbólica» de Tuchman (1978), por exemplo, tem permitido reconhecer a naturalização das práticas de subordinação através de fluxos de comunicação gerados nos média. O modelo gramsciano (Gramsci, 1971) da hegemonia cultural tem sido importante para explicar a reprodução destes imaginários. O entendimento da ideologia não como prática exclusivamente material, mas como exercício na esfera das crenças e da cultura, isto é, como hegemonia, mostra como as relações sociais, não sendo diretamente impostas, são, ainda assim, mediadas pelas instituições sociais. Neste sentido, os média são vistos como instâncias por meio das quais a legitimação ideológica da ordem social é produzida, pois é através dos média que os grupos dominantes granjeiam a aceitação pública do seu *statu quo*. Isto não significa, porém, que o papel dos média na promoção de espaços discursivos de luta ideológica e de mudança não seja também reconhecido. O campo da produção de notícias sobre crimes sexuais (Cuklanz, 1996; Wykes, 1998) e violência doméstica contra as mulheres (Silveirinha, 2006; Simões, 2014), por exemplo, tem sido especialmente importante para mostrar como os média não apenas refletem, como também constroem, problemas sociais, enquanto criam valores, normas, padrões socioculturais a partir dos quais os públicos moldam visões de si, de quem os rodeia e do próprio mundo.

Mais recentemente, a inclusão das tecnologias digitais na agenda dos estudos feministas, em paralelo com a democratização da Internet, no final da década de 1990, e a emergência dos média sociais na primeira década do século XXI, colocou em evidência o potencial libertador da comunicação em rede, nomeadamente por facilitar a maior participação e representação direta dos indivíduos (Dahlgren, 2009; Jenkins et al., 2013). Todavia, à medida que a investigação de base empírica foi destacando o papel das tecnologias digitais como redes de poder e de desigualdades, foi também a porosidade de

fronteiras entre os ambientes *offline* e *online* que se tornou evidente, permitindo que a violência e o ódio histórico às mulheres encontrassem novas vias de expressão (Williams, 2021).

Numerosos estudos têm demonstrado como o ambiente digital favorece a violência *online* e amplifica a misoginia, que se manifesta de diversas formas, desde atos subtis de exclusão social e discriminação até formas mais evidentes de ameaças violentas. A panóplia de conceitos com os quais a investigação tem trabalhado é, no entanto, muito diversa. «Ódio cibernético de género» (Jane, 2017), «assédio cibernético» (Citron, 2014), «violência facilitada pela tecnologia» (Henry & Powell, 2015), «*trolling* de género» (Mantilla, 2013), «*e-bile*» e «discurso de ódio de género» (Jane, 2017), «violência facilitada pela tecnologia» (Powell & Henry, 2017), «violência *online*» e «abuso *online*» (Amaral et al., 2022; Simões et al., 2022) dão conta da pluralidade de quadros definitórios. Inscrevendo estas práticas na cultura popular contemporânea, alguns estudos utilizam uma noção mais ampla destes comportamentos, explorando a intersecção entre masculinidade e misoginia e destacando o modo como o medo e a agressividade em relação ao feminismo são expressos de forma estruturada e culturalmente enraizada *online* (Banet-Weiser, 2018; Banet-Weiser & Miltner, 2016). Nesta mesma linha, Ging e Siapera (2019b) definem o ódio *online* como uma nova forma de antifeminismo, que se interliga com a *manosfera*, rede *online* de plataformas de média sociais, fóruns, blogues e comunidades que facilitam a disseminação de ideologias misóginas, enquanto proporcionam uma plataforma para a articulação de diversas masculinidades hegemónicas (Salter, 2016). A inteligibilidade destes fenómenos também tem sido construída a partir do recurso ao conceito de *continuum* de violência, enquadrando os comportamentos *online* num entendimento mais profundo das experiências de violência que as mulheres enfrentam na era digital. A violência *online* pode ser vista como uma extensão do *continuum* (Powell et al., 2018; Jane, 2017; Simões et al., 2021a; Simões et al., 2021b; Amaral et al., 2022; Simões et al., 2022), em que

comportamentos aparentemente com pouco significado, tais como comentários ofensivos, podem escalar para ameaças de violência física. O próprio ambiente digital facilita a perpetuação contínua da violência com múltiplas formas de abuso a ocorrer simultaneamente (Harris, 2020; Henry & Powell, 2015; Simões et al., 2022). O efeito de desinibição *online* do discurso que o anonimato digital (Suler, 2004) encoraja é, por si só, uma fonte de potenciais riscos, que ameaçam a qualidade das interações, simplesmente porque as pessoas são menos contidas devido à sensação de invisibilidade e, logo, de impunidade (Lapidot-Lefler & Barak, 2012).

Ação Conectiva: Poder e Resistência

A cultura dos meios de comunicação tradicionais está saturada de tensões e contradições que frequentemente reproduzem e perpetuam hierarquias sociais, reafirmando a legitimidade dos grupos dominantes e dos seus discursos hegemônicos. Contrariamente ao entusiasmo inicial manifestado sobre a emergência das tecnologias digitais e o seu potencial transformador (Haraway, 1991; Plant, 1997), o final do século XX viu surgir perspectivas feministas mais moderadas e cautelosas em relação à promessa libertadora dessas novas tecnologias frente aos média tradicionais. O tecnofeminismo de Wajcman (2004), por exemplo, apresenta uma visão da tecnologia como simultaneamente fonte e efeito das relações de género, destacando a necessidade contínua de desconstrução do patriarcado nas interações mediadas de modo tecnológico.

Nos últimos anos, a investigação feminista tem explorado o impacto social e político de diferentes dimensões da tecnologia. Com frequência revelando a cultura masculina da indústria tecnológica, o trabalho neste campo tem mostrado como género e raça se cruzam nos preconceitos perpetuados pelos algoritmos dos motores de pesquisa (Noble, 2018), nas *affordances* das plataformas de média

sociais (Benjamin, 2019) e, de forma mais ampla, nas práticas de dados (D'Ignazio & Klein, 2020), que nunca são neutros. Simultaneamente, tem sublinhado o caráter não determinístico da tecnologia e das práticas tecnológicas, ainda que estas possam refletir e reforçar as estruturas de poder existentes. Ao introduzir princípios feministas na ciência de dados, D'Ignazio e Klein (2020), por exemplo, salientam a importância de reconhecer os vieses dos dados, das plataformas e dos algoritmos que as governam e, ao mesmo tempo, de considerar o potencial emancipatório das práticas de dados, que devem ser aproveitadas para desafiar os sistemas de opressão e desigualdade.

A sociedade em rede globalizada (Castells, 2010), marcada, nos últimos anos, pelo uso contínuo de tecnologias digitais e por uma mediatização intensa (Hepp et al., 2018), tem gerado oportunidades sem precedentes para o acesso e a participação no espaço público. Modelos inovadores de comunicação e padrões de relações sociais continuam a ser imaginados graças ao potencial participativo (Dahlgren, 2009; Dahlgren & Álvares, 2013) e aos processos de ação conectiva (Bennett & Segerberg, 2012), que se tornaram centrais para a compreensão das dinâmicas de poder e resistência.

Diferentemente das ações coletivas tradicionais, que dependem de estruturas organizacionais centralizadas, a ação conectiva é facilitada por tecnologias digitais que permitem a formação de redes flexíveis e descentralizadas. Essas redes possibilitam a participação individualizada e personalizada, promovendo a colaboração sem a necessidade de uma liderança centralizada (Bennett & Segerberg, 2012). A sua arquitetura possibilita tanto a disseminação rápida de informações quanto o controle sobre o fluxo comunicacional, oferecendo oportunidades para que novos atores surjam no espaço público e reconfigurem as relações de poder. A resistência através da ação conectiva é ilustrada por movimentos que utilizam plataformas digitais para organizar e mobilizar a ação política, cuja eficácia, sendo contestada – com a investigação a oscilar entre o ceticismo (Gladwell, 2010) e o otimismo em relação ao seu potencial para

gerar mobilizações significativas em larga escala (Shirky, 2011) –, tem permitido forjar formas inovadoras de mobilização transnacional.

Baseadas em redes transfronteiriças, as ações conectivas têm o potencial de unir agendas locais, nacionais, regionais e internacionais (Harcourt, 2013), contribuindo para a construção de narrativas e solidariedade global (Tufekci, 2017). Especialmente quando o sistema formal falha, as campanhas em redes sociais sobre temas relacionados com a violência, o sexismo e a desigualdade emergem como espaços de protesto para indivíduos e grupos (Fotopoulou, 2016). Além disso, essas plataformas permitem que vítimas e sobreviventes partilhem experiências pessoais e procurem nas suas interações *online* formas alternativas de justiça, empatia e solidariedade (Keller et al., 2016; Mendes, 2019; Núñez Puente & Fernández Romero, 2019). Ao explorarem as práticas digitais de documentar e falar sobre a violência e o discurso de ódio como forma de desafiar a assim chamada «cultura da violação» e desestabilizar o *statu quo*, Keller et al. (2016) documentam três casos internacionais – o *site* antiassédio Hollaback!, a *hashtag* #BeenRapedNeverReported e o ativismo adolescente no antigo Twitter – geradores de «solidariedade afetiva», a partir de experiências disruptivas que o digital permitiu visibilizar.

As características únicas de horizontalidade, participação, democratização e mistura de estruturas e narrativas *online* e *offline* potenciam uma redefinição das relações e normas de género, oferecendo aos indivíduos a oportunidade de explorarem múltiplos desempenhos identitários e uma sociabilidade positiva e empática. Neste sentido, o poder e os recursos podem, de facto, ser redistribuídos e equilibrados através das redes sociais, à medida que surgem novas formas de expressão política e novas reivindicações de reconhecimento.

Mapa do Livro

O livro *Género, violência e ódio online: conceitos e representações* oferece uma análise interdisciplinar de um conjunto de questões

críticas, assim como uma série de estudos qualitativos que realçam as relações intrincadas entre as práticas de comunicação *online* e as experiências de abuso vividas em diferentes tipos de plataformas digitais. Sem deixar de identificar o potencial das tecnologias digitais na superação do sexismo e da violência estrutural sobre as mulheres, o volume explora quer conceitos quer evidências empíricas das constelações de comportamentos ofensivos perpetrados em ambiente *online*, envolvendo a imposição intencional de sofrimento substancial e perpetuando as desigualdades de gênero.

Incidindo sobre «Conceitos», a primeira parte integra este e mais quatro capítulos dedicados à reflexão crítica sobre as implicações da violência e da misoginia *online*. O Capítulo 2, intitulado «Misoginia, racismo e ódio *online*: Jovens mulheres, resistência e reação», da autoria de Inês Amaral, examina um conjunto de comportamentos opressivos enfrentado por jovens mulheres em ambiente digital. Destacando o papel das tecnologias na perpetuação e amplificação das desigualdades sociais, mas também nas formas de resistência a essas mesmas desigualdades, a autora discute uma panóplia de conceitos indissociáveis da misoginia histórica, tais como *body shaming*, *misogynoir*, *gaslighting*, lesbofobia, bifobia e transfobia, cuja compreensão se situa como instrumental para construir um ambiente digital seguro e inclusivo.

Designado «Manosfera, populismo masculinista e pandemia: convergências e declinações digitais da violência do patriarcado em tempos de cuidado e securitização», o Capítulo 3 analisa criticamente as formas como a pandemia de COVID-19 foi usada para legitimar e amplificar as agendas misóginas do populismo masculinista e da manosfera. Ancorada a uma perspetiva feminista, a reflexão de Sofia José Santos e Alexandre de Sousa Carvalho inspeciona a violência e o ódio *online* a partir da lente das masculinidades, colocando em destaque como as expressões do patriarcado se reforçaram mutuamente durante a crise de saúde pública, facilitando a propagação e legitimação da violência *online* contra as mulheres.

O Capítulo 4, de Sara Isabel Magalhães, apresenta uma discussão dos impactos da pandemia de COVID-19 nas considerações sobre violência de género. No texto «Da fragilidade dos dias: confinamento, contingência e luta em tempos de pandemias», a autora utiliza uma perspetiva feminista crítica interseccional para examinar como as restrições impostas pela pandemia exacerbaram as desigualdades de género, acentuando fragilidades e criando desafios para a luta feminista contra a violência de género.

O último capítulo da primeira parte, intitulado «#MeToo: potencialidades, limites e desafios na luta contra a violência sexual», da autoria de Júlia Garraio, explora as complexidades e as dinâmicas sociais geradas pelo #MeToo, destacando as suas origens, as suas conquistas e limitações, bem como as suas repercussões específicas no contexto português. A autora oferece uma análise crítica das hierarquias de poder inerentes às práticas discursivas e sociais do movimento, abordando os seus impactos e discutindo a mediação e as respostas institucionais ao fenómeno.

A segunda parte do volume é dedicada a «Evidências» e reúne um conjunto de investigações empiricamente orientadas para as experiências individuais, pessoais e profissionais, de diferentes perfis de pessoas. São as perceções de quase sete dezenas de participantes que são examinadas e discutidas a partir de estudos parcelares centrados em ângulos diversos, explorando abordagens relevantes a partir dos pontos de vista de vítimas, sobreviventes, testemunhas e atores que se movem no terreno.

Ao enfatizar a importância da inclusão e da representatividade, a investigação feminista tem direcionado a atenção para as metodologias participativas, com o objetivo de integrar as vivências de indivíduos e grupos historicamente marginalizados pelo conhecimento académico na produção científica. Ao adotar este enfoque, os estudos apresentados incentivam uma reflexão sobre as forças e vulnerabilidades do quadro definatório e das respostas vigentes a partir das perspetivas das pessoas diretamente afetadas. Ao mesmo tempo, evidenciam como

as práticas de violência, as experiências de vitimização e as políticas para combater os abusos devem ser compreendidas considerando não apenas a inseparabilidade dos ambientes *online* e *offline*, mas também um pensamento renovado sobre participação, autonomia e identidade no espaço público.

O Capítulo 6, intitulado «Violência e misoginia *online* durante a pandemia de COVID-19: percepções da sua natureza e consequências para as mulheres em Portugal», da autoria de Rita Basílio de Simões, Inês Amaral, Juliana Alcantara e Sílvio Santos, é o primeiro texto da segunda parte do livro e centra-se empiricamente em entrevistas com mulheres vítimas e sobreviventes de violência *online* para construir um quadro interpretativo deste fenómeno. Tendo por base entrevistas semiestruturadas com mulheres residentes em Portugal que se assumiram como vítimas e/ou sobreviventes, o estudo identifica, a partir dos seus relatos, dez modalidades de violência *online*, cujos impactos significativos se estendem do ambiente *online* ao *offline*, sublinhando a necessidade urgente de construção de um quadro normativo e regulatório eficaz para enfrentar a violência digital.

O Capítulo 7 incide sobre as percepções de mulheres portuguesas com visibilidade pública sobre o papel das tecnologias digitais na violência e no ódio *online* durante a pandemia de COVID-19. O estudo intitulado «Tecnologias digitais, violência e ódio *online* aos olhos de figuras públicas», de Rita Basílio de Simões, Ana Jorge, Marisa Torres da Silva e Juliana Alcantara, revela que as tecnologias fomentaram práticas de intimidação e humilhação, pretendendo silenciar e limitar a participação das figuras públicas femininas na esfera pública, e destaca os efeitos prejudiciais dessas práticas na vida pessoal e profissional das entrevistadas, mas também, e sobretudo, as suas implicações para os direitos das mulheres e para a vida democrática.

O capítulo seguinte, denominado «Educação, regulamentação e inovação tecnológica: percepções de *stakeholders* da violência *online* contra as mulheres» investiga as percepções de *stakeholders* portugueses, incluindo ativistas, agentes do sistema jurídico, representantes de

associações de apoio a vítimas e organizações não governamentais, sobre a natureza, prevalência e impactos da violência *online* contra as mulheres, assim como as respostas sociais e institucionais adequadas para a enfrentar. Partindo igualmente de uma abordagem qualitativa, o estudo, de Inês Amaral e Rita Basílio de Simões, evidencia a necessidade urgente de atualizar os quadros legais e promover a literacia digital. As autoras sublinham a importância de reconhecer a violência *online* como uma extensão da violência *offline* e de desenvolver respostas que considerem a complexidade das dinâmicas digitais.

Por fim, o Capítulo 9, discute as percepções de mulheres jornalistas no ativo durante a pandemia de COVID-19 sobre a natureza e os impactos da violência *online*, bem como as formas adequadas de a combater. Designado «Experiências de abuso *online* de mulheres jornalistas e os riscos para o livre exercício da profissão», o estudo, de Juliana Alcantara, Rita Basílio de Simões e Liliana Carona, coloca em evidência como a violência digital e o discurso de ódio *online* se manifestam de forma recorrente e «genderizada», servindo como ferramentas de silenciamento das profissionais. A investigação destaca como essas práticas não enfraquecem apenas a presença das mulheres no jornalismo, como também ameaçam os valores democráticos e a pluralidade de perspetivas no espaço público.

Explorando abordagens críticas sobre as dinâmicas do poder dentro e entre várias plataformas e experiências vividas, bem como sobre o duplo potencial dos média para favorecer a imposição de sofrimento e auxiliar as vítimas e sobreviventes na procura de reparação, este livro oferece um contributo significativo para uma compreensão mais profunda de uma problemática ainda pouco estudada, sobretudo em Portugal. Coletivamente, os capítulos fazem avançar eixos do conhecimento estruturado no âmbito dos estudos feministas e de género, dos estudos críticos da Internet, da investigação dos média digitais, da teoria social crítica, da criminologia, das políticas públicas. O volume coloca em relevo a importância de gerar dados empíricos sistemáticos sobre a proliferação, representação e receção

da violência e do ódio *online*, que frequentemente se sobrepõem, lançando sementes para que a investigação acadêmica seja um espaço abrangente de luta pela realização da justiça.

Referências Bibliográficas

- Amaral, I., Simões, R., & Poleac, G. (2022). Technology gap and other tensions in social support and legal procedures: stakeholders' perceptions of online violence against women during the Covid-19 pandemic. *El Profesional de la Información*, 31(4). <https://doi.org/10.3145/epi.2022.jul.13>
- Amnesty International (2018, 21 de março). *Toxic Twitter – Triggers of Violence and Abuse Against Women on Twitter*. <https://www.amnesty.org/en/latest/research/2018/03/online-violence-against-women-chapter-1/#topanchor>
- Banet-Weiser, S. (2018). *Empowered: Popular Feminism and Popular Misogyny*. Duke University Press. <https://doi.org/10.2307/j.ctv11316rx>
- Banet-Weiser, S., & Miltner, K. (2016). #MasculinitySoFragile: Culture, Structure and Networked Misogyny. *Feminist Media Studies*, 16(1), 171-174. <https://doi.org/10.1080/14680777.2016.1120490>
- Bates, L. (2014). *Everyday Sexism*. Simon & Schuster.
- Benjamin, R. (2019). *Race After Technology: Abolitionist Tools for the New Jim Code*. Polity Press.
- Bennett, W., & Segerberg, A. (2012). *The Logic of Connective Action: Digital Media and the Personalization of Contentious Politics*. Cambridge University Press. <https://doi.org/10.1017/CBO9781139198752>
- Brownmiller, S. (1975). *Against Our Will: Men, Women, and Rape*. Simon and Schuster.
- Castells, M. (2010). *The Rise of the Network Society*. Wiley-Blackwell.
- Citron, D. (2014). *Hate Crimes in Cyberspace*. Harvard University Press.
- Crenshaw, K. (1991). Mapping the Margins: Intersectionality, Identity Politics, and Violence against Women of Color. *Stanford Law Review*, 43(6), 1241-1299. <https://doi.org/10.2307/1229039>
- Cuklanz, L. (Ed.) (2023). *Gender Violence, Social Media and Online Environments: When the Virtual Becomes Real*. Routledge.
- Cuklanz, L. (1996). *Rape on Trial: How the Mass Media Construct Legal Reform and Social Change*. University of Pennsylvania Press.
- Dahlgren, P. (2009). *Media and Political Engagement: Citizens, Communication and Democracy*. Cambridge University Press.
- Dahlgren, P., & Álvares, C. (2013). *The Political Web: Media, Participation and Alternative Democracy*. Palgrave Macmillan.
- Delisle, L., Kalaitzis, A., Majewski, K., de Berker, A., Marin, M., & Cornebise, J. (2019). *A large scale crowdsourced analysis of abuse against women journalists and politicians on Twitter*. arXiv preprint arXiv:1902.03093 [cs.SI]. <https://doi.org/10.48550/arXiv.1902.03093>
- D'Ignazio, C., & Klein, L. F. (2020). *Data Feminism*. MIT Press.

- Dworkin, A. (1981). *Pornography: Men Possessing Women*. Putnam.
- Fotopoulou, A. (2016). *Feminist Activism and Digital Networks: Between Empowerment and Vulnerability*. Palgrave Macmillan.
- FRA. (2014). *Violence against women: an EU-wide survey*. https://fra.europa.eu/sites/default/files/fra_uploads/fra-2014-vaw-survey-main-results-apr14_en.pdf
- Ging, D., & Siapera, E. (Eds.) (2019a). *Gender Hate Online: Understanding the New Anti-Feminism*. Palgrave Macmillan.
- Ging, D., & Siapera, E. (2019b). Introduction. In D. Ging, & E. Siapera (Eds.), *Gender Hate Online: Understanding the New Anti-Feminism* (pp. 1-17). Palgrave Macmillan.
- Ging, D., & Siapera, E. (Eds.) (2018). Special issue on online misogyny. *Feminist Media Studies*, 18(4), 515-524. <https://doi.org/10.1080/14680777.2018.1447345>
- Gladwell, M. (2010, 27 de setembro). Small Change: Why the Revolution Will Not Be Tweeted. *The New Yorker*. <https://www.newyorker.com/magazine/2010/10/04/small-change-malcolm-gladwell>
- Gramsci, A. (1971). *Selections from the Prison Notebooks*. International Publishers.
- Haraway, D. (1991). *Simians, Cyborgs, and Women: The Reinvention of Nature*. Routledge.
- Harcourt, W. (2013). *Body Politics in Development: Critical Debates in Gender and Development*. Zed Books.
- Harris, B. (2020). Technology and Violence Against Women. In S. Walklate, K. Fitz-Gibbon, J. Maher, & J. McCulloch (Eds.), *The Emerald Handbook of Feminism, Criminology, and Social Change* (pp. 317-336). Emerald Publishing. <https://doi.org/10.1108/9781787699557>
- Henry, N., & Powell, A. (2015). Beyond the «sext»: Technology-facilitated sexual violence and harassment against adult women. *Australian & New Zealand Journal of Criminology*, 48(1), 104-118. <https://doi.org/10.1177/0004865814524218>
- Hepp, A., Hjarvard, S., & Lundby, K. (2018). *Mediatization: Concept, Changes, Consequences*. Peter Lang. <https://doi.org/10.7202/1013062ar>
- hooks, b. (1981). *Ain't I a Woman? Black Women and Feminism*. South End Press.
- Jenkins, H., Ford, S., & Green, J. (2013). *Spreadable Media: Creating Value and Meaning in a Networked Culture*. New York University Press.
- Jane, E. (2017). *Misogyny Online: A Short (and Brutish) History*. SAGE Publications. <https://doi.org/10.4135/9781473916029>
- Keller, J., Mendes, K., & Ringrose, J. (2016). Speaking «unspeakable things»: Documenting digital feminist responses to rape culture. *Journal of Gender Studies*, 27(1), 22-36. <https://doi.org/10.1080/09589236.2016.1211511>
- Kelly, L. (1987). The Continuum of Sexual Violence. In J. Hanmer, & M. Maynard (Eds.), *Women, Violence, and Social Control* (pp. 46-60). Macmillan.
- Lapidot-Lefler, N., & Barak, A. (2012). Effects of anonymity, invisibility, and lack of eye-contact on toxic online disinhibition. *Computers in Human Behavior*, 28(2), 434-443. <https://doi.org/10.1016/j.chb.2011.10.014>
- Lewis, R., Rowe, M., & Wiper, C. (2017). Online abuse of feminists as an emerging form of violence against women and girls. *British Journal of Criminology*, 58(3), 515-534. <https://doi.org/10.1093/bjc/azw073>
- Logan, L. (2015). Street Harassment: Current and Promising Avenues for Researchers and Activists. *Sociology Compass*, 9(3), 196-211. <https://doi.org/10.1111/soc4.12248>

- Manne, K. (2017). *Down Girl: The Logic of Misogyny*. Oxford: Oxford University Press. <https://doi.org/10.1093/oso/9780190604981.001.0001>
- Mantilla, K. (2015). *Gendertrolling: How Misogyny Went Viral*. Santa Barbara: Praeger. <https://doi.org/10.5040/9798400656026>
- Mantilla, K. (2013). Gendertrolling: Misogyny Adapts to New Media. *Feminist Studies*, 39(2), 563-570. <http://www.jstor.org/stable/23719068>
- Mendes, K., Ringrose, J., & Keller, J. (2019). *Digital Feminist Activism: Girls and Women Fight Back Against Rape Culture*. Oxford University Press. <https://doi.org/10.1093/oso/9780190697846.001.0001>
- Millett, K. (1970). *Sexual Politics*. Doubleday.
- Noble, S. (2018). *Algorithms of Oppression: How Search Engines Reinforce Racism*. NYU Press. <https://doi.org/10.18574/nyu/9781479833641.001.0001>
- Núñez Puente, S., & Fernández Romero, D. (2019). Posverdad y victimización en Twitter ante el caso de La Manada: propuesta de un marco analítico a partir del testimonio ético. *Investigaciones Feministas*, 10(2), 385-398. <https://dx.doi.org/10.5209/infe.66501>
- Plan International (2020). The State of the World's Girls 2020: Free to Be Online?. <https://plan-international.org/publications/free-to-be-online/>
- Plant, S. (1997). *Zeros + Ones: Digital Women + The New Technoculture*. Fourth Estate.
- Powell, A., & Henry, N. (2017). *Sexual Violence in a Digital Age*. Palgrave Macmillan. <https://doi.org/10.1057/978-1-137-58047-4>
- Powell, A., Henry, N., & Flynn, A. (2018). Technology-Facilitated Gender-Based Violence: What Is It and How Do We Measure It? *Violence Against Women*, 24(11), 1367-1387. <https://www.icrw.org/publications/technology-facilitated-gender-based-violence-what-is-it-and-how-do-we-measure-it/>
- Salter, M. (2016). *Crime, Justice and Social Media*. Routledge. <https://doi.org/10.4324/9781315687742>
- Shirky, C. (2011). *Cognitive Surplus: How Technology Makes Consumers into Collaborators*. Penguin Press.
- Silveirinha, M. (2006). Obliterando o «Político»: O «Pessoal» no Espaço Público Mediatizado. *ex aequo*, 14, 67-92.
- Silveirinha, M., Simões, R., & Filgueiras, T. (2020). Him too? Cristiano Ronaldo and the news coverage of a rape case allegation. *Journalism Practice*, 14(2), 208-224. <https://doi.org/10.1080/17512786.2019.1693279>
- Simões, R. (2014). Do «pessoal ao político»: Tensões, paradoxos e implicações da mediatização da violência contra as mulheres em Portugal. *Media & Jornalismo*, 25(14), 33-51.
- Simões, R., & Silveirinha, M. (2019). Framing street harassment: legal developments and popular misogyny in social media. *Feminist Media Studies*, 22(3), 621-637. <https://doi.org/10.1080/14680777.2019.1704816>
- Simões, R., Alcantara, J., & Carona, L. (2021a). Online abuse against female journalists: a scoping review. In F. Martínez-Cano, N. Cuenca Orellana, & M. Rodríguez Pérez (Eds.), *Aproximaciones poliédricas a la diversidad de género. Comunicación, educación, historia y sexualidades* (pp. 357-369). Madrid: Fragua.
- Simões, R., Amaral, I., & Núñez Puente, S. (Eds.) (2023). Discurso de ódio misógino: representações, impactos e intervenções. *ex aequo*, 48. <https://doi.org/10.22355/exaequo.2023.48.00>

- Simões, R., Amaral, I., & Santos, S. (2021b). The new feminist frontier on community-based learning: popular feminism, online misogyny, and toxic masculinities. *European Journal for Research on the Education and Learning of Adults*, 12(2), 165-177. <http://doi.org/10.3384/rela.2000-7426.3359>
- Simões, R., Amaral, I., Santos, S., & Alcantara, J. (2022). Violência online contra as mulheres: Relatos a partir da experiência da pandemia de COVID-19. *Comunicação e Sociedade*, 42, 179-203. [http://doi.org/10.17231/comsoc.42\(2022\).3981](http://doi.org/10.17231/comsoc.42(2022).3981)
- Solnit, R. (2014). *Men Explain Things to Me*. Haymarket Books.
- Sue, D. (2010). *Microaggressions in everyday life: Race, gender, and sexual orientation*. Wiley.
- Suler, J. (2004). The online disinhibition effect. *Cyberpsychology & Behavior*, 7(3), 321-326. <http://doi.org/10.1089/1094931041291295>
- Tuchman, G. (1978). The Symbolic Annihilation of Women by the Mass Media. In G. Tuchman, A. Daniels, & J. Benét (Eds.). *Hearth and Home: Images of Women in the Mass Media* (pp. 3-38). Oxford University Press.
- Tufekci, Z. (2017). *Twitter and Tear Gas: The Power and Fragility of Networked Protest*. Yale University Press.
- Vickery, J., & Everbach, T. (Eds.) (2018). *Mediating misogyny: Gender, technology, and harassment*. Palgrave. <http://dx.doi.org/10.1007/978-3-319-72917-6>
- Wajcman, J. (2004). *TechnoFeminism*. Polity Press.
- Williams, M. (2021). *The science of hate: how prejudice becomes hate and what we can do to stop it*. Faber & Faber.
- Wykes, M. (1998). A familiar affair: The British Press, Sex and the West. In C. Carter, G. Branston, & S. Allan (Eds.), *News, Gender and Power* (pp. 233-247). Routledge.

**MISOGINIA, RACISMO E ÓDIO *ONLINE*:
JOVENS MULHERES, RESISTÊNCIA E REAÇÃO**

**MISOGYNY, RACISM AND HATE ONLINE:
YOUNG WOMEN, RESISTANCE AND REACTION**

Inês Amaral

Universidade de Coimbra, Centro de Estudos Sociais, Faculdade de Letras

<https://orcid.org/0000-0003-4929-4866>

Resumo: O capítulo aborda a complexidade das opressões enfrentadas por jovens mulheres no ambiente digital, destacando como a misoginia, o racismo e o ódio *online* perpetuam e amplificam desigualdades sociais. Explora a misoginia *online* através de comentários humilhantes, ameaças de violência sexual e *body shaming*, afetando a dignidade das mulheres. As jovens de minorias racializadas enfrentam discriminação dupla, resultando em abusos específicos, como a *misoginoir*. A normalização dessas formas de ódio é facilitada pela manosphere, anonimato *online* e falta de regulação. Destaca-se a resiliência das mulheres e estratégias de resistência, como criação de espaços seguros, ativismo digital e advocacia por políticas rigorosas.

Palavras-chave: desigualdade de género; violência *online*; discriminação; resistência; narrativas feministas.

Resume: The chapter addresses the complexity of oppressions faced by young women in the digital environment, highlighting how misogyny, racism and online hate perpetuate and amplify social inequalities. It explores online misogyny through humiliating comments, threats of sexual violence and body shaming, affecting women's dignity. Young

women from ethnic minorities face double discrimination, resulting in specific abuses such as misogyny. The normalization of these forms of hatred is facilitated by the manosphere, online anonymity and lack of regulation. It highlights women's resilience and resistance strategies, such as creating safe spaces, digital activism and advocacy for strict policies.

Keywords: gender inequality; online violence; discrimination; resistance; feminist narratives.

Introdução

A utilização da Internet pelos jovens tem-se revelado um fenómeno omnipresente, com implicações profundas nas suas vidas sociais, educacionais e emocionais. Estudos indicam que a maioria dos jovens acede à Internet diariamente, utilizando-a para uma variedade de atividades, desde o entretenimento e socialização até à realização de trabalhos escolares e a procura de informação (Rideout et al., 2010). Este uso intensivo da Internet também está associado ao desenvolvimento de competências digitais críticas, essenciais para a participação ativa na sociedade contemporânea (Livingstone, 2009). No entanto, a exposição contínua a conteúdos potencialmente nocivos, como o cyberbullying e o discurso de ódio, pode ter consequências negativas significativas na saúde mental e no bem-estar dos jovens (Patchin & Hinduja, 2010).

As jovens utilizam a Internet não apenas como uma ferramenta de comunicação e entretenimento, mas também como uma plataforma para o ativismo e a autoexpressão. As redes sociais têm permitido que as jovens se organizem e mobilizem em torno de questões cruciais como os direitos sexuais e reprodutivos, as alterações climáticas e a igualdade de género (Banet-Weiser, 2018). Movimentos como #MeToo e #FridaysForFuture exemplificam como as jovens têm utilizado estas plataformas para amplificar as suas vozes e promover mudanças

sociais significativas (Fileborn & Loney-Howes, 2019). As jovens têm estado na linha da frente de causas emergentes como as alterações climáticas e os direitos sexuais e reprodutivos. Greta Thunberg é um exemplo proeminente de uma jovem ativista que utiliza as redes sociais para mobilizar milhões em torno da ação climática (Fisher, 2019). Da mesma forma, campanhas como #MyBodyMyChoice têm sido fundamentais na luta pelos direitos reprodutivos, demonstrando o poder das plataformas digitais para promover mudanças sociais significativas.

No entanto, a mesma infraestrutura que possibilita estas conexões e o empoderamento também é um terreno fértil para formas de opressão profundamente enraizadas, como a misoginia, o racismo e o ódio *online*. A misoginia *online* manifesta-se de diversas formas, desde comentários humilhantes e ameaças de violência sexual até à disseminação de conteúdo misógeno que reforça estereótipos e desigualdades de género (Jane, 2017). As jovens de minorias raciais e étnicas enfrentam camadas adicionais de discriminação e ódio, resultando numa experiência interseccional de opressão que combina sexismo e racismo (Noble, 2018).

O discurso de ódio, a misoginia e o racismo são exemplos de extremismo violento que se espalha nas plataformas *online* e é apresentado como contranarrativa aos sistemas democráticos. Discursos e comportamentos tóxicos são propagados pela Internet, promovendo o *othering* (Lumsden & Harmer, 2019), baseado na ideia de que discriminação e assédio são formas legítimas de liberdade de expressão. Este ambiente hostil desafia a ideia de que a Internet é um espaço democrático e igualitário, destacando a necessidade de uma análise crítica e intervenções eficazes.

Este capítulo aborda os impactos destas práticas de violência *online* contra as mulheres na sociedade contemporânea e a resistência e a reação destas às novas formas de opressão digitais. Ao analisar estratégias de resiliência como a criação de espaços seguros, o ativismo digital e a educação, procuramos compreender como as jovens

navegam contra a maré de misoginia, racismo e ódio *online*. Exploramos, ainda, as contranarrativas ancoradas ao sistema heteropatriarcal. Neste sentido, este capítulo ambiciona contribuir para a literatura sobre gênero e tecnologia ao explorar as formas de resistência das jovens à misoginia, racismo, diferentes formas de opressão e ódio *online*, sem esquecer o fenômeno de normalização e a reação antifeminista que procura estender as dinâmicas de poder genderizado à Internet, opondo-se à equidade e justiça social.

Desigualdades Amplificadas: Misoginia *Online*

A misoginia *online* refere-se a atitudes e comportamentos que desprezam, hostilizam ou discriminam mulheres na Internet. Estes comportamentos variam desde comentários depreciativos e piadas de mau gosto até ameaças de violência sexual e assédio persistente. A Internet, enquanto espaço de interação social, reflete as dinâmicas de poder e as desigualdades presentes na sociedade *offline*. A misoginia *online* é uma extensão do sexismo *offline*, refletindo e amplificando preconceitos já existentes na sociedade (Jane, 2017). O discurso de ódio e os ataques verbais são formas de misoginia que envolvem a utilização de linguagem degradante e abusiva para humilhar e menosprezar as mulheres. Estes ataques incluem insultos baseados no gênero, ofensas misóginas e declarações de ódio que visam minar a dignidade das mulheres (Amaral & Simões, 2021). Citron (2014) observa que o discurso de ódio *online* não só reflete preconceitos sociais existentes, mas também os amplifica, criando um ambiente de hostilidade e medo.

Um dos tipos mais comuns e perturbadores de misoginia *online* é o assédio sexual, que inclui comentários obscenos, avanços sexuais indesejados e ameaças explícitas de violência sexual. Este tipo de assédio pretende intimidar e silenciar as mulheres, criando um ambiente hostil que limita a sua plena participação em

espaços digitais. Ameaças de violência são frequentemente explícitas e detalhadas, aumentando o medo e a insegurança das vítimas (Jane, 2017). De acordo com Duggan (2014), 26% das mulheres entre os 18 e os 24 anos relataram ter sido alvo de *stalking* ou assédio sexual na Internet. Este assédio é particularmente prejudicial porque cria um ambiente de intimidação constante, em que as vítimas se sentem vulneráveis e expostas (Duggan, 2014). O impacto do assédio sexual *online* vai além do imediatismo da ameaça. A literatura científica tem mostrado que as mulheres que sofrem este tipo de abuso enfrentam consequências psicológicas severas, incluindo ansiedade, depressão e transtorno de *stress* pós-traumático (Henry & Powell, 2015). A frequência e a gravidade do assédio podem levar à autocensura, na qual as vítimas reduzem a sua atividade *online* para evitar novos ataques, resultando numa perda significativa de voz e visibilidade nas plataformas digitais (Citron, 2014).

O *body shaming* é outra forma prevalente de misoginia *online*, que envolve a crítica ou a humilhação de mulheres com base na sua aparência física. Comentários depreciativos sobre o peso, a forma do corpo, a aparência facial e outras características físicas são comuns nas redes sociais e fóruns. Esta forma de assédio não só afeta a autoestima e a saúde mental das mulheres, como também perpetua ideais de beleza tóxicos e excludentes (Nussbaum, 2012). A cultura do *body shaming online* é frequentemente exacerbada por imagens e mensagens que promovem padrões de beleza irreais, pressionando as mulheres a conformarem-se com normas estéticas rígidas e muitas vezes inatingíveis (Wolf, 2013). A jovem portuguesa Sofia Oliveira, influenciadora e modelo, tem partilhado as suas experiências de *body shaming* nas redes sociais, discutindo o impacto negativo desse comportamento na sua autoestima e saúde mental. A crítica constante à aparência física pode levar a graves consequências psicológicas, como distúrbios alimentares, depressão e baixa autoestima (Tiggemann & Slater, 2014). O *body shaming* cria um ambiente de julgamento e vigilância constante, em que as mulheres sentem que

o seu valor é constantemente avaliado com base na sua aparência. Esta pressão pode ser particularmente intensa para as jovens e as adolescentes, que são mais vulneráveis às mensagens dos média sobre o corpo e a beleza (Perloff, 2014). A Internet amplifica essa pressão ao proporcionar uma plataforma para críticas e julgamentos incessantes, exacerbando os impactos negativos do *body shaming* na saúde mental das mulheres.

O silenciamento e o *gaslighting* são estratégias utilizadas para desacreditar e desestabilizar as mulheres, frequentemente em discussões políticas ou sociais. Estas táticas incluem a negação da experiência das mulheres, a manipulação da verdade para as fazer duvidar de si mesmas e a desvalorização das suas opiniões (Mantilla, 2013). O silenciamento é uma forma de abuso psicológico que pretende minar a confiança das mulheres nas suas próprias perceções e experiências, levando-as a questionar a sua sanidade e validade das suas emoções. O *trolling* organizado envolve grupos de indivíduos que coordenam ataques contra mulheres em plataformas digitais. Estes *trolls* utilizam táticas de assédio persistente, discursos de ódio e campanhas de difamação para intimidar e silenciar as suas vítimas. Phillips (2015) observa que o *trolling* organizado pode ter um impacto devastador na vida das mulheres, criando um ambiente digital tóxico que desincentiva a sua participação ativa. O *trolling* organizado é frequentemente caracterizado por uma coordenação meticulosa, em que os agressores planeiam e executam ataques em massa para maximizar o impacto e a visibilidade do assédio. A intensidade e persistência do *trolling* podem levar as vítimas a abandonar as plataformas digitais, resultando numa perda de voz e presença *online*. Exemplos concretos de *trolling* organizado incluem ataques coordenados contra figuras feministas proeminentes, como a *youtuber* portuguesa Mariana Gomes, que tem enfrentado campanhas de difamação devido ao seu conteúdo sobre igualdade de género e direitos das mulheres.

Misoginoir: O Racismo Misógeno na Era Digital

A intersecção da misoginia com o racismo agrava significativamente a experiência de muitas jovens, particularmente aquelas que pertencem a minorias étnicas e raciais. O conceito de interseccionalidade (Crenshaw, 1989) é fundamental para entender como diferentes sistemas de opressão se sobrepõem, criando uma rede complexa de discriminação e desvantagens. Jovens negras, por exemplo, não enfrentam apenas a misoginia, mas também o racismo, resultando numa forma específica de violência de gênero conhecida como *misoginoir* (Bailey, 2021). Este termo descreve a intersecção única de racismo e sexismo que afeta as jovens negras, intensificando a marginalização e os abusos que enfrentam (Bailey, 2021).

A *misoginoir* é particularmente visível em espaços digitais, nos quais as jovens negras são frequentemente alvo de abusos múltiplos e simultâneos. Estes abusos incluem ataques raciais e sexistas que querem minar a sua autoestima, silenciá-las e marginalizá-las ainda mais. A literatura mostra que as jovens negras enfrentam uma intensidade e frequência de ataques *online* significativamente maiores do que as suas contrapartes brancas (Noble, 2018). Estes ataques, frequentemente, envolvem estereótipos racistas e sexistas que desumanizam e desvalorizam as jovens negras, reforçando estruturas de poder opressivas que existem tanto *online* quanto *offline* (Collins, 2000). A artista portuguesa Grada Kilomba tem sofrido várias situações de ataques racistas e sexistas *online*, sendo alvo de insultos e ameaças devido ao seu trabalho sobre a intersecção de raça e gênero.

A natureza interseccional do abuso digital contra jovens negras significa que estas experiências não podem ser plenamente compreendidas ou abordadas se vistas apenas através das lentes da misoginia ou do racismo de forma isolada. No contexto digital, esta intersecção é exacerbada, com as jovens negras frequentemente sendo alvo de múltiplos e simultâneos ataques raciais e sexistas. Estes abusos *online* incluem insultos racistas e sexistas, ameaças de

violência e campanhas coordenadas de ódio destinadas a silenciá-las e descredibilizá-las. A discriminação algorítmica em motores de busca e plataformas sociais também contribui para a perpetuação desses estereótipos negativos, amplificando a visibilidade do abuso e tornando-o ainda mais pernicioso (Noble, 2018).

A interseccionalidade das opressões que as jovens negras enfrentam é ampliada pela visibilidade pública nas redes sociais. Personalidades públicas negras, como as ativistas feministas e políticas, tornam-se alvos de campanhas coordenadas de ódio que pretendem desacreditá-las e intimidá-las (Brock, 2018). Estas campanhas não só atacam a sua integridade pessoal, mas também tentam deslegitimar as suas causas e silenciar vozes dissidentes. Um exemplo disso é a ativista e autora Patrisse Cullors, cofundadora do movimento Black Lives Matter, que tem sido alvo de intensas campanhas de ódio *online* devido ao seu ativismo (Jackson et al., 2020).

Redes de Ódio: Xenofobia e Preconceito Étnico no Mundo Digital

A intersecção entre misoginia e preconceito étnico é particularmente visível nas experiências das jovens ciganas, que enfrentam uma combinação única e devastadora de discriminação baseada no género e na etnia. As jovens ciganas são frequentemente alvo de estereótipos negativos que as pintam como incultas, promíscuas ou criminosas, reforçando uma visão desumanizadora e marginalizante (Bhopal & Myers, 2008). Estes estereótipos são perpetuados tanto *online* quanto *offline*, exacerbando a exclusão social e a desigualdade de oportunidades. A discriminação *online* contra jovens ciganas pode manifestar-se através de comentários racistas e sexistas nas plataformas digitais, nas quais são alvo de ataques verbais e ameaças. Este ambiente hostil não só impacta negativamente a sua saúde mental e o seu bem-estar, mas também limita a sua participação em debates

públicos e oportunidades educacionais e profissionais (Cuklanz & Moorti, 2006).

A xenofobia desempenha um papel crucial na marginalização das jovens imigrantes e refugiadas. Estas jovens enfrentam preconceitos não apenas devido ao seu género, mas também pela sua origem étnica e pelo seu estatuto migratório. As jovens imigrantes são frequentemente retratadas de forma negativa nos média e *online*, nos quais são alvo de retórica de ódio que questiona a sua legitimidade e dignidade como membros da sociedade (Erel et al., 2016).

Na esfera digital, as jovens imigrantes são amiúde alvo de discursos de ódio e campanhas de desinformação que não só põem em causa a sua humanidade, mas também incentivam a discriminação e a violência contra elas. Estes ataques *online* podem incluir a disseminação de estereótipos negativos e falsidades que retratam as imigrantes como uma ameaça à segurança nacional ou como um fardo económico (Daniels, 2009). A retórica de ódio *online* contribui para a criação de um ambiente hostil que legitima a discriminação e a exclusão social, afetando profundamente o bem-estar psicológico e a integração dessas jovens na sociedade. Um exemplo concreto em Portugal pode ser visto nos casos das jovens de origem brasileira que, nas redes sociais, enfrentam frequentemente comentários depreciativos e xenófobos, o que mina a sua integração e o seu bem-estar.

A representação negativa das jovens imigrantes nos média reforça estereótipos prejudiciais e perpetua a xenofobia. A cobertura mediática tende a enfatizar aspetos negativos das comunidades imigrantes, ignorando as suas contribuições e resiliência. Essa representação enviesada não só influencia a opinião pública, mas também molda as políticas públicas de forma que marginaliza ainda mais essas jovens (Khosravini, 2009). Por exemplo, as jovens imigrantes de países africanos em Portugal são frequentemente retratadas de forma negativa, ignorando as suas histórias de resiliência e a contribuição para a sociedade. A dupla vulnerabilidade que as jovens imigrantes e refugiadas enfrentam, devido ao sexismo e à xenofobia, resulta na

exclusão dos direitos básicos e da proteção que outros grupos podem ter. Esta exclusão é frequentemente institucionalizada, refletida em práticas e políticas que desvalorizam as suas vidas e experiências. No contexto digital, essa marginalização é exacerbada pela disseminação de discursos de ódio e desinformação nas redes sociais e outras plataformas *online*. As jovens imigrantes e refugiadas, muitas vezes, enfrentam ataques direcionados que combinam misoginia e xenofobia, criando um ambiente *online* hostil e inseguro (Duggan, 2014). A falta de acesso equitativo à tecnologia e à literacia digital pode limitar as suas oportunidades de participar plenamente na sociedade digital, exacerbando ainda mais a sua exclusão social (Gonzales et al., 2018). A vigilância e a coleta de dados digitais sem o devido consentimento também podem violar a sua privacidade e segurança, contribuindo para uma sensação de constante vulnerabilidade (Madden et al., 2013).

A Rede e as suas Múltiplas Formas de Opressão: O Silenciamento de Mulheres LGBTQIA+

Outras formas de opressão como a lesbofobia, a bifobia e a transfobia, também interagem com a misoginia, criando camadas adicionais de discriminação no espaço digital. Mulheres LGBTQIA+ enfrentam uma combinação de misoginia e discriminação com base na sua orientação sexual ou identidade de género, resultando em abusos severos e desumanizadores *online*. Estes ataques incluem ameaças de violência, discurso de ódio e cyberbullying, os quais têm um impacto profundo e duradouro na saúde mental e no bem-estar das vítimas. As mulheres LGBTQIA+ que são alvo de ataques *online* muitas vezes sofrem de ansiedade, de depressão e de outras condições psicológicas devido ao estigma e à hostilidade que enfrentam (Meyer, 2012). Estudos mostram que a exposição constante a abusos *online* pode levar ao desenvolvimento de transtornos de *stress*

pós-traumático, exacerbando ainda mais os desafios de saúde mental (Duggan, 2014). Estes ataques não só afetam a saúde mental e o bem-estar das vítimas, mas também limitam a sua plena participação em espaços digitais, criando um ambiente de exclusão e silenciamento (Nakamura, 2015).

A discriminação contra mulheres trans é particularmente violenta e generalizada no ambiente digital. A transfobia, combinada com a misoginia, resulta num nível desproporcional de violência contra mulheres trans, que são frequentemente sujeitas a agressões verbais e físicas *online*. James et al. (2016) mostraram que as mulheres trans são mais propensas a serem vítimas de crimes de ódio e enfrentam maiores barreiras ao acesso a serviços de saúde, ao emprego e à habitação. A transfobia manifesta-se através de atos como *deadnaming* (uso do nome de nascimento de uma pessoa trans sem o seu consentimento), *misgendering* (uso de pronomes errados) e violência verbal. Esta transfobia pode ser internalizada, levando a consequências devastadoras para a saúde mental das vítimas, incluindo taxas alarmantes de depressão e suicídio entre mulheres trans (Budge et al., 2013). A marginalização sistémica de mulheres trans no mundo digital perpetua um ciclo de exclusão e violência que é difícil de quebrar sem intervenções direcionadas e inclusivas.

A lesbofobia e a bifobia são formas de discriminação que afetam especificamente as lésbicas e bissexuais, criando um ambiente de hostilidade que agrava ainda mais a misoginia que já enfrentam. Estas formas de opressão manifestam-se frequentemente em ataques verbais, assédio sexual e violência psicológica *online*. Mulé et al. (2009) apontam que as lésbicas e bissexuais enfrentam barreiras significativas no acesso a serviços de saúde e proteção legal, exacerbando a sua vulnerabilidade. A discriminação múltipla que estas mulheres enfrentam pode resultar numa série de problemas de saúde mental, incluindo depressão, ansiedade e comportamentos autodestrutivos (Kelleher, 2009).

A invisibilidade das mulheres LGBTQIA+ nas políticas públicas e nos discursos mediáticos digitais contribui para a perpetuação da discriminação e do preconceito nos espaços *online*. A falta de representação positiva e inclusiva nas plataformas digitais reforça estereótipos negativos e perpetua a marginalização destas mulheres (Russo, 2006). A luta por visibilidade e reconhecimento é crucial para combater a opressão interseccional e promover a igualdade de direitos.

Vozes Incômodas: O Ódio às Celebidades Mulheres e a Perseguição de Mulheres Feministas na Internet

O ódio direcionado às celebridades mulheres e a permanente perseguição de mulheres com posicionamentos políticos e feministas na Internet representam um fenómeno preocupante e multifacetado, que reflete e amplifica a misoginia estrutural presente na sociedade. Este tipo de ódio é exacerbado pelo anonimato e pela falta de regulação nas plataformas digitais, criando um ambiente hostil e perigoso para as mulheres.

Celebidades mulheres são frequentemente alvo de ódio e perseguição *online*, muitas vezes exacerbado pela sua visibilidade pública. Este ódio pode manifestar-se de várias formas, incluindo insultos misóginos, ameaças de violência e campanhas de difamação. A atriz e ativista Emma Watson foi alvo de uma campanha de ódio *online* após o seu discurso nas Nações Unidas sobre igualdade de género, recebendo ameaças de violência sexual e difamação (Banet-Weiser, 2018). Este tipo de comportamento não só pretende intimidar a celebridade, mas também serve como um aviso a outras mulheres para que não se expressem publicamente sobre questões de género.

As plataformas digitais, como X (antigo Twitter), Instagram e Facebook, são frequentemente os locais onde esses ataques ocorrem (Marwick & boyd, 2011). A falta de moderação eficaz e a política de

conteúdo permissiva dessas plataformas permitem que o discurso de ódio prolifere sem consequências significativas para os agressores. A natureza viral dessas redes sociais amplifica rapidamente os ataques, aumentando o alcance e o impacto do ódio direcionado às celebridades mulheres (Jane, 2017).

As mulheres que se posicionam politicamente ou defendem causas feministas na Internet também são alvos frequentes de ódio e perseguição. Este fenômeno é conhecido como *gender trolling*, em que as mulheres são atacadas de forma coordenada e agressiva por expressarem opiniões políticas ou feministas (Mantilla, 2013). A jornalista e ativista Caroline Criado-Perez recebeu uma avalanche de ameaças de violação e morte no antigo Twitter após fazer campanha para que uma mulher fosse representada na nota de dez libras do Reino Unido (Citron, 2014).

Plataformas como X e Reddit são comuns para estes tipos de ataques devido ao seu formato de comunicação aberta e a possibilidade de anonimato (Massanari, 2017). A falta de uma resposta eficaz por parte das plataformas contribui para a perpetuação destes comportamentos, pois os agressores frequentemente não enfrentam consequências significativas. Isso cria um ambiente digital tóxico, no qual as mulheres são desencorajadas a participar em debates públicos e a expressar as suas opiniões políticas (Ging, 2017).

Casos notórios de perseguição *online* incluem o GamerGate, um movimento que pretendia mulheres na indústria de jogos, como a desenvolvedora Zoe Quinn e a crítica de mídia Anita Sarkeesian, que receberam ameaças de morte e violação pelas suas críticas ao sexismo nos videogames (Mortensen, 2016). Estas campanhas de ódio foram amplamente divulgadas em plataformas como X, 4chan e Reddit, em que os agressores coordenaram ataques e disseminaram informações pessoais das vítimas (Massanari, 2017).

Outro exemplo é a campanha de ódio direcionada à deputada britânica Diane Abbott, que recebeu uma quantidade desproporcional de abuso racista e sexista no X, destacando a intersecção de racismo

e misoginia na perseguição *online* (Dhrodia, 2017). A resposta inadequada do X esses ataques foi amplamente criticada, evidenciando a necessidade de uma moderação mais eficaz e de políticas de proteção robustas para as vítimas de ódio *online*.

O ódio direcionado às celebridades mulheres e a perseguição de mulheres com posicionamentos políticos e feministas na Internet são reflexos de uma misoginia estrutural exacerbada pelo anonimato e pela falta de regulação nas plataformas digitais.

A Normalização da Misoginia, Racismo e Ódio *Online*: Manosfera, Anonimato e falta de Regulação

A normalização da misoginia, racismo e ódio *online* é um fenómeno complexo e multifacetado, alimentado por diversos fatores, incluindo a cultura da manosfera, o anonimato *online* e a falta de regulação eficaz. Estes elementos combinam-se para criar um ambiente digital, em que ataques contra mulheres, minorias étnicas e outros grupos marginalizados são frequentemente tolerados e até encorajados (Citron, 2014; Ging, 2017; Marwick & Caplan, 2018).

A manosfera refere-se a uma rede de comunidades *online* centradas em ideologias antifeministas que promovem a misoginia e o ódio contra as mulheres, sendo frequentemente associadas à extrema-direita. Estas comunidades incluem fóruns, blogues e redes sociais em que homens partilham e reforçam crenças misóginas, muitas vezes sob a guisa de direitos dos homens ou do denominado «masculinismo» (Ging, 2017; Schmitz & Kazyak, 2016). A manosfera é um espaço onde a misoginia é incentivada, criando uma cultura que normaliza e perpetua o ódio contra as mulheres.

A retórica da manosfera inclui frequentemente a desumanização das mulheres, a promoção da violência e a disseminação de teorias da conspiração que culpam as mulheres por diversos problemas sociais (Marwick & Caplan, 2018; Banet-Weiser, 2018). Esta cultura tóxica

é amplificada pela natureza viral das redes sociais, em que ideias misóginas podem espalhar-se rapidamente e encontrar um público recetivo. A influência da *manosfera* na normalização da misoginia *online* é significativa, pois oferece um suporte ideológico e uma validação para comportamentos agressivos e odiosos contra mulheres (Jane, 2017). A influência desta subcultura *online* é potenciada pela capacidade das redes sociais de disseminar rapidamente ideias tóxicas para um público vasto, criando um ambiente em que tais atitudes são normalizadas e até celebradas.

O anonimato *online* é um catalisador fundamental para a perpetuação desses comportamentos. Permitindo que os agressores se escondam atrás de pseudónimos, o anonimato reduz a responsabilização pelos atos cometidos, o que aumenta a desinibição e encoraja comportamentos agressivos e hostis (Suler, 2004; Buckels et al., 2014). Esta falta de responsabilidade cria um ambiente de impunidade, facilitando a continuidade de abusos e incentivando outros a adotarem comportamentos semelhantes. Exemplos de tais comportamentos incluem o *trolling* organizado, em que grupos coordenam ataques para intimidar e silenciar mulheres vocalmente contra a misoginia (Jane, 2017).

A falta de responsabilização facilita a perpetração de abusos e ataques, pois os agressores sentem-se protegidos pela invisibilidade proporcionada pelo anonimato. Este ambiente de impunidade não só permite que os agressores continuem a agir sem medo de repercussões, mas também incentiva outros a adotarem comportamentos semelhantes. Como resultado, o anonimato *online* cria um terreno fértil para a proliferação de discursos de ódio e comportamentos misóginos, racistas e xenófobos (Citron, 2014; Lapidot-Lefler & Barak, 2012).

A falta de regulação eficaz das plataformas digitais agrava ainda mais o problema. Embora muitas plataformas adotem políticas que proíbem o discurso de ódio e o assédio, a aplicação dessas políticas é frequentemente inconsistente e inadequada (Gillespie, 2018;

Roberts, 2019). A incapacidade de monitorizar e punir efetivamente os comportamentos abusivos permite que os agressores operem com impunidade, reforçando a cultura de ódio *online*. Por exemplo, os casos de *doxing*, em que informações pessoais são publicadas *online* para intimidar as vítimas, muitas vezes não resultam em ações significativas contra os perpetradores (Marwick & Caplan, 2018).

As lacunas nas legislações nacionais e internacionais dificultam a responsabilização legal dos agressores. Em muitos casos, a legislação não acompanha a rápida evolução das tecnologias digitais, resultando em quadros jurídicos inadequados para lidar com o assédio e o discurso de ódio *online* (Daniels, 2009; Citron & Franks, 2014). A falta de regulação eficaz não só perpetua a violência e a discriminação *online*, mas também desincentiva as vítimas a denunciarem abusos, perpetuando um ciclo de silêncio e medo.

Para combater esta normalização, é essencial adotar uma abordagem multifacetada. Isso inclui a educação dos utilizadores sobre os impactos do discurso de ódio e do assédio, a responsabilização dos agressores através de ações legais e a implementação de políticas e legislações robustas que protejam as vítimas de abusos *online* (Citron, 2014; Daniels, 2009). A criação de programas de literacia digital pode ajudar os utilizadores a identificar e responder adequadamente ao assédio *online*, enquanto leis mais rigorosas podem assegurar que os agressores enfrentem consequências pelos seus atos (Gillespie, 2018).

Vozes de Resiliência: «Se Fere a Minha Existência, Serei Resistência»

A resistência *online* é um fenómeno multifacetado e dinâmico que reflete a capacidade de adaptação e a resiliência das mulheres diante de adversidades severas. Esta resistência manifesta-se através de várias estratégias, desde o uso de tecnologias para autoproteção até a mobilização coletiva e a advocacia por políticas mais rigorosas de regulação das plataformas digitais.

Uma das formas primárias de resistência das mulheres à opressão *online* é a utilização de tecnologias de autoproteção, como filtros de palavras-chave e bloqueio de agressores. Estas ferramentas permitem que as mulheres controlem quem pode interagir com elas e o tipo de conteúdo que desejam ver. De acordo com Vitak et al. (2017), o uso de tecnologias de segurança digital é uma estratégia crucial para mitigar o impacto de assédio e ameaças *online*. Por exemplo, as configurações de privacidade no Facebook e Instagram permitem que as mulheres limitem a visibilidade dos seus perfis e postagens, reduzindo a exposição a potenciais agressores.

Plataformas como X e Instagram têm desenvolvido ferramentas específicas para ajudar as mulheres a lidar com abusos *online*. O recurso de «modo de segurança» do X, por exemplo, bloqueia automaticamente contas que utilizam linguagem abusiva ou que enviam *tweets* repetidos de forma agressiva. Estes avanços tecnológicos são fundamentais para proteger a integridade psicológica e emocional das mulheres no espaço digital.

A mobilização coletiva e a criação de redes de solidariedade digital são outras formas significativas de resistência das mulheres à opressão *online*. Movimentos como #MeToo e #BlackLivesMatter exemplificam como as mulheres utilizam as redes sociais para partilhar experiências, denunciar abusos e mobilizar ações coletivas contra a violência de género e racial (Jackson et al., 2020). Estas campanhas não só aumentam a visibilidade dos problemas que as mulheres enfrentam, mas também fornecem um sentido de comunidade e apoio que é crucial para a resiliência psicológica.

O movimento #MeToo, iniciado por Tarana Burke e popularizado por celebridades como Alyssa Milano, criou um espaço para que mulheres em todo o mundo denunciassem casos de assédio e abuso sexual. Esta mobilização levou a consequências reais, incluindo demissões de figuras públicas poderosas e mudanças nas políticas de empresas e instituições (Fileborn & Loney-Howes, 2019). De forma similar, o movimento #SayHerName, liderado por Kimberlé Crenshaw,

destaca a violência policial contra negras, combinando questões de raça e gênero para aumentar a conscientização e a pressão por justiça (Crenshaw et al., 2015).

A advocacia por políticas mais rigorosas e a regulação das plataformas digitais são também componentes essenciais da resistência das mulheres à opressão *online*. Organizações como a Feminist Frequency e o Women's Media Center trabalham para pressionar as plataformas de mídia a adotarem políticas mais eficazes de combate ao assédio e à discriminação (Consalvo, 2012). Estas organizações colaboram frequentemente com legisladores para criar leis que protejam as mulheres contra a violência *online*.

A Feminist Frequency, fundada por Anita Sarkeesian, não só fornece análise crítica da representação de gênero nos meios de comunicação social, mas também advoga por ambientes digitais mais seguros e inclusivos (Sarkeesian, 2015). A campanha de Sarkeesian contra o sexismo nos videojogos, apesar de ter sido alvo de intenso assédio, resultou num diálogo mais amplo sobre a necessidade de inclusão e respeito nas comunidades de jogos (Chess & Shaw, 2015).

A resistência das mulheres à misoginia, racismo, ódio e todas as formas de opressão *online* é um testemunho da sua resiliência e capacidade de adaptação. Através do uso de tecnologias de autoproteção, mobilização coletiva, advocacia por políticas mais rigorosas e iniciativas educacionais, as mulheres estão a transformar o ambiente digital num espaço mais seguro e inclusivo. A luta contra a opressão *online* é contínua e multifacetada, exigindo esforços coordenados de indivíduos, comunidades e instituições.

Misoginia Internalizada: Mulheres como Ferramentas de Opressão Patriarcal na Internet

A oposição de algumas mulheres ao feminismo *online* é um fenómeno que tem ganhado destaque nas últimas décadas. Estas

mulheres atacam com frequência outras mulheres, alinhando-se com ideologias de extrema-direita e com a *manosfera*, um submundo da Internet caracterizado pelo antifeminismo e pela misoginia (Ging, 2017). Este comportamento é multifacetado, envolvendo desde a promoção de valores tradicionais de gênero até à participação ativa em campanhas de difamação contra feministas e defensoras dos direitos das mulheres.

As mulheres que se opõem ao feminismo *online* identificam-se frequentemente como antifeministas ou ativistas dos direitos dos homens, rejeitando a ideia de que o feminismo é necessário na sociedade contemporânea. Argumentam que o feminismo atual é excessivo e prejudicial, promovendo a ideia de que os homens são vítimas de discriminação de gênero (Schmitz & Kazyak, 2016). Estas mulheres utilizam regularmente plataformas como o YouTube, o X e blogues pessoais para difundirem as suas mensagens e mobilizar apoio (Banet-Weiser, 2018). Um exemplo notável é o canal do YouTube *GirlWritesWhat*, em que Karen Straughan critica o feminismo e defende os direitos dos homens. Os seus vídeos têm milhões de visualizações, e é amiúde citada em fóruns da *manosfera* como uma voz legítima contra o feminismo (Banet-Weiser, 2018). Esta visibilidade amplia o seu alcance e influencia tanto homens quanto mulheres a adotarem visões antifeministas.

O alinhamento de antifeministas com a extrema-direita é um aspeto significativo deste fenómeno. Muitas destas mulheres promovem ideologias nacionalistas e conservadoras que se opõem aos princípios do feminismo e da igualdade de gênero (Ebner, 2021). Frequentemente colaboram com figuras e movimentos de extrema-direita, participando em campanhas de difamação e assédio contra feministas e minorias. Um exemplo emblemático é Lauren Southern, uma ativista canadiana de extrema-direita conhecida pelas suas posturas antifeministas e pela promoção de teorias da conspiração sobre imigração e multiculturalismo. Southern tem utilizado plataformas como o YouTube e o X para atacar feministas, argumentando que o

feminismo é uma ideologia tóxica que destrói os valores ocidentais. A sua colaboração com grupos de extrema-direita ilustra como as antifeministas podem servir de ferramentas na promoção de agendas políticas conservadoras e reacionárias.

As mulheres que se opõem ao feminismo *online* tornam-se, por norma, membros ativos da *manosfera*, na qual são celebradas pelas suas opiniões antifeministas. A *manosfera* inclui uma rede de comunidades *online* que promovem a supremacia masculina e se opõem veementemente ao feminismo (Ging, 2017). Estas mulheres participam em fóruns e redes sociais, nos quais contribuem para a disseminação de discursos misóginos e reforçam a narrativa de que o feminismo é prejudicial à sociedade. Um exemplo é o caso de Janet Bloomfield, uma das figuras proeminentes do movimento de direitos dos homens. Escreve para vários blogues da *manosfera* e é conhecida pelas suas críticas ferozes ao feminismo, que considera uma forma de supremacia feminina (Marwick & Caplan, 2018). Bloomfield utiliza a sua plataforma para atacar feministas e promover a ideia de que os homens são o verdadeiro grupo oprimido na sociedade contemporânea.

A participação de mulheres em movimentos antifeministas e na *manosfera* tem várias consequências preocupantes. Em primeiro lugar, legitima a misoginia e o antifeminismo ao representar uma face feminina dessas ideologias (Jane, 2017). Isso pode confundir a perceção pública sobre o feminismo e reduzir o apoio a iniciativas de igualdade de género. Em segundo lugar, estas mulheres participam amiúde em campanhas coordenadas de assédio contra feministas, recorrendo às mesmas táticas agressivas e abusivas utilizadas pelos homens da *manosfera* (Mantilla, 2013). Estas campanhas incluem *doxing*, ameaças de violência e difamação, criando um ambiente hostil e perigoso para as defensoras dos direitos das mulheres (Citron, 2014).

A oposição de algumas mulheres ao feminismo *online*, a sua participação na *manosfera* e o seu alinhamento com a extrema-direita representam um fenómeno complexo e multifacetado que legitima e amplifica a misoginia e o antifeminismo. Este comportamento não

só prejudica a luta pela igualdade de género, mas também contribui para um ambiente digital mais hostil e polarizado. É crucial entender as motivações e estratégias dessas mulheres para desenvolver respostas eficazes que promovam a igualdade e a justiça no espaço digital. A colaboração com a extrema-direita pode exacerbar a polarização política e social, promovendo divisões e conflitos dentro da sociedade (Ebner, 2021). As antifeministas, ao estarem alinhadas com ideologias extremistas, ajudam a perpetuar narrativas de ódio e intolerância que podem ter repercussões amplas e duradouras.

Conclusão

Este capítulo explorou a complexidade das opressões que as jovens enfrentam no ambiente digital, destacando como a misoginia, o racismo e o ódio *online* perpetuam e amplificam as desigualdades sociais. Embora as tecnologias digitais ofereçam inúmeras oportunidades para educação, desenvolvimento profissional e ativismo, também se tornaram locais em que formas profundamente enraizadas de discriminação e abuso se manifestam de forma significativa.

A misoginia *online* foi um dos principais focos de análise, expressando-se através de comentários humilhantes, ameaças de violência sexual e *body shaming*. Esses ataques visam minar a dignidade das mulheres e limitar a sua plena participação em espaços digitais, criando um ambiente de hostilidade e medo (Jane, 2017; Henry & Powell, 2015). As jovens de minorias étnicas e raciais enfrentam uma dupla discriminação, em que sexismo e racismo se interseccionam, resultando em formas específicas de abuso conhecidas como *misoginoir* (Bailey, 2021; Noble, 2018). As práticas de resistência à misoginia *online*, como exploradas ao longo do capítulo, manifestam-se através de várias estratégias utilizadas por mulheres para combater e desafiar a discriminação e o assédio no ambiente digital. Uma dessas práticas é a criação de espaços seguros na Internet, em que as

mulheres e minorias se possam expressar sem medo de retaliações ou assédio. Estes espaços, como fóruns e grupos em plataformas como o WhatsApp e o Telegram, funcionam com regras de moderação e uma cultura de apoio mútuo, proporcionando um refúgio seguro contra a hostilidade do espaço *online* mais amplo.

Outro ponto central abordado foi a normalização da misoginia, do racismo e do ódio *online*, facilitada pela cultura da manosphere, o anonimato e a falta de regulação eficaz. Esses elementos combinam-se para criar um ambiente em que ataques contra mulheres e minorias são frequentemente tolerados e até incentivados, exacerbando as desigualdades existentes e perpetuando um ciclo de violência e impunidade (Citron, 2014; Ging, 2017; Marwick & Caplan, 2018). Apesar destes desafios, o capítulo destacou a resiliência das jovens e as estratégias de resistência desenvolvidas para combater a opressão *online*. O ativismo digital e a advocacia por políticas mais rigorosas são algumas das formas pelas quais as mulheres têm enfrentado e desafiado a misoginia e o racismo *online*. Movimentos como #MeToo e #BlackLivesMatter exemplificam a força coletiva e a capacidade de mobilização das mulheres para promover mudanças sociais significativas (Jackson et al., 2020). Efetivamente, o ativismo digital surge como uma importante forma de resistência à misoginia *online*. Campanhas como #MeToo e #TimesUp demonstram como as plataformas sociais podem ser utilizadas para aumentar a conscientização sobre a violência *online* genderizada e o assédio, mobilizando apoios globais e advogando por mudanças sociais e legais. Estas campanhas permitem que as vítimas compartilhem as suas histórias e procurem justiça, enquanto contribuem para a educação do público sobre a extensão e a gravidade da misoginia *online*.

Outro método de resistência é a advocacia por políticas mais rigorosas e a implementação de leis que protejam as mulheres *online*. Em várias jurisdições, ativistas de diferentes esferas têm pressionado governos para realizarem mudanças legislativas que tornem o cyberbullying e o assédio *online* ilegais, superando a esfera do

socialmente inaceitável. Estes esforços carecem igualmente de apoio das plataformas de mídia, que devem melhorar os seus mecanismos de denúncia e de resposta a incidentes de abuso e discriminação.

A educação também desempenha um papel crucial na luta contra a misoginia *online*. Programas de literacia digital, combinados com educação para a cidadania, podem ensinar as mulheres a protegerem-se *online*, a identificar e a reportar abusos, assim como a manter a sua privacidade digital. Essas iniciativas devem também considerar os homens, procurando desenvolver uma consciencialização do que significa violência de género e de que forma as suas ações podem perpetuar a misoginia, procurando dotá-los de competências para compreender como podem agir no combater a essa cultura.

O capítulo analisou, ainda, a oposição de algumas mulheres ao feminismo *online*, frequentemente alinhadas com ideologias de extrema-direita e a manosphere, como um fenómeno que legitima e amplifica a misoginia e o antifeminismo. Compreender as motivações e estratégias dessas mulheres é crucial para desenvolver respostas eficazes que promovam a igualdade e a justiça no espaço digital (Ebner, 2021). A resistência individual é, neste contexto, uma prática relevante e significativa. As mulheres podem usar as suas vozes *online* para desafiar narrativas misóginas, responder a *trolls* e reivindicar a sua legítima presença em espaços digitais. Através de blogues, vídeos, *podcasts* e mídia, é possível desconstruir estereótipos, promover a igualdade de género e fortalecer a comunidade de mulheres *online*. A resistência à misoginia *online* é, neste sentido, tanto um esforço coletivo como individual, traduzindo-se numa luta contínua para transformar o ambiente digital num espaço seguro e inclusivo para todas as pessoas.

A compreensão das dinâmicas de poder na Internet e a resistência das jovens à opressão *online* é fundamental na promoção de um ambiente digital mais seguro e inclusivo. Através de uma abordagem interseccional, é possível identificar as complexidades das experiências dessas mulheres e desenvolver estratégias eficazes para combater a

opressão e promover a equidade e a justiça social. A luta contra a opressão digital é contínua e multifacetada, exigindo esforços coordenados de indivíduos, comunidades e instituições para transformar o ambiente digital num espaço mais seguro e justo para todos.

Referências Bibliográficas

- Amaral, I., & Simões, R. (2021). Violence, misogyny, and racism: Young adults' perceptions of online hate speech. In J. Sánchez, & A. Barrientos (Coords.), *Cosmovisión de la comunicación en redes sociales en la era postdigital* (pp. 869-881). McGraw-Hill.
- Bailey, M. (2021). *Misogynoir transformed*. New York University Press.
- Banet-Weiser, S. (2018). *Empowered: Popular feminism and popular misogyny*. Duke University Press. <https://doi.org/10.2307/j.ctv11316rx>
- Bhopal, K., & Myers, M. (2008). *Insiders, outsiders and others: Gypsies and identity*. University of Hertfordshire Press.
- Brock, A. (2018). Critical technocultural discourse analysis. *New Media & Society*, 20(3), 1012-1030. <https://doi.org/10.1177/1461444816677532>
- Buckels, E., Trapnell, P., & Paulhus, D. (2014). Trolls just want to have fun. *Personality and Individual Differences*, 67, 97-102. <https://doi.org/10.1016/j.paid.2014.01.016>
- Budge, S., Adelson, J., & Howard, K. (2013). Anxiety and depression in transgender individuals: The roles of transition status, loss, social support, and coping. *Journal of Consulting and Clinical Psychology*, 81(3), 545-557. <https://doi.org/10.1037/a0031774>
- Chess, S., & Shaw, A. (2015). A conspiracy of fishes, or, how we learned to stop worrying about #gamergate and embrace hegemonic masculinity. *Journal of Broadcasting & Electronic Media*, 59(1), 208-220. <https://doi.org/10.1080/08838151.2014.999917>
- Citron, D. (2014). *Hate crimes in cyberspace*. Harvard University Press.
- Citron, D., & Franks, M. (2014). Criminalizing revenge porn. *Wake Forest Law Review*, 49(2), 345-391. https://scholarship.law.bu.edu/faculty_scholarship/643
- Collins, P. (2000). *Black feminist thought: Knowledge, consciousness, and the politics of empowerment*. Routledge.
- Consalvo, M. (2012). Confronting toxic gamer culture: A challenge for feminist game studies scholars. *Ada: A Journal of Gender, New Media, and Technology*, 1.
- Crenshaw, K. (1989). Demarginalizing the intersection of race and sex: A black feminist critique of antidiscrimination doctrine, feminist theory and antiracist politics. *University of Chicago Legal Forum*, 1989(1), 139-167.
- Crenshaw, K., Ritchie, A., Anspach, R., Gilmer, R., & Harris, L. (2015). *Say her name: Resisting police brutality against black women*. African American Policy Forum. https://scholarship.law.columbia.edu/faculty_scholarship/3226
- Cuklanz, L., & Moorti, S. (2006). Televisions new feminisms: Prime-time representations of women and victimization. *Critical Studies in Media Communication*, 23(4), 302-321.

- Daniels, J. (2009). *Cyber racism: White supremacy online and the new attack on civil rights*. Rowman & Littlefield.
- Dhroodia, A. (2017, 20 de novembro). *Unsocial Media: The Real Toll of Online Abuse against Women*. Medium. <https://medium.com/amnesty-insights/unsocial-media-the-real-toll-of-online-abuse-against-women-37134ddab3f4>
- Duggan, M. (2014, 22 de outubro). *Online harassment*. Pew Research Center. <http://www.pewinternet.org/2014/10/22/online-harassment>
- Ebner, J. (2021). *Going dark: The secret social lives of extremists*. Bloomsbury Publishing.
- Erel, U., Murji, K., & Nahaboo, Z. (2016). Understanding the contemporary race–migration nexu. *Ethnic and Racial Studies*, 39(8), 1339-1360. <https://doi.org/10.1080/01419870.2016.1161808>
- Fileborn, B., & Loney-Howes, R. (2019). *#MeToo and the politics of social change*. Springer. <http://doi.org/10.1007/978-3-030-15213-0>
- Fisher, D. (2019). The broader importance of# FridaysForFuture. *Nature climate change*, 9(6), 430-431. <https://doi.org/10.1038/s41558-019-0484-y>
- Gillespie, T. (2018). *Custodians of the internet: Platforms, content moderation, and the hidden decisions that shape social media*. Yale University Press. <https://doi.org/10.12987/9780300235029>
- Ging, D. (2017). Alphas, betas, and incels: Theorizing the masculinities of the manosphere. *Men and Masculinities*, 22(4), 638-657. <https://doi.org/10.1177/1097184X17706401>
- Gonzales, A., Ems, L., & Suri, V. (2018). Cell phone disconnection disrupts access to healthcare and health resources: A technology maintenance perspective. *New Media & Society*, 18(8), 1422-1438. <https://doi.org/10.1177/1461444814558670>
- Henry, N., & Powell, A. (2015). Beyond the sext: Technology-facilitated sexual violence and harassment against adult women. *Australian & New Zealand Journal of Criminology*, 48(1), 104-118. <https://doi.org/10.1177/00048658145242>
- Jackson, S., Bailey, M., & Welles, B. (2020). *#HashtagActivism: Networks of race and gender justice*. MIT Press.
- James, S., Herman, J., Rankin, S., Keisling, M., Mottet, L., & Anafi, M. (2016). *The report of the 2015 U.S. transgender survey*. National Center for Transgender Equality. <http://www.ustranssurvey.org/reports>.
- Jane, E. (2017). *Misogyny online: A short (and brutish) history*. SAGE Publications. <http://doi.org/10.4135/9781473916029>
- Kelleher, C. (2009). Minority stress and health: Implications for lesbian, gay, bisexual, transgender, and questioning (LGBTQ) young people. *Counselling psychology quarterly*, 22(4), 373-379. <https://doi.org/10.1080/09515070903334995>
- Khosravini, M. (2009). The representation of refugees, asylum seekers and immigrants in British newspapers during the Balkan conflict (1999) and the British general election (2005). *Discourse & Society*, 20(4), 477-498. <https://doi.org/10.1177/0957926509104024>
- Lapidot-Lefler, N., & Barak, A. (2012). Effects of anonymity, invisibility, and lack of eye-contact on toxic online disinhibition. *Computers in Human Behavior*, 28(2), 434-443. <https://doi.org/10.1016/j.chb.2011.10.014>
- Livingstone, S. (2009). *Children and the Internet: Great expectations, challenging realities*. Polity.
- Lumsden, K., & Harmer, E. (Eds.). (2019). *Online othering: Exploring digital violence and discrimination on the web*. Springer.

- Madden, M., Lenhart, A., Cortesi, S., Gasser, U., Duggan, M., Smith, A., & Beaton, M. (2013, 21 de maio). *Teens, social media, and privacy*. Pew Research Center. <https://www.pewresearch.org/internet/2013/05/21/teens-social-media-and-privacy/>
- Mantilla, K. (2013). Gendertrolling: Misogyny adapts to new media. *Feminist Studies*, 39(2), 563-570. <https://doi.org/10.1353/fem.2013.0039>
- Marwick, A., & boyd, d. (2011). To see and be seen: Celebrity practice on Twitter. *Convergence*, 17(2), 139-158. <https://doi.org/10.1177/1354856510394539>
- Marwick, A., & Caplan, R. (2018). Drinking male tears: Language, the manosphere, and networked harassment. *Feminist Media Studies*, 18(4), 543-559. <https://doi.org/10.1080/14680777.2018.1450568>
- Massanari, A. (2017). Gamergate and the fapping: How Reddit's algorithm, governance, and culture support toxic technocultures. *New Media & Society*, 19(3), 329-346. <https://doi.org/10.1177/1461444815608807>
- Meyer, I. (2012). Prejudice, social stress, and mental health in lesbian, gay, and bisexual populations: Conceptual issues and research evidence. *Psychological Bulletin*, 129(5), 674-697. <https://doi.org/10.1037/0033-2909.129.5.674>
- Mortensen, T. (2016). Anger, fear, and games: The long event of# GamerGate. *Games and Culture*, 13(8), 787-806. <https://doi.org/10.1177/1555412016640408>
- Mulé, N., Ross, L., Deeprose, B., Jackson, B., Daley, A., Travers, A., & Moore, D. (2009). Promoting LGBT health and wellbeing through inclusive policy development. *International Journal for Equity in Health*, 8(1), 18. <https://doi.org/10.1186/1475-9276-8-18>
- Nakamura, L. (2015). The unwanted labour of social media: Women of colour call out culture as venture community management. *New Formations*, 86(86), 106-112. <https://doi.org/10.3898/NEWF.86.06.2015>
- Noble, S. (2018). *Algorithms of oppression: How search engines reinforce racism*. NYU Press. <https://doi.org/10.2307/j.ctt1pwt9w5>
- Nussbaum, M. (2012). Objectification and internet misogyny. In C. Griffin, & M. Sussman (Eds.), *The offensive Internet: Speech, privacy, and reputation* (pp. 68-90). Harvard University Press. <https://doi.org/10.2307/j.ctvjf9zc8>
- Patchin, J., & Hinduja, S. (2010). Cyberbullying and self-esteem. *Journal of School Health*, 80(12), 614-621. <http://doi.org/10.1111/j.1746-1561.2010.00548.x>
- Perloff, R. (2014). Social media effects on young women's body image concerns: Theoretical perspectives and an agenda for research. *Sex roles*, 71, 363-377. <https://doi.org/10.1007/s11199-014-0384-6>
- Phillips, W. (2015). *This is why we can't have nice things: Mapping the relationship between online trolling and mainstream culture*. MIT Press. <https://doi.org/10.7551/mitpress/10288.001.0001>
- Rideout, V., Foehr, U., & Roberts, D. (2010). *Generation M2: Media in the lives of 8- to 18-year-olds*. Henry J. Kaiser Family Foundation.
- Roberts, S. (2019). *Behind the screen*. Yale University Press. <https://doi.org/10.2307/j.ctvhrcz0v>
- Russo, A. (2006). The feminist majority foundation's campaign to stop gender apartheid: The intersections of feminism and imperialism in the United States. *International Feminist Journal of Politics*, 8(4), 557-580. <https://doi.org/10.1080/14616740600945149>
- Sarkeesian, A. (2015). Tropes vs. women in video games. *Feminist Frequency*, 17. <https://feministfrequency.com/series/tropes-vs-women-in-video-games/>

- Schmitz, R., & Kazyak, E. (2016). Masculinities in cyberspace: An analysis of portrayals of manhood in men's rights activist websites. *Social Sciences*, 5(2), 18. <https://doi.org/10.3390/socsci5020018>
- Suler, J. (2004). The online disinhibition effect. *CyberPsychology & Behavior*, 7(3), 321-326. <https://doi.org/10.1089/1094931041291295>
- Tiggemann, M., & Slater, A. (2014). NetGirls: The Internet, Facebook, and body image concern in adolescent girls. *International Journal of Eating Disorders*, 47(6), 630-633. <https://doi.org/10.1002/eat.22141>
- Vitak, J., Chadha, K., Steiner, L., & Ashktorab, Z. (2017, 25 de fevereiro-1 de março). Identifying women's experiences with and strategies for mitigating negative effects of online harassment. In *Proceedings of the 2017 ACM Conference on Computer Supported Cooperative Work and Social Computing* (pp. 1231-1245). <https://doi.org/10.1145/2998181.2998337>
- Wolf, N. (2013). *The beauty myth: How images of beauty are used against women*. Random House.

(Página deixada propositadamente em branco)

**MANOSFERA, POPULISMO MASCULINISTA
E PANDEMIA: CONVERGÊNCIAS
E DECLINAÇÕES DIGITAIS DA VIOLÊNCIA
DO PATRIARCADO EM TEMPOS DE CUIDADO
E SECURITIZAÇÃO**

**MANOSPHERE, MASCULINIST POPULISM
AND PANDEMIC: DIGITAL CONVERGENCES
AND DECLINATIONS OF PATRIARCHY'S VIOLENCE
IN TIMES OF CARE AND SECURITIZATION**

Sofia José Santos

Universidade de Coimbra, Centro de Estudos Sociais, Faculdade de Economia

<https://orcid.org/0000-0001-9300-7452>

Alexandre de Sousa Carvalho

Universidade de Coimbra, Centro de Estudos Sociais

<https://orcid.org/0000-0002-9096-393X>

Resumo: Este capítulo explora e problematiza os *continuums* da agenda e da violência misógina que expressões do patriarcado encerram na esfera digital, partindo de uma perspetiva crítica e feminista. Focando-se no contexto da pandemia COVID-19, que convoca imaginários genderizados de segurança e cuidado, o capítulo argumenta que o «masculinismo político populista» e a manosfera, enquanto declinações do patriarcado, no contexto da pandemia COVID-19, têm reforçado e legitimado mutuamente as suas agendas misóginas e as violências

que estas corporizam e alimentam. Ilustramos o nosso argumento com discursos gerados e partilhados *online* por lideranças políticas que corporizam o «masculinismo político populista» e por membros da manosphere.

Palavras-chave: populismo; masculinidades; violência de género; digital; pandemia.

Abstract: This chapter explores and problematizes the *continuums* of the offline misogynistic and patriarchal agenda and violence in the digital sphere, from a critical and feminist perspective. Focusing on the context of the COVID-19 pandemic, which summons gendered imaginaries of safety and care, the chapter argues that «populist political masculinism» and the manosphere, as expressions of patriarchy, in the context of the COVID-19 pandemic, have reinforced and mutually legitimised their misogynistic agendas and the violence they embody and fuel. We illustrate our argument with speeches generated and shared online by political leaders who embody «populist political masculinism» and by members of the manosphere.

Keywords: populism; masculinities; gender-based violence; digital; pandemic.

Introdução

A misoginia esteve, desde sempre, presente nas sociedades patriarcais, mesmo quando a concretização das agendas e promessas feministas parecia já iminente. A repulsa e o desprezo face às mulheres (que o termo misoginia sintetiza) são, em grande medida, expressos e alimentados pelos discursos sexistas que circulam na esfera pública (por vezes, em registo moralista/prosélito e/ou político, ou, ainda, por meio de cosméticas de humor ou de jogos de provocação), que se enraízam cumulativamente no tecido social. Se sempre assim foi, o advento e, sobretudo, a consolidação do digital nas sociedades contemporâneas trouxeram uma capacidade singular

da misoginia ecoar e, sobretudo, de agregar e mobilizar em prol da sua agenda (Santos et al., 2021). Do mesmo modo, a emergência de crises e de momentos de choque, como a História nos mostra, é uma circunstância propícia à renegociação dos limites e horizontes em que a sociedade se organiza, nomeadamente em termos de normas e identidades de género.

Este capítulo olha para a misoginia *online* amplificada pela *manosfera* e pelo masculinismo político populista durante a disrupção que a pandemia COVID-19 representou e cujas grelhas de interpretação e ação foram transversalmente genderizadas. Concretamente, pretendemos explorar como, no contexto da pandemia COVID-19, lideranças populistas masculinistas e a *manosfera* facilitaram um ambiente propício à legitimação de masculinidades tóxicas com impacto na violência *online* contra as mulheres. A partir de uma lente crítica e feminista, argumentamos que o masculinismo político populista e a *manosfera*, enquanto declinações do patriarcado, no contexto da pandemia COVID-19, têm reforçado e legitimado mutuamente as suas agendas misóginas e as violências que estas corporizam e alimentam, facilitando a propagação *online* e a legitimação da violência contra as mulheres.

Neste sentido, este capítulo encontra-se organizado em cinco secções. Na primeira, exploramos como a violência de género não é episódica, mas estrutural e enraizada nas sociedades, e como o digital simultaneamente a acolhe tal como esta sempre existiu, reconfigurando-a face à sua especificidade. Na segunda parte, introduzimos os dois conceitos-chave deste capítulo – especificamente, a *manosfera* e o masculinismo político populista, aqui entendidos enquanto declinações do patriarcado e expressões da misoginia. Finalmente, apresentamos o combate à COVID-19 como um contexto visto como disrupção e exceção e profundamente genderizado, e concretizamos o nosso argumento através de ilustrações tanto da *manosfera* como do masculinismo político populista e a forma como estes contribuíram para reforçar e legitimar mutuamente as suas agendas misóginas

e as violências que estas corporizam e alimentam, com impactos na violência *online* contra as mulheres.

1. Os *Continuuns* da Violência de Género e a sua Projeção Digital

Violência de género é consensualmente entendida como a violência dirigida a uma pessoa devido ao seu género. Ainda que homens e mulheres possam ser tanto vítimas como perpetradoras/es deste tipo de violência, a maioria das vítimas é mulher e menina, e a maioria dos perpetradores é homem (EIGE, 2024). Não raras vezes, tomamos conhecimento da violência de género através de estatísticas ou histórias específicas, acontecimentos ou informações que se acumulam no discurso público em números, notícias ou casos. Mas estas são apenas expressões mais intensas ou, pelo menos, mediadas desta violência. Agendas de investigação críticas e feministas dos estudos da violência têm, desde cedo, recusado o entendimento da violência de género como algo circunscrito ou episódico. Antes compreendem-na como uma expressão, entre outras, do patriarcado, que, enquanto «institucionalização do domínio do masculino em estruturas verticais, com uma grande correlação entre posição e género, legitimada pela cultura e, muitas vezes, expressando-se como violência direta»¹ (Galtung, 1996, p. 40), é estrutural e, por isso, permeável, transversal e (até hoje) constitutivo das sociedades, apesar de suscetível a mudanças e negociações. Por isso mesmo, as questões de (des)igualdade de género no século XII, por exemplo, e no século XXI, em Portugal e noutras geografias, são substancialmente diferentes, ainda que invariavelmente ao abrigo de estruturas patriarcais e, portanto, permeáveis à misoginia. Há, portanto, um *continuum* que liga o patriarcado a diferentes formas de violência

¹ Tradução nossa.

de género, diferentes sociedades e até diferentes cronologias – ainda que com intensidades distintas.

No âmbito do patriarcado, as identidades e normas de género são construídas em torno da relação idealizada entre masculinidade e feminilidade. As duas são estruturadas como binómios e opostos, mas fundamentalmente complementares, ainda que uma complementaridade estruturada de forma hierárquica e que privilegia a masculinidade (hegemónica)² em detrimento da feminilidade (Schippers, 2007), facilitando a objetificação e secundarização da mulher, de meninas e de tudo o que se desenvolva ou se expresse em torno do convencionalmente concebido como sendo feminino.

O entendimento estrutural da violência de género adiciona complexidade explicativa e analítica aos eventos. Permite visibilizar padrões e ligações, descortinar hierarquias e imaginários de género, identificando linhas de continuidade e inter-relação entre eventos, sem descurar a relevância de cada um destes por si mesmos. Não é por acaso que o conceito de *continuum* de violência, em particular aplicado à violência de género, tem sido tão frequentemente usado nos estudos feministas (e.g., Sheperd, 2008). Visibilizar o *continuum* significa evidenciar a natureza comum que subjaz e alimenta a violência de género e que é independente da escala, conjuntura ou contexto (Kelly, 1987) e que se concentra no patriarcado.

Por sua vez, o digital é consensualmente entendido como um espaço de agregação, engajamento e (re)produção de narrativas. Tal acontece, sobretudo, numa lógica de ação conectiva, ou seja, que decorre de ações pessoais enquadradas em redes sociais digitais e que emergem em oposição à lógica de ação coletiva (Bennett & Segerberg, 2011). É também interessante perceber que laços fracos numa rede são muito mais importantes para a manutenção e influência de uma rede social do que laços fortes, uma vez que os atores que partilham laços fortes são habitualmente parte do mesmo círculo

² Ver secção 2 deste capítulo para definição de masculinidade hegemónica como conceptualizada em Connell (2005).

social, enquanto os atores com laços mais fracos são relevantes no estabelecimento das ligações entre diferentes grupos (Granovetter, 1973; Amaral, 2016), assim garantindo a disseminação da rede e, no limite, a criação de um repositório de memória cultural coletiva na qual uma sociedade em rede é construída sobre uma identidade coletiva fragmentada (Fernback, 1997; Amaral, 2016). Como afirma Patrícia Campos Mello na entrevista a Salomé Leal a propósito da análise que faz à denominada «máquina do ódio» de Bolsonaro, «[i]sso», referindo-se a essa máquina, «é amplificado pelo próprio Presidente, pelos filhos do Presidente, que também são políticos, e por vários políticos aliados que têm milhões de seguidores nas redes sociais. De novo, isto é amplificado por *blogs* de extrema-direita, por *youtubers* de extrema-direita. Sendo, por fim, amplificado por pessoas normais, que são apoiantes do Governo e que ajudam na estratégia. Essa é a beleza e o perigo da comunicação de rede: não se trata de uma coisa centralizada, mas antes uma coisa que une várias camadas» (Leal, 2021).

2. A Manosfera e o Masculinismo Político Populista como Expressões Digitais do Patriarcado

Apesar da «manosfera» e do «masculinismo político populista» serem expressões e realidades com contornos específicos, a sua origem e a sua agenda remetem para o mesmo ponto: o patriarcado e a legitimação da sua violência, numa lógica de *continuum*. Ou seja, sempre presentes mesmo que com intensidades distintas e em contextos diferenciados. No centro da construção e legitimação do patriarcado está a noção de «masculinidade hegemónica», como conceptualizada por Connell (2005), e que sintetiza, por um lado, a configuração de práticas de género que corporizam e legitimam a posição dominante dos homens e a subordinação das mulheres (Connell, 2005, p. 77), e, por outro, o seu enraizamento e aceitação

generalizada. Esta transversalidade social não corresponde a uma realidade estatística, mas ao facto de a masculinidade hegemónica representar um ideal e uma referência através dos quais homens e mulheres são categorizados, apontando para noções de racionalidade, coragem, resistência, robustez física, heterossexualidade, pujança sexual e liderança (Connell, 2005). É importante notar que a masculinidade hegemónica «não é um tipo de carácter fixo, sempre e em todo o lado igual», mas «a masculinidade que ocupa a posição hegemónica num determinado padrão de relações de género, posição essa sempre contestável» (Connell, 2005, p. 76)³. É por isso que há quem prefira utilizar o termo «masculinidades patriarcais» no sentido de deixar claro o que significa hegemónico no atual contexto e que pode ser distinto de outros contextos ou cronologias (ver, por exemplo, Van der Gaag et al., 2023). Uma das declinações da masculinidade hegemónica e patriarcal é a «masculinidade tóxica», que visibiliza traços masculinos legitimadores da violência gratuita, da dominação, da desvalorização e da objetificação da mulher, assim como da condenação de expressões de masculinidades não heteronormativas (Kupers, 2005). Tanto a manosphere como o masculinismo político populista oscilam entre expressões de masculinidade hegemónica e tóxica, com grande ênfase na segunda no sentido em que causam dano. Mesmo que ganhem corpo essencialmente na esfera narrativa e discursiva, não devemos esquecer que discurso e narrativas são sempre produtivos, ou seja, refletem e produzem realidade, e, por isso, têm consequências sociais na vida concreta de todos os dias (Butler, 1990; Fairclough, 1989). Esta secção pretende apresentar cada uma destas duas peças do *puzzle* deste capítulo, evidenciando não só as suas características e os seus contornos individuais, mas também como cada uma delas corporiza declinações do patriarcado e, na lógica contínua do patriarcado, se reforçam e legitimam mutuamente.

³ Tradução nossa.

2.1. A Manosfera

Hoje, a «manosfera» é um termo abrangente que agrega, no espaço digital, produtos como *podcasts*, vídeos, blogues, *websites* e contas (individuais e páginas) de redes sociais que partilham a convicção de que os homens são vítimas das mulheres e que a «ilusão feminista» (Ging, 2019) e o «politicamente correto» não devem estar mais na agenda política e nas práticas sociais dos dias de hoje. Tendo o termo manosfera aparecido pela primeira vez em 2009, numa publicação de um blogue para «descrever uma rede *online* de comunidades de interesses masculinos», a palavra tornou-se particularmente popular através da publicação do livro *A Manosfera: Uma nova esperança para a masculinidade*⁴, de Ian Ironwood (Ging, 2019, p. 3). Hoje, a manosfera representa uma das faces mais visíveis da misoginia *online*, tendo conhecido uma grande expansão na sua atividade, agência e capacidade de engajamento na última década e meia, a par do que podemos ver como a expansão «horizontal» e «vertical» do digital (Santos, 2021, p. 190).

Embora a sua estrutura seja difusa e orgânica, a literatura tende a identificar, no seu seio, quatro grandes grupos ou subculturas: «Ativistas dos direitos dos homens» (MRAs⁵), «Homens seguindo o seu próprio caminho» (MGTOW⁶), «Artistas do engate» (PUAs⁷) e os «Celibatários Involuntários» (INCELS⁸) (Lilly, 2016; Basu, 2020). Tendo contornos distintos, os diferentes grupos assumem como denominador comum o que eles próprios apelidam de filosofia da «pílula vermelha» – uma alusão à narrativa central do filme *Matrix* – e que aponta para a ideia de escolha perante dois cenários opostos em que apenas um permite acordar para a realidade: são os homens

⁴ Tradução nossa.

⁵ Men's Rights Activists.

⁶ Men Going Their Own Way.

⁷ Pick-up Artist.

⁸ Involuntary Celibates.

e não as mulheres que são oprimidos nas sociedades contemporâneas (Lilly, 2016). Neste contexto, a filosofia da pílula vermelha sustenta a política misógina da manosphere que defende o resgate da masculinidade e feminilidades tradicionais. Em termos práticos, os discursos misóginos na manosphere ganham corpo em publicações de texto e/ou imagens e vídeos que expressam desabaços, *trolling*, celebração de conquistas centradas na objetificação das mulheres, ódio explícito e incitamento à violência contra mulheres. O digital abre, assim, as portas a que indivíduos com crenças misóginas encontrem espaços permanentes de partilha e de legitimação do seu sexismo, amplificando o potencial mobilizador da sua misoginia e da violência que a encerra – *online* e *offline*.

2.2. O Masculinismo Político Populista

Nos últimos dez anos, assistimos ao ressurgimento e mobilizações de movimentos populistas, tanto à esquerda como à direita do espectro político, em variadas geografias do mundo. Mas tem sido o populismo de direita a alcançar maior sucesso político e eleitoral, como evidenciado nas eleições para o Parlamento Europeu desde 2014, nas eleições de Narendra Modi (Índia), em 2014, Donald Trump (Estados Unidos), em 2016, ou Jair Bolsonaro (Brasil), em 2018, entre outros.

Muito se tem falado e escrito sobre as razões e origens desta última vaga de movimentos e líderes populistas, particularmente nos países ocidentais (cf. Mudde, 2019; Goodwin, 2019; Mannuci, 2020). Desde a incapacidade de resposta do *establishment* às dificuldades quotidianas das sociedades globalizadas, da regressão de direitos e bem-estar em várias camadas da população, ou das repercussões a eventos existenciais como atentados terroristas, crises financeiras ou largos fluxos migratórios. Mas se o populismo pode assumir diversas roupagens (sejam ideológicas, estilísticas, de atitude e/ou retóricas), a literatura mais recente que se debruça sobre este fenómeno encontra ligações dentro da heterogeneidade do populismo de direita radical

– e das suas diferentes agendas e dos seus desempenhos – com questões identitárias, em particular relacionadas com questões religiosas e de género (e.g., Mudde & Kaltwasser, 2015; Mudde, 2019; Kuhar & Paternotte, 2017; Dietze & Roth, 2020; Giorgi et al., 2023; Linders et al., 2023; Turner, 2024). Enquanto movimentos genderizados, promovem políticas de identidade masculinistas nas intersecções de género, classe, religião, etnia e sexualidade (Sauer, 2020).

O masculinismo é, portanto, uma peça central desta agenda e uma forma de fazer política. Por masculinismo, entendemos um movimento heterogéneo que, tal como o feminismo, engloba um conjunto heterogéneo de mundivisões, mas que se constrói a partir de um mesmo denominador comum. No cerne do movimento masculinista está a rejeição da existência de um patriarcado universal e a premissa de que, no atual momento político «pós-feminista», são os homens o segmento da população mais desfavorecido na sociedade. As suas reivindicações refletem a heterogeneidade dentro do movimento, que vão desde direitos iguais para os homens no acesso à custódia dos filhos/as após o divórcio até à abolição total dos direitos das mulheres (Chandler & Munday, 2020).

Os movimentos e líderes populistas de direita têm adotado posições e construções discursivas assentes em visões masculinistas, misóginas, sexistas e de celebração de um estilo de liderança política de «homem forte» (Löffler et al., 2020, p. 1) – este é um aspeto central da sua proposta e do seu desempenho – mesmo que haja algumas diferenças nos seus posicionamentos. Por exemplo, Trump e Bolsonaro têm posicionamentos diferentes em relação à homossexualidade: enquanto ambos admitem ser favoráveis à «liberdade» de discriminar um trabalhador com base na sua identidade de género ou orientação sexual (cf. ACLU, 2024; Matos, 2022) no momento da contratação ou despedimento, para Bolsonaro a hegemonia da masculinidade heteronormativa é declaradamente assente na emasculação das masculinidades não heterossexuais. Exemplos disso mesmo são as várias declarações de que preferia que os seus filhos morressem

se fossem *gays*; que a homossexualidade poderia ser corrigida por uma parentalidade com recurso à violência física; ou que a sociedade brasileira não gosta de homossexuais e que demonstrações homoafetivas no espaço público são uma ofensa à sociedade e à família (brasileira), entre outras (El País Brasil, 2018; Matos, 2022).

Para estas lideranças e formas de entender e fazer política, a masculinidade tradicional não é suscetível de críticas (Löffler et al., 2020), mas um dos pilares centrais da sua retórica provocadora de abalo ao sistema. Ironicamente, várias lideranças destes movimentos têm sido ocupadas por mulheres – como Le Pen ou Meloni – que, ainda que corporizando muitas vezes traços de masculinismo populista, desafiam em parte, esta receita (Snipes & Mudde, 2020).

3. Convergências Digitais do Patriarcado e os *Continuums* da Exceção no Contexto Covid-19

Além do *continuum* da violência de género *offline* e *online*, há também um *continuum* da misoginia da retórica das lideranças políticas para o espaço de partilha da *manosfera*. Como afirmam Barker et al. (2021, p. 171), apesar de as comunidades *online* da *manosfera* terem existido antes da COVID-19 e irem, à partida, continuar a existir depois da pandemia estar ultrapassada, «o isolamento social e a politização deliberada da extrema-direita da crescente precariedade económica dos homens sugere que 2020 foi um ano particularmente fértil para a expansão dos esforços»⁹ de mobilização da misoginia, com um claro impacto *online* e na violência contra as mulheres – dentro e fora dessa esfera. Focando primeiro nas retóricas populistas e misóginas de chefias políticas e, de seguida, nas dinâmicas e nos discursos veiculados na *manosfera*, esta secção pretende precisamente concretizar o nosso argumento através de ilustrações tanto da *manosfera* como do masculinismo político populista e da forma

⁹ Tradução nossa.

como estes contribuíram para reforçar e legitimar mutuamente as suas agendas misóginas e as violências que estas corporizam e alimentam, com impactos na violência *online* contra as mulheres.

3.1. Lentes Genderizadas de Interpretação da Pandemia e a Centralidade do *Online*

As retóricas sobre a pandemia COVID-19 invocaram quase sempre imaginários genderizados, reproduzindo os entendimentos patriarcais – binários, essencialistas e hierárquicos – de masculino e feminino, e, portanto, do que significa ser, comportar-se e expressar-se como homem e como mulher (Ng, 2020; Waylen, 2021; Arora et al., 2024). Desde logo, e perante o quadro macro da pandemia, os dois lados da moeda patriarcal foram sendo mobilizados. Perante a vulnerabilidade da doença e a necessidade do seu cuidado, ativaram-se imaginários femininos de proteção, em muito próximos ou alinhados com uma visão maternal da mulher. E face à ameaça e disrupção que a pandemia representava e à necessidade do seu combate, as retóricas foram povoadas, em muitas circunstâncias, por construções e evocações de imaginários tradicionalmente masculinos, recorrendo, amiúde, a gramáticas securitárias e mesmo bélicas. Tal foi o caso de Donald Trump¹⁰, mas também de Emmanuel Macron¹¹, de Tedros Adhanom Ghebreyesus¹² ou mesmo António Guterres¹³.

¹⁰ Guardian News (2020, 23 de março). *Coronavirus: Trump calls himself «wartime president» in battle with «invisible enemy»* [Video]. YouTube. <https://www.youtube.com/watch?v=mVAhBfRDxec>

¹¹ BBC (2020, 16 de março). *Coronavirus: «We are at war» – Macron*. <https://www.bbc.com/news/av/51917380>

¹² Chappel, B. (2020, 26 de março). *«We Are At War», WHO Head Says, Warning Millions Could Die From COVID-19*. NPR. <https://www.npr.org/sections/coronavirus-live-updates/2020/03/26/822123471/we-are-at-war-who-head-says-warning-millions-could-die-from-covid-19?t=1610394220459>

¹³ UNRIC (2020, 19 de março). *«We are at war with a virus» – UN Secretary-General*. <https://unric.org/en/covid-19-we-are-at-war-with-a-virus-un-secretary-general-antonio-guterres/>.

Também nos comportamentos e na forma como cada indivíduo era considerado face à pandemia, as concepções e os julgamentos genderizados eram frequentes. Como afirma Ng, a masculinidade hegemónica codificava o uso de máscara como um sinal de fraqueza (Ng, 2020, p. 694), sendo a utilização da máscara como medida de proteção e prevenção frequentemente vista como um reconhecimento de vulnerabilidade apenas permitido às mulheres e alinhado com uma construção feminina de preocupação e cuidado pela comunidade (Bhasin et al., 2020).

É igualmente importante ter em conta que a presença da esfera digital e do mundo *online* durante a pandemia conheceu um crescimento e uma centralidade possivelmente não igualáveis em tempos anteriores.¹⁴ Enquanto mais e mais pessoas estão expostas aos média, as mensagens destes são mais propensas a influenciar as suas crenças face à realidade social que as rodeia (Gerbner, 1998). Da mesma forma, mesmo pessoas não conscientes dos seus próprios valores patriarcais podem ser influenciadas por estes (Matêjû et al., 2017). Neste sentido, a exposição às discussões públicas genderizadas que aconteciam *online* foram particularmente relevantes. A pandemia permitiu exacerbar a legitimação da mansfêra e do masculinismo político populista que, em última instância, se alimentavam mutuamente, contribuindo – em esferas e camadas distintas – para a consolidação da hierarquia patriarcal entre homens e mulheres e para a legitimação de práticas de violência contra as mulheres.

4. O Masculinismo Político Populista perante a ameaça COVID-19

A pandemia incentivou a necessidade de uma dualidade discursiva em líderes populistas: se, por um lado, a pandemia era apresentada

¹⁴ Ver, por exemplo: McClain, C. et al. (2021, 1 de setembro). *The Internet and the Pandemic*. Pew Research Center. <https://www.pewresearch.org/internet/2021/09/01/the-internet-and-the-pandemic/>

como uma oportunidade para reforçar o lado protetor e paternalista do líder – e. g., Trump repetidamente afirmou ter a pandemia «sob controlo» nos primeiros três meses de 2020 (Cillizza, 2020); Bolsonaro, em resposta a números recordes de vítimas mortais diárias, afirma «Eu sou Messias, mas não faço milagre» (BBC, 2020) –, por outro, a projeção da sua própria masculinidade enquanto fator identitário e de mobilização política impeliu frequentemente muitos dos mesmos líderes a minimizarem, subestimarem ou desvalorizarem a real capacidade de dano que a pandemia infligia na sociedade e no próprio líder. Bolsonaro repetidamente apelidou a pandemia de «gripezinha», minimizando-a face ao atentado que sofreu em 2018. Por seu turno, Trump minimizou a pandemia recorrentemente, mas também aproveitou para afirmar a sua capacidade de defender o interesse nacional do «Kung Flu» politizando a pandemia num contexto de competição entre os Estados Unidos da América e a China, ou de tratar a pandemia como uma nova «farsa» do Partido Democrata para o derrubar.

Esta politização da pandemia não teve apenas declinações nas dimensões securitárias ou económico-financeiras, mas também uma premente dimensão de género que reforça concepções heteronormativas e papéis tradicionais de género. Em novembro de 2020, Bolsonaro declarou que o Brasil não poderia enfrentar o COVID-19 como «um país de maricas», tendo meses antes afirmado que «[O] vírus está aí. Vamos ter que enfrentá-lo, mas enfrentar como homem, porra. Não como um moleque. Vamos enfrentar o vírus com a realidade. É a vida. Tomos nós iremos morrer um dia» (BBC, 2020).

Quando tanto Trump e Bolsonaro contraíram o vírus, as narrativas (quer próprias como por parte do seu eleitorado) invariavelmente reforçavam a masculinidade previamente projetada do líder como garante de sucesso: o porte e histórico atlético do presidente brasileiro, e os genes miraculosos do presidente norte-americano (BBC, 2020; Nguyen, 2020; Chait, 2020).

5. Manosfera: entre a Culpabilização e a Objetificação da Mulher na Pandemia

Se as declarações de líderes políticos populistas masculinistas estiveram sempre povoadas de sexismo e de misoginia no espaço mediático – pelas contas individuais dos seus líderes nas redes sociais ou pelas notícias sobre as suas declarações que circulavam a partir das páginas dos média jornalísticos –, também o espaço popular da manosfera seguiu a mesma dinâmica. Na verdade, foi durante a pandemia COVID-19 que Andrew Tate – considerado um *Manfluencer*¹⁵ – emergiu como o mais proeminente rosto da manosfera e, durante algumas semanas, foi mesmo a pessoa mais pesquisada no Google em todo o mundo, mostrando a vivacidade destes movimentos e o seu potencial mobilizador num contexto de grande confinamento e socialização *online*. Estando presente em várias plataformas *online* com conteúdos nos quais defende a violência contra as mulheres, Andrew Tate reúne inúmeros seguidores, e os seus vídeos têm acumulado biliões de visualizações (McCullough, 2023). Além deste ícone, no contexto da manosfera de base, foi também comum as mulheres serem percecionadas como «culpadas por violarem as regras de distanciamento social, contribuindo assim para a propagação da COVID-19, ou por serem irracionais e alimentarem a “pânico-demia”, pressionando os governos a implementarem políticas de distanciamento social que paralisam financeiramente os homens e negócios pertencentes a homens»¹⁶ (Trott, 2020), contribuindo para um entendimento binário e essencialista da pandemia (vítimas: os homens; agressores: as mulheres), que sublinha a natureza de vítima dos homens face ao comportamento das mulheres, ajudando a legitimar qualquer violência contra as mulheres – *online* e *offline*.

¹⁵ Ver Rowlands, L. (2024, 27 de março). *Can we talk about Tate? The «manosphere» in Australian schools*. Al Jazeera. <https://www.aljazeera.com/features/2024/3/27/can-we-talk-about-tate-the-manosphere-in-australian-schools>

¹⁶ Tradução nossa.

Na manofera, houve também relatos de homens e rapazes a pressionarem mulheres e raparigas em aplicações de encontros para quebrarem as regras de confinamento e do distanciamento social e se encontrarem para sexo (Trott, 2020), recorrendo ao assédio, mas também a insultos (Iovine, 2020), o que evidencia a potencialidade do abuso sexual neste contexto e a vulnerabilidade de meninas e mulheres mesmo em contexto digital, ou seja, fora do mundo *offline*. Do mesmo modo, há registos de vários esforços de preparação do que o grupo PUA apelidou de «Grand Pussy Reopening», o momento em que, levantada a exceção do confinamento, o grupo antecipava que as mulheres estariam ainda mais disponíveis sexualmente (Trott, 2020), exacerbando a objetificação das mulheres reconhecida a esta subcultura da manofera. A própria terminologia usada – *pussy reopening* – aponta para uma cosmologia misógina e uma objetificação desumanizada das mulheres. Ao colocar a realidade da sexualidade nestes termos, potencia que, entre os *continuuns* do *online* e do *offline*, a violência contra as mulheres seja legitimada junto da sua audiência.

Conclusão

Este capítulo pretendeu visibilizar o *continuum* da violência contra as mulheres nas sociedades patriarcais, escolhendo, como janela temporal concreta, o combate à pandemia COVID-19, e, como espaço de análise digital, a manofera e os discursos do masculinismo político populista. Pretendeu, assim, evidenciar como, perante a disrupção e a exceção, há uma série de *continuuns* que se mantêm, assim como se abre um espaço para negociação de normas. Neste caso, a misoginia assente no patriarcado é um dos *continuuns* identificados, pese embora exacerbado em termos de legitimidade e abrangência pelo digital, assim como uma estrutura – o patriarcado –, que vê na disrupção uma oportunidade para se (re)legitimar.

Na verdade, a ênfase na necessidade do cuidado, por um lado, e a lógica de securitização face a uma ameaça sem precedentes no nosso tempo de vida, por outro, facilitou o recurso a lentes genderizadas para ler, interpretar e abordar o combate à pandemia COVID-19. A par disso, e devido ao confinamento exigido, muita da vida e interação social migrou para o plano digital. Aqui, os *continuuns* patriarcais, os *continuuns* que ligam a esfera *online* à *offline*, aliados à disrupção do momento, abriram maior espaço para que os discursos misóginos povoassem a esfera pública com maior visibilidade e capacidade de mobilização, fazendo com que as discussões e os termos dos debates públicos sobre a pandemia tivessem um maior impacto na legitimação de crenças e comportamentos misóginos.

É também importante não negligenciar que a misoginia não se traduz apenas na misoginia declarada como em alguns grupos da manosphere, ou na violência explícita embebida na promoção de um determinado código de masculinidade. A misoginia também se revela nos seus silêncios e ausências, como a maior vulnerabilidade desproporcional das mulheres grávidas durante uma pandemia, particularmente se a escolha política de resposta a esta é o de alcançar a imunidade de grupo, em que o acesso a cuidados de saúde é limitado (e.g., Ventura et al., 2021).

Referências Bibliográficas

- ACLU (2024, 13 de junho). *Trump on LGBTQ Rights: Rolling Back Protections and Criminalizing Gender Nonconformity*. <https://www.aclu.org/news/lgbtq-rights/trump-on-lgbtq-rights-rolling-back-protections-and-criminalizing-gender-nonconformity>
- Amaral, I. (2016). *Redes Sociais na Internet: Sociabilidades Emergentes*. LabCom Books.
- Arora, S., Debesay, J., & Eslen-Ziya, H. (2024). Gendered COVID-19 discussions on Twitter: a Norwegian case. *Online Information Review*, 48(2), 425-437. <https://doi.org/10.1108/OIR-08-2022-0482>
- Barker, G., Burrell, S., & Ruxton, S. (2021). COVID-19 and Masculinities in Global Perspective: Reflections from Promundo's Research and Activism. *Men and Masculinities*, 24(1), 168-174. <https://doi.org/10.1177/1097184X211000385>
- Basu, T. (2020, 7 de fevereiro). *The «manosphere» is getting more toxic as angry men join the incels*. MIT Technology Review. <https://www.technologyreview.com>

com/2020/02/07/349052/the-manosphere-is-getting-more-toxic-as-angry-men-join-the-incels/

- BBC (2020, 11 de novembro). *Coronavírus: «país de maricas» e outras 8 frases de Bolsonaro sobre pandemia que matou 162 mil pessoas no Brasil*. <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-54902608>
- Bennett, W. L., & Segerberg, A. (2011). Digital media and the personalization of collective action. *Information Communication and Society*, 14(6), 770-799. <https://doi.org/10.1080/1369118X.2011.579141>
- Bhasin, T., Butcher, C., Gordon, E., Hallward, M., & LeFebvre, R. (2020). Does Karen wear a mask? The gendering of COVID-19 masking rhetoric, *International Journal of Sociology and Social Policy*, 40(9/10), 929-937. <https://doi.org/10.1108/IJSSP-07-2020-0293>
- Butler, J. (1990) *Gender trouble: feminism and the subversion of identity*. Routledge.
- Chait, J. (2020, 11 de outubro). Trump's Lifelong Obsession With His Superior DNA Is Being Put to the Test. *New York Magazine*. <https://nymag.com/intelligencer/2020/10/donald-trump-genetic-delusions-and-covid-19.html>
- Chandler, D., & Munday, R. (2020). *Dictionary of Media and Communication*. Oxford University Press. <https://www.oxfordreference.com/display/10.1093/oi/authority.20110803100138854>.
- Cillizza, C. (2020, 22 de julho). «These 5 words may cost Trump a second term», The Point With Chris Cillizza. *CNN*. <https://edition.cnn.com/2020/07/22/politics/donald-trump-i-alone-can-fix-it-coronavirus/index.html>
- Connell, R. (2005). *Masculinities* (2nd ed.). Polity Press.
- Dietze, G., & Roth, J. (2020). Right-Wing Populism and Gender: A Preliminary Cartography of an Emergent Field of Research. In G. Dietze, & J. Roth (Eds.). *Right-Wing Populism and Gender: European Perspectives and Beyond* (pp. 7-22). transcript Verlag.
- EIGE (2024). *What is gender-based violence?* <https://eige.europa.eu/gender-based-violence/what-is-gender-based-violence>
- El País* (2018, 7 de outubro) *O que Bolsonaro já disse de fato sobre mulheres, negros e gays*. https://brasil.elpais.com/brasil/2018/10/06/politica/1538859277_033603.html#
- Fairclough, N. (1989). *Language and power*. Longman.
- Fernback, J. (1997). The individual within the collective: virtual ideology and the realization of collective principles. In Jones, S. (Ed.) *Virtual Culture. Identity & Communication in Cybersociety* (pp. 36-54). Sage.
- Galtung, J. (1996). *Peace by peaceful means: Peace and conflict, development and civilization*. SAGE Publications Ltd.
- Gerbner, G. (1998). Cultivation analysis: An overview. *Mass Communication and Society*, 1(3-4), 175-194. <https://doi.org/10.1080/15205436.1998.9677855>
- Ging, D. (2019). Alphas, Betas, and Incels: Theorizing the Masculinities of the Manosphere. *Men and Masculinities*, 22(4), 638-657. <https://doi.org/10.1177/1097184X17706401>
- Giorgi, A., Garraio, J., & Toldy, T. (Eds.) (2024). *Religion, Gender, and Populism in the Mediterranean*. Routledge.
- Goodwin, M. (2019). Extreme Politics: The Four Waves of National Populism in the West. In D. Needham, & J. Weitzdörfer (Eds.), *Extremes* (pp. 104-123). Cambridge University. <https://doi.org/10.1017/9781108654722.007>
- Granovetter, M. (1973). The strength of weak ties. *American Journal of Sociology*, 78(6), 1360-1380.

- Iovine, A. (2020, 27 de abril) *Men Are Harassing Women On Dating Apps To Meet Up And Break Social Distancing Rules*. Mashable India. <https://in.mashable.com/culture/13525/men-are-harassing-women-on-dating-apps-to-meet-up-and-break-social-distancing-rules>
- Kelly, L. (1987). The Continuum of Sexual Violence. In J. Hanmer, & M. Maynard (Eds.), *Women, Violence, and Social Control* (pp. 46-60). Macmillan.
- Kuhar, R., & Paternotte, D. (2017). *Anti-Gender Campaigns in Europe: Mobilizing against Equality*. Rowman & Littlefield.
- Kupers, T. (2005). Toxic masculinity as a barrier to mental health treatment in prison. *Journal of Clinical Psychology*, 61(6), 13-724. <https://doi.org/10.1002/jclp.20105>
- Leal, S. (2021, 14 de abril). Entrevista a Patrícia Campos Mello: «O uso de “fake news” e de desinformação é uma arma de governos populistas». *Polígrafo*. <https://poligrafo.sapo.pt/entrevista/patricia-campos-mello-o-uso-de-fake-news-e-de-desinformacao-e-uma-arma-de-governos-populistas/>
- Lilly, M. (2016). *«The World is Not a Safe Place for Men»: The Representational Politics of the Manosphere* [Dissertação de mestrado não publicada]. University of Ottawa. <http://dx.doi.org/10.20381/ruor-5184>
- Linders, N., Dudink, S., & Spierings, N. (2023). Masculinity and Sexuality in Populist Radical Right Leadership. *Politics & Gender*. 19(3), 653-674. <https://doi.org/10.1017/S1743923X22000265>
- Löffler, M. (2020). Populist attraction: the symbolic uses of masculinities in the Austrian general election campaign 2017. *NORMA – International Journal for Masculinity Studies*, 15(1), 10-25. <https://doi.org/10.1080/18902138.2020.1715118>
- Mannuci, L. (2020). *Populism and Collective Memory: Comparing Fascist Legacies in Western Europe*. Routledge. <https://doi.org/10.4324/9780429275289>
- Matějů, P., Smith, M., Weidnerová, S., & Anýžová, P. (2017). The role of basic values and education on women’s work and family preferences in Europe. *International Journal of Sociology and Social Policy*, 37(9/10), 494-514. <https://doi.org/10.1108/IJSSP-10-2016-0117>
- Matos, C. (2022, 25 de setembro). Os Homossexuais na visão de Bolsonaro. *Congresso em Foco*. <https://congressoemfoco.uol.com.br/area/governo/os-homossexuais-na-visao-de-bolsonaro/>
- McCullough, S. (2023, 12 de setembro). *Online misogyny: the «manosphere» Extremist digital sexism with dangerous real-world consequences*. Canadian Museum for Human Rights. <https://humanrights.ca/story/online-misogyny-manosphere>
- Mudde, C. (2019). *The Far Right Today*. Polity Press.
- Mudde, C., & Kaltwasser, R. (2015). Vox Populi or Vox Masculini? Populism and Gender in Northern Europe and South America. *Patterns of Prejudice*, 49(1-2), 16-36. <https://doi.org/10.1080/0031322X.2015.1014197>
- Ng, E. (2020). Unmasking Masculinity: Considering Gender, Science, and Nation in Responses to COVID-19. *Feminist Studies*, 46(3), 694-703. <https://doi.org/10.15767/feministstudies.46.3.0694>
- Nguyen, T. (2020, 2 de outubro). «God-tier genetics»: A stunned MAGA world offers blame, adulation after Trump’s diagnosis. *Politico*. <https://www.politico.com/news/2020/10/02/maga-world-blame-adulation-trump-covid-425624>
- Santos, S. (2021). Admirável mundo velho: os (e-)continuuns do poder das relações internacionais. In J. Pureza, & M. Ferreira (Eds.), *Emancipar o mundo. Teoria Crítica e Relações Internacionais* (pp. 187-212). Almedina e Centro de Estudos Sociais.

- Santos, S., Amaral, I., Simões, R., & Brites, M. (2021). Debunking the #Manosphere: An Exploratory Analysis on Patriarchy and Ageism Within the Digital Realm. In Z. Gao (Ed.), *Human Aspects of IT for the Aged Population. Technology Design and Acceptance. Lecture Notes in Computer Science* (pp. 420-429). Springer International Publishing. https://doi.org/10.1007/978-3-030-78108-8_31
- Sauer, B. (2020). Authoritarian Right-Wing Populism as Masculinist Identity Politics. The Role of Affects. In Dietze, G., & Roth, J. (Eds.) *Right-Wing Populism and Gender* (pp. 23-40). transcript Verlag. <https://doi.org/10.14361/9783839449806-002>
- Schippers, M. (2007). Recovering the feminine other: masculinity, femininity, and gender hegemony. *Theory and Society*, 36(1), 85-102. <https://doi.org/10.1007/s11186-007-9022-4>
- Sheperd, L. (2008). *Gender, Violence and Security: Discourse as Practice*. Zed Books.
- Snipes, A., & Mudde, C. (2020). «France's (Kinder, Gentler) Extremist»: Marine Le Pen, Intersectionality, and Media Framing of Female Populist Radical Right Leaders. *Politics & Gender*, 16(2), 438-470. <https://doi.org/10.1017/S1743923X19000370>
- Trott, V. (2020, 12 de junho). *It's a «manosphere» world: How men's online groups have responded to COVID-19*. Lens. <https://lens.monash.edu/@politics-society/2020/06/12/1380620/its-a-manosphere-world-how-mens-online-groups-have-responded-to-covid-19>
- Turner, B. (2024). Masculinity, Citizenship, and Demography: the Rise of Populism. *International Journal of Politics, Culture, and Society*, 37, 203-217. <https://doi.org/10.1007/s10767-023-09459-w>
- Van der Gaag, N., Massoumian, A., & Nightingale, D. (Eds.) (2023). *Patriarchy in practice: Ethnographies of everyday masculinities*. Bloomsbury Academic. <https://doi.org/10.1080/13504630.2024.2325096>
- Ventura, D., Lotta, G., Pereira, G., Nacif Pimenta, D., Tamaki, E. & Wenham, C. (2021). *COVID-19: Bolsonaro tells Brazilians to stop «being a country of sissies»*. The Gender and Public Health Emergencies Working Group. <https://www.genderandcovid-19.org/resources/covid-19-bolsonaro-tells-brazilians-to-stop-being-a-country-of-sissies/>
- Waylen, G. (2021). Gendering political leadership: hypermasculine leadership and Covid-19. *Journal of European Public Policy*, 28(8), 1153-1173. <https://doi.org/10.1080/13501763.2021.1942160>

**DA FRAGILIDADE DOS DIAS:
CONFINAMENTO, CONTINGÊNCIA
E LUTA EM TEMPOS DE PANDEMIAS¹**
**FROM THE FRAGILITY OF DAYS: CONFINEMENT,
CONTINGENCY AND STRIVING IN TIMES
OF PANDEMICS**

Sara Isabel Magalhães

Centro de Psicologia da Universidade do Porto

<https://orcid.org/0000-0002-2924-3714>

Resumo: A luta feminista sempre se bateu por fazer visíveis as assimetrias de poder que remetem as mulheres para posicionamentos secundários e de alteridade. Nunca mais que agora estas assimetrias são visíveis. A pandemia por SARS-COV-2 (COVID-19) que vivemos enquadrar-nos exatamente numa posição em que se conjugam assimetrias e fragilidades em encontros contingentes diários. É em este convocar que nos propomos a refletir criticamente sobre os impactos da COVID-19 e da vivência pandémica na/da violência de género. Partimos de uma perspetiva feminista crítica interseccional para pensar estes múltiplos posicionamentos que acentuam fragilidades, mas também para perspetivar futuros.

Palavras-chave: violência de género; pandemia COVID-19; fragilidade; feminismo interseccional.

¹ O trabalho de Sara Isabel Magalhães é financiado por fundos nacionais através da FCT – Fundação para a Ciência e a Tecnologia, I.P. no âmbito do projeto UIDB/0050/2020.

Abstract: The feminist struggle has always fought to make visible the power asymmetries that consign women to secondary and othering positions. Never more than now are these asymmetries visible. The SARS-COV-2 pandemic (COVID-19) which we lived puts us precisely in a position where asymmetries and fragilities are combined in daily contingent encounters. It is in this convocation that we propose to critically reflect on the impacts of COVID-19 and the pandemic experience on/of gender violence. We start from a critical intersectional feminist perspective to think about these multiple positions that accentuate fragilities, but also to envision the future.

Keywords: gender-based violence; COVID-19 pandemic; fragility; intersectional feminism.

«Se te quiserem convencer de que é impossível, diz-lhes que impossível é ficares calado, impossível é não teres voz. Temos direito a viver.»

José Luís Peixoto, *Abraço*

Na sua génese, a luta feminista tem o combate a situações de confinamento e restrição impostas a mulheres (Casado, 2021), relegando-as para uma posição de subalternidade e subjugação. A ameaça da COVID-19 veio visibilizar estes sistemas de opressão baseados no sistema patriarcal e misógino (Menezes & Aguiar, 2021).

Como afirmam Cersosimo e Marra (2020, p. 711), «nos últimos meses, a COVID-19 tem distorcido a nossa vida quotidiana de formas inesperadas e violentas, devastando irreversivelmente as nossas estruturas mundiais aparentemente fortes».

E é na sequência da declaração da Organização Mundial da Saúde (OMS) que é colocada em evidência a necessidade de se refletir criticamente, sob uma perspetiva feminista crítica interseccional, sobre não apenas as restrições pandémicas, mas também as fragilidades que estas expõem.

Violência de Género – Pandemia antes da Pandemia

A violência de género é um conceito guarda-chuva cuja:

natureza estrutural assenta numa cultura de assimetria entre os sexos, historicamente legitimada, [que] atinge sobretudo as crianças do sexo feminino e as mulheres e constitui-se como um dos maiores obstáculos à consagração da igualdade de género (FRA 2014; UNFPA, 2013). (Neves, 2016, p. 519)

Consumada ou não, a violência de género gera sempre impactos psicológicos além dos físicos, sexuais ou mesmo económicos. Enquadra comportamentos como violência doméstica, abuso ou assédio sexual, violação, *stalking*, mas também a violência sexual em situação de conflito ou alegada prática cultural tradicional, tráfico de mulheres e exploração sexual, uso forçado de contraceptivos, esterilização ou aborto forçado, feticídio ou femicídio (United Nations, 1995). Além da abrangência do seu impacto e das suas formas, esta ocorre ainda transversalmente a culturas, estruturas sociais, sexos ou sociedades (Cersosimo & Marra, 2020).

De facto, a violência de género tem sido, ao longo dos anos, uma história permeada por lógicas de poder que subordinam, há séculos, as mulheres a mecanismos e tecnologias misóginas de pensamento (Caballé, 2006; Casado, 2021). Como destacam Malta et al. (2021, p. 845), «a necessidade de confinamento traz à tona a reflexão sobre o espaço do lar como lugar inseguro para uma parcela significativa de mulheres e, de forma mais profunda, o ambiente doméstico como símbolo do poder patriarcal».

É neste sentido que a dimensão multidimensional, atuante e desafiante a múltiplos níveis, faz da violência de género o fenómeno social que maior atenção requer nos últimos anos² com vista à sua

² Relembramos que a *Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres* (CEDAW) foi adotada pelas Nações Unidas, em 1979. Disponível em <https://www.un.org/womenwatch/daw/cedaw/cedaw.htm>

erradicação. E ainda que seja uma problemática no topo das agendas mundiais há já algum tempo, continuamos a fazer caminho sobre uma fina camada de gelo com a percepção que cada ganho pode ser temporário e que facilmente os direitos poderão ser revertidos, se não totalmente, pelo menos em alguns aspetos cruciais.

Nadje Al-Ali (2020) concretiza, assumindo que vivemos uma pandemia global, que, no caso das mulheres, adicionou à já presente pandemia da violência de género. A sua conceptualização destaca esta instabilidade face à luta contra a violência de género. Em Portugal, por exemplo, e independentemente da evolução dos mecanismos de resposta disponíveis, em 2019, assinalaram-se 22 423 crimes de violência doméstica contra o cônjuge ou análogo (INE, 2020) contabilizando quase 7,5% da criminalidade registada. E é neste sentido que concordamos com Casado (2021, p. 108) quando afirma que «qualquer confinamento por razões económicas, políticas ou de saúde que afetem a sociedade como um todo, como no caso da actual pandemia de COVID-19, é um confinamento duplo para as mulheres».

Não podemos, portanto, ignorar o acentuar de fragilidades que a situação pandémica veio acrescer sobre vivências particulares das mulheres, acentuando desigualdades existentes, formas de exclusão, marginalização e pobreza (Al-Ali, 2020).

All Issues are Women's Issues

Vinte e cinco anos depois da Conferência de Pequim³, o seu lema ressurgiu como fazendo ainda mais sentido: *All issues are women's issues* (Upreti & Yoon, 2020).

³ A Conferência de Pequim foi a IV Conferência Mundial Sobre a Mulher, subordinada ao tema «Ação para a Igualdade, o Desenvolvimento e a Paz». Realizou-se no ano de 1995, e tinha como objetivo central a promoção da situação e dos direitos da mulher em todo o mundo, que resultou na identificação de um conjunto de áreas de preocupação prioritária cuja intervenção se estende até aos nossos dias. A declaração oficial está disponível em <https://www.un.org/womenwatch/daw/beijing/pdf/BDPfA%20E.pdf>

Apesar de uma percepção inicial de igualdade face à avassaladora progressão epidémica, e depois pandémica, rapidamente foi visível que a experiência não é igual para todas as pessoas. E, sobretudo, não é igual para as mulheres. E é desigual mesmo entre as mulheres, ainda que de forma global tenhamos sido nós, mulheres, a ser «desproporcionalmente afetadas pelas suas repercussões políticas, económicas e sociais» (Al-Ali, 2020, p. 334).

A vivência da pandemia é, portanto, profundamente genderizada nas suas experiências e vivências (Al-Ali, 2020), e as suas exigências tornaram visíveis assimetrias e posicionamentos sociais amiúde ignorados. Relembremos, pois, a quantidade de profissões consideradas essenciais que são maioritariamente asseguradas por mulheres: tarefas ligadas ao cuidado e assistência, mas também à higiene e/ou alimentação. A estas somou-se, muitas vezes, o acumular da jornada doméstica e a dificuldade de conciliação das responsabilidades parentais e familiares com as laborais.

E as responsabilidades de cuidado não remuneradas aumentaram drasticamente à medida que a COVID-19 fechou escolas, sobrecarregou os serviços de saúde e aumentou as necessidades de cuidados às pessoas mais idosas, expondo a fragilidade dos papéis das mulheres e a sua participação na economia remunerada (Berkhout & Richardson, 2020; Power, 2020; Ryan & El Ayadi, 2020).

Martins e Alagia (2020, p. 10) relembam que:

São as mulheres que dão *status* político ao cuidado, que realizam os trabalhos não pagos, que vivenciam duplas, triplas jornadas de trabalho mal pago e estão na linha de frente das atividades que garantem a reprodução e manutenção da vida. Hoje, mais do que nunca, casa e trabalho recaem em um mesmo espaço físico.

Assim, são perceptíveis impactos diferenciados resultantes das medidas governamentais e sanitárias adotadas, sendo estas sobretudo severas junto das populações mais vulneráveis. Apesar de estratégias

centrais, amplamente adotadas, para a manutenção ou o restaurar de índices mínimos de saúde pública no âmbito da pandemia de COVID-19, medidas como o confinamento ou o isolamento social potenciaram o escalar de dinâmicas assimétricas, muitas das quais disfuncionais, no seio familiar, levando a um esvaziamento dos recursos familiares e das suas redes de apoio (Van Gelder et al., 2020).

Como refletido pela agência UN Women (2020), os múltiplos impactos negativos decorrentes das estratégias de mitigação da pandemia COVID-19 acentuaram ou potenciaram a ocorrência de múltiplas formas de violência contra mulheres e raparigas. De entre estas destacamos a população vítima de violência nas relações de intimidade, para quem a não possibilidade de separar o espaço doméstico das suas vivências mais públicas as coloca em situações de verdadeiro aprisionamento (Rauhaus et al., 2020). As suas residências passaram assim a ser locais inseguros, de abuso e violência (Cersosimo & Marra, 2020; EIGE, 2021).

Ou seja, as medidas restritivas vieram, do lado da vítima, limitar a capacidade de agência, de retirada da situação ou de pedido de auxílio, e, por outro lado, conferir a quem agride a possibilidade de escalada de violência, pela conjugação de situações de confinamento com sentimentos de incerteza, instabilidade económica, *distress* físico e psicológico e/ou perda de emprego. Acontecimentos estes que criam, junto de quem impõe a violência, uma sensação de enfraquecimento de poder e autoridade potenciando a escalada da severidade e aumentando a probabilidade de repetição do ataque (Miranda, 2022). Aguilar (2021, p. 192) defende mesmo que a situação pandémica obrigou as mulheres a serem «vítimas ocultas».

E é neste sentido que consideramos que as estratégias comumente adotadas pelos vários Estados e governos⁴, em nome do controlo sanitário da pandemia, se revelaram ineficazes na proteção face a esta outra, também premente, pandemia (Al-Ali, 2020; Bettinger-López &

⁴ Vale a pena salientar as boas-práticas adotadas em vários países europeus e que podem ser consultadas no artigo de Donato (2020) e no relatório do EIGE (2021).

Bro, 2020). Sobretudo porque a maioria das estratégias e medidas de intervenção e combate à violência de gênero durante este período dependeu e sobrecarregou sistemas já existentes (Meno et al., 2020; Roesch et al., 2020), criando entropia e diminuindo a capacidade de uma resposta efetiva do sistema.

Como nos relembra o relatório da EIGE (2021), é importante compreender como as medidas existentes neste âmbito podem ser reforçadas e que novas medidas podem ser implementadas para proteger e apoiar as mulheres, e os seus filhos, vítimas de violência de parceiros íntimos durante e no rescaldo do COVID-19, bem como em outras situações de potencial crise.

Como sistematizam Cersosimo e Marra (2020, p. 733):

Os abusos domésticos devem continuar a ser considerados uma consequência de saúde pública durante a pandemia da COVID-19. [...] As pessoas devem cumprir as medidas de precaução sem perder ligações pessoais, e compreender a grande importância de denunciar quaisquer preocupações de violência. [...] Manter as ligações sociais é uma estratégia importante em tempos de isolamento (Usher et al., 2020), ainda mais com a família ou amigos que suspeite estarem em risco de vulnerabilidade, pobreza e fragilidade.

De facto, como afirma Donato (2020, p. 883): «Crises e confinamentos podem exacerbar momentos de violência e restabelecer hierarquias de poder dentro de um agregado familiar.» A fragilidade dos dias radica exatamente nesta questão não antecipada pelas políticas sanitárias de combate à COVID-19.

Em muitos países, uma boa parte dos mecanismos instituídos ficou menos disponível dadas as restrições de circulação. A exigência do confinamento e do isolamento reiterou silêncios, fragilizando e invisibilizando as experiências de violência contra as mulheres e de gênero, mas, sobretudo, a violência nas relações de intimidade.

Podemos mesmo afirmar que a maioria das respostas governamentais à pandemia era cega no que respeita ao género (Al-Ali, 2020).

Todavia, mais do que abordagem de eixo-único, pensamos ser necessário um posicionamento interseccional que, partindo da vivência de género, olhe as múltiplas subjetividades, experiências e vulnerabilidades. Aliás, concordamos que os discursos feministas em torno da pandemia não podem senão partir das intersecções de género, classe social, origem étnico-racial, orientação sexual ou da diversidade funcional, em suma, de uma leitura posicionada e múltipla (Berkhout & Richardson, 2020).

Uma Leitura Interseccional da Fragilidade

É, portanto, a partir de um posicionamento interseccional que gostaríamos de refletir sobre as fragilidades da coocorrência destas pandemias.

Ancorado nos feminismos negros e nas tradições pós-coloniais da década de 1980, o termo interseccionalidade foi introduzido por Crenshaw (1989), referindo-se à multidimensionalidade que sustenta as subjetividades e as experiências dos grupos sociais, e principalmente a forma como estas têm impacto nas pessoas e populações mais oprimidas. A interseccionalidade emergiu também devido a posicionamentos críticos, argumentando a necessidade de desconstruir, uma segunda vaga de feminismo liberal que manteve, a homogeneização da categoria da mulher e de explorar a universalização das experiências. Assume uma proposta ampla, teórica e política, que pretende escapar às matrizes do «pensamento universal de um só eixo, de género, sujeitando a interseccionalidade às próprias formas de dominação epistémica que procura desfazer» (May, 2014, p. 95).

Uma análise feminista interseccional permitir-nos-á, pois, materializar os riscos existentes e compreender a desproporção dos seus impactos (Ryan & El Ayadi, 2020), uma vez que a teoria da interseccionalidade postula este desvendar dos sistemas de opressão múltipla

e simultânea decorrentes, nomeadamente, da forma como o género, a raça e a classe social interagem para produzir experiências complexas e sistémicas de opressão e privilégio (Cerqueira & Magalhães, 2019).

As respostas sociais devem, assim, partir de uma leitura interseccional da realidade, mas, sobretudo, de uma leitura interseccional da fragilidade e da vulnerabilidade humana. De facto, o surgimento da pandemia COVID-19 trouxe desafios para os sistemas de saúde e social (Berkhout & Richardson, 2020), educacional, económico, político, ambiental, cultural ou socioeconómico, mas também para a forma como comunicamos e partilhamos informação (Mukhtar, 2020, 2021; WHO, 2020).

Este olhar interseccional, como temos vindo a desenvolver, localiza a opressão nas múltiplas experiências das mulheres, na sua precariedade e por «explorações antes, durante e pós pandemia» (Martins & Alagia, 2020, p. 14) COVID-19. E é neste sentido que nos parece ser este o local de partida para uma posição de resistência e transformação social.

Tomemos dois exemplos mundiais. Primeiro, o da Feminist Alliance for Rights (FAR), que desenvolveu um manifesto, uma *Declaração das Feministas e das Organizações de Direitos das Mulheres do Sul Global e das Comunidades Marginalizadas do Norte Global*⁵, reivindicando efetivamente políticas feministas de luta contra as desigualdades geradas pela COVID-19. Uma declaração que destaca a importância dos direitos humanos, mas também de uma abordagem interseccional que assegure «que todas as pessoas têm acesso à informação necessária, sistemas de apoio e recursos durante a atual crise» (FAR, 2020). E um segundo, da Coordenadora Feminista 8M⁶, no Chile,

⁵ Disponível em <https://feministallianceforrights.org/blog/2020/03/20/action-call-for-a-feminist-covid-19-policy/>

⁶ A Coordenadora Feminista 8M (CF8M) «é um espaço que articula, de uma perspectiva feminista, múltiplas e diversas organizações sociais, políticas e individuais. Queremos fazer do feminismo uma perspectiva e uma ação política transversal dos movimentos sociais, promover o encontro, o diálogo e a ação coletiva entre diferentes organizações e promover uma agenda comum de mobilizações de um feminismo de maiorias contra a precariedade da vida». Disponível em <http://cf8m.cl/plan-de-emergencia-feminista-ante-crisis-coronavirus/>

que desenvolveu um *Plano de Emergência Feminista Face à Crise do Coronavírus*⁷. Nas suas palavras:

Face à emergência que o Coronavírus apresenta às nossas vidas, um plano de emergência feminista é – necessariamente – um plano que dá prioridade à saúde, à vida e aos cuidados acima dos lucros corporativos, e que também torna visíveis as condições em que se encontram aqueles que executam tarefas de cuidado. Estamos perante uma crise que irá intensificar a precariedade, a violência patriarcal e racista, bem como uma crise ecológica global e uma crise de cuidados de saúde. (Coordinadora Feminista 8M, 2020, p. 1)

E é neste sentido que concordamos com os alertas de Ryan e El Ayadi (2020, p. 1409):

O género deve ser integrado numa abordagem interseccional para orientar a resposta à pandemia da COVID-19 e assegurar a promoção e adoção de políticas que respondam à equidade e programação concebidas para reduzir os impactos de todos. Isto acabará por produzir uma resposta eficaz dentro e entre nações pobres e ricas em recursos no interior de um sistema global e interativo.

Esta leitura interseccional da fragilidade dos dias que vivemos implica, assim, uma luta desigual e a duas frentes. A luta contra a violência de género, pela mudança das estruturas e dos «contextos que moldam a forma como homens e mulheres experimentam as suas atitudes individuais e sociais, práticas coletivas e representações simbólicas do género» (Pitanguy, 2011, p. 562), enquanto nos reconstruímos da luta contra a pandemia de COVID-19.

⁷ Disponível em <https://media.elmostrador.cl/2020/03/Plan-de-emergencia-feminista-ante-crisis-coronavirus-2.pdf>

Queremos mesmo Voltar à «Normalidade»?

Enredados em lutas desiguais, ouvimos, muitas vezes, o *conforto* que seria regressarmos rapidamente à «normalidade».

Seguindo o trilho traçado pela leitura feminista crítica interseccional, esta ideia é tão perturbante como a de que estas pandemias estarão connosco ainda mais tempo. Não porque não compreenda a vontade de sair da pressão causada pelo estado atual, mas porque voltar à «normalidade» significaria branquear e invisibilizar experiências múltiplas. Significa ter parado no tempo, senão mesmo dar passos atrás.

Regressar à «normalidade» será aceitar o normativo, o dominante, uma versão «neutra» da Humanidade que se traduz num «homem, masculino, branco, eurocêntrico, compulsoriamente heteronormativo e reprodutor, saudável, urbano, fluente em idiomas de referência» (Braidotti, 2020, p. 466). O mesmo humano que procuramos, há décadas, desconstruir (Braidotti, 2020). Essa «normalidade», normatividade, exclui-nos do nosso próprio mundo, torna-nos menos que humanas, desumaniza-nos, excluí-nos da completa Humanidade (Braidotti, 2020).

É a partir deste posicionamento feminista que somos chamadas não à «normalidade», mas à diversidade. Uma diversidade que valoriza a igualdade na diferença, as múltiplas pertenças sociais, que (in)corporea subjetividades e alteridades. É urgente uma nova atitude, um questionamento ativo do que estava menos bem; uma proposta ativa de mudança e transformação social.

É urgente integrar que não é possível intervir num eixo único, de forma simplista e pouco reflexiva. A solução milagrosa para uma pandemia que mata pessoas não pode provocar outra que violenta, que mata mulheres. Assim, é urgente perceber que é preciso pensar com, participar, cooperar, para que a vivência social seja a melhor possível para todas as pessoas, sem deixar ninguém para trás. Num futuro que se espera nunca voltar, precisamos agir e não reagir, criar

laços de afeto, sororidades, que nos suportem nesta teia de opressões e desvantagens. É urgente pensar, partindo de múltiplos olhares, de múltiplos atores e atrizes sociais. Abandonar uma neutralidade padrão que já vimos que não apenas exclui, mas também mata.

No entanto, também não podemos deixar de perceber a janela de oportunidade que esta pandemia abriu. Atravessamos, sim, um momento particularmente desafiante das nossas vidas, um *kairós*. *Kairós* é um termo grego que não se traduz facilmente para a nossa linguagem ao incorporar em si duas metáforas, uma temporal e uma espacial. Temporalmente, *kairós* é um tempo de potencialidades, um tempo único durante o qual temos a potencialidade de atingir um resultado efetivamente transformador. É o tempo certo. Mas, espacialmente, é passagem. É a abertura, o espaço vazio que potencia e permite que algo ocorra, algo de extraordinário. A junção destas duas dimensões torna o termo *kairós* particularmente empoderador. Talvez a melhor forma de o conceptualizar reflita a sugestão de Eric Charles White, de 1987, «o instante de passagem quando surge uma abertura que deve ser atravessada com força se se pretende obter sucesso» (Milner, 1992, p. 313). E sucesso seria erradicar violências, seria um mundo mais humano, mais justo, mais igual.

É por isso fundamental aproveitar este *kairós*, para visibilizar o que se ocultou por décadas, para permitir que se expressem desconfortos, para uma efetiva transformação da sociedade rumo a uma tolerância zero face à violência de género. Um basta! Só assim podemos antever que situações limite como as que vivemos não repetem os mesmos percursos sinuosos, as mesmas falhas, as mesmas perdas irreparáveis de vidas. E é deste desvelar, deste desnudar que a fragilidade implica, deste instante de passagem que saem forças para prosseguir na contingência dos dias e na luta, mesmo em tempos de pandemias. Braidotti (2020, p. 467) assume – talvez mesmo este *kairós* –, de uma forma concreta:

Uma pandemia na escala da COVID-19 traz para o mundo ocidental uma verdade antiga: que «nós» estamos todos nesta condição planetária em conjunto, quer sejamos humanos ou outros. Mas também é tempo de fazer este «nós» heterogêneo e coletivo para ir além dos hábitos de representação humanística eurocêntrica que o têm formatado. [...] Esta mudança de perspectiva inaugura o pensamento crítico pós-humano. Hoje, já não podemos começar sem qualquer crítica a partir da centralidade do humano – como Homem e como *anthropos* – para manter as velhas dualidades. Este reconhecimento, no entanto, não nos lança necessariamente no caos da indiferenciação, nem desperta o espectro da extinção. Aponta, antes, numa direção diferente, para algum outro meio-termo, outro *milieu*, que expresse a consciência de que «nós» – todas as entidades vivas – partilhamos a mesma casa planetária.

De facto, a partilha temporal desta experiência não nos coloca em pé de igualdade. Estamos juntas e juntos nisto, mas as consequências da COVID-19 não são sentidas da mesma forma em todo o lado (Al-Ali, 2020; Braidotti, 2020). As nossas lutas persistirão e teremos de construir pontes e conexões entre as *violências* que nos vitimam e as possibilidades de um outro mundo mais igual. D'Ignazio e Klein (2020) avançam um esboço, um trilho, uma possibilidade de sete (mais um) passos⁸:

1. Examine o poder.
2. Desafie o poder.
3. Eleve a emoção e corporificação.
4. Repense binários e hierarquias.
5. Abraça o pluralismo.
6. Considere o contexto.

⁸ Apesar do artigo original se centrar na obtenção de dados científicos sobre o COVID-19, assumo aqui uma leitura mais macrossocial que poderá potenciar reflexões paralelas de rumos na construção de uma vivência social mais equitativa.

7. Torne o trabalho visível.

Coda: organize-se contra a opressão.

Será este o caminho? Não sabemos.

O que sabemos, na verdade, é que o futuro não se faz de silêncios e só pode ser feminista, porque «a não violência deve ser uma posição ativa e apaixonadamente perseguida» (Butler como citado em Kadner, 2018).

Referências Bibliográficas

- Aguilar, E. (2021). Reflexiones sobre la violencia de género durante el confinamiento causado por Covid-19. *Revista Digital Internacional de Psicología y Ciencia Social*, 7(2), 181-203. <https://doi.org/10.22402/j.rdiipycs.unam.7.2.2021.358.181-203>
- Al-Ali, N. (2020). Covid-19 and feminism in the Global South: Challenges, initiatives and dilemmas. *European Journal of Women's Studies*, 27(4), 333-347. <https://doi.org/10.1177/1350506820943617>
- Berkhout, S., & Richardson, L. (2020). Identity, politics, and the pandemic: Why is COVID-19 a disaster for feminism(s)? *History and Philosophy of the Life Sciences*, 42(49), 1-6. <https://doi.org/10.1007/s40656-020-00346-7>
- Bettinger-Lopez, C., & Bro, A. (2020). A Double Pandemic: Domestic Violence in the Age of Covid-19. *Domestic Violence Report*, 25(5), 85-100.
- Braidotti, R. (2020). «We» Are In This Together, But We Are Not One and the Same. *Journal of Bioethical Inquiry*, 17(4), 465-469. <https://doi.org/10.1007/s11673-020-10017-8>
- Caballé, A. (2006). *Una breve historia de la misoginia. Antología y crítica*. Lumen.
- Casado, C. (2021). La pandemia en la sombra. Mujeres víctimas de violencia de género confinadas frente a una doble amenaza en la Covid-19. *Historia y comunicación social*, 26(1), 107-119. <https://doi.org/10.5209/hics.74246>
- Carqueira, C., & Magalhães, S. (2019). An Intersectional Feminist Perspective on Research: What Changes and How We Do it. In M. Blanco-Ruiz, & B. Andújar (Eds), *Investigación joven con perspectiva de género IV* (pp. 10-20). Instituto de Estudios de Género, Universidad Carlos III de Madrid. <http://hdl.handle.net/10016/29382>
- Cersosimo, G., & Marra, P. (2020). In the Time of COVID-19: Love and Transformations in the Family. *Italian Sociological Review*, 10(3S), 711-736. <https://doi.org/10.13136/isr.v10i3s.395>
- Coordinadora Feminista 8M (2020). *Plan de emergencia feminista ante crisis coronavirus Coordinadora Feminista 8M*. <https://media.elmostrador.cl/2020/03/Plan-de-emergencia-feminista-ante-crisis-coronavirus-2.pdf>
- Crenshaw, K. (1989). Demarginalizing the Intersection of Race and Sex: A Black Feminist Critique of Antidiscrimination Doctrine, Feminist Theory and Antiracist Politics.

- University of Chicago Legal Forum*, 1989(8). <http://chicagounbound.uchicago.edu/ucf/vol1989/iss1/8>
- D'Ignazio, C., & Klein, L. (2020). Seven intersectional feminist principles for equitable and actionable COVID-19 data. *Big Data & Society*, 7(2), 1-6. <https://doi.org/10.1177/2053951720942544>
- Donato, S. (2020). Gender-Based Violence against Women in Intimate and Couple Relationships. The Case of Spain and Italy during the COVID-19 Pandemic Lockdown. *Italian Sociological Review*, 10(3S), 869-887. <https://doi.org/10.13136/isr.v10i3s.402>
- EIGE (2021). *The Covid-19 pandemic and intimate partner violence against women in the EU*. <https://eige.europa.eu/publications/covid-19-pandemic-and-intimate-partner-violence-against-women-eu>
- FAR (2020). *Statement of feminists and women's rights organizations from the Global South and from marginalized communities in the Global North*. <https://cejil.org/comunicado-de-prensa/statement-of-feminists-and-womens-rights-organizations-from-the-global-south-and-marginalized-communities-in-the-global-north/>
- INE (2020). *Anuário Estatístico de Portugal – 2019*. Instituto Nacional de Estatística. <https://www.ine.pt/xurl/pub/444301590>
- Kadner, M. (2018, 29 de novembro). Judith Butler: «Matar é o ápice da desigualdade social». *El País*. https://brasil.elpais.com/brasil/2018/11/27/cultura/1543350943_401404.html
- Malta, R., Aneas, T., Lisboa, A., & Vieira, I. (2021). Crise dentro da crise: a pandemia da violência de gênero. *Revista Sociedade e Estado*, 36(3), 843-866. <https://doi.org/10.1590/s0102-6992-202136030001>
- Martins, F., & Alagia, L. (2020). Guerra contra as mulheres: uma análise feminista da violência sobre a precarização de mulheres e os efeitos da pandemia. *Opinião Filosófica*, 2, 1-16. <https://doi.org/10.36592/opiniaofilosofica.v11.984>
- May, V. (2014). «Speaking into the Void?». Intersectionality critiques and Epistemic Backlash. *Hypatia*, 29(1), 94-112. <https://doi.org/10.1111/hypa.12060>
- Menezes, E., & Aguiar, B. (2021). O espaço das mulheres na pandemia de covid-19: uma análise entre agência e vulnerabilidade. *Mural Internacional*, 12, e58885. <https://doi.org/10.12957/rmi.2021.58885>
- Menon, V., Pattnaik, J., Bascarane, S., & Padhy, S. (2020). Role of media in preventing gender-based violence and crimes during the COVID-19 pandemic. *Asian Journal of Psychiatry*, 54, 102449. <https://doi.org/10.1016/j.ajp.2020.102449>
- Miller, C. (1992). Kairos in the rhetoric of science. In S. P. Witte, N. Nakadate, & R. D. Cherry (Eds.), *A rhetoric of doing: Essays on written discourse in honor of James L. Kinneavy* (pp. 310-327). Southern Illinois University Press.
- Miranda, I. (2022). Violencia de género durante la pandemia de COVID-19: estándares interamericanos de derechos humanos para combatirla. *Ars Iuris Salmanticensis*, 10(1), 181-198. <https://doi.org/10.14201/AIS2022101181198>
- Mukhtar, S. (2021). Psychology and politics of COVID-19 misinfodemics: Why and how do people believe in misinfodemics? *International Sociology*, 36(1), 111-123. <https://doi.org/10.1177/0268580920948807>
- Mukhtar, S. (2020). Mental health and psychosocial aspects of coronavirus outbreak in Pakistan: Psychological intervention for public mental health crisis. *Asian Journal of Psychiatry*, 51, 102069. <https://doi.org/10.1016/j.ajp.2020.102069>
- Neves, S. (2016). Violência de Género. In R. Maia, L. Nunes, S. Caridade, A. Sani, R. Estrada, C. Nogueira, H. Fernandes, & L. Afonso, *Dicionário Crime, Justiça e Sociedade* (p. 519). Edições Sílabo.

- Pitanguy, J. (2011). Reconceptualizing peace and violence against women: A work in progress. *Signs: Journal of Women in Culture and Society*, 36(3), 561-566. <https://doi.org/10.1086/657488>
- Power, K. (2020). The COVID-19 pandemic has increased the care burden of women and families. *Sustainability: Science, Practice and Policy*, 16(1), 67-73. <https://doi.org/10.1080/15487733.2020.1776561>
- Rauhaus, B., Sibila, D., & Johnson, A. (2020). Addressing the Increase of Domestic Violence and Abuse During the COVID-19 Pandemic: A Need for Empathy, Care, and Social Equity in Collaborative Planning and Responses. *American Review of Public Administration*, 50(6-7), 668-674. <https://doi.org/10.1177/0275074020942079>
- Roesch, E., Amin, A., Gupta, J., & García-Moreno, C. (2020). Violence against women during covid-19 pandemic restrictions. *BMJ*, 369, m1712. <https://doi.org/10.1136/bmj.m1712>
- Ryan, N., & El Ayadi, A. (2020) A call for a gender-responsive, intersectional approach to address COVID-19. *Global Public Health*, 15(9), 1404-1412. <https://doi.org/10.1080/17441692.2020.1791214>
- UN Women (2020). *COVID-19 and Ending Violence Against Women and Girls*. <https://www.unwomen.org/en/digital-library/publications/2020/04/issue-brief-covid-19-and-ending-violence-against-women-and-girls>
- United Nations (1995). *The Beijing Declaration and Platform for Action of 1995*. <https://www.un.org/womenwatch/daw/beijing/pdf/BDPfA%20E.pdf>
- Upreti, M., & Yoon, S-Y. (2020). The Feminist and Women's Movement Action Plan (fwMAP): mobilising globally for Beijing +25. *Gender & Development*, 28(2), 265-279. <https://doi.org/10.1080/13552074.2020.1753391>
- Van Gelder, N., Peterman, A., Potts, A., O'Donnell, M., Thompson, K., Shah, N., & Oertelt-Prigione, S. (2020). COVID-19: Reducing the risk of infection might increase the risk of intimate partner violence. *EClinicalMedicine*, 21, 100348. <https://doi.org/10.1016/j.eclinm.2020.100348>
- WHO (2020). *Coronavirus disease (COVID-19) advice for the public: Myth busters*. <https://www.who.int/emergencies/diseases/novel-coronavirus-2019/advice-for-public/myth-busters>

**#METOO: POTENCIALIDADES,
LIMITES E DESAFIOS NA LUTA CONTRA
A VIOLÊNCIA SEXUAL**

**#METOO: POTENTIALITIES, LIMITS AND CHALLENGES
IN THE FIGHT AGAINST SEXUAL VIOLENCE**

Júlia Garraio

Universidade de Coimbra, Centro de Estudos Sociais

<https://orcid.org/0000-0001-5342-8391>

Resumo: O #MeToo destaca-se como uma das mobilizações feministas mais influentes, mas igualmente mais controversas, da última década. Foi entusiasticamente celebrado como momento de empoderamento feminino contra o sexismo, como legitimação da voz de sobreviventes de agressão sexual e exposição dos limites e das falhas da justiça no combate à cultura da violação. No entanto, foram diversas as vozes feministas que alertaram para as hierarquias de poder inerentes às práticas discursivas e dinâmicas sociais da iniciativa, o seu potencial reforço de narrativas problemáticas de vitimização feminina pouco propensas à transformação social, as suas (in)visibilidades racializadas coniventes com a perpetuação de relações de poder dominantes, bem como para certas dimensões discursivas geradoras de pânico sexual. Este capítulo pretende fazer um breve mapeamento dos debates e das dinâmicas sociais geradas pela iniciativa, prestando também atenção ao contexto português. Numa primeira parte, procede-se a uma breve apresentação do

#MeToo, apontando para as suas origens e rápida disseminação, bem como as principais conquistas, contradições e limitações identificadas na iniciativa. Numa segunda parte, discutir-se-ão as implicações dos julgamentos desencadeados pelo #MeToo para o combate e a prevenção da violência sexual. Por fim, proceder-se-á à apresentação das repercussões do #MeToo no espaço português.

Palavras-chave: #metoo; violência sexual; assédio sexual; Portugal.

Abstract: #MeToo stands out as one of the most influential but equally controversial feminist mobilizations of the last decade. It was enthusiastically celebrated as a moment of women's empowerment against sexism, legitimization of the voice of survivors of sexual assault and exposure the limits and failures of justice in combating the rape culture. However, there were several feminists who alerted to the hierarchies of power inherent to the discursive practices and social dynamics of the initiative, its potential reinforcement of problematic narratives of women's victimization, its racialized (in)visibilities colluding with the perpetuation of dominant power relations, as well as certain discursive dimensions which generate sexual panic. This chapter offers a brief mapping of the debates and social dynamics generated by the initiative, including in the Portuguese context. The first part offers a brief presentation of #MeToo, pointing to its origins and rapid dissemination, as well as its main achievements, contradictions and limitations. The second part discusses the implications of the trials triggered by #MeToo in the context of the prevention of sexual violence. Finally, the chapter explores the repercussions of #MeToo in Portugal.

Keywords: #metoo; sexual violence; sexual harassment; Portugal.

#MeToo: Potencialidades, Limites e Desafios na Luta Contra a Violência Sexual⁹

O #MeToo destaca-se como uma das mobilizações feministas mais influentes, mas igualmente mais controversas, da última década. Se, por um lado, foi entusiasticamente celebrado como momento de empoderamento feminino contra o sexismo, como legitimação da voz de sobreviventes de agressão sexual e exposição dos limites e falhas da justiça no combate à cultura da violação (Goodmark, 2018; MacKinnon, 2018), por outro, foram diversas as vozes feministas que, sem necessariamente refutarem a iniciativa, alertaram para as hierarquias de poder inerentes às práticas discursivas e dinâmicas sociais da iniciativa (Zarkov & Davis, 2018), o seu potencial reforço de narrativas problemáticas de vitimização feminina pouco propensas à transformação social, as suas (in)visibilidades racializadas coniventes com a perpetuação de relações de poder dominantes (Onwuachi-Willig, 2018), bem como para certas dimensões discursivas geradoras de pânico sexual (Matthews, 2019). Além disso, os esforços de deslegitimação da iniciativa por parte dos/as seus/suas detratores/as mais enfáticos/as, sobretudo aqueles/as que se posicionaram abertamente como antifeministas, passaram por duros ataques às mulheres que partilharam as suas experiências, em discursos que cruzam a tradicional suspeita que rodeia as denúncias de violação com a imagem disfórica da feminista como «desmancha-prazeres» (*killjoy*) e geradora de problemas (Ahmed, 2012).

As manifestações de apoio a homens famosos pelo seu talento, no domínio das artes e do desporto, como Roman Polanski, Woody Allen ou Cristiano Ronaldo, são exemplares deste tipo de argumentação sustentada na deslegitimação das mulheres que os acusaram

⁹ Investigação desenvolvida no quadro do projeto DeCodeM – *(Des)Codificar Masculinidades: para uma melhor compreensão dos media na construção de perceções de masculinidade em Portugal*, financiado por fundos nacionais através da FCT – Fundação para a Ciência e a Tecnologia. Referência: PTDC/COM-CSS/31740/2017.

e nas críticas às feministas que apelaram à não celebração destes homens e do seu trabalho.¹⁰ É também este contexto que contribuiu para a rápida disseminação de uma contranarrativa à celebração do #MeToo, que argumenta que o movimento é contraproducente para as legítimas aspirações feministas na luta contra a violência sexual, por, supostamente, oferecer uma perigosa plataforma para oportunistas e falsos moralistas disseminarem rumores capazes de destruir, em praça pública, carreiras e o bom nome de homens inocentes, assim prejudicando as «verdadeiras vítimas». Os numerosos julgamentos que têm tido lugar no seguimento de denúncias feitas no contexto #MeToo – tanto de homens acusados de assédio e/ou violência sexual como de mulheres levadas a tribunal sob a acusação de difamação – vieram aprofundar as fraturas em torno da iniciativa.

Os acesos debates em torno do #MeToo e as complexas dinâmicas sociais geradas pela iniciativa nas mais diversas geografias têm sido tema de destaque na comunicação social, produzindo igualmente uma assinalável produção artística no campo da televisão e do cinema. O #MeToo tem sido, assim, objeto de investigação alargada e aprofundada no âmbito das Ciências Sociais e das Humanidades, dando origem a uma profusão de artigos científicos, capítulos, ensaios, números temáticos e livros que atestam o carácter global do movimento (e.g., *Chandra & Erlingsdóttir, 2021*; *Fileborn & Loney-Howes, 2019*; *Noel & Oppenheimer, 2020*). Este capítulo pretende fazer um breve mapeamento dos debates e das dinâmicas sociais gerados pela iniciativa, prestando também atenção ao contexto português. Numa primeira parte, procede-se a uma breve apresentação do #MeToo, apontando

¹⁰ Os exemplos que aqui refiro implicam situações muito distintas: em negociação com as autoridades judiciárias, Polanski admitiu ter cometido o crime de abuso sexual contra uma adolescente de 13 anos e fugiu dos Estados Unidos da América para escapar a um julgamento de violação. A investigação judicial a Allen foi arquivada por não encontrar indícios suficientes de violação de uma criança. No seguimento da denúncia de Kathryn Mayorga, a mulher que acusou Ronaldo de violação, o facto de a justiça norte-americana não ter conseguido recolher provas ADN do jogador e de a acusação ter usado documentos obtidos ilegalmente no quadro do Football Leaks valeram o arquivamento das investigações. Apesar das diferenças entre os três casos, o apoio às três celebridades pauta-se pela adoção de um mesmo padrão discursivo.

para as suas origens e rápida disseminação, bem como as principais conquistas, contradições e limitações identificadas na iniciativa. Numa segunda parte, discutir-se-ão as implicações dos julgamentos desencadeados pelo #MeToo para o combate e a prevenção da violência sexual. Por fim, proceder-se-á à apresentação das repercussões do #MeToo no espaço português.

#Metoo: (In)Visibilidades e Potencialidades

No início de outubro de 2017, o diário *New York Times* e a revista *The New Yorker* publicaram duas peças de investigação jornalística sobre o produtor de cinema Harvey Weinstein (Farrow, 2017; Kantor & Twohey, 2017), que desvendavam ao grande público o que era sobejamente conhecido e tolerado nos círculos de Hollywood: as práticas de extorsão sexual do poderoso produtor da Miramax, cujas chantagens podiam promover, penalizar ou destruir carreiras de jovens atrizes.¹¹ A 15 de outubro, a atriz Alyssa Milano exortava, no Twitter, as mulheres que tivessem passado por situações de assédio ou abuso sexual a responder #MeToo para que a sociedade pudesse ganhar consciência da dimensão do problema. O *tweet* torna-se viral, com milhões de mulheres, e também uma quantidade significativa de homens, a partilharem publicamente experiências de assédio, abuso e violência sexual. Apesar da perceção de novidade com que foi recebido, o *tweet* faz parte de uma genealogia global de ativismo feminista digital em resposta à violência sexual (Loney-Howes et al., 2021). Analisar o #MeToo implica assim uma discussão dos média, não apenas dos média *mainstream* (desde o jornalismo de investigação até à cobertura mediática das várias expressões da iniciativa), mas também do ativismo digital e do feminismo em rede, nomeadamente das suas potencialidades e limitações na transformação social.

¹¹ Veja-se o documentário *Untouchable* (2019), de Ursula Macfarlane.

A genealogia do #MeToo conduz-nos diretamente a uma iniciativa feminista de 2006. Num esforço de criação de solidariedade com e entre vítimas de abuso sexual, especialmente no contexto de jovens mulheres negras de meios carenciados, a ativista negra norte-americana Tarana Burke começara então a usar a expressão *Me Too* na rede social My Space, com vista à promoção do «empoderamento através da empatia» (Hearn, 2018). Burke, ambicionando um movimento de cura radical [*radical healing*], partia do princípio de que a partilha de experiências poderia ajudar as vítimas a superar o isolamento e a dor, e, assim, a tornarem-se sobreviventes. Desta forma, o Me Too distingue-se do #MeToo não só por estar associado a um perfil social étnico-racial distinto, mas também pela ausência da dimensão de exposição pública de agressores.

No entanto, o facto de tanto o Me Too como o #MeToo se enquadrarem numa longa tradição de iniciativas de mulheres que, perante uma perceção generalizada de impunidade dos agressores sexuais, gerada pelas relações de poder dominantes, se uniram para desenvolverem estratégias de combate à cultura da violação, ajuda a perceber a fortíssima adesão ao *tweet* de Milano e as tentativas da parte de alguns média de fazerem convergir as duas iniciativas.¹² Ainda que poucas mulheres partilhassem o estilo de vida glamoroso e o poder económico das celebridades de Hollywood, reconheceram no assédio sofrido pelas atrizes um padrão transnacional e disseminado pelas mais diversas esferas sociolaborais, sobretudo em contextos marcados pela chamada *superstar economy* (Hearn, 2018), isto é, locais de trabalho onde o êxito e capital simbólico e financeiro associados a certos/as profissionais oferecem impunidade na prática de comportamentos tóxicos. É assim que Ebrahim e Liu (2020), embora

¹² A escolha das/os «Silence Breakers» como personalidade do ano 2017, pela revista *Time*, é emblemática da tentativa de criar convergência entre as duas iniciativas, bem como de esforços para abrir o momento #MeToo de modo a abarcar diversos padrões e tipos de vítimas de violência sexual (inclusivamente masculinas, como atesta a presença do ator negro Terry Crews). Na capa da revista, figuram a atriz Ashley Judd, a cantora Taylor Swift, a escritora e engenheira Susan Fowler, a lobista Adama Iwu e a trabalhadora rural imigrante Isabel Pascual.

reconhecendo que o #MeToo apenas empoderou algumas mulheres em situação de poder, valorizam a iniciativa pela sua capacidade de conjugar duas forças importantes nas sociedades contemporâneas – a voz de celebridades e as redes sociais – na contestação a noções de privilégio masculino, articulando novas possibilidades de luta contra a violência de género. Estudos sobre outras campanhas digitais feministas como #YesAllWomen, #NotOkay, #WhyWomenDontReport, #BeenRapedNeverReported, com forte participação de jovens, corroboram a percepção do *hashtag feminism* como espaço digital potenciador de redes de solidariedade entre vítimas de violência sexual e de consciencialização feminista. Desta forma, estes estudos sinalizam que a tecnologia, que tem sido usada para assediar, contestar e subverter a cidadania de género e sexual, pode ser acionada também para melhorar essa cidadania (Hearn, 2018; Mendes et al., 2018).

A receção do #MeToo fora dos Estados Unidos traduz-se não só na cobertura dos casos mais mediáticos norte-americanos, mas também em interações com casos e debates locais sensivelmente da mesma altura. Vejam-se, nesse sentido, os debates em torno de Jimmy Savile, no Reino Unido, e do caso *la manada*, em Espanha, as numerosas traduções e adaptações do #MeToo noutras línguas e geografias (Askanius & Artley, 2019; Corsi et al., 2019), bem como a vitalidade transnacional de campanhas digitais contra a violência sexual de outras geografias (por exemplo, #aufschei, #yotecreo, #cuéntalo; #NiUnaMenos). Este contexto caracteriza-se assim não só num interesse dos média por situações pontuais, envolvendo sobretudo celebridades e sentenças controversas, mas também, pelo menos em algum jornalismo, num esforço de debater e compreender os fenómenos do assédio e da violência sexual nos mais diversos contextos profissionais e sociais. O facto de algumas histórias mais mediatizadas no contexto #MeToo se pautarem pela sobreposição entre vitimização, acomodação e agência (veja-se o caso da atriz Asia Argento, que, depois da agressão sexual, manteve uma relação com Weinstein com receio que ele lhe prejudicasse a carreira) e, nalguns

casos, incluïrem acordos extrajudiciais com avultadas compensações monetárias (o caso da atriz Rose McGowan, por exemplo) pareceu sinalizar que, ao escapar ao afunilamento na «vítima perfeita», o #MeToo permitiu abordar a violência sexual nos seus diversos matices e ambiguidades, ou seja, contribuiu para a criação de espaço no intuito de discutirmos mais amplamente as muitas dimensões da coerção e da violência sexual.

Não menos significativo é o facto de o perfil de agressor visibilizado no contexto do #MeToo contrariar imaginários dominantes sobre a agressão sexual como crime associado a homens das margens sociais e/ou de grupos *alterizados* da comunidade imaginada.¹³ Num contexto em que, nos países ocidentais, sobretudo naqueles com uma dimensão multicultural significativa, o violador tende a ser imaginado como o Outro (o desempregado, o sem família, o racializado, o imigrante, o estrangeiro), o #MeToo dissemina um outro perfil a partir de Weinstein: homens (sobretudo brancos), em lugares de chefia, que utilizavam o poder de que dispunham para assediar e chantagear mulheres em lugares de subalternidade. É assim que o #MeToo reposiciona a violência sexual como fenómeno integrado em relações e estruturas de poder mais vastas e nas desigualdades económicas que enquadram as interações laborais e sociais quotidianas na ordem neoliberal. É nesse sentido que o assédio e a violência sexual são visibilizados como parte de uma rede, entendida como *continuum*, de micro e macroviolências e discriminações de género dentro da comunidade.

Ora, é precisamente esta ideia de continuidade, tão enraizada no pensamento feminista desde a década de 1970, que, na sua mediação pelo #MeToo, se torna, frequentemente, alvo de repúdio por alegadamente nivelar experiências distintas. Veja-se, nesse sentido, o famoso coletivo de mulheres francesas (Collectif, 2018), conhecido

¹³ Veja-se o trabalho de Ventura (2018) sobre o contexto português, bem como a tendência para racializar a violação em contextos multiculturais, assim reconfigurada como estratégia discursiva de exclusão étnico-racial (ver, por exemplo, Grewal, 2017).

como «manifesto Deneuve», que acusa o #MeToo de banalizar a violação ao associá-la a práticas que, para algumas mulheres, são apenas formas de sedução num contexto de liberdade sexual. De facto, as situações visibilizadas pelo #MeToo abarcam casos muito distintos que vão da violação e abuso sexual de crianças a expressões de assédio e mesmo atos não criminalizáveis e apenas vivenciados como desagradáveis para quem os denunciou. No entanto, como nota Boyle (2019, pp. 51ss), a articulação destes tipos distintos de experiências na mesma plataforma não significa o seu nivelamento, mas a convicção de que essas diferentes situações partilham um mesmo enquadramento em termos de relações de género e noções de sexualidade e masculinidade. A radicalidade do #MeToo reside, assim, na capacidade de mudar os termos da discussão, ao enquadrar situações que, tradicionalmente, tendiam a ser visibilizadas como «piada», «marotice» ou «potência sexual», como parte de um padrão de hegemonia masculina mais vasto, ou seja, ao estabelecer conexões entre situações que a sociedade tende a delimitar entre si.

Uma outra crítica recorrente ao #MeToo, sobretudo a partir de perspetivas feministas interseccionais, prende-se com a questão étnico-racial. O facto de o ativismo de Tarana Burke apenas ter adquirido visibilidade mediática através do *hashtag* viral de Milano sinaliza importantes dinâmicas em termos de hierarquias racializadas de privilégio dentro dos feminismos. Além disso, apesar dos esforços para a visibilização do papel de Burke, o seu trabalho continua a ser conhecido principalmente entre quem está familiarizado com a iniciativa, enquanto a maioria da população tenderá a associar o #MeToo a atrizes de Hollywood. Tão-pouco podem ser ignorados os perfis secundarizados e/ou praticamente ausentes na mediatização e perceção social do movimento: mulheres de minorias racializadas, imigrantes em situação irregular, trabalhadoras domésticas, trabalhadoras do sexo (Rottenberg, 2017). Uma vasta bibliografia argumenta, por isso, que o #MeToo não só se mostrou incapaz de problematizar as implicações das construções étnico-raciais e discriminações de teor

socioeconómico e nacionalidade na ocorrência da violência sexual, como acabou por perpetuar hierarquias de privilégio branco e de classe impregnadas na tradição dos feminismos hegemónicos anglo-saxónicos (veja-se, por exemplo, Onwuachi-Willig, 2018).

Nesse sentido, torna-se também imperativo analisar em que medida a visibilização, sobretudo quando operacionalizada através do sensacionalismo, poderá veicular uma perceção errada de mudança. As apreensões de Zarkov e Davis (2018) relativamente ao #MeToo prendem-se com o facto de a agência ser mais do que uma iniciativa individual, mas antes práticas instrumentais para a mudança social, ativismos de base e instituições que enquadram a violência sexual como uma questão coletiva. A perceção de novidade, que acompanhou a receção do #MeToo, sinalizou precisamente dinâmicas de esquecimento e o apagamento mediático de uma vasta investigação prévia e de iniciativas coletivas no combate à violência sexual (Hearn, 2018). É, aliás, este afunilamento nos perfis de certas figuras que permitiu que a mediatização do #MeToo se tornasse também, em alguns contextos mediáticos, num espaço de desacreditação do feminismo. O facto de Weinstein ter uma imagem mediática de «homem feminista», pelo seu apoio a causas progressistas e proximidade a destacadas feministas como Lisa Bloom, Hillary Clinton e Meryl Streep, bem como as denúncias de assédio sexual envolvendo vítimas masculinas de mulheres consideradas progressistas (vejam-se os casos de Avital Ronell e Asia Argento), permitiu que, ao reduzir o feminismo a algumas figuras de destaque, assim invisibilizando toda uma tradição de ativismos e investigação, este pudesse ser desacreditado como hipócrita (Boyle, 2019, pp. 36ss, 101ss). Ao comparar o movimento Me Too com o *hashtag* viral #MeToo, Boyle define assim o segundo como um momento e discurso em que o coletivo se esvaneceu. Admite, porém, que o #MeToo tem a potencialidade de contribuir eficazmente para a mudança social se for articulado e associado a ativismos, conhecimentos e investigações feministas mais vastas (Boyle, 2019, p. 120). A própria Tarana Burke, ainda

que crítica relativamente a algumas expressões do #MeToo, nomeadamente à obsessão pelos agressores em alguns média, valorizou a iniciativa como um momento histórico sem precedentes pela forma como potenciara debates e reflexões em torno da violência sexual (Ottesen, 2018). De facto, ao abordar os matizes, a complexidade e a diversidade da violência sexual, o #MeToo criou espaço de debate e dinâmicas de empoderamento propícias para articular inclusivamente situações secundarizadas na iniciativa.

No Banco dos Réus

Se, por um lado, o #MeToo tem contribuído para um maior escrutínio dos limites da legislação e da jurisprudência relativas a crimes sexuais, bem como para uma maior consciencialização da necessidade de códigos de ética e de um quadro jurídico capaz de abarcar situações complexas visibilizadas no quadro da iniciativa (Hendry como citado em Bertram, 2020; Noel & Oppenheimer, 2020), por outro, a mediatização de certos julgamentos envolvendo celebridades tem contribuído para um afunilamento da visibilidade do #MeToo. Ora, uma tal individualização comporta o risco não só de se perderem de vista os contextos e as estruturas de poder em que estes agressores atuaram, como também de colocar a credibilidade da iniciativa nas mãos do poder judicial, esfera onde, por norma, persistem práticas de apuramento da verdade potencialmente traumatizantes para as vítimas e padrões amiúde favoráveis aos agressores. Ainda que o julgamento de Weinstein tenha sido celebrado por oferecer justiça a «vítimas imperfeitas», muitos outros tiveram um desfecho distinto. De facto, a maioria dos homens poderosos alvos de denúncia no quadro #MeToo tem um percurso semelhante ao de Trump e Kavanaugh, isto é, são homens confrontados com acusações graves, mas com pouca penalização profissional e repercussão social, apesar da visibilidade pública das alegações.

Grande parte das situações expostas no #MeToo envolve casos de assédio sexual e de violações não denunciadas quando ocorreram, ou seja, são situações em que não se recolheram provas materiais, assim figurando como alegações sustentadas apenas em testemunhos. Desta forma, dificilmente poderiam ser provadas em tribunal. Sabemos que são numerosas e complexas as razões que levam muitas vítimas a não fazer queixa ou a retirá-la durante o processo de investigação (ameaças por parte do agressor, vontade de esquecer, receio de represálias ou de humilhação pública, sentimentos de culpa e/ou de vergonha). Sabemos, igualmente, que uma parte significativa das denúncias não chega sequer a julgamento por falta de provas consideradas convincentes. Ora, se é uma marca do Estado de Direito a ilibação e absolvição de alguém perante a não existência de provas inequívocas credíveis (como, por exemplo, quando é a palavra de uma pessoa contra a de outra), a receção mediática destes desfechos pode originar dinâmicas nefastas nas perceções sociais da violência sexual. Apesar de não haver evidência de que haja uma maior incidência de denúncias falsas nos crimes sexuais do que nos outros crimes (aliás, pelo contrário)¹⁴, legados de centenas de anos de descrença na palavra da mulher fazem com que as categorias jurídicas «sem crime» e «sem provas» sejam interpretadas erradamente junto de vastos setores sociais como significando denúncias falsas (Kelly, 2010).

O privilégio económico que caracteriza uma parte significativa das constelações prevaletentes no contexto #MeToo (homens com poder económico para contratar equipas de advogados com vastos recursos) permite adensar o potencial dos tribunais como espaço de deslegitimação e repressão da iniciativa e de reposição das relações de poder dominantes. Sandra Muller, a iniciadora da versão francesa do #MeToo (#balancetonporc), condenada por difamação em 2019 – após recurso, absolvida em 2021–, foi apenas uma das muitas mulheres a braços com a justiça no contexto #MeToo. Inclusivamente

¹⁴ O estudo de Santos et al. (2009) conclui que apenas 5% dos arquivamentos resultava de falsas declarações.

a Suécia, país considerado como tendo uma legislação e governos abertamente pró-feministas, foi apontada como caso emblemático de como os tribunais mais facilmente punem mulheres, que alegam em público terem sido vítimas de violência sexual, do que os agressores (Carrol, 2020). Veja-se também o caso da Austrália, país com legislação de difamação muito forte, que permitiu a Geoffrey Rush receber uma avultada indemnização de um jornal que noticiara as palavras de uma atriz que alegara ter sido assediada pelo ator.

Winter (2020) argumenta assim que os julgamentos por difamação no contexto #MeToo corroboram investigação anterior, que mostra que o sistema jurídico tende a ser vantajoso para quem já detém poder: enquanto as vítimas são colocadas no banco dos arguidos, desacreditadas como histéricas, vingativas ou sem sentido de humor, os agressores usam o sistema de justiça para se reposicionarem como vítimas. Desta forma, a justiça pode oferecer uma plataforma privilegiada para o exercício da vingança (*revenge litigation*) e, ao punir duplamente as mulheres (não condenando os agressores e condenando-as à humilhação pública e à punição financeira), servir de método disciplinador capaz de silenciar as mulheres que sofreram assédio e violência sexual, assim inviabilizando certas campanhas feministas como o #MeToo (Price, 2018; O'Connell, 2019; Oppenheimer, 2020). É nesse sentido que os apelos a reforços das leis de difamação, para punir falsas denúncias de violência sexual, poderão criar um contexto de retrocesso no combate à violência de género. Ora, como é sustentado por uma vasta investigação – veja-se o trabalho de Ventura (2018) a propósito do caso português –, há um imaginário persistente que tende a associar a violação a um perfil de homem (das margens sociais, sem poder económico e desconhecido da vítima) e a uma situação padrão (agressões sexuais envolvendo considerável violência física, que deixa lesões inequívocas no corpo da vítima), que contribui para a desconfiança perante mulheres cujas experiências de violência sexual não se enquadram nesta constelação, situação que se reflete nos tribunais. Por isso, os reforços das

leis da difamação que permitam a equiparação entre falsa denúncia e agressões sexuais não comprovadas em tribunal abrirão indiretamente caminho para a promoção de estratégias disciplinadoras de silenciamento das vítimas. Se, por um lado, assistimos a uma facilitação da denúncia pelo enfraquecimento da estigmatização social no quadro do discurso da honra, por outro, as ameaças de julgamento por difamação poderão contribuir fortemente para um decréscimo de denúncias de agressões sexuais fora da constelação acima referida, sobretudo quando as vítimas forem mulheres sem poder económico e sem redes de apoio.

#MeToo em Portugal?¹⁵

As intervenientes no evento «Media e violência sexual na era #MeToo. O caso português»¹⁶ concordaram que, até então, não teria havido #MeToo em Portugal, no sentido de partilha pública de experiências e de denúncia de agressores.¹⁷ Anteriormente, houvera, sobretudo, uma cobertura do desenrolar da iniciativa no estrangeiro, que se focalizara nos casos mais mediáticos de celebridades do cinema e da política norte-americana, como sugere um estudo baseado na cobertura feita pelo jornal *Público* (Almeida, 2019). Como notou Carla Cerqueira no referido encontro (2020), tivemos, em Portugal, uma cobertura do #MeToo orientada para o acontecimento, para casos específicos, sem uma articulação com o fenómeno social. De facto, se excetuarmos o caso *la manada*, em Espanha, com grande

¹⁵ O primeiro estudo abrangente sobre o #MeToo em Portugal foi publicado em 2024 (Roque et al., 2024), já depois da redação do presente capítulo.

¹⁶ Evento em formato digital, realizado pelo Centro de Estudos Sociais (CES) da Universidade de Coimbra, nos dias 15 e 16 de outubro de 2020.

¹⁷ O evento, organizado no quadro do projeto DeCodeM, juntou investigadoras na área da violência sexual, dos Estudos de Género e Média (Isabel Ventura, Carla Cerqueira, Ana Oliveira e Maria João Faustino, Tina Askanius), jornalistas (Aline Flor e Paula Cosme Pinto), ativistas (Ângelo Ferreira/Quebrar o Silêncio) e a escritora Aida Gomes. Os registos audiovisuais do evento estão disponíveis no Canal CES.

visibilidade nos média portugueses, as repercussões do #MeToo noutras geografias e os seus cruzamentos com outras iniciativas e movimentos feministas, nomeadamente em países do Sul Global, como o Egito e a Índia, permaneceram praticamente ausentes dos média portugueses. Tratou-se de uma mediatização que contribuiu para o afunilamento do #MeToo em histórias de celebridades e que não foi imune ao sensacionalismo e ao *glamour* da sexualidade entre «homens ricos e beldades irresistíveis», apagando não só o historial de ativismo subjacente ao #MeToo como as potencialidades do próprio *hashtag feminism* e das alianças entre vítimas.

As vozes públicas que, na altura, se manifestaram, com destaque para Catarina Furtado e Cristina Ferreira, foram poucas e tímidas, limitando-se a reconhecer a existência do problema, sem denunciarem nomes de agressores nem se posicionarem como vítimas de agressão sexual concretizada. Ventura (2020) argumenta, por isso, que se tratam, essencialmente, de «admissões», num tom confessional, da existência do problema, marcadas por um vocabulário distinto do usado no estrangeiro: «confrangedor, embaraçoso, desconfortável». Apesar deste tímido articular da iniciativa, as reações negativas foram fortíssimas. Surgiram de imediato vozes a negarem a existência do problema em Portugal (Judite de Sousa), bem como desvalorizações da questão, como fez Clara de Sousa, quando, questionada sobre a existência de situações de assédio no seu percurso profissional, admitiu ter passado por «momentos engraçados de sedução», assim replicando a lógica do «manifesto Deneuve». Os ataques ao #MeToo operaram assim através de dois subtextos: por um lado, uma perspetiva *sex positive*, que faz tábula rasa das relações de poder no contexto laboral e define o assédio como «inevitáveis» momentos de sedução que podem ser (sexualmente) gratificantes para ambos os lados; por outro, a responsabilização da mulher pelo desfecho destas situações. Como notou Ventura (2020), reforça-se a dicotomia entre as mulheres «dignas» que «souberam dizer não» e as que tiraram proveito da situação para as suas carreiras, assim desresponsabilizando tanto agressores como decisores políticos.

O momento de articulação mais significativa entre as aspirações feministas nacionais e o #MeToo (cruzado com a mobilização, em Espanha, quando do caso *la manada*) deu-se por ocasião do «acórdão da sedução mútua». Em setembro de 2018, assiste-se a uma onda de protestos feministas perante um acórdão que invoca o facto de a agressão sexual ter tido lugar num espaço de diversão noturno e consumo de álcool – que o acórdão descreve como sendo «ambiente de sedução mútua» –, de a vítima não ter sofrido danos físicos consideráveis e os agressores estarem bem integrados na sociedade, para confirmar a suspensão da pena de prisão a que haviam sido condenados por crime de abuso sexual de pessoa incapaz de resistência. A cobertura mediática do caso aponta para uma certa abertura na problematização da cultura da violação, sobretudo se atendermos a órgãos de comunicação como o jornal *Público*, no qual se verificou, de facto, um esforço de contextualização do problema (ou seja, o caso foi usado para debater as práticas jurídicas prevalentes em Portugal em casos de agressão sexual) e uma grande visibilidade do ativismo e das perspetivas feministas sobre a violação (Santos et al., 2021).

Se, no caso do «acórdão da sedução mútua», não se verificou uma tendência para a ativação de mitos de violação, o «caso Ronaldo», sensivelmente da mesma altura (outubro de 2018), sinaliza um processo inverso. Nas semanas que se seguiram à publicação do trabalho de investigação da revista *Spiegel* sobre Kathryn Mayorga, a norte-americana que acusou Cristiano Ronaldo de violação (29 de setembro de 2018), a cobertura mediática portuguesa pautou-se por estratégias de questionamento das alegações e acentuação da gravidade das acusações, apresentando-se como situação emblemática do que foi cunhado por Waterhouse-Watson (2013) como criação de imunidade narrativa para desportistas com estatuto de celebridade (Silveirinha et al., 2019). Apesar de os eventos em causa terem ocorrido nos Estados Unidos e serem investigados pelos tribunais daquele país, o estatuto de Ronaldo como herói nacional – craque

de futebol, *sex symbol*, bom filho, bom pai, «o rapazinho pobre que se torna milionário» – gerou uma onda de apoio popular ao jogador não apenas nas redes sociais e em blogues, mas também na imprensa de referência, através de destacados colunistas e da reprodução acrítica das palavras de apoio ao jogador por figuras públicas dos mais diversos setores. A solidariedade para com Ronaldo operou através da desvalorização de Mayorga e, com isso, do testemunho feminino, o que, por sua vez, se processou através de estratégias de silenciamento da violência sexual inerentes a diversos mitos da violação, entre os quais se destacam os seguintes: homens bonitos e/ou ricos «não precisam» de violar; as mulheres interesseiras procuram sexo com homens famosos para extorquir dinheiro; é comum as mulheres bêbadas se arrependem após sexo consentido; a mulher que acompanha um homem para o quarto sabe para o que vai. Desta forma, o «caso Ronaldo» contribuiu fortemente para a deslegitimação do #MeToo em Portugal, desconsiderado como plataforma para falsas denúncias e práticas de extorsão por parte de mulheres interesseiras (Garraio et al., 2020).

Considerações Finais: #Eutambém

Ao finalizar o presente capítulo, a atriz Sofia Arruda relatou, numa emissão do programa *Alta Definição* (SIC, 17 de abril de 2021), que a recusa de corresponder às solicitações sexuais de um homem poderoso da televisão tivera um custo pesado na sua carreira. Seguiu-se um intenso debate nas redes sociais e na comunicação social, para o qual contribuiu um número da revista *Sábado*, com o testemunho de dezassete mulheres (Gralha & Marques, 2021). O #MeToo chegava, finalmente, a Portugal enquanto iniciativa de partilha pública de experiências nas redes sociais (#EuTambém), discutido assim na imprensa de referência como movimento nacional. Ao passo que nos momentos anteriores (acórdão e Ronaldo) o #MeToo fora articulado em torno da violação, agora é o assédio, com um enfoque nas interações

sociais em contexto laboral, que parece estar no centro do debate. Todavia, as críticas e os ataques às mulheres que partilham as suas experiências têm sido duríssimas. Nas primeiras semanas, os testemunhos foram desacreditados por não identificarem os agressores. Henrique Raposo (2021) é paradigmático desta tendência: o facto de Sofia Arruda não nomear o agressor não só retiraria credibilidade ao seu testemunho como também permitiria a perpetuação dos comportamentos que a atriz denunciava. Numa inversão retórica das categorias de vítima, agressor e *bystander*, Raposo, apresentando-se como «pai de potenciais vítimas», exorta Arruda a «dar nomes» para que, no futuro, as suas filhas não sejam assediadas pelo filho da atriz. Raposo reposiciona assim Arruda como «protetora de agressores» e «potencial mãe/criadora de agressores», ou seja, como agente e não como vítima da cultura da violação. Como tão bem argumentou Faustino (2021), se Arruda tivesse nomeado o agressor, teria sido «acusada de procurar vantagem ou vingança, apelidada de vingativa e calculista». Teria, provavelmente, também de enfrentar um processo de difamação difícil, bem como mais represálias na sua carreira.

Foi precisamente isso que aconteceu à jornalista Joana Emídio Marques, quando acusou de assédio um homem com forte capital simbólico no meio editorial e intelectual português. Os ataques à jornalista, ameaçada de processo de difamação, e as palavras de apoio ao influente editor, têm sido abundantes. A partir deste momento, a que se sucederam outros testemunhos com nomeação do alegado agressor, o pânico moral em torno do #MeToo instalou-se, com a replicação e intensificação de estratégias já ensaiadas no «caso Ronaldo». Os esforços de deslegitimação da iniciativa têm assentado em dois vetores principais: a equiparação da partilha de testemunhos *a posteriori* a «lapidações em praça pública» que ameaçariam o próprio Estado de Direito (Bebiano, 2021), e a assunção de que muitas situações relatadas não passariam de tentativas de sedução (Cantinho, 2021). Estas estratégias de argumentação têm tido como consequências imediatas não só colocar a iniciativa na defensiva,

como também reforçar imaginários persistentes relativos à violência sexual entre os quais sobressai a tradicional desconfiança perante o testemunho de mulheres que afirmam ter sofrido violência e assédio sexual, sobretudo aquelas que não denunciaram no momento. Não menos importante, a deslegitimação em curso do #MeToo está a dificultar os objetivos últimos da partilha de testemunhos, que passam pela promoção de uma discussão alargada sobre a persistência do assédio sexual na sociedade portuguesa, com vista à implementação de medidas e estratégias de prevenção, ou seja, a criação de espaço para uma reflexão que, sem pôr em causa o Estado de Direito, possa contribuir para a alteração do estado das coisas.

Neste momento, é impossível prever as consequências desta chegada tardia do #MeToo a Portugal e perceber se a intensidade atual da iniciativa terá repercussões no combate ao assédio e à violência sexual. A mudança de comportamentos é algo muito vasto e complexo, que passa pela necessidade de trazer o problema para o debate público e pela promoção de estratégias de empatia, mas também, e sobretudo, pela identificação da falta de instrumentos de apoio a quem é sujeito a assédio, como tão bem apontou Peralta (2021) num artigo de opinião que, infelizmente, não teve a continuidade merecida. Será aqui, no empoderamento de quem está em situação de subalternidade e na criação de condições para a aplicação efetiva de um quadro legislativo que puna eficazmente a extorsão sexual (Hendry como citado em Bertram, 2020), que a transformação poderá ter lugar. Como argumenta Boyle (2019), a partir do contexto anglo-saxónico, é neste trabalho coletivo que o #MeToo conseguirá deixar de ser um momento para se tornar um movimento. Para tal, é preciso continuar o debate público, pois, como Tarana Burke assinalou: «Culture shift doesn't happen in the accusation; it doesn't happen in the disclosure. Culture shift happens in the public grappling with these questions. Because nobody has firm, definitive, perfect answers» (Ottesen, 2018).

Referências Bibliográficas

- Ahmed, S. (2012). Feminist Killjoys (and Other Willful Subjects). *Cabiers du Genre*, 53(2), 77-98. <https://doi.org/10.3917/cdge.053.0077>
- Almeida, S. (2019). *O potencial comunicativo do movimento social do #metoo no jornalismo de referência português* [Dissertação de mestrado não publicada]. ISCTE-IUL.
- Askanius, T., & Hartley, J. (2019). Framing Gender Justice: A comparative analysis of the media coverage of #metoo in Denmark and Sweden. *Nordicom Review*, 40(2), 19-36. <https://doi.org/10.2478/nor-2019-0022>
- Bebiano, R. (2021, 5 de maio). Justiça e problemas do #metoo. *Público*. <https://www.publico.pt/2021/05/05/opiniao/noticia/justica-problemas-metoo-1961180>
- Bertram, A. (2020, 10 de março). Noticing and Combating Sextortion. An Interview with Nancy Hendry. *EuropeNow*. <https://www.europenowjournal.org/2020/03/09/noticing-and-combating-sex-tortion-an-interview-with-nancy-hendry/>
- Boyle, K. (2019). *#MeToo, Weinstein and Feminism*. Palgrave Macmillan. <https://doi.org/10.1007/978-3-030-28243-1>
- Cantinho, M. (2021, 6 de maio). Da sedução ao assédio. *Público*. https://www.publico.pt/2021/05/06/opiniao/noticia/seducacao-assedio-1961255?fbclid=IwAR3C6mPCQylm0ZkMSPddG2e8rsXpl-p_C8ANbn0InfKocICWrWmesPQ8WfG
- Carroll, C. (2020, 10 de março). Saying #MeToo in the Swedish Legal System: The Importance of Believing Women. *EuropeNow*. <https://www.europenowjournal.org/2020/03/09/saying-metoo-in-the-swedish-legal-system-the-importance-of-believing-women/>
- Carqueira, C. (2020, 10 de dezembro). *Houve um MeToo português? Os media contribuiram para isso?* Canal CES. <https://saladeimprensa.ces.uc.pt/index.php?col=canalces&id=31821#.YJCADrVKi00>
- Chandra, G., & Erlingsdóttir, I. (Eds.) (2021). *The Routledge Handbook of the Politics of the #MeToo Movement*. Routledge. <https://doi.org/10.4324/9780367809263>
- Collectif (2018, 9 de janeiro). Nous défendons une liberté d'importuner, indispensable à la liberté sexuelle. *Le Monde*. https://www.lemonde.fr/idees/article/2018/01/09/nous-defendons-une-liberte-d-importuner-indispensable-a-la-liberte-sexuelle_5239134_3232.html
- Corsi, M., Thissen, L., & Zacchia, G. (Eds.) (2019). *The #MeToo Social Media Effect and its Potentials for Social Change in Europe*. FEPS.
- Ebrahim, E., & Liu, L. (2020, 9 de março). Not Just Pretty Faces, They Have Powerful Voices Too: Celebrity Discourses and the #MeToo Movement. *EuropeNow*. <https://www.europenowjournal.org/2020/03/09/not-just-pretty-faces-they-have-powerful-voices-too-celebrity-discourse-and-the-metoo-movement/>
- Farrow, R. (2017, 10 de outubro). From Aggressive Overtures to Sexual Assault: Harvey Weinstein's Accusers Tell Their Stories. *The New Yorker*. <https://www.newyorker.com/news/news-desk/from-aggressive-overtures-to-sexual-assault-harvey-weinsteins-accusers-tell-their-stories>
- Faustino, M. (2021, 20 de abril). Sofia Arruda, a culpabilização das mulheres e o manual para vítimas perfeitas. *Público*. <https://www.publico.pt/2021/04/20/p3/noticia/sofia-arruda-culpabilizacao-mulheres-manual-vitimas-perfeitas-1959302>
- Fileborn, B., & Loney-Howes, R. (2019). *#MeToo and the Politics of Social Change*. Palgrave Macmillan.

- Garraio, J., Santos S., Amaral I., & Carvalho A. (2020, 10 de março). The unimaginable rapist and the backlash against #MeToo in Portugal. *EuropeNow*. <https://www.europenowjournal.org/2020/03/09/the-unimaginable-rapist-and-the-backlash-against-metoo-in-portugal/>
- Goodmark, L. (2018, 22 de maio). #MeToo and the Failure of Law. The Gender Policy Report. <https://genderpolicyreport.umn.edu/metoo-and-the-failure-of-law/>
- Gralha, L., & Marques, V. (2021, 29 de abril) #eufuiassediada: 17 mulheres denunciam assédio sexual. *Sábado* <https://www.sabado.pt/vida/detalhe/eufuiassediada-17-mulheres-denunciam-assedio-sexual>
- Grewal, K. (2017). *Racialized Gang Rape and the Reinforcement of Dominant Order*. Routledge.
- Hearn, J. (2018). You, them, us, we, too?...online–offline, individual–collective, forgotten–remembered, harassment–violence. *European Journal of Women's Studies*, 25(2), 228-235. <https://doi.org/10.1177/1350506818765286>
- Kantor, J., & Twohey, M. (2017, 5 de outubro). Harvey Weinstein Paid Off Sexual Harrassment Accusers for Decades. *The New York Times*. <https://www.nytimes.com/2017/10/05/us/harvey-weinstein-harassment-allegations.html>
- Kelly L. (2010). The (In)credible Words of Women: False Allegations in European Rape Research. *Violence Against Women*, 16(12), 1345-1355. <https://doi.org/10.1177/1077801210387748>.
- Loney-Howes, R., Mendes, K., Romero, D., Fileborn, B., & Puente, S. (2021). Digital footprints of #MeToo, *Feminist Media Studies*, 22(6), 1345-1362. <https://doi.org/10.1080/14680777.2021.1886142>
- MacKinnon, C. (2018, 4 de fevereiro). #MeToo Has Done What the Law Could Not. *The New York Times*. <https://www.nytimes.com/2018/02/04/opinion/metoo-law-legal-system.html>
- Matthews, H. (2019). #MeToo as Sex Panic. In B. Fileborn, & R. Loney-Howes, *#MeToo and the Politics of Social Change* (pp. 267-285). Palgrave Macmillan.
- Mendes, K., Ringrose, J., & Keller, J. (2018). #MeToo and the promise and pitfalls of challenging rape culture through digital feminist activism. *European Journal of Women's Studies*, 25(2), 236-246. <https://doi.org/10.1177/1350506818765318>.
- Noel, A., & Oppenheimer, D. (Eds.) (2020). *The global #metoo movement*. Full Court Press.
- O'Connell, K. (2019, 11 de abril). Geoffrey Rush's victory in his defamation case could have a chilling effect on the #MeToo movement. *The Conversation*. <https://theconversation.com/geoffrey-rushs-victory-in-his-defamation-case-could-have-a-chilling-effect-on-the-metoo-movement-115127>
- Onwuachi-Willig, A. (2018). What about #UsToo?: The Invisibility of Race in the #MeToo movement. *The Yale Law Journal*, 128. <https://www.yalelawjournal.org/forum/what-about-ustoo>
- Oppenheimer, D. (2020). Defamation Law is being Weaponized to Destroy the #MeToo Movement: Can Free Speech Protections Help Counter the Impact? In A. Noel, & D. Oppenheimer, *The Global #MeToo Movement* (pp. 497-507). Full Court Press.
- Ottesen, K. (2018, 6 de novembro). #MeToo founder Tarana Burke reflects on the movement – and the reckoning. *The Washington Post*. https://www.washingtonpost.com/lifestyle/magazine/metoo-founder-tarana-burke-reflects-on-the-movement--and-the-reckoning/2018/11/02/c17c31e4-cbd7-11e8-a3e6-44daa3d35ede_story.html?noredirect=on

- Peralta, S. (2021, 23 de abril). Somos nós que devemos explicações à Sofia Arruda. *Público*. <https://www.publico.pt/2021/04/23/opiniaio/noticia/devemos-explicacoes-sofia-arruda-1959702>
- Price, J. (2018, 3 de maio). Wondering what happened to #metoo? Women are too frightened to speak. *The Sydney Morning Herald*. <https://www.smh.com.au/opinion/wondering-what-happened-to-metoo-women-are-too-frightened-to-speak-20180503-h0zql4.html>
- Raposo, H. (2021, 22 de abril). Minha cara Sofia Arruda, faltam os nomes. *Expresso*. <https://expresso.pt/opiniaio/2021-04-22-Minha-cara-Sofia-Arruda-faltam-nomes-5bc12332>
- Roque, S., Santos, R., Faustino, M., & Garraio, J. (2024). *#MeToo. Um segredo muito público*. Avenida da Liberdade Editores.
- Rottenberg, C. (2017, 13 de dezembro). Can #MeToo go beyond white neoliberal feminism? *Al Jazeera*. <https://www.aljazeera.com/opinions/2017/12/13/can-metoo-go-beyond-white-neoliberal-feminism/>
- Santos, J., Rodrigues, M., Vieira, R., Nikolic, D., Lovett, J., & Kelly, L. (2009). *Diferentes Sistemas, Resultados Semelhantes? Identificar o Atrito em Casos de Violação Registrados em Onze Países*. European Commission Daphne II Programme Project n: JLS/DAP/06-1/141/WYC. <https://cwasu.org/wp-content/uploads/2016/07/portugal.pdf>
- Santos, S., Garraio, J., Amaral, I., & Carvalho, A. (2021). A space to resist rape myths? Journalism, Patriarchy and Sexual Violence. *European Journal of Women's Studies*, 29(2), 298-315. <https://doi.org/10.1177/13505068211048465>
- Silveirinha, M., Simões, R., & Santos, T. (2019). Him Too? Cristiano Ronaldo and the News Coverage of a Rape Case Allegation. *Journalism Practice*, 14(2), 208-224. <https://doi.org/10.1080/17512786.2019.1693279>
- Ventura, I. (2020, 03 de dezembro). *Masculinidades, violência e assédio sexual nos media em Portugal: ponto da situação*. Canal CES. https://saladeimprensa.ces.uc.pt/index.php?col=canalces&id=31819#.YJB_DLVKi00
- Ventura, I. (2018). *Medusa no Palácio da Justiça ou uma História da Violação Sexual*. Tinta-da-china.
- Waterhouse-Watson, D. (2013). *Athletes, Sexual Assault, and Trials by Media. Narrative Immunity*. Routledge. <https://doi.org/10.4324/9780203076071>
- Winter, B. (2020, 10 de março). «Being Passed off as Wicked Witches, That's a Bit Much!» When the Victims Become the Defendants. *EuropeNow*. <https://www.europenowjournal.org/2020/03/09/when-the-victims-become-the-defendants/>
- Zarkov, D., & Davis, K. (2018). Ambiguities and dilemmas around #MeToo: #ForHow Long and #WhereTo? *European Journal of Women's Studies*, 25(1), 3-9. <https://doi.org/10.1177/1350506817749436>

**VIOLÊNCIA E MISOGINIA *ONLINE* DURANTE
A PANDEMIA DE COVID-19: PERCEÇÕES
DA SUA NATUREZA E CONSEQUÊNCIAS PARA
AS MULHERES EM PORTUGAL**

**ONLINE VIOLENCE AND MISOGYNY DURING THE
COVID-19 PANDEMIC: PERCEPTIONS OF ITS NATURE
AND CONSEQUENCES FOR WOMEN IN PORTUGAL**

Rita Basílio de Simões

Universidade de Coimbra, Centro de Estudos Sociais, Faculdade de Letras

<https://orcid.org/0000-0001-6356-6042>

Inês Amaral

Universidade de Coimbra, Centro de Estudos Sociais, Faculdade de Letras

<https://orcid.org/0000-0003-4929-4866>

Juliana Alcantara

Universidade de Coimbra, Faculdade de Letras

<https://orcid.org/0000-0002-1416-5194>

Sílvio Santos

Universidade de Coimbra, Centro de Estudos Interdisciplinares,

Faculdade de Letras

silvio.santos@fl.uc.pt

<https://orcid.org/0000-0002-6208-7311>

Resumo: A pandemia de COVID-19 intensificou o uso das plataformas digitais, essenciais para manter conexões durante o isolamento físico e social. Contudo, o ambiente digital também se tornou propício a comportamentos tóxicos e discriminatórios, afetando, principalmente, as mulheres. Este capítulo aborda a violência e misoginia *online* durante a pandemia, explorando novas formas de abuso que se manifestaram com maior intensidade. Com base no conceito de *continuum* de violência, de Kelly (1987), este capítulo analisa como a violência digital reflete e perpetua desigualdades de género, exacerbadas em tempos de crise. Através de trinta entrevistas semiestruturadas com mulheres residentes em Portugal, foram identificadas dez modalidades de violência *online*. As vítimas relataram impactos significativos, tanto *online* quanto *offline*, tais como autocensura, *stress*, ansiedade e isolamento social. Esta investigação destaca a falta de reconhecimento e consciencialização sobre comportamentos abusivos *online* e a condição de vítima. Em Portugal, a ausência de um quadro normativo eficaz para enfrentar a violência digital evidencia a necessidade urgente de políticas de apoio e proteção.

Palavras-chave: misoginia; ódio *online*; modalidades de violência; plataformas digitais; desigualdade de género.

Abstract: The COVID-19 pandemic has intensified the use of digital platforms, which have become essential for maintaining connections during physical and social isolation. However, the digital environment has also become conducive to toxic and discriminatory behaviours, particularly affecting women. This chapter addresses online violence and misogyny during the pandemic, exploring new forms of abuse that have manifested with greater intensity. Based on Kelly's (1987) concept of the *continuum* of violence, this chapter analyses how digital violence reflects and perpetuates gender inequalities, exacerbated in times of crisis. Through thirty semi-structured interviews with women residing in Portugal, ten forms of online violence were identified. The victims reported significant impacts, both online and offline, such as self-censorship, stress, anxiety, and social isolation. This research highlights the lack of recognition and awareness of abusive online behaviours and the victim's condition. In Portugal, the absence of an effective regulatory framework to address digital violence underscores the urgent need for supportive and protective policies.

Keywords: misogyny, online hate, forms of violence, digital platforms, gender inequality.

Introdução

A pandemia de COVID-19 intensificou o uso das plataformas digitais, que já faziam parte do nosso dia a dia, ao facilitar a comunicação e o acesso à informação. Com a necessidade de isolamento físico e social durante os períodos de confinamento, essas tecnologias tornaram-se essenciais para mantermos as conexões mais elementares da vida quotidiana. Apesar das suas múltiplas vantagens, o ambiente digital também se tem mostrado propício para comportamentos tóxicos, ofensivos e discriminatórios. É neste contexto que surge o estudo sobre a violência e a misoginia *online*, fenómenos que se têm manifestado de novas formas e com maior intensidade, afetando indiscriminadamente mulheres (Simões et al., 2022, 2023).

A violência *online* contra mulheres integra o conceito mais amplo de *continuum* de violência (Kelly, 1987), que, como várias das autoras deste estudo têm defendido (Amaral & Simões, 2021; Simões, 2021; Simões et al., 2021a, 2021b, 2022; Amaral et al., 2022), se expressa através de comportamentos que manifestam e reproduzem as desigualdades de género.

Com a migração da violência para o ambiente digital, surgem novos contextos e formatos, frequentemente com grande alcance. Este fenómeno está intrinsecamente ligado à questão de género, reforçando normas que perpetuam discriminação e desigualdade, especialmente em tempos de crise.

Perante um contexto caracterizado por uma cultura popular que desvaloriza as mulheres nas esferas pública e privada, neste capítulo, centramo-nos na natureza genderizada do comportamento abusivo *online*, perspetivando a violência facilitada pelas tecnologias digitais como um conjunto de comportamentos nocivos que aumentam uma gama de experiências de vitimização (Citron, 2014; Henry & Powell, 2015; Powell & Henry, 2017; Amaral & Simões, 2021; Simões et al., 2021a, 2021b, 2022).

Este capítulo pretende caracterizar o contexto específico da pandemia, muito marcado pelo aumento do uso de aplicações e redes sociais para interações pessoais e pela utilização de plataformas digitais para manter atividades profissionais, com os consequentes impactos emocionais causados pelas medidas restritivas, pelo confinamento prolongado e pela disseminação anómala de informações. O objetivo deste capítulo é o de contribuir para a construção de um quadro lexical que nomeie, defina e interprete ataques de ódio sexista, retórica misógina e insultos direcionados às mulheres.

Empiricamente, o capítulo resulta de entrevistas semiestruturadas realizadas com trinta mulheres residentes em Portugal, entre outubro de 2020 e março de 2021. Norteou este estudo a questão de saber como as mulheres que reconhecem vivências negativas em plataformas digitais experienciam a natureza, a prevalência e os impactos da violência *online* ocorrida durante a pandemia de COVID-19.

Violência e Género: Uma Pandemia Digital

A pandemia de COVID-19 trouxe mudanças significativas em diversos aspetos, especialmente na comunicação. Com a restrição de deslocamentos físicos, a tecnologia tornou-se essencial para manter contactos pessoais, profissionais e educacionais. O teletrabalho garantiu o cumprimento das medidas de distanciamento e isolamento, permitindo a continuidade das atividades económicas e prevenindo a disseminação do vírus (Belzunegui-Eraso & Erro-Garcés, 2020). Escolas e universidades rapidamente adaptaram as suas metodologias, implementando aulas remotas para continuar o processo educacional (Garbe et al., 2020; Morgan, 2020). A telemedicina também foi integrada de forma abrangente, permitindo que os cuidados de saúde continuassem sem a necessidade de visitas presenciais (Wosik et al., 2020). Além disso, a audiência dos média digitais aumentou substancialmente, destacando a dependência crescente dessas plataformas para informação e entretenimento (Newman et al., 2020).

Durante a pandemia, o uso das plataformas sociais intensificou-se, refletindo-se num aumento do tempo de acesso e numa tendência para o uso compulsivo, o que foi interpretado como uma necessidade psicológica para atender às demandas de interação humana e, dessa forma, lidar com o isolamento (Singh et al., 2020). No entanto, essa exposição prolongada aos meios digitais trouxe consequências negativas para a saúde mental. Estudos indicam um aumento significativo nos níveis de ansiedade, depressão e outros problemas psicológicos entre os utilizadores intensivos de redes sociais durante este período (Marino et al., 2018; Hou et al., 2019; Boursier et al., 2020; Zhang et al., 2021). As tecnologias digitais transformaram profundamente as práticas de comunicação, com efeitos positivos ao aumentar a participação pública de grupos com menor poder social ou que sofrem maiores desigualdades, principalmente sob uma perspectiva interseccional (Amaral et al., 2022; Simões et al., 2021b, 2022). Contudo, a fragilidade desta participação colocou em perspectiva a promessa emancipatória da digitalização. Enquanto as tecnologias possuem um potencial democrático e emancipatório, indivíduos e grupos têm usado extensivamente a liberdade de participação *online* para se envolver em práticas nocivas, muitas vezes escondendo-se atrás do anonimato (Simões & Camponez, 2020). Efetivamente, as tecnologias digitais têm sido usadas como ferramentas para promover ambientes *online* misóginos e discriminatórios (Amaral et al., 2022; Santos et al., 2020; Simões et al., 2021b, 2022, 2023), facilitando comportamentos prejudiciais dirigidos tanto a mulheres comuns quanto a figuras públicas femininas (Simões, 2021; Simões et al., 2021a). Com efeito, várias investigações sobre a violência de gênero na Internet mostram que a retórica misógina hostil e as ameaças de violência sexual ocorrem principalmente como reação às mulheres envolvidas em questões e lutas feministas (Banet-Weiser, 2015; Ben-David & Matamoros-Fernández, 2016). As mulheres com visibilidade pública são alvos preferenciais de atitudes e comportamentos tóxicos, abusivos e misóginos *online* (Lewis et al., 2017).

As novas dinâmicas de comunicação *online* também ecoaram relações tradicionais de poder e gênero, exacerbando problemas preexistentes. A violência no contexto digital, uma extensão das dinâmicas *offline*, intensificou-se significativamente durante a pandemia. Diferentes relatórios revelam que mais de metade das raparigas e jovens mulheres, entre 15 e 25 anos, vivenciou experiências negativas *online*, incluindo assédio e abusos de natureza diversa (Plan International, 2020). O Center for Countering Digital Hate (2022) identificou 288 contas no Twitter que disseminavam conteúdo misógeno, das quais 88% permaneceram ativas mesmo após denúncias. Esses incidentes demonstram a persistência e a gravidade da violência de gênero *online*, enquanto sublinham a necessidade de intervenções mais robustas para proteger as mulheres nesse ambiente. Além disso, os impactos psicológicos dessa violência são profundos, abrangendo ansiedade, depressão, ataques de pânico, baixa autoestima, problemas de sono e medo, entre outros (Amnesty International, 2017; Plan International, 2020). Este ambiente hostil *online* perpetua um ciclo de silenciamento e discriminação, prejudicando os esforços de igualdade de gênero (Megarry, 2014).

Além da intensificação do uso das tecnologias e do aumento da violência *online*, a pandemia trouxe à tona a questão da sobrecarga de informação, conhecida como «infodemia» (Eisenbach, 2020). Este fenómeno refere-se à disseminação massiva de informações, muitas vezes contraditórias ou falsas, que dificultam a tomada de decisões informadas pelo público (Cinelli et al., 2020). A infodemia exacerbou a ansiedade e a confusão, contribuindo para um ambiente *online* ainda mais tóxico, em que a desinformação alimenta comportamentos agressivos e discriminatórios (Brennen et al., 2020). A rápida disseminação de boatos e teorias da conspiração através das redes sociais amplificou a desconfiança nas instituições e acentuou as divisões sociais (Tasnim et al., 2020).

A violência de gênero *online* durante a pandemia também refletiu a ampliação das desigualdades estruturais já existentes. As mulheres,

especialmente aquelas pertencentes a minorias étnicas ou raciais, enfrentaram uma dupla carga de discriminação e assédio (Pirtle & Wright, 2021). A interseccionalidade destes fatores aumentou a vulnerabilidade das mulheres a ataques *online*, evidenciando a necessidade de abordagens multifacetadas para combater a violência digital (Crenshaw, 1989). Além disso, a falta de regulação eficaz nas plataformas digitais perpetuou um ambiente permissivo para o abuso, com muitas vítimas enfrentando dificuldades em obter justiça ou proteção (Jane, 2018).

As consequências da violência de género *online* são de longo alcance, afetando não apenas a saúde mental das vítimas, mas também a sua participação cívica e política. A persistência de ameaças e assédios *online* levou muitas mulheres a autocensurarem-se ou a abandonarem completamente as plataformas digitais, limitando a diversidade de vozes no espaço público (Henry & Powell, 2015). Esta forma de silenciamento digital reforça as barreiras estruturais à igualdade de género, minando os avanços obtidos em outras áreas (Lewis et al., 2017).

Metodologia

Com o objetivo de investigar as percepções da natureza da violência *online* e das suas consequências durante a pandemia de COVID-19, realizámos trinta entrevistas semiestruturadas em profundidade ao longo de seis meses, entre outubro de 2020 e março de 2021, com mulheres residentes em Portugal. Como as mulheres vítimas/sobreviventes experienciam a natureza, a prevalência e os impactos da violência *online* ocorrida durante a pandemia de COVID-19 foi a questão a que procurámos responder.

As participantes foram mulheres residentes em Portugal durante a pandemia e com histórico de experiências negativas vivenciadas *online*. As entrevistadas eram jovens adultas, com idades entre os 18

e os 44 anos. Exceto três desempregadas, as demais estavam ativas em variadas profissões: ensino ($n_i = 2$), saúde ($n_i = 2$), tecnologia ($n_i = 2$), arquitetura e artes ($n_i = 2$), serviços administrativos e vendas ($n_i = 7$), estudantes ($n_i = 6$), entre outras ($n_i = 6$). Em relação à educação formal, a maioria possuía ensino secundário completo ($n_i = 13$), seguido de licenciatura ($n_i = 8$) e mestrado ($n_i = 5$), com quatro tendo outras habilitações. A maioria residia na capital, Lisboa ($n_i = 16$), com outras mulheres a habitarem nas zonas norte ($n_i = 2$) e centro ($n_i = 2$) de Portugal.

As entrevistas foram conduzidas por videoconferência, com uma duração aproximada de sessenta minutos cada, gravadas e, posteriormente, transcritas. Utilizando o *software* MaxQDA, realizou-se uma análise temática crítica para identificar e analisar padrões discursivos nos relatos (Braun & Clarke, 2006). A primeira fase envolveu a codificação textual e a identificação de padrões, considerando temas críticos trazidos repetidamente pelas experiências das vítimas. Na fase seguinte, dando seguimento à proposta de Lawless e Chen (2018), identificaram-se, nos temas críticos, os padrões e modalidades de violência *online* vivenciados.

Resultados e Discussão

Durante as entrevistas, emergiram diversos motivos que levaram as mulheres a relatar as suas experiências no ambiente *online*. A violência podia ocorrer estritamente no digital ou ser uma extensão de contextos já existentes *offline*. Por afetar mulheres em diferentes contextos e ocorrer simultaneamente em diferentes espaços, a violência *online* extrapola o virtual, manifestando-se em dinâmicas interligadas. Trata-se de um fenómeno genderizado, sustentado por discriminações e desigualdades que se agravam em contextos de crise e, além disso, complexo por ser multiplataforma.

As mulheres entrevistadas perceberam que as suas experiências negativas estavam interligadas, dificultando a nomeação e organização

dos pensamentos. Muitas vezes, ao contar as suas histórias, lembravam e reviviam os acontecimentos pela primeira vez. Foi comum a percepção de que o *online* era um meio no qual violências previamente sofridas adquiriam maior proeminência e frequência, tanto em contextos íntimos quanto laborais. Integrado no *continuum* de violência contra as mulheres (Kelly, 1987), as experiências relatadas neste estudo refletem a indissociabilidade do contexto *online* e *offline*, mas também o entrecruzamento profundo entre práticas ofensivas.

Modalidades de violência percebidas

Embora a violência *online* se manifeste, com frequência, de forma entrelaçada, foi possível identificar dez modalidades deste fenômeno a partir das experiências vividas pelas participantes no estudo. A Figura 1 apresenta visualmente a frequência e a relevância de cada uma dessas modalidades, cada uma representando um conjunto dinâmico de comportamentos.



Fig. 1. Modalidades de violência *online* percebidas pelas participantes.

O assédio *online* foi o tipo de violência mais relatado, referenciando comportamentos abusivos destinados a ferir emocionalmente. O assédio *online* abrange um conjunto diversificado de práticas abusivas que se caracterizam pela imposição intencional de sofrimento emocional através do discurso digital. Exemplos de tais comportamentos incluem provocações ofensivas em redes sociais, *chats* e fóruns; ameaças de violência física e/ou sexual enviadas por *email*, mensagens de telemóvel ou através de outras plataformas *online*; e discurso de ódio baseado no sexismo, identidade de género, nacionalidade e orientação sexual. Este tipo de assédio manifesta-se de diversas formas e utiliza a natureza anónima e amplificadora das plataformas digitais para perpetuar a vitimização e o sofrimento emocional das vítimas. Uma vítima relatou da seguinte forma este tipo de violência:

Houve um deles que até me mandou uma imagem de uma mulher toda espancada. A dizer para eu ter cuidado na rua. Quando isso podia me acontecer a mim. Só pelo simples facto de ser uma mulher a dar a minha opinião. (Sobrevivente, 20 anos, estudante)

Outra sobrevivente de 23 anos descreveu a sua experiência de assédio baseada na sua nacionalidade:

Eu sinto que aqui tem um preconceito muito grande contra nós, mulheres brasileiras. E eu comecei a ser assediada, assim, sabe? Por homens, portugueses. Isso porque eu nem tenho um círculo social de amigos portugueses tão grande assim. (Sobrevivente, 23 anos, estudante)

Uma outra participante, de 22 anos, partilhou um incidente, em que foi atacada devido à sua identidade religiosa:

Ficou perguntando de onde eu era, o que que eu fazia aqui. [...] Perguntas íntimas. [...] Aí, eu não respondi mais, que eu não

gosto de dar trela. E aí ele fez um textão me atacando, tipo, falando: «Ah, você é bem muçulmana, não é?» (Sobrevivente, 22 anos, estudante)

O segundo tipo de prática mais evidenciado foi a perseguição *online*, que se caracteriza pelo constrangimento contínuo da autonomia das vítimas, resultando em importunação e sofrimento nas esferas privada, profissional e social. Exemplos de práticas de perseguição *online* incluem o envio reiterado de mensagens eletrônicas, mensagens de telemóvel ou mensagens instantâneas com conteúdo ofensivo ou ameaçador; a publicação sistemática de comentários depreciativos; e a partilha repetida de fotografias ou vídeos íntimos na Internet ou através de dispositivos móveis. Este comportamento persistente pretende intimidar e controlar as vítimas, comprometendo significativamente o seu bem-estar emocional e social. Uma sobrevivente descreveu desta forma a sua experiência:

Eu penso que ele começou a fazer uma pressão que nem ele sabia, tanto que ele, no final, na mensagem assim mais agressiva que ele mandou, disse: «Eu não sei o que é que tu tens de especial, mas eu sei que não vou parar de te chatear.» (Sobrevivente, 30 anos, desempregada)

As *cyber mobs* referem-se a práticas de assédio coletivo no ambiente *online*, que têm como objetivo atacar uma pessoa em particular, muitas vezes em competição com outros grupos virtuais. Exemplos de assédio coletivo incluem a publicação sistemática e coordenada, por parte de grupos *online*, de conteúdos ofensivos, humilhantes e destrutivos, com a intenção de criar e perpetuar uma imagem negativa sobre o alvo. Estes comportamentos são caracterizados pela sua natureza organizada e pela mobilização de múltiplos indivíduos, resultando numa forma amplificada de vitimização digital. Uma estudante de 20 anos relatou a perseguição que sofreu por parte de

grupos de extrema-direita quando passou a participar de forma ativa em discussões de natureza política no antigo Twitter:

Uns a dizer que eu não tinha lugar na política. Outros a dizer que eu não tinha o direito de estar ali. Também começaram a tirar *prints* de imagens do meu Twitter e começaram a divulgá-los em grupos. Grupos que são assumidamente de extrema-direita. E agora com as presidenciais isso voltou a acontecer. (Sobrevivente, 20 anos, estudante)

Outra sobrevivente detalhou os insultos que recebeu:

A chamarem-me de puta, de porca, nojenta. A dizerem que eu não tinha respeito por mim própria. Recebi mensagens a dizer que eu era uma vergonha para a minha família. (Sobrevivente, desempregada, 23 anos)

Uma outra partilhou a sua experiência com grupos de ódio anti-feministas:

Foram criados grupos de ódio antifeministas. Ou seja, com base nas minhas fotografias, eles assumiram que eu era porca, prostituta. (Sobrevivente, 28 anos, modelo)

O termo *doxing* refere-se à prática de furtar e publicar, sem autorização, dados privados de indivíduos. Exemplos de *doxing* incluem a apropriação e divulgação não autorizada de informações pessoais pertencentes às esferas privada, financeira e familiar. Esta prática tem como objetivo expor, intimidar e causar danos à vítima, aproveitando-se da vulnerabilidade gerada pela divulgação pública de dados sensíveis, e parece ocorrer, com frequência, em estreita articulação com outras modalidades de violência. Uma educadora, de 40 anos, relatou a sua experiência com a exposição de dados seus, o que desencadeou uma tentativa de chantagem:

– Quando te enviaram a mensagem pedindo dinheiro e chantageando foi através de alguma rede social?

– Foi no Gmail. Estava no *spam* do Gmail. Fui verificar o meu *spam*, a caixa do lixo, olhei duas vezes e «O que é isto?». E eu «Não, não». Mas, como vi e realmente tinha uma *password* que tinha sido já minha, fiquei um pouco preocupada. [...] Um tal fulano que me mandou um *email*, um *gmail*, a dizer: «Olhe, ou você me transfere não sei quanto para a minha a conta ou vou enviar para os seus amigos um vídeo ou umas fotografias suas indecentes.» (Sobrevivente, 40 anos, educadora)

O furto de identidade *online* envolve a apropriação ilegítima da identidade ou de informações pessoais de outrem, com a finalidade de realizar atividades ilícitas e crimes. Exemplos desta prática incluem a utilização não autorizada de dados pessoais *online*, tais como *logins* e *passwords* de contas de *email* ou de redes sociais por terceiros. Este tipo de apropriação pretende explorar a identidade da vítima para obter benefícios financeiros, acesso a informações confidenciais ou para realizar ações fraudulentas, comprometendo a segurança e a privacidade dos indivíduos afetados. Uma administrativa descreveu da seguinte forma a criação de perfis falsos com o seu nome:

Portanto, o que esta pessoa fez foi criar várias contas falsas em meu nome. No Instagram, no LinkedIn, no Facebook e no Tinder. Pelo menos, que eu saiba. (Sobrevivente, 41 anos, administrativa)

O abuso sexual através de imagens refere-se à disseminação não consentida de fotografias ou vídeos íntimos de terceiros. Exemplos deste tipo de abuso incluem a divulgação *online*, sem autorização, de fotografias ou vídeos que podem ter sido obtidos de forma consentida, mas cuja distribuição ocorre sem o consentimento das pessoas envolvidas, ou que foram capturados sem o conhecimento e a permissão das vítimas. Esta prática compromete a privacidade e a dignidade das vítimas, causando-lhes significativo sofrimento

emocional e psicológico, e configurando uma grave violação dos seus direitos pessoais. Neste estudo, optámos por utilizar esta denominação, embora seja comum a referência a «pornografia de vingança». No entanto, porque consideramos que não se refere a conteúdo pornográfico ou capturado de forma consentida com esse propósito, entendemos que se trata de abuso sexual através de imagens. Uma jovem desempregada de 23 anos relatou como foi vítima de abuso sexual através de imagens:

Fotos minhas sem o meu consentimento foram espalhadas desde que eu me conheço enquanto mulher, literalmente. Eu tinha 12, 13 anos e eram fotos, *posts* do meu Instagram, do meu Facebook em outros grupos a perguntar se havia fotos minhas e vídeos meus. Quando mal eu sabia o que era sexo. E os meus amigos é que me vinham dizer, «olha, puseram aqui fotos tuas e estão aqui a falar de ti». [...] Agora, desta última vez, foram vídeos meus íntimos. (Sobrevivente, 23 anos, desempregada)

O *cyberflashing* refere-se ao envio e à receção não solicitada de imagens de natureza sexual. Esta prática consiste em enviar, de forma deliberada e sem consentimento, conteúdos visuais explícitos, muitas vezes através de plataformas digitais como redes sociais, aplicações de mensagens instantâneas ou outros meios de comunicação eletrónica. O *cyberflashing* constitui uma invasão de privacidade e um ato de assédio sexual, causando desconforto e sofrimento emocional às vítimas. Uma vítima descreveu assim a sua experiência com *cyberflashing*:

Aquelas abordagens que, de repente, uma pessoa recebe de, normalmente, de homens. E que são um bocadinho fora, né? Que não é um «Olá», que é uma imagem, que é uma foto, que é um vídeo. (Sobrevivente, 28 anos, modelo)

O *sextortion* refere-se a práticas de extorsão em que o perpetrador exige dinheiro ou outros benefícios em troca da não divulgação *online* de fotografias ou vídeos com conteúdo sexualmente explícito. Esta forma de chantagem digital explora a vulnerabilidade das vítimas, ameaçando expor material íntimo para obter ganhos financeiros ou satisfazer outras demandas. O *sextortion* representa uma grave violação da privacidade e da dignidade das vítimas, gerando intenso sofrimento emocional e psicológico, além de potencialmente comprometer a sua reputação e segurança pessoal. Uma educadora de 40 anos relatou um episódio de *sextortion* que sofreu:

A pior coisa que me podem fazer é enviar, como um tal fulano que me mandou um *email* [...] a dizer: «Olhe, ou você me transfere não sei quanto para a minha conta ou vou enviar para os seus amigos um vídeo ou umas fotografias suas indecentes.» Isso para mim foi um ataque, certo? (Sobrevivente, 40 anos, educadora)

A manipulação de imagens e o uso de *deepfakes* referem-se a práticas ilícitas de alteração e divulgação de representações visuais de uma pessoa. A manipulação de imagens envolve a edição de fotografias ou vídeos existentes para distorcer a realidade ou para criar conteúdos falsos. O termo *deepfake* designa a utilização de tecnologia avançada para gerar fotografias ou vídeos falsos de uma pessoa, frequentemente de natureza sexual. Estas práticas podem ser usadas para criar conteúdos altamente realistas, mas falsificados, com o intuito de enganar, difamar ou explorar a vítima, resultando em sérias implicações éticas e legais, bem como em danos significativos à reputação e ao bem-estar das pessoas afetadas. Para uma das participantes, estudante, 18 anos, trata-se de práticas que visam «sexualizar» as mulheres com o objetivo de as «ofender», de as «rebaixar», de as «difamar», sendo especialmente perturbador desconhecer em absoluto onde poderão as imagens falsas acabar por ir parar.

O assédio laboral em contexto de teletrabalho refere-se a práticas de assédio que ocorrem através de ferramentas e plataformas digitais utilizadas para a realização do trabalho remoto. Estas práticas podem incluir comunicações abusivas ou ofensivas por *email*, mensagens instantâneas, videoconferências e outros meios digitais, além da imposição de metas irrealistas, monitoramento excessivo e exigências desproporcionadas. O assédio laboral em teletrabalho manifesta-se pela transposição das dinâmicas abusivas do ambiente físico de trabalho para o espaço virtual, causando sofrimento emocional e psicológico aos trabalhadores, além de comprometer a sua produtividade e o seu bem-estar. Uma administrativa de 39 anos expôs as dificuldades de comprovar o assédio sofrido em teletrabalho:

Muitas das pressões são mais por telefone. São mais em videoconferência, que não foi gravada. E acabas por não ter uma prova para avançar. (Sobrevivente, administrativa, 39 anos)

Prevalência e transversalidade

As plataformas digitais mais utilizadas pelas participantes do estudo consistem essencialmente em redes sociais e outras formas de média sociais como Instagram, (antigo) Twitter ou WhatsApp. As experiências de violência vivenciadas e percebidas ocorrem indiscriminadamente nesses espaços, manifestando-se através de mensagens privadas, comentários, partilhas e outras práticas abusivas. Assim como na violência doméstica, em que a vitimação ultrapassa fronteiras de classe, escolaridade, região, cor ou credo, a violência *online* também revela uma natureza transversal.

A diversidade de perfis socioprofissionais das mulheres vítimas-sobreviventes entrevistadas no estudo ilustra essa transversalidade. A participação digital, ao contrário de um ideal de participação cívica no espaço público, é marcada por frequentes episódios de violência *online*. Mulheres estudantes, desempregadas, administrativas, docentes,

profissionais de saúde, de tecnologias e de moda relataram a prevalência rotineira de violência *online* nas suas vidas. Estas práticas abusivas não são incidentes isolados, mas experiências persistentes que refletem a realidade de um ambiente digital muitas vezes hostil e inseguro para as mulheres. Para exemplificar, uma estudante de 20 anos partilhou a sua experiência reiterada de assédio sexual *online*:

Já me aconteceu, por exemplo, chegarem às minhas mensagens privadas e começarem a fazer monólogos de *sexting* sozinhos. [...] Muitas vezes. (Sobrevivente, 20 anos, estudante)

Outra sobrevivente, uma médica veterinária de 41 anos, descreveu os ataques que a sua família também sofreu:

Recebo ataques à minha família também. Minha filha. [...] Muitos deles são de cariz sexual. Que é quando um homem acha que a sexualidade dele é uma arma contra a sexualidade de uma mulher. Outros são humilhantes de outras formas. (Sobrevivente, 41 anos, médica veterinária)

Os testemunhos sublinham a prevalência e a natureza generalizada da violência *online*, afetando mulheres de diferentes contextos e perfis. A participação digital, longe de representar um espaço seguro de envolvimento cívico, está frequentemente marcada por episódios de assédio e abuso, que se repetem e se intensificam ao longo do tempo.

As experiências de violência *online* relatadas pelas mulheres participantes evidenciam a prevalência constante e perturbadora desse fenómeno nas suas vidas diárias. Testemunhos como o de uma estudante de 20 anos que descreveu a invasão frequente das suas mensagens privadas com monólogos de *sexting* não solicitados demonstram como essas práticas abusivas são recorrentes e intrusivas. Esta repetição de comportamentos agressivos sublinha o carácter persistente da violência *online*, que se manifesta de diversas formas

e em várias plataformas, tornando o ambiente digital num espaço de contínuo assédio e ameaça para muitas mulheres.

O assédio *online* foi o tipo de violência mais frequentemente mencionado, abrangendo uma vasta gama de comportamentos abusivos destinada a causar sofrimento emocional. Este tipo de assédio manifesta-se através de provocações ofensivas em redes sociais, *chats* e fóruns; ameaças de violência física e/ou sexual enviadas por *email*, mensagens de telemóvel ou outras plataformas digitais; e discursos de ódio baseados em sexismo, identidade de género, nacionalidade e orientação sexual.

A questão da transversalidade da violência *online* também é claramente refletida nos testemunhos das participantes do estudo, indicando que este fenómeno não discrimina classe social, faixa etária, raça e etnia, religião ou orientação sexual. As experiências partilhadas por mulheres de diferentes contextos profissionais e pessoais, como estudantes, desempregadas, administrativas, docentes, profissionais de saúde, de tecnologias e de moda, revelam que a violência *online* é uma ameaça onipresente e democratizada, afetando todas as mulheres independentemente das suas circunstâncias. A diversidade de perfis das vítimas mostra que a violência digital transcende as barreiras tradicionais da discriminação, manifestando-se em qualquer contexto em que as mulheres estejam presentes. Este facto ressalta a necessidade urgente de abordagens abrangentes e inclusivas para combater a violência *online*, reconhecendo a sua prevalência e a amplitude do seu impacto na vida de mulheres de todas as esferas da sociedade.

Todos estes relatos sublinham a diversidade de formas que o assédio *online* pode assumir e como se manifesta de modo persistente e invasivo, afetando profundamente o bem-estar emocional e psicológico das mulheres. A prevalência deste tipo de violência *online* é uma realidade constante e generalizada, que permeia o quotidiano das vítimas, tornando o ambiente digital num espaço de ameaça e sofrimento contínuo.

Impactos e reações

Para as sobreviventes de violência *online*, as consequências podem ser dramáticas, tanto no ambiente digital quanto no mundo real. *Online*, os impactos incluem a autocensura, a autodisciplina, o silenciamento e até mesmo o abandono, ainda que temporário, das redes sociais em que as experiências de violência ocorreram. Uma sobrevivente de 22 anos, estudante, expressou como as suas ações *online* foram afetadas:

Tenho muito mais cuidado com as fotografias que eu publico nas redes sociais. [...] Tentar não pôr tantas fotografias em biquíni. Ou, se puser, que sejam mais simples, não é? Pronto. Portanto, tenho mais cuidado com os meus *posts*. [...] O medo da Internet e o cuidado que eu passei a ter foram muito maiores. (Sobrevivente, 22 anos, estudante)

Outra sobrevivente, uma profissional de marketing de 46 anos, descreveu a intensidade do assédio que enfrentou após um vídeo se espalhar:

Eu quando tive o tal vídeo que foi viral, eu fui, durante meses, ofendida publicamente. Psicologicamente foi horrível, porque foi aquilo a acontecer todos os dias, a ser bombardeada por todos os lados. (Sobrevivente, 46 anos, profissional de *marketing*)

Offline, as consequências da violência *online* são igualmente severas, incluindo *stress* e ansiedade, isolamento, sentimentos de insegurança, perda de autoestima e até automutilação. Uma treinadora de 29 anos descreveu como começou a tomar precauções adicionais ao sair de casa:

Comecei a olhar duas vezes cada vez que saía de casa. Porque é fácil perceber onde é que eu moro, pelas fotos. Portanto, houve

aqui um tempo, que eu própria fui alertada para ter algum cuidado, nesse sentido. [...] Passei a ter alguns cuidados extras, sim. (Sobrevivente, 29 anos, treinadora).

Também outra sobrevivente recorreu à automutilação para lidar com o sofrimento:

Comecei a me mutilar, porque era muito para mim. Queria outro tipo de dor para parar de sentir o que estava sentindo. (Sobrevivente, 20 anos, estudante)

Uma sobrevivente desempregada de 23 anos também relatou o medo que sentia em sair de casa com sua filha, devido às ameaças *online* que recebia:

Na altura, eu evitava sair de casa. Só saía mesmo para o necessário dos necessários e evitava levar a minha filha. Eu tinha medo de ser atacada e estar com ela. (Sobrevivente, 23 anos, desempregada)

Outra sobrevivente expressou preocupação constante sobre a sua segurança devido às ameaças que recebe *online*:

Eu tenho preocupação em sair à rua em Lisboa e ter um destes maluquinhos que me leem no Twitter, a reconhecer-me na rua, não é? Depois a ver onde é que eu moro. E portanto, são estas as preocupações que eu tenho. (Sobrevivente, 31 anos, farmacêutica)

A violência *online* contra as mulheres, nas suas múltiplas expressões, não tem sido suficientemente abordada e discutida em Portugal, onde falta um reconhecimento ético e social generalizado acerca da sua gravidade e um modelo normativo para enfrentar o problema. As reações das vítimas-sobreviventes, são, portanto, esmagadoramente, limitadas às respostas no mesmo espaço em que a violência ocorreu, como bloquear perfis ou abandonar plataformas digitais. Em menor

grau, as vítimas procuram auxílio junto de associações, organizações não governamentais ou forças de segurança, sendo a família e os amigos a principal linha de apoio. Neste contexto, uma sobrevivente desempregada de 23 anos explicou que nunca procurou ajuda formal:

Nunca procurei ajuda. [...] Apoio moral da minha família e dos meus amigos. Ah, mas ajuda profissional, psicológica ou terapia ou alguma coisa, não. Nunca procurei. (Sobrevivente, 23 anos, desempregada)

A normalização dos comportamentos abusivos *online* é um fenómeno preocupante. Muitas sobreviventes minimizam ou desculpabilizam estes comportamentos como parte do «normal» da vida *online*, o que reflete a reprodução das desigualdades de género. Uma assistente técnica mencionou como lida com insultos *online*:

Desde que não ultrapassem a linha da má educação, de ameaças ou de insultos gratuitos, eu deixo as pessoas lá estar. [...] Porque insultar o que eu penso já é o normal. [...] As pessoas fazem isso e às vezes até mesmo de forma... até... não é inocente, mas é quase como se fosse. Já é o normal deles. (Sobrevivente, 24 anos, assistente técnica)

Outra estudante de 20 anos admitiu normalizar o abuso como algo que faz parte do quotidiano das mulheres:

Eu não me identifico bem como uma vítima. Nem nunca me vitimizei com isto. [...] Nós todas mulheres sofremos isso diariamente, infelizmente. (Sobrevivente, 20 anos, estudante)

A normalização da violência *online* contra as mulheres representa uma grave dimensão da desigualdade de género, perpetuando comportamentos abusivos como elementos rotineiros da interação

digital. Esta normalização é refletida na forma como muitas das vítimas tendem a minimizar ou desculpar as agressões sofridas, interpretando-as como parte inerente da experiência *online*, da condição de ser mulher e ainda devido à crise provocada pela pandemia. O fenómeno da normalização está profundamente enraizado em estruturas sociais patriarcais que historicamente subjagam as mulheres, promovendo uma cultura de tolerância e aceitação do abuso. A banalização da violência digital não legitima apenas as práticas opressivas, mas também dissuade as vítimas de procurarem apoio ou denunciarem os agressores, contribuindo para a perpetuação de um ciclo de vitimização numa lógica de *continuum* (Kelly, 1987). A internalização dessas agressões como «normais» restringe a participação das mulheres no espaço público digital, comprometendo as suas liberdades de expressão e de ação, e reforçando as barreiras que impedem a igualdade de género.

Conclusões

O estudo que aqui se apresenta mostra como a violência *online* contra as mulheres é um fenómeno intrinsecamente genderizado, refletindo e perpetuando normas que sustentam a discriminação e as desigualdades de género, exacerbadas em tempos de crise. A utilização intensiva das redes sociais durante os confinamentos potenciou as dinâmicas de violência *online*, com as vítimas a experienciar maior frequência de mensagens privadas ofensivas e comentários públicos.

As entrevistas realizadas no âmbito deste estudo revelaram que a violência *online* é transversal, afetando mulheres com perfis diferenciados, e não se esgota num único tipo de abuso, afetando múltiplos aspetos da vida das vítimas. As consequências da violência *online* são profundas e manifestam-se tanto no espaço digital quanto *offline*. As mulheres vítimas e/ou sobreviventes manifestam comportamentos como autocensura, silenciamento e afastamento das redes sociais.

De igual modo, o *stress*, a ansiedade, a perda de autoestima e o isolamento social foram relatos comuns entre as vítimas.

O estudo revela também que a misoginia e a violência de gênero no ambiente *online* condicionam os direitos à liberdade de expressão e limitam oportunidades profissionais e pessoais, impulsionando o autopolicamento e tendo efeitos avassaladores nos campos psicológico e físico. Simultaneamente, permite identificar uma lacuna significativa no reconhecimento dos comportamentos abusivos *online*, incluindo a falta de consciencialização sobre a condição de vítima e/ou sobrevivente. As mulheres entrevistadas frequentemente não identificam os abusos sofridos como violência, o que dificulta a procura por apoio e a adoção de medidas de proteção. Esta falta de reconhecimento é exacerbada pela natureza insidiosa e multifacetada da violência *online*, que se manifesta de formas diversificadas e está em constante evolução.

Como mostram os resultados mais vastos do projeto em que este estudo se insere (Amaral et al., 2022; Simões, 2021; Simões et al., 2022), em Portugal, a ausência de um quadro linguístico e cultural unificado para nomear, definir e interpretar as experiências de violência digital contra as mulheres evidencia a necessidade de um reconhecimento mais amplo e profundo desses comportamentos abusivos. O reconhecimento e a compreensão das novas modalidades de violência *online* são essenciais para o desenvolvimento de políticas e práticas que promovam um ambiente digital seguro e equitativo.

Além disso, a pandemia de COVID-19 sublinhou a necessidade urgente de políticas e práticas eficazes para combater a violência de gênero *online*, nomeadamente através da responsabilização das plataformas digitais, que possuem um potencial tanto emancipador quanto subversivo (Amaral et al., 2022; Simões, 2021; Simões et al., 2022). Medidas mais robustas de moderação de conteúdo são necessárias para proteger os utilizadores. Além disso, a educação digital e a consciencialização sobre a violência *online* essenciais para capacitar as vítimas e promover um ambiente digital mais seguro e inclusivo.

Poucas sobreviventes afirmaram recorrer a ajuda formal, contando, principalmente, com o apoio de amigos e familiares. As reações das vítimas-sobreviventes limitam-se, amiúde, ao espaço digital onde a violência ocorreu, bloqueando perfis ou abandonando plataformas. Como defendemos noutros lugares (Amaral et al., 2022; Simões, 2021; Simões et al., 2022), este comportamento sublinha a necessidade urgente de um reconhecimento ético-social mais amplo da gravidade da violência *online* e da criação de um modelo normativo eficaz para enfrentá-la.

Referências Bibliográficas

- Amaral, I., & Simões, R. (2021). Online abuse against women: towards an evidence-based approach. In J. Sotero González, & J. González García (Coords.), *Digital media. El papel de las redes sociales en el ecosistema comunicativo en tiempos de covid-19* (pp. 579-592). McGraw-Hill.
- Amaral, I., Simões, R., & Poleac, G. (2022). Technology gap and other tensions in social support and legal procedures: stakeholders perceptions of online violence against women during the Covid-19 pandemic. *El Profesional de la Información*, 31(4). <https://doi.org/10.3145/epi.2022.jul.13>
- Amnesty International. (2017, 20 de novembro). *Amnesty reveals alarming impact of online abuse against women*. <https://www.amnesty.org/en/latest/news/2017/11/amnesty-reveals-alarming-impact-of-online-abuse-against-women/>
- Banet-Weiser, S. (2015). «Confidence you can carry!»: Girls in crisis and the market for girls' empowerment organisations. *Continuum*, 29(2), 182-193. <https://doi.org/10.1080/10304312.2015.1022938>
- Belzunegui-Eraso, A., & Erro-Garcés, A. (2020). Teleworking in the context of the COVID-19 crisis. *Sustainability*, 12(9), 3662. <https://doi.org/10.3390/su12093662>
- Ben-David, A., & Matamoros-Fernández, A. (2016). Hate speech and covert discrimination on social media: Monitoring the Facebook pages of extreme-right political parties in Spain. *International Journal of Communication*, 10, 1167-1193.
- Boursier, V., Gioia, F., Musetti, A., & Schimmenti, A. (2020). Facing loneliness and anxiety during the covid-19 isolation: The role of excessive social media use in a sample of Italian adults. *Frontiers in Psychiatry*, 11, 586-222. <https://doi.org/10.3389/fpsy.2020.586222>
- Braun, V., & Clarke, V. (2006). Using thematic analysis in psychology. *Qualitative Research in Psychology*, 3(2), 77-101. <https://doi.org/10.1191/1478088706qp063oa>
- Brennen, J., Simon, F., Howard, P., & Nielsen, R. (2020, 7 de abril). *Types, sources, and claims of COVID-19 misinformation*. Reuters Institute for the Study of Journalism. <https://reutersinstitute.politics.ox.ac.uk/types-sources-and-claims-covid-19-misinformation>

- Center for Countering Digital Hate. (2022, 25 de janeiro). *Nearly half of the accounts Twitter fails to remove for abusing women go on to reoffend*. <https://www.counterhate.com/post/nearly-half-of-the-accounts-twitter-fails-to-remove-for-abusing-women-go-on-reoffend>
- Cinelli, M., Quattrociochi, W., Galeazzi, A., Valensise, C., Brugnoli, E., Schmidt, A., Zola, P., Zollo, F., & Scala, A. (2020). The COVID-19 social media infodemic. *Scientific reports*, *10*(1), 1-10. <https://doi.org/10.1038/s41598-020-73510-5>
- Citron, D. (2014). *Hate crimes in cyberspace*. Harvard: Harvard University Press.
- Crenshaw, K. (1989). Demarginalizing the intersection of race and sex: A black feminist critique of antidiscrimination doctrine, feminist theory and antiracist politics. *University of Chicago Legal Forum*, *140*, 139-167.
- Eysenbach, G. (2020). How to Fight an Infodemic: The Four Pillars of Infodemic Management. *J Med Internet Res*, *22*(6), e21820. <https://doi.org/10.2196/21820>
- Garbe, A., Ogurlu, U., Logan, N., & Cook, P. (2020). COVID-19 and remote learning: Experiences of parents with children during the pandemic. *American Journal of Qualitative Research*, *4*(3), 45-65. <https://doi.org/10.1080/03004279.2021.1960579>
- Henry, N., & Powell, A. (2015). Embodied harms: Gender, shame, and technology-facilitated sexual violence. *Violence Against Women*, *21*(6), 758-779. <https://doi.org/10.1177/1077801215576581>
- Hou, Y., Xiong, D., Jiang, T., Song, L., & Wang, Q. (2019). Social media addiction: Its impact, mediation, and intervention. *Cyberpsychology: Journal of Psychosocial Research on Cyberspace*, *13*(1), 4. <https://doi.org/10.5817/CP2019-1-4>
- Jane, E. (2018). Gendered Cyberhate as Workplace Harassment and Economic Vandalism. *Feminist Media Studies*, *18*(4), 575-591. <https://doi.org/10.1080/14680777.2018.1447344>
- Kelly, L. (1987). The continuum of sexual violence. In J. Hanmer, & M. Maynard (Eds.), *Women, violence and social control* (pp. 46-60). Palgrave Macmillan.
- Lawless, B., & Chen, Y.-W. (2018). Developing a method of critical thematic analysis for qualitative communication inquiry. *Howard Journal of Communications*, *30*(1), 92-106. <https://doi.org/10.1080/10646175.2018.1439423>
- Lewis, R., Rowe, M., & Wiper, C. (2017). Online abuse of feminists as an emerging form of violence against women and girls. *British Journal of Criminology*, *57*(6), 1462-1481. <https://doi.org/10.1093/bjc/azw073>
- Marino, C., Hirst, C., Murray, C., Vieno, A., & Spada, M. (2018). Positive mental health as a predictor of problematic internet and Facebook use in adolescents and young adults. *Journal of Happiness Studies*, *19*(7), 2009-2022. <https://doi.org/10.1007/s10902-017-9908-4>
- Megarry, J. (2014). Online incivility or sexual harassment? Conceptualising women's experiences in the digital age. *Women's Studies International Forum*, *47*, 46-55. <https://doi.org/10.1016/j.wsif.2014.07.012>
- Morgan, H. (2020). Best practices for implementing remote learning during a pandemic. *The Clearing House: A Journal of Educational Strategies, Issues and Ideas*, *93*(3), 135-141. <https://doi.org/10.1080/00098655.2020.1751480>
- Newman, N., Fletcher, R., Schulz, A., Andi, S., Robertson, C., & Nielsen, R. (2020). *Reuters Institute digital news report 2020*. Reuters Institute for the Study of Journalism. https://reutersinstitute.politics.ox.ac.uk/sites/default/files/2020-06/DNR_2020_FINAL.pdf

- Plan International. (2020). *Free to be online? Girl's and young women's experiences of online harassment*. <https://plan-international.org/publications/freetobeonline>
- Pirtle, W., & Wright, T. (2021). Structural gendered racism revealed in pandemic times: Intersectional approaches to understanding race and gender health inequities in COVID-19. *Gender & Society, 35*(2), 168-179. <https://doi.org/10.1177/08912432211001302>
- Powell, A., & Henry, N. (2017). *Sexual violence in a digital age*. Springer. <https://doi.org/10.1057/978-1-137-58047-4>
- Santos, S., Amaral, I., & Simões, R. (2020). Hate speech in social media: perceptions and attitudes of higher education students in Portugal. In *Proceedings of INTED2020 conferencem Valencia, 2-4 March 2020* (pp. 5681-5686). IATED. <https://doi.org/10.21125/inted.2020>
- Simões, R. (2021). Do trauma pessoal ao silenciamento público: Implicações do assédio a mulheres jornalistas nos comentários online. In J. Correia, & I. Amaral (Eds.). *De que falamos quando dizemos «jornalismo»? Temas emergentes de pesquisa* (pp. 129-148). LABCOM. <http://www.labcom.ubi.pt/book/370>
- Simões, R., & Camponez, C. (2020). Participação online e conteúdo ofensivo: limites ético-legais da liberdade de expressão nas redes sociais. In R. Simões, M. Marques & J. Figueira (Org.), *Média, informação e literacia: rumos e perspetivas* (pp. 21-49). Imprensa da Universidade de Coimbra.
- Simões, R., Alcantara, J., & Carona, L. (2021a). Online abuse against female journalists: a scoping review. In F. Martínez-Cano, N. Cuenca Orellana, & M. Rodríguez Pérez (Eds.), *Aproximaciones poliédricas a la diversidad de género. Comunicación, educación, historia y sexualidades* (pp. 357-369). Fragua.
- Simões, R., Amaral, I. & Núñez Puente, S. (2023). Introdução – discurso de ódio misógino: representações, impactos e intervenções. *ex aequo, 48*, 9-14. <https://doi.org/10.22355/exaequo.2023.48.02>
- Simões, R., Amaral, I., & Santos, S. (2021b). The new feminist frontier on community-based learning: popular feminism, online misogyny, and toxic masculinities. *European Journal for Research on the Education and Learning of Adults, 12*(2), 165-177. <http://doi.org/10.3384/rela.2000-7426.3359>
- Simões, R., Amaral, I., Santos, S., & Alcantara, J. (2022). Violência online contra as mulheres: Relatos a partir da experiência da pandemia de COVID-19. *Comunicação e Sociedade, 42*, 179-203. [https://doi.org/10.17231/comsoc.42\(2022\).3981](https://doi.org/10.17231/comsoc.42(2022).3981)
- Singh, S., Dixit, A., & Joshi, G. (2020). Is compulsive social media use amid COVID-19 pandemic addictive behavior or coping mechanism? *Asian Journal of Psychiatry, 54*, 102-290. <https://doi.org/10.1016/j.ajp.2020.102290>
- Tasnim, S., Hossain, M., & Mazumder, H. (2020). Impact of rumors and misinformation on COVID-19 in social media. *Journal of preventive medicine and public health, 53*(3), 171-174. <https://doi.org/10.3961/jpmph.20.094>
- Wosik, J., Fudim, M., Cameron, B., Gellad, Z., Cho, A., Phinney, D., Curtis, S., Roman, M., Poon, E., Ferranti, J., Katz, J., & Tchong, J. (2020). Telehealth transformation: COVID-19 and the rise of virtual care. *Journal of the American Medical Informatics Association, 27*(6), 957-962. <https://doi.org/10.1093/jamia/ocaa067>
- Zhang, Y., Li, R., Sun, X., Peng, M., & Li, X. (2021). Social media exposure, psychological distress, emotion regulation, and depression during the COVID-19 outbreak in community samples in China. *Frontiers in Psychiatry, 12*, 644-899. <https://doi.org/10.3389/fpsy.2021.644899>

**TECNOLOGIAS DIGITAIS, VIOLÊNCIA E ÓDIO
ONLINE AOS OLHOS DE FIGURAS PÚBLICAS**

**DIGITAL TECHNOLOGIES, ONLINE VIOLENCE
AND HATE IN THE EYES OF PUBLIC FIGURES**

Rita Basílio de Simões

Universidade de Coimbra, Centro de Estudos Sociais, Faculdade de Letras
<https://orcid.org/0000-0001-6356-6042>

Ana Jorge

Universidade Lusófona, Centro de Investigação em Comunicação Aplicada,
Cultura e Novas Tecnologias
<https://orcid.org/0000-0002-4069-6212>

Marisa Torres da Silva

Universidade Nova, Instituto de Comunicação da NOVA, Faculdade
de Ciências Sociais e Humanas
<https://orcid.org/0000-0003-1136-4232>

Juliana Alcantara

Universidade de Coimbra, Faculdade de Letras
<https://orcid.org/0000-0002-1416-5194>

Resumo: Este artigo analisa as perceções de mulheres portuguesas com visibilidade pública do papel das tecnologias digitais na violência e no ódio *online* durante a pandemia de COVID-19. Através de vinte e uma entrevistas em profundidade, procurámos compreender o

papel do digital na violência e no ódio contra as mulheres, as consequências individuais destas práticas e o seu impacto no contexto social mais amplo. O estudo revela que as tecnologias fomentaram práticas de intimidação e humilhação, que procuravam o silenciamento e limitavam a participação das figuras públicas femininas na esfera pública. A pesquisa dá conta dos efeitos nefastos da violência e do ódio *online* na vida pessoal e profissional das entrevistadas, assim como na própria democracia, ao gerar uma espiral digital do silêncio, que reproduz e reforça hierarquias de gênero sistêmicas.

Palavras-chave: violência *online*; gênero; celebridades; COVID-19; novo materialismo feminista.

Abstract: This article analyses the perceptions of Portuguese women with public visibility of the role of digital technologies in online violence and hatred during the COVID-19 pandemic. Through twenty-one in-depth interviews, we sought to understand the role of digital in violence and hatred against women, the individual consequences of these practices and their impact on the broader social context. The study reveals that technologies have fostered practices of intimidation and humiliation aimed at silencing and limiting the participation of female public figures in the public sphere. The research reports on the harmful effects of online hate and violence on the personal and professional lives of the interviewees, as well as on democracy, by generating a digital spiral of silence, which reproduces and reinforces systemic gender hierarchies.

Keywords: online violence; gender; celebrities; COVID-19; new materialist feminism.

Introdução

À medida que as tecnologias digitais foram conquistando popularidade, também as figuras públicas encontraram novas formas de sedimentar a sua marca e interagir com as audiências nos espaços oferecidos por diferentes plataformas (Ingleton & York, 2019; Jorge, 2020). Aí, as celebridades com visibilidade anterior ou exterior ao

digital passaram a explorar novas oportunidades para estabelecer uma personalidade digital e estratégias de rentabilização da sua fama *online*, ao mesmo tempo que figuras anónimas encontraram espaços para granjear popularidade. Graças às redes sociais, a condição de celebridade passou a ser vista como um conjunto de estratégias e práticas e não como uma fronteira que separa os indivíduos (Marwick & boyd, 2011).

As tecnologias digitais também abriram novos caminhos para a representação de mulheres políticas. Estadistas ou candidatas, as figuras femininas do campo político utilizam, com frequência, diferentes plataformas como espaço para reivindicarem a sua mensagem pública e superarem os processos de marginalização, invisibilidade e estereotipia característicos dos *legacy media* (Ross et al., 2020).

Simultaneamente, os média digitais desencadearam dinâmicas disruptivas da visibilidade, em particular ao permitirem e facilitarem o ódio e o assédio em rede dirigidos a diferentes tipos de figuras públicas, especialmente a celebridades femininas. Da intolerância ligeira à misoginia, a cultura do ódio sexista tem colocado novos desafios para pensar o valor democrático da participação *online*, da economia digital e, de forma mais ampla, da sociabilidade (e.g., Amaral et al., 2022; Beleli, 2022; Boyle & Rathnayake, 2020; Ging & Siapera, 2019; Simões, 2021; Banet-Weiser & Miltner, 2016; Jane, 2016).

Na sua esmagadora maioria, as práticas ofensivas perpetradas nestes espaços envolvem a imposição intencional de sofrimento emocional por meio do discurso *online*, que nunca é um incidente isolado e que afeta desproporcionalmente as mulheres (FRA, 2014; Duggan, 2014; EIGE, 2017). São alvo as mulheres em geral, embora, com frequência, as mulheres com maior exposição pública (Lewis et al., 2016) e/ou envolvidas em causas feministas sejam especialmente afetadas (Ben-David & Matamoros-Fernández, 2016; Massanari, 2017). E são alvos tanto nos lugares mais sombrios da Internet como nas plataformas mais populares, o que mostra como o ódio dirigido a

mulheres integra o sexismo estrutural, que precisa de ser compreendido como o resultado da construção patriarcal de género (Banet-Weiser & Miltner, 2016).

Conceptualizamos, pois, estas práticas como modalidades de violência *online*, correspondentes a um leque diversificado de comportamentos genderizados e tão dinâmicos como as próprias tecnologias que os facilitam. São genderizados porque, no seu conjunto, traduzem experiências de vitimização que integram o que Kelly (1987) designou de *continuum* de violência contra as mulheres. Tal como outros estudos mostram (Amaral et al., 2022; Simões, 2021; Simões et al., 2021), esse *continuum* interliga os desempenhos *online* com os comportamentos *offline* numa rede complexa de relações desiguais de poder e de subordinação. Os ataques não são considerados tipicamente direcionados às mulheres por causa das suas ações; em vez disso, querem a sua mera existência como membro de um grupo e o que esse grupo simboliza. As suas consequências estendem-se, assim, do nível individual ao estrutural (Citron, 2014; Simões et al., 2021).

Ameaças à integridade física e de violência sexual, comentários misóginos e outras formas de discurso de ódio sexista sobre como uma celebridade feminina se parece, fala ou pensa podem afetar a sua marca e reputação (Scott et al., 2020) e perturbar a sua «celebridade alcançada» (Rojek, 2015), amiúde com grande esforço. Contudo, quando ser bem-sucedida depende da exposição pública e de métricas que tornam a influência e o *statu* «legíveis» para o público e os anunciantes (Duffy & Hund, 2019, p. 4984), os riscos de vitimização parecem inevitáveis. Sendo indissociável de algoritmos e de outras características técnicas que permitem a conectividade na esfera corporativa e com comunicação automatizada (Van Dijck, 2013), a visibilidade parece ser menos um sinónimo de empoderamento das mulheres do que de vulnerabilidade (Banet-Weiser, 2018).

Ao favorecer, ou mesmo exigir, a conectividade para realizar as mais banais práticas quotidianas, a pandemia de COVID-19 veio alterar as dinâmicas da visibilidade, com repercussões nos circuitos

do ódio *online* e nos riscos de vitimização (Barlett et al., 2021). *Offline*, exacerbou desequilíbrios de género existentes em diferentes domínios, da estabilidade económica à saúde e bem-estar, dos usos do tempo à tomada de decisão e liderança, passando pela violência relacional (Fisher & Ryan, 2021). De um modo geral, portanto, colocou novos desafios para pensar a relação entre média digitais, género e sociabilidade (Amaral et al., 2022).

Tendo como pano de fundo este circunstancialismo e, como horizonte, o projeto de investigação centrado na violência *online* contra as mulheres durante a pandemia de COVID-19 em Portugal, apresentamos, neste capítulo, uma análise das perceções das figuras públicas femininas portuguesas do papel das tecnologias digitais nas práticas violentas e no ódio *online* em contexto de crise. O estudo parte de uma abordagem que articula a fenomenologia feminista com uma nova perspetiva materialista feminista e utiliza uma metodologia qualitativa. Recorremos a vinte e uma entrevistas semiestruturadas em profundidade a figuras públicas femininas, recrutadas não por se identificarem como vítimas ou sobreviventes de violência, mas por serem utilizadoras regulares de tecnologias digitais. Analisámos as suas experiências vividas e perceções a fim de compreender, pela lente da fama e da celebridade, o papel do digital na violência contra as mulheres e no discurso misógino, as consequências individuais destas práticas e o seu impacto no contexto sociocultural mais amplo. O capítulo demonstra como as tecnologias fomentaram a conectividade em geral, enquanto favoreceram o policiamento das normas de género, através de práticas de intimidação, humilhação e desqualificação das figuras públicas femininas. Ao dar conta de que estas práticas pretendem restringir e silenciar as vozes das mulheres com visibilidade pública, o estudo coloca, ainda, em relevo não apenas os efeitos perniciosos na vida pessoal, como também as consequências da violência *online* para a democracia.

Violência contra Mulheres com Visibilidade Pública

O tema da violência contra mulheres com visibilidade pública tem sido abordado por campos como os Estudos Feministas dos Média, Estudos sobre Celebidades e Estudos de Audiências. Nos últimos dez a quinze anos, o tema tem sido progressivamente aprofundado através de abordagens teóricas e metodológicas distintas. Este corpo de pesquisa tem chamado a atenção para a forma como os espaços digitais surgem como modos de afirmação, mas também de vulnerabilização, para as mulheres (Duffy & Hund, 2019).

A visibilidade *online* das mulheres está sujeita, em geral, a um escrutínio público (Banet-Weiser, 2018) e «policiamento de identidade», que pode incluir formas de violência como «ridicularização, ódio e assédio» (Duffy & Hund, 2019). As interações podem também tomar a forma de microagressões, através de mensagens que humilham e desqualificam, ou de comentários insultuosos explícitos ou encobertos sob a forma de elogios (Isaksen & Eltantawy, 2021). Uma celebridade com presença e visibilidade através das redes sociais corre o risco de ser envergonhada publicamente por utilizadores comuns, sejam fãs ou outro tipo de seguidores (Marwick & boyd, 2011), bem como por outras celebridades (Ingleton & York, 2019).

À semelhança de outras pesquisas sobre audiências de celebridades, a pesquisa acerca dos fenómenos de humilhação de celebridades demonstra que as reações morais das audiências dependem das relações prévias mantidas quer com os perpetradores dos atos violentos quer com as vítimas (Ouvrein et al., 2018). Contudo, também parece estar demonstrado que as mulheres estão mais sujeitas a crítica do que os homens, por exemplo no YouTube (Wotanis & McMillan, 2014) ou no Instagram (Duffy & Hund, 2019). Em particular, celebridades femininas que usam as redes sociais para ir «contra os padrões da feminilidade hegemónica e beleza normativa», como a norte-americana Lena Dunham, estão particularmente expostas a discursos de ódio *online* (Ghaffari, 2022). As celebridades propriamente feministas

enfrentam formas de violência antifeministas e misoginia em rede (Marwick & Caplan, 2018), que se podem relacionar com discursos mais vastos de extrema-direita e de neonacionalismos (Lawson, 2018; Ng & Le Han, 2018).

Também as figuras femininas do campo político, para quem a visibilidade é igualmente nuclear, são alvo de violência *online* de forma desproporcional, independentemente do seu posicionamento ideológico. No Twitter, as mulheres políticas recebem, três vezes mais do que os homens, comentários depreciativos e humilhantes diretamente sobre a sua aparência física e o seu estado civil (Atalanta, 2018). Num espaço que perpetua o abuso experienciado *offline*, as figuras públicas, visíveis, empoderadas e, por isso, desafiadoras do *statu quo*, sofrem, muitas vezes, ataques anónimos como retaliação (Jane, 2017).

Para as vítimas-sobreviventes, as consequências poderão ser dramáticas, quer *online* quer *offline*. As respostas emocionais mais comuns das mulheres em geral incluem tristeza, vulnerabilidade e insegurança, angústia, dor, choque, medo e depressão (Jane, 2014). Não sendo, *grosso modo*, os incidentes entendidos como graves pela generalidade dos utilizadores, as vítimas contam com pouca empatia e, amiúde, enfrentam a atribuição de responsabilidade pela sua própria vitimização, tal como sucede tipicamente com o cyberbullying (Weber et al., 2013). No caso das celebridades que se assumem como vítimas, é ainda mais improvável que colham simpatia, visto que gerem a popularidade partilhando informações sobre a sua vida privada e conduta pessoal (Scott et al., 2020). Em consequência, poderão desativar as suas contas e abandonar as redes sociais, mesmo que temporariamente, ou passar a recorrer à autocensura (Vickery & Everbach, 2018).

A investigação sobre a «manosfera», conceito cunhado pelo Southern Poverty Law Centre (2012), coloca justamente em relevo como as figuras femininas com visibilidade que partilham experiências de violência são muitas vezes desacreditadas e demonizadas, por serem

vistas como tendo invadido o espaço público, um território reclamado como masculino (Kimmel, 2013). A «manosfera» refere-se a uma comunidade *online* predominantemente masculina, caracterizada por conexões frouxas entre diversos grupos que partilham temas comuns relacionados à masculinidade, às relações de gênero e às questões dos homens. Esses grupos têm atraído atenção devido ao modo como incitam ao ódio e à violência contra as mulheres (Ging & Siapera, 2019; Vickery & Everbach, 2018), práticas que não são dissociáveis da violência simbólica que atinge as mulheres no mundo *offline*, onde encontra as suas bases ideológicas (Ging & Siapera, 2018). Todavia, ao glorificarem em rede a violência como símbolo de masculinidade, com frequência em estreita articulação com movimentos de extrema-direita (Nicholas & Agius, 2018), reificam o patriarcado e a misoginia.

Mais ainda, a amplificação da violência cometida contra mulheres com o estatuto de celebridade agrava a tendência de as mulheres já sentirem mais o impacto de violência do que homens em ambiente não digital (Duffy & Hund, 2019). Além disso, a normalização da violência em rede contra mulheres, especialmente contra aquelas que têm visibilidade, leva, assim, a estratégias de conformação, que passam por autossilenciamento e autovigilância, como abster-se de abordar alguns temas tidos como mais sensíveis ou polêmicos (Ghaffari, 2022). Daí que a violência *online* e o ódio sexista dirigidos a candidatas políticas e representantes eleitas tenham um impacto negativo na democracia (Theocharis et al., 2016).

Estudo

Abordagem

A estratégia metodológica gizada parte de uma perspectiva fenomenológica feminista (e. g., Beauvoir, 2009 [1949]), que considera a intersubjetividade como o resultado da reciprocidade entre subjetividades construídas no contexto das múltiplas situações em que

os sujeitos se encontram, das determinações culturais à pertença de género, classe ou nacionalidade. A reivindicação fenomenológica feminista da importância das experiências vividas, incluindo dos interesses, intenções e afetos, tem permitido olhar para as identidades de género como processos que os sujeitos podem moldar, sem deixar de reconhecer a influência conformadora do contexto socio-histórico (West & Zimmerman, 1987, 2009). Combinamos a fenomenologia feminista com o novo materialismo feminista (e. g., Fox & Alldred, 2015; Van der Tuin & Dolphijn, 2010), que se afasta das visões sociais construtivistas dos corpos como expressões relativamente passivas de estruturas e ordens socioculturais para explorar os próprios corpos como processos vivos e dinâmicos que produzem possibilidades de mudança. A esta luz, as práticas mediadas pelas tecnologias podem ser vistas como profundamente produtivas e não simplesmente como expressões dos valores ideológicos incorporados nas características técnicas das plataformas e dos algoritmos, assim como no contexto sociocultural mais amplo (Lupton, 2019).

Objetivo e perguntas

O estudo pretende compreender precisamente a relação entre tecnologias digitais, género e violência *online*. Em concreto, estas foram as perguntas de investigação formuladas: que papel atribuem as figuras públicas femininas às tecnologias digitais na violência *online* contra as mulheres em contexto de crise?; e de que formas percebem as consequências da violência *online*?

Métodos e técnicas

Na resposta a estas questões, partimos das abordagens feministas supramencionadas para construir um quadro metodológico centrado em métodos qualitativos. Usámos entrevistas semiestruturadas em

profundidade como instrumento de recolha de dados e recorreremos à análise crítica temática (Lawless & Chen, 2018) para examinar os resultados, com o apoio do *software* MaxQDA. As entrevistas incidiram sobre as experiências e percepções da violência *online* durante a pandemia de COVID-19. As questões colocadas pretenderam compreender a natureza da relação das participantes com as tecnologias digitais; indagar o papel que lhes atribuem antes e durante a pandemia; identificar modalidades de violência *online* e formas de as enfrentar; e aferir o impacto reconhecido dessas práticas.

Implementação

De outubro de 2020 a abril de 2021, conduzimos entrevistas a mulheres com visibilidade pública na paisagem mediática portuguesa, independentemente de assumirem possuir experiências de vitimização *online*, a fim de não condicionar as participantes ao papel de vítimas-sobreviventes e de verificar dimensões do reconhecimento dessas experiências e eventual normalização. Foram convidadas a participar no estudo mulheres utilizadoras regulares de tecnologias digitais e com visibilidade em diferentes tipos de média sociais, incluindo mulheres políticas, jornalistas, influenciadoras, especialistas e profissionais de saúde, atletas e ativistas. Foi originalmente definida como relevante para o estudo uma amostra de trinta figuras representativas das atividades acima descritas e com métricas de visibilidade consideradas robustas. A amostra acabou, contudo, limitada a vinte e uma participantes, já que o processo de recrutamento conheceu numerosas dificuldades, devido à indisponibilidade das mulheres contactadas que, em muitos casos, recusaram o convite logo que o receberam e, noutros, ou aceitaram num primeiro momento para logo depois o recusarem, maioritariamente justificando com constrangimentos colocados pela pandemia. A representatividade das áreas identificadas acabou, pois, por ser limitada, afetando o estudo.

Ética

Seguindo os padrões éticos institucionais, obtivemos o consentimento das entrevistadas para participar no estudo mediante o compromisso de preservar a sua identidade, a fim de encorajar a participação e evitar eventuais constrangimentos no relato de experiências vividas.

Amostra

Em termos sociodemográficos, as vinte e uma participantes tinham, à data das entrevistas, idades entre os 24 e os 70 anos; possuíam, maioritariamente, formação superior; e apresentavam-se como profissionais de ou desempenhavam atividades na área da comunicação e do jornalismo (11), no campo político, do ensino e da investigação (5), na saúde, artes e espetáculos (5). Identificá-las-emos neste artigo justamente pela sua ocupação profissional e idade. As entrevistas tiveram a duração média de uma hora e foram gravadas em áudio, transcritas e analisadas em duas etapas, de acordo com a proposta de Lawless & Chen (2018).

Análise

Numa etapa inicial, após a leitura e releitura das entrevistas, foi realizada uma análise temática de codificação aberta considerando como unidade de análise os trechos dos textos, procurando sinalizar padrões emergentes nos segmentos de dados (Braun & Clarke, 2006, p. 79). Os padrões identificados indutivamente foram, numa segunda etapa, interligados com o quadro teórico e o contexto ideológico mais amplo, assim permitindo uma compreensão crítica das experiências e perceções relatados.

Identificámos quatro temas nucleares que atravessam os discursos das participantes: a toxicidade das conexões mediadas; os circuitos da violência misógina; a vigilância e policiamento *online* das mulheres; e a espiral digital do silêncio. É sobre cada um destes temas que nos deteremos em seguida.

Resultados e Discussão

Toxicidade normalizada das conexões mediadas

Ao estimular a digitalização, a crise da pandemia de COVID-19 serviu como catalisadora para a implementação mais intensa e generalizada de aplicações digitais e interações *online*, gerando oportunidades para mitigar desigualdades digitais e indo ao encontro do entusiasmo original com as tecnologias de informação e comunicação como capazes de apoiar múltiplas causas (Vivienne, 2016). Para parte das figuras públicas que entrevistámos, essas oportunidades foram reais e promissoras. As tecnologias são olhadas como tendo desempenhado um papel fundamental para «conectar as pessoas» (psicóloga, 42 anos) e fazer «ativismo na Internet» (académica, 43 anos) nos períodos em que as ruas estavam interditas. Além disso, graças às tecnologias de comunicação digital, é também defendido, foi possível «manter a vida em sociedade razoavelmente de pé», como referiu uma das participantes (economista, 45 anos), para quem a conectividade se revelou instrumental em várias dimensões sociais, da economia às emoções e aos afetos.

O plano das interações sociais, em especial com a família e o círculo de pessoas amigas e conhecidas, foi, de resto, o mais destacado pelo grupo de entrevistadas que afirmam reconhecer a promessa libertadora das tecnologias frente aos constrangimentos impostos na sequência da crise. Tal como outros estudos demonstram (e.g., Zhong et al., 2020), o envolvimento com aplicações de média

sociais e outras plataformas durante os confinamentos permitiu aos utilizadores e às utilizadoras encontrar apoio, não apenas informativo como emocional, e esse auxílio foi determinante para superar o isolamento. Como afirmou uma participante da área da comunicação e do jornalismo:

desde que começou a pandemia que me apercebi que, se queremos ter a companhia dos nossos, é através da Internet [...], em vez de estarmos a fazer um telefonema tradicional, usamos a tecnologia que temos à mão, e que nos facilita imenso a vida, porque nos aproxima bastante. (Radialista e repórter, 43 anos)

Grosso modo, no entanto, a visão das entrevistadas, das mais cétricas às mais entusiastas com o potencial das tecnologias, traz a lume a toxicidade das conexões mediadas. Esta toxicidade é, de resto, muitas vezes encarada como tão inevitável como a própria vida digital em contexto de crise. Receção de imagens não desejadas de natureza sexual, de assédio, de ameaças e de insultos misóginos, de comentários sexistas e de outras formas de discurso de ódio baseado no género são modalidades de violência enunciadas pelas entrevistadas e reconduzíveis quer ao circunstancialismo de crise quer à «arquitetura agressiva da Internet» (Harvey, 2019).

Algumas entrevistadas, particularmente as que não se identificam como vítimas ou sobreviventes de formas de violência *online*, mas como testemunhas da sua existência (Ouvrein et al., 2021), situam, com efeito, a raiz das conexões tóxicas em partes iguais nas próprias características da pandemia e nos atributos e possibilidades das tecnologias:

Acho que o facto de as pessoas estarem mais fechadas em casa, [passarem] mais tempo nas redes sociais, [...] a ver todo o conteúdo que existe nas redes sociais, não têm maneira de canalizar esse *stress*, essa energia toda. Passam o dia todo a fazer *scroll*, sempre a meter muitas imagens, muita informação na cabeça, e não têm

maneira de largar esse *stress* e essas frustrações e acabam por comentar de uma maneira mais fácil e mais gratuita nas redes sociais das outras pessoas. (Cantora, 33 anos)

O facto de estarmos distantes fisicamente fez-nos procurar uma ligação a pessoas que, eventualmente, vemos só nas redes. [Isso] criou uma despersonalização e uma desconexão e uma objetificação. (Apresentadora de televisão, 39 anos)

Um outro elemento importante no discurso destas mulheres é a visibilidade. Para algumas entrevistadas, estar presente e ser ativa nas redes sociais é uma exigência profissional (Ingleton & York, 2019; Jorge, 2020). Como afirmou uma das entrevistadas da área das artes e espetáculos:

para se fazer uma carreira longa, não só tem de se gostar das músicas do artista, como temos de sentir alguma conexão emocional com o artista. Portanto, eu não posso ser, não posso ter uma vida nas redes sociais que seja completamente estanque, eu tenho de mostrar alguma coisa de mim. (Cantora, 42 anos)

Para outras participantes, não sendo propriamente uma imposição, ser visível é uma «maneira de estar» (atriz, 26 anos), que permite participar mais ativamente no espaço público. O reverso da visibilidade é o risco de vitimização, de que muitas entrevistadas falam com normalidade.

Estar no espaço público é isso. É também não querer só receber elogios. Também se pode receber comentários menos agradáveis. (Jornalista, 53 anos)

É evidente que, na vida pública, e as mulheres na política, estão muito expostas a violência, a formas diversas de violência [...]. Faz parte. (Política, 48 anos)

O alargamento das possibilidades de as mulheres intervirem em espaços públicos, tal como o aumento da visibilidade *online* do feminismo, tornou as mulheres mais vulneráveis à atenção negativa, ao discurso de ódio sexista e à violência (Duffy & Hund, 2019). É, acima de tudo, a visibilidade e a participação digital femininas que desencadeiam a toxicidade que estas mulheres reconhecem, mas que, crucialmente, normalizam, ao inscrevê-las de forma acrítica na assunção de que ser visível é ser vulnerável.

Circuitos da Violência Misógina

Outras participantes realçam que as vulnerabilidades do mundo *offline* seguiram as mulheres para o *online* muito antes de a pandemia existir. Em geral, estas entrevistadas reconhecem que os circuitos da violência são altamente genderizados e pretendem a retaliação das mulheres que se fazem ouvir e, por isso mesmo, desafiam os papéis de género:

Sinto muito que é por causa de ser mulher, e também de ser o tema do feminismo [...]. E este tipo de comentários é masculinidade tóxica, na verdade. Por isso sim, sem dúvida que é por ser mulher e ter a ousadia de me fazer ouvir e de me impor numa sociedade patriarcal. (Criativa, 26 anos)

Estas são, também, em geral, as vozes que admitem sofrer regularmente pelo menos algumas modalidades de violência *online*. Experiências que, embora sinalizadas como abusivas, são, por vezes, minimizadas face à violência *offline*, construída como mais grave, e desculpabilizadas como comportamentos «normais» *online*, para os quais a desinibição é determinante. Tal como o *continuum* (Kelly, 1987) mais vasto de ofensas experienciadas de forma rotineira pelas mulheres em geral, também os abusos *online* sofridos por figuras públicas acabam por ser banalizados. Para se destacarem, terão de

ser percebidos como verdadeiramente extraordinários. Esses casos, afirmam algumas vítimas, são os que merecem ser denunciados junto das suas comunidades:

Há muito pouco tempo tive, pronto, praticamente desejos de morte. Não posso dizer que são ameaças de morte. Mais desejo de morte: «Que mais valia morrer»; «E quando eu morresse, depois, nunca estaria sossegada no meu túmulo» [...]. Desta vez optei por denunciar, colocando algumas dessas coisas no Facebook. (Historiadora, 70 anos)

Se vejo coisas no meu *feed* que acho que estão a propagar imagens que não são, não são saudáveis, são até de alguma violência, ou ideias, enfim, aberrantes, eu, às vezes, denuncio quando acho que é mesmo muito grave. (Economista, 46 anos)

O que distingue a violência *online* da violência *offline* é a circunstância de ocorrer em grande medida publicamente. Para as entrevistadas que realçam a natureza genderizada do fenómeno, os circuitos da violência atravessam indiscriminadamente diferentes tipos de plataformas populares sob a forma de mensagens privadas, comentários, partilhas, imagens reais ou fictícias. Mas ainda que uma parte da violência não saia da esfera da comunicação privada, os abusos manifestam-se, maioritariamente em público, são replicáveis e podem jamais desaparecer. Muitas vezes, a violência nos ecrãs significa uma dupla vitimização, já que, no «chorrilho» de comentários que os abusos visíveis desencadeiam, as vítimas encontram algum apoio, mas, sobretudo, mais ódio e, com frequência, atribuições de responsabilidade pelo sucedido. De tal modo que dar a cara por outras vítimas é também correr riscos acrescidos de ser um alvo dos *trolls*, ridicularização mais ou menos maldosa. Daí que também para as figuras públicas que se dizem alvos preferenciais de ataques misóginos *online* e outras formas de discurso de ódio, a violência tenha

passado a estar intimamente interligada com o contexto tecnológico da interação. Figuras do pequeno ecrã, mulheres jornalistas, mulheres políticas, influenciadoras reconhecem como mesmo as plataformas mais populares encorajaram a opressão estrutural baseada no género e noutras identidades com as quais o género se intersecta:

O estar em frente a um ecrã, não ver a outra pessoa como uma pessoa, a tal desumanização. Isto permite-me ser muito mais cruel do que seria na vida real ou fora das redes sociais. Não há ali a mediação humana, e a mediação humana é muito importante. (Profissional de comunicação, 49 anos)

A violência encontrou nas plataformas digitais novos modos de expressão graças às características das tecnologias (boyd, 2010), que favorecem os seus circuitos ao oferecerem condições para as hierarquias se reproduzirem. Fazem-no ao permitirem, por exemplo, o recurso ao anonimato, cujo efeito de desinibição se interliga com o ódio *online* (Woods & Ruscher, 2021); fazem-no também ao serem veículos para os abusos de natureza sexual, tais como a partilha não consentida de imagens íntimas, enquanto censuram *selfies* femininas com nudez ou outros conteúdos que evoquem uma visão masculina e sexualizada do mundo (Paasonen et al., 2019).

Vigilância e Policiamento *Online* das Mulheres

Os agentes perpetradores de violência *online* são, maioritariamente, os perfis masculinos desconhecidos, atuando em grupos organizados ou de forma individual. Outros casos relatados, vividos ou testemunhados, envolvem perpetradores conhecidos. Outros ainda envolvem perfis femininos desconhecidos, integrados em coletivos e grupos organizados, cuja ação é reconhecida como sendo ampliada pela sensação de anonimato e de impunidade oferecida pela Internet.

Uns e outros recorrem à misoginia para devolver as mulheres ao seu devido lugar no sistema patriarcal, um lugar que não é público, nem político.

Boa parte das entrevistadas considera que a natureza das mensagens partilhadas pode determinar o aumento do risco de encontrar ódio *online*. Tal como a investigação internacional sugere (e. g., Ghaffari, 2022; Marwick & Caplan, 2018), algumas das entrevistadas sustentam que a violência ocorre com maior frequência e mais intensidade quando falam de violência sexual, defendem questões feministas e agendas que desafiam o *statu quo*:

No fundo, quando visto a pele da luta feminista, estou a sujeitar-me a pessoas antifeministas e pessoas que se sentem atacadas e ameaçadas na sua hegemonia. Por isso, debatem de maneira muito agressiva. Portanto, tem tudo a ver com o ser mulher. (Psicóloga, 42 anos)

Quando falo em temas como violência sexual dentro dos meios universitários, violência no namoro, hmmm, surgem-me mensagens muito agressivas, sem filtro absolutamente algum e muito estereotipadas. (Consultora de comunicação, 36 anos)

Todavia, o simples facto de ser uma mulher a ocupar o espaço público é também, por vezes, sinalizado como suficiente para o abuso ocorrer. As características identitárias e o modo global como as mulheres se apresentam no espaço público poderão potenciar a violência experienciada ou, em alguns casos, meramente testemunhada nos discursos que atravessam diferentes tipos de plataformas digitais. As entrevistadas falam, com frequência na terceira pessoa, das consequências desta violência na vida pessoal, profissional e pública, incluindo o *stress*, a ansiedade, o isolamento, os sentimentos de insegurança, a tristeza, a perda de autoestima, de reputação, o pôr em risco a própria vida:

A situação mais grave que eu tive a esse nível [das consequências da violência *online*] foi de uma pessoa que eu não conhecia. Que percebi através das plataformas que não estava bem e que quando começamos a trocar mensagens diretas era evidente que era uma pessoa que estava com uma depressão grave e em risco de vida. (Criadora de conteúdos, 42 anos)

Há pessoas que têm crises de ansiedade por isto. Há pessoas que já se tentaram suicidar por estas razões. (Economista, 46 anos)

Espiral Digital do Silêncio

Boa parte das entrevistadas entende a violência não apenas como uma forma de vigilância, mas também de punição do comportamento das mulheres. Mais do que pô-las em perigo fisicamente, a violência tem como horizonte, nas palavras de uma das participantes, «retirar as mulheres da esfera pública», em particular as mulheres com projeção social, através de táticas de intimidação. Ainda que o efeito destas táticas não redunde na exclusão liminar da presença e das vozes femininas no espaço público, a verdade é que, para as participantes, trata-se de práticas que encorajam a autodisciplina, a autocensura e o autossilenciamento. Algumas participantes admitem também adotar formas de distanciamento de determinadas discussões ou situações para prevenir a ocorrência do fenómeno, numa clara lógica de «não alimentar os *trolls*» (Binns, 2012) que, em última instância, contribui igualmente para silenciar as vozes femininas.

opiniões e determinados tipos de texto abstenho-me de colocar nas redes sociais, porque não tenho paciência, nem energia para lidar depois com uma série de pessoas que vêm atrás disso à procura de um espaço para guerrear. (Jornalista, 48 anos)

Denunciar os ataques no mesmo espaço onde ocorreram ou, junto das plataformas, bloquear perfis, abandonar, ainda que temporariamente, plataformas digitais são outras estratégias utilizadas ou observadas de forma regular pelas entrevistadas para lidar com os abusos.

Algumas participantes afirmam, igualmente, procurar enfrentar certo tipo de abusos rebatendo ou problematizando o que é dito. Neste caso, outro desafio que se lhes coloca é o da gestão do tempo. A «tempocracia», como Mortensen (2018) a designa, está nas mãos dos que têm mais paciência e condições para dedicar a silenciar os seus oponentes, condições que, para as mulheres, foram sempre muito críticas. Tal como afirma uma entrevistada do campo político:

Perder tempo a bloquear pessoas, porque, às vezes, lá está, eu às vezes não respondo, mas às vezes tenho de responder, ou porque são coisas que têm mesmo de ser esclarecidas, ou porque são coisas, são mentiras que vêm de pessoas, que não podem passar, ou insultos, ou o que seja, ou perseguições [...]. Mas, o tempo que eu perco com isto, não é? Estar a perder tempo! Estar a perder tempo! (Política, 35 anos)

Só de forma residual as reações às experiências de violência passam pelo recurso às forças de segurança, cujo papel, quando considerado, parece estar situado longe de poder responder cabalmente ao tipo de comportamentos em causa. Em Portugal (Amaral et al., 2022; Simões et al., 2022), como no Brasil (Sousa et al., 2019), o quadro regulatório da resposta institucional, incluindo legal, à violência e ódio *online* contra as mulheres é recente e limitado. Mesmo quando existentes, os mecanismos formais dirigidos à violência de género (Simões, 2016) podem encontrar barreiras no modo como são aplicados, que o sexismo estrutural ajuda a compreender. Por essa razão, sem negligenciar o lugar dos instrumentos formais, com o direito penal à cabeça, a investigação feminista tem colocado em relevo a necessidade de reforçar a consciencialização para a

persistência das desigualdades de género e para o papel do feminismo na sua superação (Bosch & Gil-Juarez, 2021).

Conclusão

As perceções de mulheres portuguesas com visibilidade pública sobre a violência *online* de género durante a pandemia revelam as dimensões pessoais e sociais em que o fenómeno é experienciado. Face a uma intensificação generalizada da conectividade durante os períodos de confinamento e de distanciamento físico impostos pelo combate à pandemia, as mulheres com visibilidade pública prévia à pandemia assistiram com alguma ambivalência às possibilidades que as tecnologias trouxeram para a manutenção do contacto social e a um ambiente de agressão generalizada, em parte devido ao próprio isolamento atípico, em parte devido à invisibilidade proporcionada pelas plataformas digitais. Normalizam, em especial, as agressões de que são vítimas as mulheres com visibilidade pública; tal como sucede *offline*, as microagressões *online* são, muitas vezes, normalizadas, ainda que reconhecidas como um fenómeno nefasto. A violência contra figuras públicas femininas, em espaços mais ou menos abertos no digital, pretende a sua humilhação e desqualificação perante as audiências mais vastas, ou a sua intimidação e afrontamento diretos. Esta violência espelha um ressentimento misógino contra mulheres em geral, contra mulheres com visibilidade ou assumidamente feministas, que é aceite por vítimas e testemunhas face à sua perceção de ausência de respostas concertadas. No plano pessoal, as entrevistadas revelam o trabalho afetivo que são compelidas a desempenhar, para lidar com as múltiplas formas de violência de que foram vítimas e/ou testemunhas, o «tempo e energia» necessários para expor (por exemplo, partilhando com as suas comunidades agressões que recebem em mensagens privadas) e, quando aplicável, rebater alguns dos argumentos com que são confrontadas.

A circunstância de se pensar a violência misógina atribuindo relevo significativo às tecnologias poderá, em todo o caso, ser vista como uma forma de desconsiderar a natureza estruturadora da misoginia. Banet-Weiser e Miltner (2016) defendem que muitas explicações para a ocorrência da violência *online* acabam por desviar a atenção dos fatores contextuais e culturais que legitimam a misoginia, contribuindo para a sua naturalização. Uma vez que as plataformas digitais passaram a ocupar o centro das práticas sociais quotidianas, particularmente durante a crise da pandemia de COVID-19, o desafio de considerar o seu papel na reprodução da misoginia parece, em todo o caso, inultrapassável. Até porque as tecnologias incorporam relações sociais e políticas, muitas vezes aumentando o fardo dos grupos mais vulneráveis. Isto sucede, parece-nos, pois, de um modo geral, as políticas regulatórias, os algoritmos, os modelos de negócio, as decisões sobre quem pode participar, o que pode ser dito, para quem e com que efeito são, acima de tudo, modos pelos quais as plataformas influenciam como interagimos nos espaços digitais.

Além de realçar o papel das tecnologias digitais na reprodução de formas de violência altamente genderizadas, o estudo dá também conta de que as práticas violentas pretendem restringir e silenciar as vozes das mulheres com visibilidade pública. Ao fazê-lo, coloca em relevo não apenas os efeitos perniciosos na vida pessoal de vítimas e testemunhas, como também ao nível da democracia. Este efeito na remoção deliberada de vozes e de discursos das plataformas digitais – aquilo a que chamámos de espiral digital do silêncio – tem, em última instância, um papel importante na reprodução de hierarquias de género sistémicas.

A partir de uma perspectiva foucaultiana (1977), foi o desenvolvimento de práticas rotinizadas de poder e controlo, tais como a vigilância em permanência e a sanção normalizadora, que ofereceu as forças motrizes para o sucesso da autodisciplina nas sociedades contemporâneas (Simões, 2016, p. 247). Por essa razão, para o feminismo, «não há forma de vigilância que seja inocente» (Nakamura,

2015, p. 221). Todas as tecnologias de vigilância querem regular, definir e controlar. Deste ponto de vista, ao facilitar o escrutínio e o policiamento do comportamento das mulheres, a violência e o discurso de ódio sexista tem efeitos de conformação social.

Este estudo obteve um relato inédito sobre a forma como mulheres portuguesas com visibilidade pública percecionam e experienciam abusos e ódio nas suas interações *online*. Baseado em investigação qualitativa, que melhor pode servir uma abordagem feminista, como a que adotámos, o seu alcance é limitado, em razão da diversidade contingente dos perfis das participantes e da dimensão reduzida da amostra; mas, ainda assim, profundo relativamente à compreensão que oferece das experiências de violência vividas, testemunhadas e percecionadas pelas vinte e uma mulheres que entrevistámos. Para futuras pesquisas, seria relevante replicar a estratégia que construímos numa amostra maior e mais diversificada, assim como envolver figuras públicas masculinas, para um entendimento mais profundo das formas genderizadas da violência *online*, particularmente em contexto pós-pandémico.

Referências Bibliográficas

- Amaral, I., Basílio-Simões, R., & Poleac, G. (2022). Technology gap and other tensions in social support and legal procedures: Stakeholders' perceptions of online violence against women during the Covid-19 pandemic. *El Profesional de la información*, 31(4). <https://doi.org/10.3145/epi.2022.jul.13>
- Atalanta (2018). *(Anti)Social Media: The benefits and pitfalls of digital for female politicians*. <https://www.atalanta.co/news-insights/antisocial-media-the-benefits-and-pitfalls-of-digital-for-female-politicians/>
- Banet-Weiser, S. (2018). *Empowered: Popular Feminism and Popular Misogyny*. Duke University Press. <https://doi.org/10.2307/j.ctv11316rx>
- Banet-Weiser, S., & Miltner, K. (2016). #MasculinitySoFragile: culture, structure, and networked misogyny. *Feminist Media Studies*, 16(1), 171-174. <https://doi.org/10.1080/14680777.2016.1120490>
- Barlett, C., Simmers, M., Roth, B., & Gentile, D. (2021). Comparing cyberbullying prevalence and process before and during the COVID-19 pandemic. *The Journal of Social Psychology*, 161(4), 408-418. <https://doi.org/10.1080/00224545.2021.1918619>
- Beauvoir, S. (2009 [1949]). *O Segundo Sexo*. Nova Fronteira.

- Beleli, I. (2022). Antifeminismos: os efeitos dos discursos de ódio. *Sexualidad, Salud Y Sociedad*, 38, e22311. <https://doi.org/10.1590/1984-6487.sess.2022.38.e22311.a>
- Ben-David, A., & Matamoros-Fernández, A. (2016). Hate Speech and Covert Discrimination on Social Media: Monitoring the Facebook Pages of Extreme-Right Political Parties in Spain. *International Journal of Communication*, 10, 27. <https://ijoc.org/index.php/ijoc/article/view/3697>
- Binns, A. (2012). DON'T FEED THE TROLLS!: Managing troublemakers in magazines' online communities. *Journalism Practice*, 6(4), 547-562. <https://doi.org/10.1080/17512786.2011.648988>
- Bosch, N., & Gil-Juarez, A. (2021). Uma abordagem situada das violências machistas on-line e formas de combatê-las. *Revista Estudos Feministas*, 29(3), e74 588. <https://doi.org/10.1590/1806-9584-2021v29n374588>
- boyd, danah. (2010). Social Network Sites as Networked Publics: Affordances, Dynamics, and Implications. In Z. Papacharissi (Ed.), *A Networked Self: Identity, Community, and Culture on Social Network Sites* (pp. 47-66). Routledge. <https://doi.org/10.4324/9780203876527>
- Boyle, K., & Rathnayake, C. (2020). #HimToo and the networking of misogyny in the age of #MeToo. *Feminist Media Studies*, 20(8), 1259-1277. <https://doi.org/10.1080/14680777.2019.1661868>
- Braun, V., & Clarke, V. (2006). Using thematic analysis in psychology. *Qualitative Research in Psychology*, 3(2), 77-101. <https://doi.org/10.1191/1478088706qp063oa>
- Citron, D. (2014). *Hate Crimes in Cyberspace*. Harvard University Press.
- Duffy, B., & Hund, E. (2019). Gendered Visibility on Social Media: Navigating Instagram's Authenticity Bind. *International Journal of Communication*, 13(0), 4983-5002. <https://ijoc.org/index.php/ijoc/article/view/11729>
- Duggan, M. (2014). *Online harassment*. Pew Research Center. <http://www.pewinternet.org/2014/10/22/online-harassment>
- EIGE (2017). *Cyber violence against women and girls*. <https://eige.europa.eu/publications/cyber-violence-against-women-and-girls>
- Fisher, A., & Ryan, M. (2021). Gender inequalities during COVID-19. *Group Processes & Intergroup Relations*, 24(2), 237-245. <https://doi.org/10.1177/1368430220984248>
- Foucault, M. (1977). *Discipline and Punishment*. Pantheon.
- Fox, N., & Alldred, P. (2015). New materialist social inquiry: Designs, methods and the research-assemblage. *International Journal of Social Research Methodology*, 18(4), 399-414. <https://doi.org/10.1080/13645579.2014.921458>
- FRA. (2014). *Violence against women: an EU-wide survey*. European Union Agency for Fundamental Rights. https://fra.europa.eu/sites/default/files/fra_uploads/fra-2014-vaw-survey-main-results-apr14_en.pdf
- Ghaffari, S. (2022). Discourses of celebrities on Instagram: Digital femininity, self-representation and hate speech. *Critical Discourse Studies*, 19(2), 161-178. <https://doi.org/10.1080/17405904.2020.1839923>
- Ging, D., & Siapera, E. (2019). *Gender Hate Online: Understanding the New Anti-Feminism*. Palgrave MacMillan. <https://doi.org/10.1080/14680777.2021.1935040>
- Ging, D., & Siapera, E. (2018). Special issue on online misogyny. *Feminist Media Studies*, 18(4), 515-524. <https://doi.org/10.1080/14680777.2018.1447345>

- Harvey, A. (2019, 24 de maio). Tits or GTFO: The Aggressive Architecture of the Internet. *Flow*. <https://www.flowjournal.org/2019/05/tits-or-gtfo-the-aggressive-architecture-of-the-internet-alison-harvey-university-of-leicester/>
- Ingleton, P., & York, L. (2019). From Clooney to Kardashian: Reluctant celebrity and social media. *Celebrity Studies*, 10(3), 364-379. <https://doi.org/10.1080/19392397.2019.1630152>
- Isaksen, J., & Eltantawy, N. (2021). What happens when a celebrity feminist slings microaggressive shade?: Twitter and the pushback against neoliberal feminism. *Celebrity Studies*, 12(4), 549-564. <https://doi.org/10.1080/19392397.2019.1678229>
- Jane, E. (2017). *Misogyny online: A short (and brutish) history*. Sage. <https://doi.org/10.4135/9781473916029>
- Jane, E. (2016). Online misogyny and feminist digilantism. *Continuum*, 30(3), 284-297. <https://doi.org/10.1080/10304312.2016.1166560>
- Jane, E. (2014). «Back to the kitchen, cunt»: Speaking the unspeakable about online misogyny. *Continuum*, 28(4), 558-570. <https://doi.org/10.1080/10304312.2014.924479>
- Jorge, A. (2020). Celebrity bloggers and vloggers. In K. Ross, I. Bachman, V. Cardo, S. Moorti, & M. Scarcelli (Eds.), *The International Encyclopedia of Gender, Media, and Communication*. Wiley. <https://onlinelibrary.wiley.com/doi/full/10.1002/9781119429128.iegm004>
- Kelly, L. (1987). The Continuum of Sexual Violence. In J. Hanmer, e M. Maynard (Eds.), *Women, Violence and Social Control. Explorations in Sociology* (pp. 46-60). Palgrave Macmillan. https://doi.org/10.1007/978-1-349-18592-4_4
- Kimmel, M. (2013). *Angry White Men: American Masculinity at the End of an Era*. Nation Books.
- Lawless, B., & Chen, Y. W. (2018). Developing a Method of Critical Thematic Analysis for Qualitative Communication Inquiry. *Howard Journal of Communications*, 30(1), 92-106. <https://doi.org/10.1080/10646175.2018.1439423>
- Lawson, C. (2018). Platform vulnerabilities: Harassment and misogynoir in the digital attack on Leslie Jones. *Information, Communication & Society*, 21(6), 818-833. <https://doi.org/10.1080/1369118X.2018.1437203>
- Lewis, R., Rowe, M., & Wiper, C. (2016). Online Abuse of Feminists as An Emerging form of Violence Against Women and Girls. *British Journal of Criminology*, 57(6), 1462-1481. <https://doi.org/10.1093/bjc/azw073>
- Lupton, D. (2019). Toward a More-Than-Human Analysis of Digital Health: Inspirations From Feminist New Materialism. *Qualitative Health Research*, 29(14), 1998-2009. <https://doi.org/10.1177/1049732319833368>
- Marwick, A., & boyd, danah. (2011). To See and Be Seen: Celebrity Practice on Twitter. *Convergence*, 17(2), 139-158. <https://doi.org/10.1177/1354856510394539>
- Marwick, A., & Caplan, R. (2018). Drinking male tears: Language, the manosphere, and networked harassment. *Feminist Media Studies*, 18(4), 543-559. <https://doi.org/10.1080/14680777.2018.1450568>
- Massanari, A. (2017). #Gamergate and The Fapping: How Reddit's algorithm, governance, and culture support toxic technocultures. *New Media & Society*, 19(3), 329-346. <https://doi.org/10.1177/1461444815608807>
- Mortensen, T. (2018). Anger, Fear, and Games: The Long Event of #GamerGate. *Games and Culture*, 13(8), 787-806. <https://doi.org/10.1177/1555412016640408>

- Nakamura, L. (2015). Afterword Blaming, Shaming, and the Feminization of Social Media. In R. Dubrofsky, & S. Magnet (Eds.), *Feminist Surveillance Studies* (pp. 221-228). Duke University Press. <https://doi.org/10.1515/9780822375463-015>
- Ng, J., & Le Han, E. (2018). Slogans and Slurs, Misogyny and Nationalism: A Case Study of Anti-Japanese Sentiment by Chinese Netizens in Contentious Social Media Comments. *International Journal of Communication*, 12, 1988-2009. <https://ijoc.org/index.php/ijoc/article/view/5284/2343>
- Nichols, L., & Agius, C. (2018). *The Persistence of Global Masculinism: Discourse, Gender and Neo-Colonial Re-articulations of violence*. Palgrave Macmillan. <https://doi.org/10.1007/978-3-319-68360-7>
- Ouvrein, G., Hallam, L., Backer, C., & Vandebosch, H. (2021). Bashed at first sight: The experiences and coping strategies of reality-TV stars confronted with celebrity bashing. *Celebrity Studies*, 12(3), 389-406. <https://doi.org/10.1080/19392397.2019.1637269>
- Ouvrein, G., Pabian, S., Machimbarrena, J., Backer, C., & Vandebosch, H. (2018). Online Celebrity Bashing: Wrecking Ball or Good for You? Adolescent Girls' Attitudes Toward the Media and Public Bashing of Miley Cyrus and Selena Gomez. *Communication Research Reports*, 35(3), 261-271. <https://doi.org/10.1080/08824096.2018.1467833>
- Paasonen, S., Jarrett, K., & Light, B. (2019). *#NSFW: Sex, humor, and risk in social media*. MIT Press. <https://doi.org/10.7551/mitpress/10916.001.0001>
- Rojek, C. (2015). Frontierism: «The Frontier Thesis», affect, and the category of achieved celebrity. In P. Marshall, & S. Redmond (Eds.). *A Companion to Celebrity* (pp. 355-370). John Wiley & Sons Inc. <https://doi.org/10.1002/9781118475089>
- Ross, K., Jansen, M., & Bürger, T. (2020). The media world versus the real world of women and political representation: Questioning differences and struggling for answers. In M. Djerf-Pierre, & M. Edström (Eds.), *Comparing Gender and Media Equality across the Globe: A cross-national study of the qualities, causes, and consequences of gender equality in and through the news media* (pp. 233-257), Nordicom. <https://doi.org/> <https://doi.org/10.48335/9789188855329>
- Scott, G., Brodie, Z., Wilson, M., Ivory, L., Hand, C. J., & Sereno, S. (2020). Celebrity abuse on Twitter: The impact of tweet valence, volume of abuse, and dark triad personality factors on victim blaming and perceptions of severity. *Computers in Human Behavior*, 103, 109-119. <https://doi.org/10.1016/j.chb.2019.09.020>
- Simões, R. (2021). Do trauma pessoal ao silenciamento público: implicações do assédio a mulheres jornalistas nos comentários online. In J. Correia, & I. Amaral (Orgs.), *Inovação e crise no jornalismo: temas emergentes de pesquisa* (pp. 216-234). Labcom.
- Simões, R. (2016). *Crime, Castigo e Género nas Sociedades Mediatizadas: Políticas de (In)justiça no Discurso dos Média*. Media XXI.
- Simões, R., Amaral, I., e Santos, S. (2021). The new feminist frontier on community-based learning: popular feminism, online misogyny, and toxic masculinities. *European Journalism for Research on the Education and Learning of Adults*, 12(2), 165-177. <https://doi.org/10.3384/rela.2000-7426.3359>
- Simões, R., Amaral, I., Santos, S., & Alcantara, J. (2022). Violência Online Contra as Mulheres: Relatos a Partir da Experiência da Pandemia de COVID-19. *Comunicação e Sociedade*, 42, 179-203. [https://doi.org/10.17231/comsoc.42\(2022\).3981](https://doi.org/10.17231/comsoc.42(2022).3981)
- Sousa, J., Scheidweiler, G., Montenegro, L., & Geraldés, E. (2019). O ambiente regulatório brasileiro de enfrentamento à violência online de género. *Revista Latinoamericana de Ciencias de la Comunicación*, 16(30), 240-249. <https://doi.org/10.55738/alaic.v16i30.530>

- Southern Poverty Law Center. (2018). *Male Supremacy: The Manosphere and the Alt-Right*. <https://www.splcenter.org>
- Theocharis, Y., Barberá, P., Fazekas, Z., Popa, S., & Parnet, O. (2016). A Bad Workman Blames His Tweets: The Consequences of Citizens' Uncivil Twitter Use When Interacting With Party Candidates: Incivility in Interactions With Candidates on Twitter. *Journal of Communication*, 66(6), 1007-1031. <https://doi.org/10.1111/jcom.12259>
- Van der Tuin, I., & Dolphijn, R. (2010). The Transversality of New Materialism. *Women: A Cultural Review*, 21(2), 153-171. <https://doi.org/10.1080/09574042.2010.488377>
- Van Dijck, J. (2013). *The Culture of Connectivity: a critical history of social media*. Oxford University Press.
- Vickery, J., & Everbach, T. (2018). *Mediating Misogyny: Gender, Technology, and Harassment*. Springer. <https://doi.org/10.1007/978-3-319-72917-6>
- Vivienne, S. (2016). *Digital Identity and Everyday Activism: Sharing Private Stories with Networked Publics*. Palgrave MacMillan. <https://doi.org/10.1057/9781137500748>
- Weber, M., Ziegele, M., & Schnauber, A. (2013). Blaming the Victim: The Effects of Extraversion and Information Disclosure on Guilt Attributions in Cyberbullying. *Cyberpsychology, Behavior, and Social Networking*, 16(4), 254-259. <https://doi.org/10.1089/cyber.2012.0328>
- West, C., & Zimmerman, D. (2009). Accounting for Doing Gender. *Gender & Society*, 23(1), 112-122. <https://doi.org/10.1177/0891243208326529>
- West, C., & Zimmerman, D. (1987). Doing Gender. *Gender & Society*, 1(2), 125-151. <https://doi.org/10.1080/19378620902721322>
- Woods, F., & Ruscher, J. (2021). Viral sticks, virtual stones: addressing anonymous hate speech online. *Patterns of Prejudice*, 55(3), 265-289. <https://doi.org/10.1080/0031322X.2021.1968586>
- Wotanis, L., & McMillan, L. (2014). Performing Gender on YouTube. *Feminist Media Studies*, 14(6), 912-928. <https://doi.org/10.1080/14680777.2014.882373>
- Zhong, B., Huang, Y., & Liu, Q. (2020). Mental health toll from the coronavirus: Social media usage reveals Wuhan residents' depression and secondary trauma in the COVID-19 outbreak. *Computers in Human Behavior*, 114, 106 524. <https://doi.org/10.1016/j.chb.2020.106524>

(Página deixada propositadamente em branco)

**EDUCAÇÃO, REGULAMENTAÇÃO
E INOVAÇÃO TECNOLÓGICA: PERCEÇÕES DE
STAKEHOLDERS DA VIOLÊNCIA ONLINE
CONTRA AS MULHERES**

**EDUCATION, REGULATION AND TECHNOLOGICAL
INNOVATION: STAKEHOLDER PERCEPTIONS
OF ONLINE VIOLENCE AGAINST WOMEN**

Inês Amaral

Universidade de Coimbra, Centro de Estudos Sociais, Faculdade de Letras

<https://orcid.org/0000-0003-4929-4866>

Rita Basílio de Simões

Universidade de Coimbra, Centro de Estudos Sociais, Faculdade de Letras

<https://orcid.org/0000-0001-6356-6042>

Resumo: Este capítulo explora as perceções de *stakeholders* portuguesas sobre a natureza, a prevalência e os impactos da violência *online* contra as mulheres, bem como as respostas sociais e institucionais adequadas para abordar esta questão. Adotando uma abordagem qualitativa, o estudo baseou-se em entrevistas semiestruturadas com ativistas, agentes do sistema jurídico e representantes de associações de apoio a vítimas e organizações não governamentais. Durante a pandemia de COVID-19, o aumento da atividade *online* intensificou o problema da violência contra as mulheres com recurso às tecnologias digitais, evidenciando a necessidade urgente de atualizar os quadros legais e promover a literacia digital. Os *stakeholders* sublinharam a

importância de reconhecer a violência *online* como uma extensão da violência *offline* e de desenvolver respostas que considerem a complexidade das dinâmicas digitais. Os resultados enfatizam a importância da sensibilização para questões de gênero e do uso da tecnologia como ferramenta de mudança sistêmica. As percepções dos *stakeholders* sugerem que uma abordagem multifacetada, envolvendo educação, regulamentação e inovação tecnológica, é essencial para enfrentar a violência *online* contra as mulheres.

Palavras-chave: violência *online*; mulheres; pandemia de COVID-19; abuso digital; *stakeholders*.

Abstract: This chapter explores the perceptions of Portuguese stakeholders on the nature, prevalence and impacts of online violence against women, as well as the appropriate social and institutional responses to address this issue. Adopting a qualitative approach, the study was based on semi-structured interviews with activists, agents of the legal system and representatives of victim support associations and non-governmental organisations. During the COVID-19 pandemic, the increase in online activity has intensified the problem of violence against women using digital technologies, highlighting the urgent need to update legal frameworks and promote digital literacy. Stakeholders stressed the importance of recognising online violence as an extension of offline violence and developing responses that consider the complexity of digital dynamics. The results emphasise the importance of raising awareness of gender issues and using technology as a tool for systemic change. Stakeholders' perceptions suggest that a multi-faceted approach involving education, regulation and technological innovation is essential to tackle online violence against women.

Keywords: online violence; women; COVID-19 pandemic; digital abuse; stakeholders.

Introdução

As tecnologias digitais proporcionaram oportunidades sem precedentes para enfrentar a tradicional visão do papel de subordinação

das mulheres e a sua redução ao espaço privado, graças à sua capacidade intrinsecamente democrática (Papacharissi, 2004) e participativa (Dahlgren, 2009). Nas plataformas digitais, indivíduos e organizações abordam experiências relacionadas com sexismo, misoginia e violência, combatem a desigualdade de gênero e diferentes eixos de diferenciação social que se intersectam com gênero, propondo novas formas de envolvimento político (Keller et al., 2016; Núñez Puente et al., 2019).

Contudo, as tecnologias digitais também trouxeram novos desafios para a segurança das mulheres e para as campanhas feministas, ao favorecerem contextos propícios à violência de gênero *online* e ao ajudarem a criar um ambiente inseguro (Citron, 2014; Brandt & Kizer, 2015; Ging & Siapera, 2018, 2019). As mulheres experimentam rotineiramente violência *online*, o que tem trazido novas preocupações sobre a participação das mulheres no ambiente digital e na esfera pública de forma mais ampla. Estudos sugerem que as mulheres têm mais probabilidade do que os homens de sofrer assédio sexual *online* e perseguição, e de sofrer consequências devastadoras após esses abusos (FRA, 2014; Duggan, 2014).

As mulheres enfrentam desproporcionalmente tipos severos de assédio *online*, incluindo de natureza sexual. Estas ofensas ocorrem tanto nos cantos obscuros da Internet como nas redes sociais mais populares (Muttaqin & Ambarwati, 2020). Evidências científicas também mostram que a retórica misógina e as ameaças de violência sexual ocorrem frequentemente como contra-ataques a mulheres envolvidas em questões e lutas feministas (Banet-Weiser, 2015; Ben-David & Matamoros-Fernández, 2016). Mulheres com visibilidade pública são alvos preferenciais de atitudes e comportamentos abusivos e misóginos *online* (Lewis et al., 2017). A interação mútua entre misoginia e antifeminismo é frequentemente a base estrutural para o abuso de gênero *online* (Ging & Siapera, 2019). Assim, além de ajudar a superar a discriminação de gênero sistêmica, o ambiente digital também apoia formas específicas de subordinação

de género, reforçando padrões de desigualdade de género (Wajcman, 2006).

A pandemia de COVID-19 trouxe novas atividades diárias para superar os confinamentos, o que fez com que as comunidades já vulneráveis estivessem menos preparadas para lidar com a hiperconectividade (Nguyen et al., 2021). As desigualdades digitais também moldaram a sociabilidade *online*. As dinâmicas de poder e resistência em relação às práticas de abuso *online* cada vez mais frequentes atraíram, portanto, uma crescente atenção.

A literatura anterior à COVID-19 focava-se essencialmente nas experiências dos utilizadores e nas ações para lidar com a violência *online* contra as mulheres. No entanto, com algumas exceções (por exemplo, Henry et al., 2018; Free et al., 2017), pouca atenção foi dada a como os *stakeholders* abordam comportamentos *online* negativos genderizados. Efetivamente, pouco se sabe sobre a perceção das medidas mais apropriadas para proteger as vítimas, ajudar as sobreviventes e processar os perpetradores. Enquanto a crescente disseminação das tecnologias digitais intensificou os desafios relativos à violência contra as mulheres em várias nações, verifica-se que as especificidades locais, como a legislação e os padrões regulatórios nacionais, devem ser consideradas para respostas amplas.

Este capítulo resulta do trabalho realizado no âmbito do «Projeto Violência Online Contra as Mulheres: prevenir e combater a misoginia e a violência em contexto digital a partir da experiência da pandemia de COVID-19» (Amaral et al., 2022; Simões, 2021; Simões et al., 2021a, 2021b, 2022) e apresenta resultados de um estudo qualitativo que examina as perceções de *stakeholders* sobre este fenómeno. Empiricamente, os dados baseiam-se em entrevistas semiestruturadas com ativistas, polícias e forças de segurança e diferentes prestadores de serviços públicos e privados, como organizações não governamentais. Analisámos as perceções da natureza da violência *online* contra as mulheres e dos seus impactos durante a pandemia de COVID-19, bem como das respostas sociais e institucionais consideradas

adequadas para a prevenir e combater. Ao analisar como os *stakeholders* entendem a violência *online* contra as mulheres e como procuram lidar com isso, exploramos ainda os desafios de projetar respostas institucionais que identifiquem os danos da violência facilitada pela tecnologia e forneçam soluções com consciência de género.

Participação e Ódio *Online*: Um *Continuum* de Violência contra as Mulheres

A ubiquidade das tecnologias digitais na vida quotidiana é uma evidência (Castells, 1996), pelo que o estudo sobre a participação digital se tornou imperativa. A ideia de participação digital está ligada à participação ativa na sociedade digital, utilizando tecnologias de informação e comunicação, como a Internet. A participação digital deriva da agência cívica, que envolve o envolvimento cívico em questões de vida pública e política (Dahlgren & Álvares, 2013). Carpentier (2011) sustenta que, embora o acesso e a interação façam parte do processo participativo, a participação implica que o público tome ação. Assim, a dimensão da participação é mais profunda, o que implica consequências diretas e não apenas um mero envolvimento. Nesta linha de raciocínio, infere-se que formas prejudiciais de participação podem causar maior sofrimento do que uma simples interação, embora ambas possam ser prejudiciais. Com todas as características positivas da Internet, esta tem também um alto potencial de abuso como qualquer inovação poderosa (Dickerson, 2009).

Nos estudos feministas, uma sólida linha de pesquisa centra-se nos aspetos não tecnológicos da violência contra as mulheres, considerando efeitos culturais, socioeconómicos e psicológicos, e medidas legais e de proteção para proteger vítimas, ajudar sobreviventes e processar criminosos (Amaral & Simões, 2021; Simões et al., 2022). No entanto, a crescente disseminação das tecnologias digitais intensificou, em vez de atenuar, os desafios relativos à violência contra as

mulheres como parte de um *continuum* de violência (Kelly, 1987). Esta noção problematiza a subordinação e a opressão das mulheres nas suas vidas e rotinas quotidianas, desde o comportamento intimidador até às situações de risco de vida, da violência psicológica à violência física e sexual.

O envolvimento *online* é uma consequência direta de diferentes padrões de comunicação que influenciam os indivíduos a terem comportamentos específicos em relação à participação (Barnidge et al., 2014). A Internet pode parecer privada, mas tudo o que é partilhado pode rapidamente tornar-se público. Como resultado, surgiram inúmeros tipos de abusos nas últimas décadas, desde cyberbullying até roubo de identidade, de ciberassédio ou ciberstalking até ameaças de violação e assassínio *online*. Como outras práticas prejudiciais facilitadas pela tecnologia, essas instâncias são vistas como extensões de comportamentos *offline*, replicando amiúde o sistema fortemente sexista das interações face a face (Ging & Siapera, 2018). Em particular, abrangem uma ampla gama de formas de abuso, incluindo insultos verbais, discurso de ódio sexista, assédio sexual, perseguição, ameaças, intimidação e invasão de privacidade, não direcionada às mulheres por causa das suas ações, mas pela sua mera existência como membro de um grupo social (Ging & Siapera, 2019). Esses danos têm muitas formas e, por norma, coincidem com *bullying* direcionado a alvos específicos, mas também correspondem a atos de discriminação de género e antifeminismo.

Um corpo crescente de investigação sobre violência baseada no género na Internet mostra que a retórica popular misógina hostil e as ameaças de violência sexual ocorrem principalmente como contra-ataques às mulheres envolvidas com questões e lutas feministas (Banet-Weiser, 2015; Ben-David & Matamoros-Fernández, 2016). A interação mútua entre misoginia e antifeminismo é muitas vezes a base estrutural para diferentes formas de abusos *online* com base no género (Ging & Siapera, 2019).

O termo «manofesfera» refere-se a uma comunidade *online* predominantemente masculina e misógina, composta por grupos diversos que partilham temas comuns relacionados com a masculinidade, relações de género e questões masculinas, caracterizada pelo ódio às mulheres e ao feminismo. Estes grupos masculinos variados, conflitantes e sobrepostos têm recebido mais atenção pelo seu complexo jogo de ideologias, desde o autoaperfeiçoamento até às visões mais controversas sobre dinâmicas de género, incluindo preocupações sobre o seu incitamento ao ódio e violência contra as mulheres. Diretamente relacionados com o ódio e assédio *online* (Ging & Siapera, 2019; Jane, 2018), a violência virtual que promovem não é facilmente separável da violência do mundo real, onde esses grupos encontraram as suas bases ideológicas (Ging & Siapera, 2018).

As primeiras discussões sobre a manosfera reportam-se aos fóruns e blogs *online* que surgiram no início dos anos 2000. Investigações mais recentes reconhecem a característica ideológica unificadora da manosfera como sendo o sentido de vitimização (branca) masculina misturado com o antifeminismo e uma misoginia extrema, bem como conexões com movimentos de extrema-direita (Marwick & Caplan, 2018; Ging, 2019; Ging & Siapera, 2019; García-Mingo et al., 2022).

As masculinidades tóxicas ressoam dentro dos movimentos e associações de extrema-direita, trespassando várias plataformas e espaços *online*. Consequentemente, as sociedades contemporâneas ainda definem as formas mais influentes e tradicionais de masculinidade por características como força física, poder, dominação e agressão (Connell, 2005). A esmagadora maioria dos atos de violência, abrangendo formas físicas, psicológicas e sexuais, ocorre tanto em espaços públicos, locais de trabalho como nas relações íntimas, e é cometida por homens que aderem aos papéis de género tradicionais. A violência contra as mulheres serve assim como uma ferramenta significativa para perpetuar a dominação masculina, emergindo simultaneamente como uma das principais causas de desigualdade de género.

A Pandemia de Covid-19, Vulnerabilidades *Online* e as Mulheres como Vítimas de Violência

Os confinamentos alteraram de modo significativo o mundo externo, incluindo interações sociais, aulas *online* e trabalho remoto. Consequentemente, a atividade *online* da maioria das pessoas aumentou drasticamente. Durante os períodos de confinamento impostos pela pandemia de COVID-19, a maior parte da população mundial recorreu a plataformas sociais como Facebook, Instagram e WhatsApp para manter o contacto com familiares e amigos. A Internet tornou-se um verdadeiro amparo na ausência de contacto social presencial, conectando indivíduos a familiares e até mesmo a desconhecidos. A tecnologia digital evidenciou uma superioridade inequívoca sobre todas as outras formas de média devido a uma sensação de pertença. Aplicações como Zoom, Skype, WhatsApp e FaceTime ajudaram a mitigar a ausência de encontros presenciais, permitindo encontros virtuais.

Apesar de as pessoas terem ficado isoladas durante a pandemia, tornaram-se mais vulneráveis ao abuso online (Robinson et al., 2020). Evidências sugerem que as formas de *bullying online* diferem entre o período pré-pandemia e o período pandémico (Barlett et al., 2021). Pelo menos duas razões explicam essas disparidades. A primeira está relacionada com o aumento dos níveis de *stress* e ansiedade (Boals & Banks, 2020). Em segundo lugar, o maior acesso à Internet indica um perigo mais grave. As pessoas passam mais tempo *online* do que a média, e estudos anteriores mostraram que o uso da Internet está associado ao surgimento do cyberbullying (Kowalski et al., 2014). Quando as pessoas consomem mais conteúdos *online* e realizam a maioria das suas interações sociais e profissionais através de média digitais, estão mais expostas a ódio e violência.

Em Portugal, a Linha Internet Segura da Associação Portuguesa de Apoio à Vítima (APAV) recebeu 1626 pedidos de assistência e denúncias sobre diferentes tipos de danos cibernéticos em 2021,

e 1164, em 2020, principalmente de mulheres (APAV, 2020, 2021). Em 2019, os relatórios totalizaram 827, principalmente de homens (APAV, 2019). Embora esses números reflitam apenas os casos relatados, e não a totalidade dos ocorridos, evidenciam mudanças significativas entre o período pré e pós-pandemia de COVID-19. Para a Organização das Nações Unidas (ONU, 2021), a pandemia foi um catalisador para a epidemia de violência contra as mulheres à escala mundial, verificando-se um aumento significativo na violência doméstica, tráfico, exploração sexual e abuso facilitado pela tecnologia.

A proliferação da Internet exacerbou problemas de longa data enfrentados pelas mulheres, especialmente aquelas em condições de vulnerabilidade agravada por não se coadunarem aos padrões de identidade hegemônicos. Comportamentos prejudiciais facilitados pela tecnologia direcionados às mulheres coexistem com a violência tradicional face a face.

As mulheres podem enfrentar um *continuum* de agressões *online*, que variam de ofensas verbais e avanços sexuais indesejados a insultos sexistas e/ou racistas, bem como abuso frequente, prejudicial, assustador e, por vezes, ameaçador à vida, semelhante ao que ocorre com a violência *offline*. Conforme mencionado anteriormente, o conceito de *continuum* de violência (Kelly, 1987) permite entender como ambos os tipos de violência não resultam de incidentes isolados, mas refletem padrões de relações de poder assimétricas. Com efeito, as ideologias que sustentam o poder dominante e as relações desiguais de gênero e a discriminação sistêmica que ocorre no ambiente digital devem ser vistas de forma inter-relacionada com o contexto *offline* (Amaral & Simões, 2021).

Efetivamente, a violência *online* e *offline* parece partilhar inúmeras características. Lewis et al. (2017) descobriram que a maioria das mulheres foi sujeita a vários tipos de abuso *online*, com mais de metade a relatar esta violência como uma característica regular das suas vidas *online*. Os comportamentos prejudiciais são múltiplos e variados, tal como no mundo *offline*. O estudo também revela que a

regularidade do abuso é um fator determinante do seu impacto. Em vez de atenuar as suas repercussões, a frequência exacerba-as. Tal como na violência *offline*, o abuso *online* contra as mulheres instila medo e silêncio, principalmente através da ameaça de violência sexualizada, exclusão, desdém ou descrédito. Como outras autoras apontam (Sobieraj, 2017; Ging & Siapera, 2018, 2019), ao favorecer o escrutínio e a vigilância do comportamento das mulheres, as práticas *online* prejudiciais têm efeitos de silenciamento e autocensura na participação pública feminina, limitando oportunidades pessoais e profissionais, tal como ocorre com as formas tradicionais de violência.

O que distingue a violência *online* dos comportamentos prejudiciais tradicionais contra as mulheres é que as vítimas têm mais probabilidade de serem sujeitas a eventos hostis em múltiplos e novos contextos, com visibilidade pública infinita. As características das plataformas digitais, incluindo – mas não se limitando – a visibilidade e a disseminação de conteúdo, o anonimato/pseudonimato dos utilizadores e a multimodalidade dos contextos, possibilitam um ambiente que difere do *offline* e da era pré-médias sociais (Bangasser-Evans et al., 2017; Schrock, 2015). As práticas abusivas podem ser transmitidas numa variedade de formatos, incluindo texto, imagens e GIF (Keum & Miller, 2018) e persistem em diferentes plataformas ao longo do tempo, amplificando o dano da vitimização e a sua longevidade (Williams, 2007).

A tecnologia permitiu novas formas de vitimização feminina e o surgimento de redes baseadas numa subcultura coletiva de dominação masculina que procura atacar e silenciar mulheres que ousam expressar as suas opiniões sobre questões de género e privilégio masculino, instigando práticas abusivas *online* (Simões et al., 2021a, 2021b, 2022). Em última análise, a permanência, a itinerância e o anonimato estão entre os desafios mais difíceis de gerir (Gagliardone et al., 2015), e todos se aplicam aos tipos de comportamentos prejudiciais. Enquanto as práticas odiosas *online* não merecem proteção à liberdade de expressão (Citron, 2014; Citron & Norton, 2011),

monitorizar o comportamento das mulheres continua a ser uma forma de vigilância que define quais os parâmetros dentro dos quais as mulheres são livres (Megarry, 2014), enquanto a liberdade dos homens é irrestrita.

Metodologia

Para este estudo, adotámos uma estratégia metodológica baseada numa perspetiva fenomenológica feminista, que considera a feminilidade e a sua estrutura histórica e social (Beauvoir, 2010 [1949]; Stein, 1996 [1932]; Arendt, 1973 [1958]), e o seu lugar de fala (Spivak, 2003), incluindo a noção de que o pessoal é político (Hanisch, 1969). Este prisma foi ampliado por Fraser (2012), Butler (1988) e Young (2005) que argumentam que o género não se limita à biologia. Articulamos esta abordagem fenomenológica feminista com uma perspetiva materialista feminista contemporânea (Lupton, 2019), que sustenta que as dinâmicas de interação das pessoas com outras pessoas e objetos são profundamente produtivas. Daqui decorre que, quando as pessoas utilizam tecnologias digitais, não estão apenas a consumir ideologias dominantes, mas também a sentir, experienciar e incorporar combinações eficazes de matéria, pensamento e linguagem (Barad, 2007; Bennett, 2004; Braidotti, 2002; Haraway, 1988, 1991; Lupton, 2019). Interligar estas perspetivas como ponto de partida para analisar as perceções da violência *online* contra as mulheres permite-nos, acreditamos, uma compreensão holística mais abrangente do fenómeno.

Entre outubro de 2020 e março de 2021, realizámos dezasseis entrevistas semiestruturadas com ativistas (oito), agentes do sistema de justiça (quatro) e diversos prestadores de serviços públicos e privados, como sindicatos e centros de apoio às vítimas (cinco). As e os profissionais foram selecionadas/os com vista a assegurar uma ampla representatividade de perspetivas relevantes ao fenómeno da violência *online* contra as mulheres. Esta diversidade foi crucial

para abranger as várias facetas e dinâmicas da violência *online*. Os critérios de seleção foram estabelecidos para incluir profissionais com experiência direta nas questões em estudo e/ou que atuam na resposta a essas questões. Assim, baseou-se a seleção na experiência profissional e no reconhecimento por pares na área de atuação. Este processo assegurou que os dados recolhidos fossem informados por experiências práticas e conhecimento especializado.

As entrevistas, que variaram entre os vinte e os noventa minutos, consistiram numa série de perguntas abertas que pretendiam explorar as percepções e experiências das pessoas entrevistadas relativamente à violência *online* em geral e, especificamente, à violência *online* contra as mulheres, assim como as formas adequadas de lidar com estas questões. As entrevistas semiestruturadas abordaram diversos tópicos centrais para o estudo desenvolvido, com o intuito, nomeadamente, de recolher percepções sobre as experiências negativas vividas *online* por mulheres, as circunstâncias que permitam caracterizar essas situações, o papel da pandemia de COVID-19, as consequências sociais da violência sofrida e as formas adequadas para combater esta violência.

As entrevistas foram gravadas e analisadas para identificar ideias recorrentes, utilizando métodos qualitativos. Em conformidade com os padrões éticos institucionais, os nomes dos e das participantes não são divulgados.

O nosso quadro analítico baseou-se na análise temática crítica. De acordo com a proposta de Lawless e Chen (2019), o processo analítico desenrolou-se em duas fases. Num primeiro momento, realizámos uma codificação aberta do texto com o apoio do *software* MaxQDA para identificar, analisar e relatar padrões nos dados (Braun & Clarke, 2006, p. 79). Na segunda fase, os padrões reconhecidos foram interligados com o contexto ideológico mais amplo, permitindo-nos procurar tanto significados manifestos quanto interpretações mais profundas e críticas.

Este capítulo procura analisar a natureza da violência *online* contra as mulheres percebida por diferentes *stakeholders*, procurando as

respostas sociais e institucionais consideradas adequadas para prevenir e combater estas formas de violência. Neste sentido, procuramos dar resposta às seguintes questões de investigação:

QI1: Como é que os diferentes *stakeholders* percebem a natureza, a prevalência e os impactos da violência *online* contra as mulheres durante a pandemia de COVID-19?

QI2: Que respostas sociais e institucionais são identificadas como adequadas para prevenir e combater a violência *online* contra as mulheres?

Resultados e Discussão

Identificamos quatro temas interconectados:

1. Contexto e natureza da violência *online*.
2. Consequências sociais da violência.
3. Papel das tecnologias digitais durante a pandemia.
4. Formas adequadas de prevenir e combater a violência *online*.

Os temas 1, 2 e 3 permitiram a responder à QI1, e o tema 4, à QI2, como mostraremos a seguir.

1. Contexto e natureza da violência *online*

O primeiro tema identificado nos nossos dados foi o «Contexto e natureza da violência *online*». Este tema abrange percepções sobre as diferentes modalidades de violência que ocorrem através de plataformas digitais, o que as distingue relativamente às ocorrências *offline* e de que forma refletem novos modos de comportamento agressivo contra as mulheres facilitados pelas tecnologias digitais.

Para os participantes, a violência pode ocorrer de forma oculta, mas também é prevalente em plataformas sociais populares, como Instagram e Facebook, e em serviços de mensagens instantâneas, como WhatsApp e Telegram. A tecnologia possibilitou novos tipos de práticas prejudiciais e, por vezes, intensificou a gravidade e a severidade das existentes. Por exemplo, em relação ao abuso sexual por imagens, como explicado por um inspetor da Polícia Judiciária:

Há os colecionadores que não têm mais nada para fazer se não colecionar isto. E que quando virem que aquele conteúdo foi removido, eles vão pô-lo a circular num grupo privado do Telegram, num *site* brasileiro, num *site* norte-americano, num *site* alemão, onde quer que seja. São os sítios mais comuns e nós temos de lhes dizer «Prepare-se porque isto pode voltar a surgir».

Os entrevistados relataram a existência de uma vasta gama de novos comportamentos prejudiciais facilitados pela tecnologia, frequentemente interligados e dinâmicos, refletindo o que a literatura sobre o assunto já descreve (Citron, 2014). Desde o assédio geral e no local de trabalho até discursos de ódio sexista, passando por roubo de identidade, *doxing*, abuso através de imagens íntimas, *cyberflashing*, *sextortion*, manipulação de imagens e *deepfakes*, os participantes destacaram que a violência *online* assume várias formas e afeta desproporcionalmente as mulheres. Alguns e algumas dos entrevistados reconheceram a necessidade de ampliar a definição de violência contra as mulheres para incluir essas novas formas de abuso. Parte dos participantes observou que as vítimas ainda tendem a normalizar os atos violentos que sofrem. No entanto, outros argumentaram que as práticas *online* já são consideradas mais impactantes do que as formas físicas de agressão.

Esta pressão psicológica, o controlo, o insultar, o humilhar, muitas das senhoras já identificam isto como uma violência que lhes

deixa mais marcas do que às vezes essa tal violência física, que é estanque no tempo. Elas dizem mesmo que as nódoas negras passam mais depressa do que a violência psicológica que deixa marcas mais profundas na mente. (Gestora de gabinete de associação de apoio a vítimas)

Os participantes no estudo acreditam que o perfil de vitimização é praticamente inexistente, exceto pelo facto de serem mulheres ou serem percecionadas como tal. A violência *online* é transversal, alcançando mulheres de todas as idades e profissões, de forma semelhante à violência *offline*. As mulheres «são fortemente bombardeadas com mensagens violentas», conforme afirmou um psicólogo de uma equipa de intervenção social numa organização não governamental (ONG). As pessoas entrevistadas também são mais propensas a afirmar que as vítimas que vivenciam estas situações condicionam as suas respostas/reações devido ao medo. O imediatismo do digital e a facilidade de propagação da violência de forma contínua encorajam o comportamento do agressor, mas não incentivam a vítima a reagir. Alguns insistiram que, mesmo desaparecendo *online*, as mulheres nunca estão seguras:

Para a vítima, também há uma sensação de desespero, porque não tem onde se esconder. O *online* está em todo o lado! (Diretora-executiva de associação de apoio a pessoas LGBTQIA+)

Apesar da ausência de dados oficiais, há uma tendência para reconhecer a inexistência de uma única tipologia de agressores. Segundo alguns dos entrevistados, homens desconhecidos com perfis visíveis ou anónimos, agindo individualmente ou em grupos organizados, são responsáveis por atos de violência direta e indireta contra mulheres, tal como homens conhecidos, incluindo próximos e parceiros íntimos. Alguns dos entrevistados também salientaram o papel de mulheres e perfis femininos integrados em coletivos e grupos organizados,

cuja ação é ampliada pela sensação de anonimato e impunidade proporcionada pela Internet. Outros, principalmente agentes da lei, destacaram que, apesar da diversidade, os agressores são tipicamente homens e, geralmente, parceiros íntimos ou ex-companheiros.

2. Consequências sociais da violência

Centrado no impacto da violência *online* nas vítimas, nas comunidades locais e na sociedade em geral, o tema das consequências sociais da violência surge amiúde nas entrevistas. A maioria dos *stakeholders* refere-se aos impactos *online*, que incluem a autocensura, a autodisciplina e o autossilenciamento, e até mesmo o abandono temporário das redes sociais, pelas vítimas, nas quais as experiências de violência ocorreram. Estes impactos resultam de reações extremamente limitadas das vítimas no mesmo ambiente em que a violência aconteceu. Bloquear perfis ou abandonar uma plataforma digital acaba por ser uma forma de normalizar comportamentos prejudiciais que podem transformar vidas. Como refere um informante da Procuradoria-Geral da República: «podem provocar consequências do ponto de vista emocional ou psicológico nessa dimensão que também são incalculáveis».

Os impactos da violência *offline* também foram salientados, sendo descritos como extremamente graves. Entre os efeitos reportados estão o *stress*, a ansiedade, o isolamento, a sensação de insegurança, a perda de autoestima e a automutilação. A totalidade das relações sociais da vítima é afetada. Deste modo, algumas pessoas entrevistadas sublinharam que esses impactos têm consequências tanto individuais como coletivas, que necessitam de ser abordadas por governos, instituições sociais e agentes privados. «Algumas situações estão a levar ao despedimento voluntário de mulheres que são alvo de *bullying online*», afirmou um líder sindical. Em última análise, como referiram ativistas:

Haverá um grande grupo de pessoas com problemas de saúde mental. (Responsável por um centro de apoio à vítima)

Tem um impacto primário na saúde mental e no bem-estar emocional e psicológico da comunidade. (Diretora-executiva de associação de apoio a pessoas LGBTQIA+)

Alguns *stakeholders* também salientaram o impacto da violência *online* direcionada às mulheres a um nível ideológico mais profundo. Maioritariamente, acreditam que se devem esperar consequências negativas para o progresso alcançado nas relações de gênero. A violência *online* normalizada contra as mulheres aumenta o preconceito em relação às mulheres, como afirmaram ativistas feministas. Além disso, em situações em que já existe violência física ou psicológica perpetrada por um parceiro íntimo, «o *online* é mais um canal para introduzir uma nova dimensão de violência que terá um efeito mais generalizado porque acaba por afetar a vítima na comunidade», enfatizou um membro de uma organização profissional de apoio à vítima.

3. Papel das tecnologias digitais durante a pandemia

O terceiro tema identificado no estudo é o papel das tecnologias digitais durante a pandemia, abordando as observações sobre a utilização dessas tecnologias no contexto pandêmico e a sua relação com indivíduos que as utilizam para abuso e opressão. Os participantes do estudo convergem na opinião de que a pandemia acelerou significativamente o processo de digitalização da sociedade, promovendo a hiperconetividade e intensificando as relações de comunicação virtual. De um modo geral, identificam os benefícios proporcionados pelas tecnologias digitais no contexto do isolamento social imposto pela pandemia de COVID-19, especialmente no que concerne à comunicação com familiares e amigos, bem como em atividades quotidianas como o ensino à distância e o teletrabalho.

Os *stakeholders* são igualmente unânimes ao reconhecer o papel da tecnologia na reconfiguração dos padrões de perpetração e vitimização. Conforme expresso por um sindicalista, «tem este outro impacto de ficar permanente ou pelo menos durante muito tempo nesta outra realidade, que nós frequentamos, que é a realidade do *online* e da Internet». No período em que a maioria da população mundial estava confinada em casa, a tecnologia revelou-se uma aliada na mitigação da solidão, enquanto fomentava sentimentos de raiva, ressentimento ou tédio.

Os participantes argumentaram que a pandemia levou a um aumento dos casos de agressores que, impulsionados pela sensação de anonimato e impunidade proporcionada pela Internet, se envolveram em práticas prejudiciais, muitas vezes sem a plena consciência do impacto devastador e das consequências a longo prazo do seu comportamento. «Às vezes, as pessoas não têm a noção exata da gravidade do que estão a fazer. Mas estão a fazer», conforme destacou um inspetor da unidade de combate ao cibercrime e à criminalidade tecnológica da polícia.

Vários dos participantes sublinharam ainda que o rápido incremento da digitalização, tal como a própria pandemia, surpreendeu tanto pessoas quanto instituições. Como a tecnologia reflete e incorpora relações sociais e políticas, frequentemente agravando a carga sobre grupos vulneráveis (Wajcman, 2006), as desigualdades sistêmicas foram reproduzidas «mesmo sem intencionalidade», conforme referiu um agente do sistema judicial português.

As pessoas ativistas, por sua vez, enfatizaram que, apesar do papel crucial da tecnologia em conectar pessoas e facilitar tanto ações positivas quanto negativas, esta não é a causa principal dos problemas de violência. «A tecnologia é apenas o meio de comunicação. O problema da violência está na imaturidade das pessoas violentas que não conseguem lidar com a raiva e outras emoções primárias, como a vergonha», argumentou um psicólogo de uma ONG. As atitudes, as crenças e os valores que sustentam relações de poder desequilibradas

são perpetuados por «uma cultura em que o papel da mulher como cuidadora e a objetificação sexual das mulheres, por exemplo, são tolerados e apoiados *offline* e *online*», afirmou uma ativista de uma ONG feminista. A pandemia, ao confinar as mulheres em casa e sobrecarregá-las com responsabilidades adicionais, pode ter exacerbado essas dinâmicas, acrescentou a entrevistada.

Assim, a maioria dos *stakeholders* considera que as formas de violência *online* são dinâmicas e acompanham as transformações do ambiente digital, integrando o *continuum* da violência contra as mulheres, que é indissociável do contexto *offline*. A violência ocorre de forma indiscriminada nas plataformas digitais e é frequentemente normalizada e minimizada, apesar de causar medo, ansiedade e *stress*, afetando as esferas pessoal, social e profissional das vítimas. Além disso, reconhece-se que a pandemia contribuiu para o aumento da violência *online* ao acelerar a digitalização e estabelecer novas relações sociais e políticas, que podem reforçar a subordinação social.

4. Formas adequadas para prevenir e combater a violência online

O quarto tema descreve como os participantes percebem a violência *online* contra as mulheres. Os *stakeholders* reconhecem a existência de diversas limitações tecnológicas e sociais que impedem a implementação de medidas eficazes de proteção para as sobreviventes e de punição para os agressores.

A maioria dos *stakeholders* menciona um «*gap* tecnológico» no apoio social e nos procedimentos legais. Os que prestam apoio estão sempre um passo atrás, afirmou a maioria dos participantes. Como mencionou o chefe de uma entidade pública: «A sensação que tenho como utilizador e observador é que isto é muito difícil de gerir.» Os *stakeholders* concordaram que foram feitos esforços a nível nacional para acompanhar as mudanças tecnológicas. No entanto, a falta de

conhecimento para enfrentar as práticas prejudiciais facilitadas pela tecnologia persiste:

Tem de haver uma aposta séria na educação, de outra forma não se consegue combater a violência porque é um problema estrutural, e tudo o que é estrutural combate-se com educação. (Dirigente de uma ONG feminista)

A nossa lei tem sido assim uma mantinha de retalhos. (Assessor de uma associação de apoio à vítima)

Os participantes sublinharam como é desafiante regular esta área devido à natureza em constante evolução das tecnologias. No entanto, a maioria dos *stakeholders* afirmou que é urgente atualizar o quadro legal de acordo com os novos tipos de práticas prejudiciais e a visibilidade que têm. Isto implica criar tipos legais específicos com ações mais direcionadas. Além disso, enquanto a tecnologia permite abordagens rápidas, o sistema de justiça funciona lentamente.

Denunciar não significa que os agressores sejam punidos, como perceberam alguns participantes. Muitas vezes, não são identificados, e as vítimas podem estar em maior risco após a denúncia, especialmente se o agressor não for um desconhecido. No entanto, a denúncia dos casos pelas vítimas é principalmente referida como a resposta que pode ser dada pelas vítimas ao abuso *online*. «Se acontecer, procure ajuda o mais rápido possível para tentar minimizar os danos», reportou uma ativista de uma ONG de apoio à vítima. «Incentivamos sempre as vítimas a denunciar, mas também explicamos que é um processo difícil, que muitas vezes não leva a lugar nenhum, especialmente o discurso de ódio *online*», referiu uma ativista de uma associação de apoio a pessoas LGBTQIA+.

Os casos denunciados ainda não são muito expressivos (APAV, 2019, 2020, 2021). A falta de conhecimento sobre os direitos *online* influencia grandemente as reações das vítimas:

As pessoas não sabem a quem recorrer, o que fazer ou quais os seus direitos. Portanto, esta área também precisa de um grande investimento a vários níveis. (Presidente de uma ONG de apoio aos jovens)

Os entrevistados argumentaram, principalmente, que as medidas de prevenção são mais desafiadoras, mas prometem ser eficazes. Envolvem educação e informação focadas na literacia digital para garantir os direitos das pessoas em ambientes digitais. Conhecer as vantagens, as desvantagens e os perigos das plataformas que usamos é a melhor forma de prevenir a violência *online*, destacaram alguns participantes. Outros também mencionaram a necessidade de sensibilizar para as desigualdades de género e que as ações *online* podem reforçar estereótipos.

Os *stakeholders* também sugeriram a existência de tensões na negociação do papel da tecnologia digital no apoio social e nos procedimentos legais. Embora a tecnologia possa ser uma aliada, por exemplo, permitindo a criação de *sites* em que as vítimas e os observadores possam denunciar comportamentos prejudiciais às autoridades, parece que isso ainda não é uma prática regular.

Alguns concordaram que a tecnologia também pode ajudar a combater a violência *online* através de mecanismos para detetar e denunciar abusos. Houve quem se referisse à disposição da maioria das plataformas para colaborar nisso. Ao mesmo tempo, advertiram que os seus esforços são insuficientes. Os algoritmos têm limitações porque são cegos para questões de género e não há consequências para os agressores.

Alguns *stakeholders* reivindicaram que as plataformas devem ser responsabilizadas. Como argumentou uma pessoa da Procuradoria-Geral da República, «as próprias plataformas podem fazer controlo, mas não há maneira de impor controlo às plataformas».

Aferimos que as formas adequadas para prevenir e combater a violência *online* requerem mudanças em muitas dimensões. Os

participantes sinalizaram que as instituições precisam de conhecimento especializado nas novas dinâmicas da violência facilitada pela tecnologia que visa as mulheres e a urgência de mudar a lei e os procedimentos legais para acompanhar essas dinâmicas. Outros também referiram o papel da literacia digital e da sensibilização para questões de gênero na prevenção de práticas prejudiciais. Outros ainda abordaram sobre o potencial inexplorado da tecnologia para combater os danos praticados através dela, incluindo no que diz respeito à subordinação de *statu*.

Os resultados evidenciam uma percepção clara dos *stakeholders* sobre a natureza da violência *online* contra as mulheres durante a pandemia de COVID-19. Os entrevistados identificam um aumento significativo tanto na prevalência como na intensidade deste tipo de violência. A natureza da violência *online* foi descrita como sendo multifacetada, incluindo assédio, discurso de ódio, *doxing* (divulgação de informações pessoais sem consentimento) e *cyberstalking*. No que concerne à questão de investigação «Como é que os diferentes *stakeholders* percebem a natureza, a prevalência e os impactos da violência *online* contra as mulheres durante a pandemia de COVID-19?», aferimos que os *stakeholders* reconhecem um aumento significativo na prevalência da violência *online* contra as mulheres durante a pandemia, identificando a sua natureza complexa e transversal. A pandemia exacerbou a violência, atendendo a que a atividade *online* aumentou com os confinamentos, tornando as mulheres mais suscetíveis a esses ataques. Os impactos dessa violência são interpretados como profundos, afetando negativamente a saúde mental, a segurança e o bem-estar das mulheres, resultando em problemas como ansiedade, medo, depressão e uma diminuição na participação *online*. Neste sentido, a violência não replica apenas as desigualdades de gênero existentes, como também as amplifica no ambiente digital.

As e os participantes mostraram como, durante a pandemia, as restrições de mobilidade e o conseqüente aumento da atividade digital expuseram as mulheres a riscos maiores e mais frequentes,

fazendo com que a violência *online* se tornasse uma extensão ainda mais direta da violência *offline*. Neste sentido, os *stakeholders* relataram que os impactos desta violência são profundos e duradouros na vida das vítimas. As e os participantes destacaram que, além dos danos imediatos como a ansiedade e o medo, a violência *online* tem repercussões a longo prazo, como a redução da autoestima e a tendência para o isolamento social. O aumento desta violência durante a pandemia foi percebido como um reflexo amplificado das desigualdades existentes no espaço físico, agora transpostas e exacerbadas no ambiente digital.

No que concerne às respostas sociais e institucionais, e em resposta à segunda questão da investigação («Que respostas sociais e institucionais são identificadas como adequadas para prevenir e combater a violência *online* contra as mulheres?»), aferimos que os *stakeholders* consideram necessárias medidas ao nível da educação, mas também da legislação e do apoio das plataformas para prevenir e combater eficazmente a violência *online*. A educação foi enfatizada como um pilar fundamental, tendo sido sugerida a necessidade de programas de literacia digital que eduquem tanto mulheres quanto homens sobre as realidades da violência *online*, os seus impactos e as vias legais e práticas para o seu combate.

No âmbito institucional, foi destacada a necessidade de legislação mais robusta e específica que possa abordar as *nuances* da violência *online*. Os *stakeholders* apontaram para a urgência de atualizar a legislação existente no sentido de esta refletir as novas realidades digitais, garantindo que as medidas legais sejam ágeis e adequadas para lidar com crimes que são muitas vezes anónimos pela própria natureza da Internet.

Outra resposta institucional considerada crucial pelas e pelos participantes é o desenvolvimento e a implementação de tecnologias que possam identificar e combater a violência *online* de forma proativa. As soluções tecnológicas, como algoritmos de deteção de discurso de ódio e sistemas de apoio às vítimas, são vistas como essenciais

para mitigar a violência antes que esta cause danos significativos. A cooperação entre plataformas digitais e organizações governamentais e não governamentais foi sugerida como um meio de garantir uma abordagem holística e colaborativa. Verifica-se, ainda, a necessidade de reforço de apoio às vítimas, fortalecer os serviços, incluindo criar linhas diretas, suporte psicológico e jurídico acessível, e campanhas de apoio que encorajem as mulheres a denunciar os abusos.

A discussão levantada pelos resultados aponta para a complexidade da violência *online* contra as mulheres e a necessidade de uma abordagem multidimensional que envolva educação, legislação, apoio tecnológico, assim como a cooperação entre diversos setores da sociedade. A pandemia de COVID-19, ao intensificar a vida digital, também ampliou os desafios relacionados com segurança *online*, sublinhando-se a importância de respostas rápidas para proteger eficazmente as mulheres nos ambientes digitais.

Os resultados do estudo indicam que, durante a pandemia de COVID-19, os *stakeholders* tendem a abordar de forma secundária o papel das denominadas *Big Tech* e os algoritmos das plataformas sociais na violência *online* contra as mulheres. Esta abordagem contrasta com uma ampla gama de literatura sobre violência política *online*, que frequentemente coloca um foco significativo na responsabilidade das plataformas de mídia social e os seus algoritmos em amplificar discursos de ódio e violência (Noble, 2018; Tufekci, 2015). Estudos (Gillespie, 2014; Pasquale, 2015) destacam que os algoritmos podem sistematicamente promover conteúdos que exacerbam a polarização e a violência, incluindo violência de gênero e assédio *online*, sugerindo uma necessidade de revisão das práticas algorítmicas para mitigar tais efeitos.

A tendência observada entre os *stakeholders* de priorizar intervenções como medidas educativas e legislativas, em detrimento de uma análise mais profunda das tecnologias que moldam esses ambientes digitais, pode não ser suficiente para abordar todas as dimensões do

problema. A literatura recomenda que as estratégias para combater a violência *online* contra mulheres devem incluir uma revisão crítica das práticas das plataformas digitais. Daqui decorre que mudanças nos algoritmos e uma regulamentação mais rigorosa são vistas como essenciais para reduzir a prevalência e o impacto do conteúdo abusivo *online* (Citron, 2014; Marwick & Lewis, 2017). Neste sentido, é essencial que futuras investigações e políticas públicas considerem uma abordagem mais integrada, que não preveja apenas legislação e educação, mas também englobe uma crítica e reformulação das tecnologias subjacentes. Reconhecer o papel dos algoritmos na perpetuação da violência *online* é crucial para garantir um ambiente digital mais seguro. A literatura especializada aponta para a necessidade de as plataformas digitais assumirem uma responsabilidade ampliada no combate a comportamentos prejudiciais, incluindo a implementação de sistemas tecnológicos que possam detetar e mitigar proativamente tais abusos (Noble, 2018; Citron, 2014). Efetivamente, a integração das perspetivas tecnológicas nas estratégias de combate à violência *online* contra mulheres é fundamental através de colaborações efetivas entre as plataformas digitais e os órgãos reguladores, o que pode facilitar o desenvolvimento de políticas e tecnologias que refletem uma compreensão profunda dos desafios que as mulheres enfrentam no ambiente digital.

Conclusão

Este capítulo analisou as perceções dos *stakeholders* portugueses sobre a natureza, a prevalência e os impactos dos comportamentos prejudiciais *online* dirigidos às mulheres, bem como as respostas sociais e institucionais adequadas para os combater. A abordagem qualitativa adotada permitiu compreender a produção de significado sobre esta questão entre importantes informantes-chave. Como descrito anteriormente, a pandemia de COVID-19 é vista como responsável

pelo aumento da intensidade da violência *online* e pela reprodução de relações sociais e políticas que podem levar à subordinação de *statu*.

Além disso, enquanto as instituições lutavam para acompanhar o abuso facilitado pela tecnologia, os utilizadores normalizavam os comportamentos prejudiciais e o contexto ideológico ao qual esses comportamentos estão ligados. Ao mesmo tempo, apesar do seu potencial para facilitar e impedir o abuso, a tecnologia tem sido amplamente subexplorada neste domínio. Promover a literacia digital, alterar a legislação e outros quadros regulatórios, e aproveitar as possibilidades tecnológicas são considerados meios apropriados para enfrentar a questão. No entanto, a conceção de respostas institucionais que capturem os danos da violência de género facilitada pela tecnologia continua a ser um desafio para os *stakeholders*.

Estas perceções indicam, portanto, que os organismos públicos, as plataformas digitais e outros intervenientes privados devem prestar maior atenção à sensibilização para as questões de género e à utilização da tecnologia como um instrumento de mudança sistémica.

Considerando investigações futuras, parece-nos relevante aprofundar as intersecções entre violência *online* e *offline* contra mulheres, especialmente no contexto de crises globais como a pandemia de COVID-19. Estudos futuros podem explorar de que forma períodos de isolamento social coletivo exacerbam tanto a violência digital quanto física. Esta linha de estudo beneficiaria se for considerada numa abordagem longitudinal com o propósito de observar mudanças nos padrões de violência e nas estratégias de *coping* das vítimas. Também investigar como é que diferentes comunidades são afetadas pela violência *online* pode destacar as necessidades específicas de grupos vulneráveis, orientando o desenvolvimento de políticas públicas e intervenções sociais mais direcionadas e eficazes.

No que concerne às limitações da pesquisa, uma consideração importante é a dependência de dados qualitativos provenientes das entrevistas com *stakeholders*, o que pode introduzir vieses baseados

nas percepções pessoais dos entrevistados. Embora essas perspectivas forneçam dados relevantes sobre as experiências e opiniões individuais, podem não capturar totalmente a complexidade ou a amplitude da violência *online* contra mulheres. Para superar estas limitações, estudos futuros podem considerar metodologias quantitativas para complementar os dados qualitativos, oferecendo uma análise mais holística e validada estatisticamente dos padrões de violência *online* e das estratégias de intervenção.

Referências Bibliográficas

- Amaral, I., & Simões, R. (2021). Violence, misogyny, and racism: Young adults' perceptions of online hate speech. In J. Sánchez, & A. Barrientos (Coords.), *Cosmovisión de la comunicación en redes sociales en la era postdigital* (pp. 869-881). McGraw-Hill.
- Amaral, I., Simões, R., & Poleac, G. (2022). Technology gap and other tensions in social support and legal procedures: stakeholders perceptions of online violence against women during the Covid-19 pandemic. *El Profesional de la Información*, 31(4). <https://doi.org/10.3145/epi.2022.jul.13>
- APAV (2021). *Estatísticas APAV Linha Internet Segura 2021*. https://apav.pt/apav_v3/images/pdf/Estatisticas_APAV_LinhaInternetSegura_2021.pdf
- APAV (2020). *Estatísticas APAV Linha Internet Segura 2020*. https://apav.pt/apav_v3/images/pdf/Estatisticas_LIS_2020.pdf
- APAV (2019). *Estatísticas APAV Linha Internet Segura 2019*. https://apav.pt/apav_v3/images/pdf/Estatisticas_Linha_Internet_Segura_2019.pdf
- Arendt, H. (1973 [1958]). *The human condition*. University of Chicago Press.
- Banet-Weiser, S. (2015). «Confidence you can carry!»: Girls in crisis and the market for girls' empowerment organisations. *Continuum*, 29(2), 182-193. <https://doi.org/10.1080/10304312.2015.1022938>
- Bangasser-Evans, S., Pearce, K., Vitak, J., & Treem, J. (2017). The Affordances test: A Conceptual Model for Understanding Affordances in Communication Research. *Journal of Computer-Mediated Communication*, 22(1), 35-52. <https://doi.org/10.1111/jcc4.12180>
- Barad, K. (2007). *Meeting the universe halfway: Quantum physics and the entanglement of matter and meaning*. Duke University Press.
- Barlett, C., Simmers, M., Roth, B., & Gentile, D. (2021). Comparing Cyberbullying Prevalence and Process before and during the COVID-19 Pandemic. *The Journal of Social Psychology*, 161(4), 1-11. <https://doi.org/10.1080/00224545.2021.1918619>
- Barnidge, M., Macafee, T., Alvarez, G., & Rojas, H. (2014). Citizenship and political participation in Colombia: How orientations toward citizenship associate with political and civic behaviors. *International Journal of Communication*, 20, 1831-1850.
- Beauvoir, S. (2010 [1949]). *The Second Sex*. Knopf.

- Ben-David, A., & Matamoros-Fernández, A. (2016). Hate speech and covert discrimination on social media: Monitoring the Facebook pages of extreme-right political parties in Spain. *International Journal of Communication*, *10*, 1167-1193.
- Bennett, J. (2004). The force of things: Steps toward an ecology of matter. *Political Theory*, *32*(3), 347-372.
- Boals, A., & Banks, J. (2020). Stress and Cognitive Functioning during a pandemic: Thoughts from Stress researchers. *Psychological Trauma: Theory, Research, Practice, and Policy*, *12*(S1), S255-S257. <https://doi.org/10.1037/tra0000716>
- Braidotti, R. (2002). *Metamorphoses: Towards a Materialist Theory of Becoming*. Polity Press.
- Brandt, J., & Kizer, S. (2015). From Street to Tweet. In A. Trier-Bieniek (Ed.), *Feminist Theory and Pop Culture* (pp. 115-127). SensePublishers. <https://doi.org/10.1007/978-94-6300-061-1>
- Braun, V., & Clarke, V. (2006). Using thematic analysis in psychology. *Qualitative Research in Psychology*, *3*(2), 77-101. <https://doi.org/10.1191/1478088706qp063oa>
- Butler, J. (1988). Performative Acts and Gender Constitution: An Essay in Phenomenology and Feminist Theory. *Theatre Journal*, *40*(4), 519-531. <https://doi.org/10.2307/3207893>
- Carpentier, N. (2011). The concept of participation. If they have access and interact, do they really participate?. *CM Komunikacija i mediji*, *6*(21), 13-36. <https://doi.org/10.4013/fem.2012.142.10>
- Castells, M. (1996). *The Information Age: Economy, Society, and Culture*. Blackwell.
- Citron, D. (2014). *Hate crimes in cyberspace*. Harvard University Press.
- Citron, D., & Norton, H. (2011). Intermediaries and hate speech: Fostering digital citizenship for our information age. *Boston University Law Review*, *91*(4), 1435-1484. <https://ssrn.com/abstract=1764004>
- Connell, R. W. (2005). *Masculinities*. University of California Press.
- Dahlgren, P. (2009). *Media and Political Engagement: Citizens, Communication, and Democracy*. Cambridge University Press.
- Dahlgren, P., & Álvares, C. (2013). Political participation in an age of mediatisation: Towards a new research agenda. *Javnost-The Public*, *20*(2), 47-65. <https://doi.org/10.1080/13183222.2013.11009114>
- Dickerson, N. (2009). What makes the internet so special-and why, where, how, and by whom should its content be regulated. *Houston Law Review*, *46*(1), 61-102. <https://houstonlawreview.org/article/4371-what-makes-the-internet-so-special-and-why-where-how-and-by-whom-should-its-contents-be-regulated>
- Duggan, M. (2014). *Online Harassment*. Pew Research Center. <http://www.pewinternet.org/2014/10/22/online-harassment>
- FRA. (2014). *Violence against women: an EU-wide survey*. https://fra.europa.eu/sites/default/files/fra_uploads/fra-2014-vaw-survey-main-results-apr14_en.pdf
- Fraser, N. (2012). Tales from the Trenches: On Women Philosophers, Feminist Philosophy, and the Society for Phenomenology and Existential Philosophy. *The Journal of Speculative Philosophy*, *26*(2), 175-184. <https://muse.jhu.edu/article/486304>
- Free, D., Palmer, J., Minchala, D., Levy, K., Ristenpart, T., & Dell, N. (2017). Digital Technologies and Intimate Partner Violence: A Qualitative Analysis with Multiple Stakeholders. *Proc. ACM Hum.-Comput. Interact.*, *1*(CSCW), 46, 1-22. <https://doi.org/10.1145/3134681>

- Gagliardone, I., Gal, D., Alves, T., & Martinez, G. (2015). *Countering Online Hate Speech*. Unesco Publishing.
- García-Mingo, E., Díaz Fernández, S., & Tomás-Fuerte, S. (2022). Reconfigurando el imaginario sobre la violència sexual desde el antifeminismo: el trabajo ideológico de la manosphere española. *Política y Sociedad*, 59(1), e80 369. <https://doi.org/10.5209/poso.80369>
- Gillespie, T. (2014). The relevance of algorithms. In T. Gillespie, P. Boczkowski, & K. Foot (Eds.), *Media technologies: Essays on communication, materiality, and society* (pp. 167-193). MIT Press.
- Ging, D. (2019). Alphas, Betas, and Incels: Theorizing the Masculinities of the Manosphere. *Men and Masculinities*, 22(4), 638-657. <https://doi.org/10.1177/1097184X17706401>
- Ging, D., & Siapera, E. (2019). *Gender hate online: Understanding the New Anti-feminism*. Palgrave Macmillan. <https://doi.org/10.1007/978-3-319-96226-9>
- Ging, D., & Siapera, E. (2018). Special issue on online misogyny. *Feminist Media Studies*, 18(4), 515-524. <https://doi.org/10.1080/14680777.2018.1447345>
- Hanisch, C. (1969). The personal is political. In B. Crow (Ed.), *Radical Feminism: A Documentary Reader* (pp. 113-116). New York University Press.
- Haraway, D. (1991). *Simians, cyborgs and women: the reinvention of nature*. Routledge.
- Haraway, D. (1988). Situated Knowledges: The Science Question in Feminism and the Privilege of Partial Perspective. *Feminist Studies*, 14(3), 575-599. <https://doi.org/10.2307/3178066>
- Henry, N., Flynn, A., & Powell, A. (2018). Policing image-based sexual abuse: stakeholder perspectives. *Police Practice and Research*, 19(6), 565-581. <https://doi.org/10.1080/15614263.2018.1507892>
- Jane, E. (2018). Gendered Cyberhate as Workplace Harassment and Economic Vandalism. *Feminist Media Studies*, 18(4), 575-591. <https://doi.org/10.1080/14680777.2018.1447344>
- Keller, J., Mendes, K., & Ringrose, J. (2016). Speaking Unspeakable Things: Documenting Digital Feminist Responses to Rape Culture. *Journal of Gender Studies*, 27(1), 1-15. <https://doi.org/10.1080/09589236.2016.1211511>
- Kelly, L. (1987). The Continuum of Sexual Violence. In J. Hanmer, & M. Maynard (Eds.), *Women, Violence and Social Control* (pp. 46-60). MacMillan Press.
- Keum, B., & Miller, M. (2018). Racism on the Internet: Conceptualisation and recommendations for research. *Psychology of Violence*, 8(6), 782-791. <https://doi.org/10.1037/vio0000201>
- Kowalski, R., Giumetti, G., Schroeder, A., & Lattanner, M. (2014). Bullying in the digital age: A critical review and meta-analysis of cyberbullying research among youth. *Psychological Bulletin*, 140(4), 1073-1137. <https://doi.org/10.1037/a0035618>
- Lawless, B., & Chen, Y.-W. (2019). Developing a method of critical thematic analysis for qualitative communication inquiry. *Howard Journal of Communications*, 30(1), 92-106. <https://doi.org/10.1080/10646175.2018.1439423>
- Lewis, R., Rowe, M., & Wiper, C. (2017). Online abuse of feminists as an emerging form of violence against women and girls. *British Journal of Criminology*, 57(6), 1462-1481. <https://doi.org/10.1093/bjc/azw073>
- Lupton, D. (2019). Toward a more-than-human analysis of digital health: Inspirations from feminist new materialism. *Qualitative Health Research*, 29(14), 1998-2009. <https://doi.org/10.1177/1049732319833368>

- Marwick, A., & Caplan, C. (2018). Drinking male tears: Language, the manosphere, and networked harassment. *Feminist Media Studies*, 18(4), 543-559. <https://doi.org/10.1080/14680777.2018.1450568>
- Marwick, A., & Lewis, R. (2017). *Media manipulation and disinformation online*. Data & Society Research Institute. <https://datasociety.net/library/media-manipulation-and-disinfo-online/>
- Megarry, J. (2014). Online incivility or sexual harassment? Conceptualising women's experiences in the digital age. *Women's Studies International Forum*, 47, 46-55. <https://doi.org/10.1016/j.wsif.2014.07.012>
- Muttaqin, M., & Ambarwati, N. (2020). Cyberbullying and Woman Oppression. In *6th International Conference on Social and Political Sciences (ICOSAPS 2020)* (pp. 545-553). Atlantis Press. <https://doi.org/10.2991/assehr.k.201219.083>
- Nguyen, M., Hargittai, E., & Marler, W. (2021). Digital Inequality in Communication during a Time of Physical Distancing: the Case of Covid-19. *Computers in Human Behavior*, 120, 106-117. <https://doi.org/10.1016/j.chb.2021.106717>
- Noble, S. (2018). *Algorithms of Oppression: How Search Engines Reinforce Racism*. New York University Press. <https://doi.org/10.2307/j.ctt1pwt9w5>
- Núñez Puente, S., D'Antonio Maceiras, S., & Fernández Romero, D. (2019). Twitter Activism and Ethical Witnessing: Possibilities and Challenges of Feminist Politics against Gender-Based Violence. *Social Science Computer Review*, 39(2), 295-311. <https://doi.org/10.1177/0894439319864898>
- ONU (2021, 29 de junho). *Um modelo global para combater a violência contra mulheres*. <https://news.un.org/pt/story/2021/06/1755022>
- Papacharissi, Z. (2004). Democracy online: civility, politeness, and the Democratic Potential of Online Political Discussion Groups. *New Media & Society*, 6(2), 259-283. <https://doi.org/10.1177/1461444804041444>
- Pasquale, F. (2015). *The Black Box Society: the Secret Algorithms That Control Money and Information*. Harvard University Press.
- Robinson, L., Schulz, J., Khilnani, A., Ono, H., Cotten, S., McClain, N., Levine, L., Chen, W., Huang, G., Casilli, A., Tubaro, P., Dodel, M., Quan-Haase, A., Ruiu, M., Ragnedda, M., Aikat, D., & Tolentino, N. (2020). Digital Inequalities in Time of pandemic: COVID-19 Exposure, Risk Profiles and New Forms of Vulnerability. *First Monday*, 25(7). <https://doi.org/10.5210/fm.v25i7.10845>
- Schrock, A. (2015). Communicative Affordances of Mobile media: Portability, Availability, Locatability, and Multimediality. *International Journal of Communication*, 9, 1229-1246. <https://ijoc.org/index.php/ijoc/article/view/3288>
- Simões, R. (2021). Do trauma pessoal ao silenciamento público: implicações do assédio a mulheres jornalistas nos comentários online. In J. Correia, & I. Amaral (Eds.), *Inovação e crise no jornalismo: temas emergentes de pesquisa* (pp. 216-234). Labcom. <https://hdl.handle.net/10316/105476>
- Simões, R., Alcantara, J., & Carona, L. (2021a). Online abuse against female journalists: a scoping review. In F. Martínez-Cano, N. Cuenca Orellana, & M. Rodríguez Pérez (Eds.), *Aproximaciones poliédricas a la diversidad de género. Comunicación, educación, historia y sexualidades* (pp. 357-369). Fragua.
- Simões, R., Amaral, I., & Santos, S. (2021b). The new feminist frontier on community-based learning: popular feminism, online misogyny, and toxic masculinities. *European Journal for Research on the Education and Learning of Adults*, 12(2), 165-177. <https://doi.org/10.3384/rela.2000-7426.3359>

- Simões, R., Amaral, I., Santos, S., & Alcantara, J. (2022). Violência Online Contra as Mulheres: Relatos a Partir da Experiência da Pandemia da COVID-19. *Comunicação e Sociedade*, 42, 179-203.
- Sobieraj, S. (2017). Bitch, slut, skank, cunt: patterned resistance to women's visibility in digital publics. *Information, Communication & Society*, 21(11), 1700-1714. <https://doi.org/10.1080/1369118X.2017.1348535>
- Spivak, G. (2003). Can the subaltern speak?. *Die Philosophin*, 14(27), 42-58.
- Stein, E. (1996 [1932]). *Essays on Woman: The Collected Works of Edith Stein. Vol. 2*. ICS publications.
- Tufekci, Z. (2015). Algorithmic harms beyond Facebook and Google: Emergent challenges of computational agency. *Colo. Tech. LJ*, 13, 203.
- Wajcman, J. (2006). Technocapitalism meets technofeminism: women and technology in a wireless world. *Labour & Industry: a journal of the social and economic relations of work*, 16(3), 7-20. <https://doi.org/10.1080/10301763.2006.10669327>
- Williams, M. (2007). *Virtually Criminal: crime, Deviance, and Regulation Online*. Routledge.
- Young, I. (2005). *On female body experience: «Throwing like a girl» and other essays*. Oxford University Press.

(Página deixada propositadamente em branco)

**EXPERIÊNCIAS DE ABUSO *ONLINE*
DE MULHERES JORNALISTAS E OS RISCOS
PARA O LIVRE EXERCÍCIO DA PROFISSÃO
WOMEN JOURNALISTS' EXPERIENCES OF ONLINE
ABUSE AND THE RISKS TO THE FREE EXERCISE
OF THE PROFESSION**

Juliana Alcantara

Universidade de Coimbra, Faculdade de Letras

<https://orcid.org/0000-0002-1416-5194>

Rita Basílio de Simões

Universidade de Coimbra, Centro de Estudos Sociais, Faculdade de Letras

<https://orcid.org/0000-0001-6356-6042>

Liliana Carona

Instituto Politécnico da Guarda

<https://orcid.org/0000-0003-4690-0250>

Resumo: Este capítulo apresenta e discute as perceções das mulheres jornalistas sobre a natureza e os impactos da violência *online* e as formas adequadas de combatê-la. Recorrendo à investigação feminista dos média e tendo por base um conjunto de seis entrevistas semiestruturadas em profundidade com mulheres jornalistas a trabalhar em Portugal, analisamos significados atribuídos à participação digital ofensiva, as suas experiências de serem alvo de ataques e

as suas visões das estruturas e práticas institucionais nas quais a participação é vivenciada e que através dela são reproduzidas. Os resultados evidenciam a recorrência, a intensidade e a genderização dos ataques, que são percebidos como uma ferramenta de silenciamento para afastar as mulheres da profissão jornalística. Isso implica que os valores democráticos e os ideais de igualdade de género têm sido propositalmente enfraquecidos, não apenas quanto à presença de mulheres no jornalismo, mas também quanto à possibilidade da garantia e de fomento da pluralidade de perspectivas no espaço público. O estudo oferece um contributo relevante para a compreensão da natureza das intervenções necessárias para minimizar as consequências nefastas da violência para o jornalismo e para a democracia.

Palavras-chave: violência *online*; mulheres jornalistas; misoginia; pandemia de COVID-19.

Abstract: This chapter presents and discusses women journalists' perceptions of the nature and impacts of online violence and appropriate ways to combat it. Using feminist media research and based on in-depth semi-structured interviews with six women journalists who work in Portugal, we analyse the attributed meanings to offensive digital participation, their experiences of being targeted and their views of the institutional structures and practices in which participation is experienced and which are reproduced through it. The results show the recurrence, intensity and genderisation of the attacks, which are perceived as aimed at a silencing tool to distance women from the news profession. It implies that democratic values and gender equity ideals have been proposedly weakened, not only in terms of the presence of women in journalism but also in terms of guaranteeing and encouraging plurality of perspectives in public space. The study offers a relevant contribution to understanding the nature of the interventions needed to minimise the harmful consequences of online violence for journalism and democracy.

Keywords: online violence; women journalists; misogyny; COVID-19 pandemic.

Introdução

Ainda na década de 1990, um estudo norte-americano sugeria que o assédio sexual nas redações atingia de forma desproporcional as mulheres, concluindo que «recebiam piadas sexuais, sem que elas nunca tenham proferido o mesmo tipo de comentários aos homens» (Walsh-Childers et al., 1996, p. 563). Acompanhando o recente fenómeno da feminização das redações ao redor do mundo, o jornalismo português também tem sido marcado pela galopante presença das mulheres na profissão. De tal forma que é inevitável a assunção do seu contributo para a construção da identidade profissional que, assim, supera o seu carácter de «profissão de homens» (Miranda, 2014; North, 2009, 2016; Ross, 2014), deixando a redação de ser algo semelhante a um *boys club* (North, 2016). É também num contexto marcado pela feminização que a comunidade de jornalistas tem vivido os desafios impostos pelas tecnologias digitais e participação *online*, nomeadamente o da violência que, através dessas novas dinâmicas, lhe é dirigida (Miranda et al., 2023; Sampaio-Dias et al., 2023; Simões, 2021; Simões et al., 2021).

Não é novidade que a comunicação em rede e as tecnologias digitais têm proporcionado inúmeros benefícios e oportunidades às rotinas jornalísticas, como a facilidade no contacto com as fontes e com o público (Simões & Camponez, 2020). A essa facilidade, porém, somou-se um aumento da incivilidade, do discurso de ódio e das práticas abusivas dirigidas a quem escreve as notícias. De facto, no domínio digital, pessoas e grupos têm usado a liberdade da participação *online* para se envolverem em práticas odiosas ou discriminatórias, muitas vezes escondidas atrás do anonimato (Papacharissi, 2004; Simões & Camponez, 2020). Estas práticas nocivas estão generalizadas e são visíveis, uma vez que o conteúdo partilhado está acessível nas plataformas digitais (boyd, 2010), pelo que as tecnologias digitais se têm revelado um espaço onde as hierarquias de género e sexualidade são mantidas e reproduzidas (Simões et al., 2022).

Embora a violência contra mulheres jornalistas seja frequentemente subestimada (Ferrier & Garud-Patkar, 2018; Simões et al., 2021), a questão parece ganhar mais atenção nos anos recentes (Idås et al., 2020; Posetti et al., 2020; Claesson, 2023; Zviyita & Mare, 2024). Particularmente, o contexto de crise pandémica expôs com clareza como a violência *online* afeta as mulheres em geral, incluindo em Portugal (Amaral et al., 2022; Simões et al., 2022), e, em especial, as mulheres jornalistas (Miranda et al., 2023; Sampaio-Dias et al., 2023; Silveirinha et al., 2022). Quando as vozes femininas são atacadas de forma repetida, temos de perguntar não apenas se o género afeta a violência *online*, mas como é que o género as molda e com que consequências (Simões et al., 2021). É precisamente esse objetivo que o presente capítulo prossegue. Aqui, apresentamos um estudo que procura compreender a natureza e as reações aos novos tipos de violência contra as mulheres jornalistas, tal como percecionados por um conjunto de profissionais, mapeando, ao mesmo tempo, medidas consideradas adequadas para os combater.

Violência *Online* contra Jornalistas

A interação *online* com as audiências transformou-se num campo minado para as mulheres jornalistas. Os comentários repletos de ódio procuram, com frequência, colocar em causa a sua credibilidade como profissionais da notícia (Chen et al., 2020). Aí, são visadas de uma «forma antiquada» e depreciativa (Adams, 2018), que, por vezes, facilmente resvala da esfera *online* para a vivência *offline* (Miller & Lewis, 2020). Notoriamente, a violência perpetrada na esfera digital é misógina quando as mulheres jornalistas desempenham atividades que historicamente têm sido associadas aos homens, como é o caso dos assuntos ligados à tecnologia (Evans & Janish, 2015), desporto (Johnson et al., 2024) e política (Li et al., 2023). Além disso, a frequência com que as mulheres são hostilizadas é superior quando comparada aos seus colegas homens de profissão. Jornalistas britânicas,

por exemplo, admitem que o assédio chega a ocorrer diariamente e que são raras as profissionais que afirmam não ter qualquer experiência nesse domínio (Binns, 2017).

Não seria surpreendente, portanto, que a violência *online* no contexto mediático fosse normalizada entre as e os profissionais da notícia (Miller & Lewis, 2020). É o caso do contexto do trabalho jornalístico em Taiwan, onde o termo «puta» é o comentário negativo com que as jornalistas se deparam mais comumente (Pain & Chen, 2019, p. 148). O problema de género aparece quando as formas dos abusos são tidas em consideração. Embora os homens possam ser atacados, não recebem imagens obscenas (Hardaker & McGlashan, 2016; Chen et al., 2020).

Além das práticas abusivas de cariz sexual, homens e mulheres diferem na forma com que respondem à violência *online*. A investigação na área ressalta três tipos de reações. A primeira e mais recorrente estratégia é a de evitar ler os comentários das notícias no *site* e nos perfis de rede social do veículo para os quais trabalham. Depois, é relatada uma forçosa adaptação de comportamento, e algumas jornalistas chegam mesmo ao ponto de considerarem abandonar a profissão (Stahel & Schoen, 2020; Miller, 2024). Frequentemente, as mulheres também parecem receber os ataques de forma mais emocional, ou seja, sentindo-se culpadas. Esse sentimento desencadeia um comportamento mais discreto ou uma retirada completa das redes sociais para evitar comentários ofensivos e perturbadores (Miller, 2023). Aliás, evitar conteúdos nocivos é visto como um comportamento de género esperado. É constante o facto de as jornalistas receberem o aviso de que «mulher séria não tem ouvidos» sob a forma do conselho: «não alimentes os *trolls*» (Antunovic, 2019).

Mulheres Jornalistas em Portugal

Na Comissão da Carteira Profissional de Jornalista (CCPJ), há um indicador, relativamente à presença de mulheres jornalistas nas

redações portuguesas, que nos parece premente assinalar: apesar do processo de feminização dos últimos anos, há um número mais significativo de homens do que mulheres jornalistas. Estão registadas 2162 jornalistas e 3055 profissionais do género masculino (CCPJ, 2024). A desigualdade de género evidente na composição das redações representa, em todo o caso, uma entre várias áreas em que as assimetrias na produção noticiosa são visíveis. O ambiente das redações, em Portugal, é descrito como estando pautado por diversos constrangimentos, tais como: precariedade, carência de recursos humanos, esgotamento (*burnout*), limitando as oportunidades profissionais no setor, nomeadamente para as mulheres (Miranda, 2014, 2017; Carona, 2023) e no que diz respeito ao acesso a cargos de chefia, desembocando no que a investigação neste domínio tem denominado de segregação horizontal (Steiner, 1998; Garcia, 2009; Subtil, 2009; Hazarika, 2017).

As mulheres são, além disso, mais afetadas pela precariedade no jornalismo, sendo também as mulheres as que expressam uma perceção de maior probabilidade de poderem vir a perder o posto de trabalho (Camponez et al., 2020; Loureiro et al., 2021). A precariedade da profissão também é caracterizada pela existência de mais mulheres com contrato de trabalho a termo certo (temporário) e em avença/serviços (Miranda, 2014; Subtil & Silveirinha, 2017, 2021; Carona, 2023). Jerónimo et al. (2022a) verificaram que as mulheres ficaram mais vezes desempregadas do que os homens, independentemente da sua faixa etária, experiência e formação académica, sendo que as jornalistas apresentam um período de desemprego mais longo do que os jornalistas e revelam piores expectativas de emprego do que os homens.

Noutra variável de análise, a entrada das mulheres nas redações portuguesas é percecionada como mais difícil (Hermes, 2014). Com reduzidas ou inexistentes estratégias ou mecanismos dirigidos para a promoção da igualdade de género, as mulheres jornalistas portuguesas estão perante um discurso que, por um lado, aplaude as suas competências femininas, refutando a discriminação e, por outro,

contempla a discriminação como um dado adquirido (Nogueira, 2009). A circunstância de a presença de mulheres em determinados domínios do jornalismo continuar a ser um facto digno de ser notícia e surpresa¹ é ilustrativa desta dinâmica.

A precariedade e a desigualdade salarial continuam também a ser um aspeto observado, quer na imprensa nacional quer na regional (Morais et al., 2020; Miranda et al., 2023). Desempenhando homens e mulheres as mesmas funções, observa-se que elas ganham aproximadamente menos 80 euros líquidos por mês e auferem menos de metade dos salários acima dos 2000 euros (Crespo et al., 2017).

No que diz respeito à violência contra as mulheres jornalistas portuguesas, a partir de um estudo tridimensional, que incluiu o mapeamento de uma amostra de comentários a notícias, um inquérito a jornalistas e um conjunto de entrevistas em profundidade a mulheres jornalistas, Silveirinha et al. (2022, p. 92) verificaram que «o ambiente digital veio agravar a hostilidade contra o jornalismo e/ou jornalistas», sendo as mulheres jornalistas portuguesas quem revelaram ter tido maior número de experiências de «ataques mais diretamente relacionados com fatores de sexo ou género, tais como observações sexistas ou ameaças de violação» (Silveirinha et al., 2022, p. 93). Naquilo que parece ser uma aparente «manosfera», o movimento da misoginia *online* tem métodos organizados e dispostos a difamar a imagem das mulheres jornalistas (Ramos, 2022), e Portugal não é seguramente exceção nesta realidade.

Metodologia

O estudo que aqui apresentamos, realizado no âmbito de um projeto mais vasto centrado na misoginia e violência *online* dirigida

¹ Veja-se o caso da notícia sobre a primeira mulher a narrar um jogo da Primeira Liga, em Portugal. Acedido a 3 de maio de 2024, em <https://www.ojogo.pt/futebol/noticias/esta-feita-historia-ritas-latas-a-primeira-mulher-a-narrar-um-jogo-da-i-liga-13113012.html>.

às mulheres, procura compreender como as mulheres jornalistas que trabalham em Portugal experienciaram a violência *online* durante a pandemia de COVID-19. A questão de investigação formulada foi a de saber como as profissionais jornalistas percebem a violência digital vivida, como lidam com isso e que medidas consideram adequadas para a enfrentar.

Para o efeito, recorremos a uma abordagem metodológica qualitativa, ancorada a uma perspetiva feminista que enquadra a intersubjetividade através das relações identitárias de género, classe social e país de origem (e. g., Beauvoir, 2009 [1949]). Reconhecemos no novo materialismo feminista (e. g., Braidotti, 2016; Lupton, 2019) que tais relações estão permeadas por práticas mediadas pela tecnologia e que ajudam a construir contextos sociais.

Com isso em mente, foram realizadas, entre outubro de 2020 a abril de 2021, entrevistas semiestruturadas em profundidade com seis mulheres jornalistas que trabalhavam, à data, nos meios *online*, impresso, rádio e televisão. O conjunto de participantes foi reunido a partir do recurso à técnica de bola de neve. A média de idades do perfil das jornalistas entrevistadas foi de 40 anos, com a idade mínima a fixar-se nos 24 e a máxima nos 56 anos. Maioritariamente, as entrevistadas possuem habilitação superior e residem na área da Grande Lisboa.

As entrevistas foram conduzidas por videoconferência, gravadas com consentimento das entrevistadas e tiveram a duração média de uma hora, sendo a mais curta de 55 minutos e a mais longa de 1h 21m. Durante esse tempo, as jornalistas tiveram a oportunidade de partilhar as suas perceções e as suas experiências relativamente à violência em ambiente digital. O guião incluiu questões sobre o tipo de situações negativas vividas e testemunhadas *online*, a frequência dessas experiências e os efeitos dessas vivências na participação individual, pessoal e profissional, mas também no contexto social mais amplo. Simultaneamente, incluiu perguntas sobre perceções das soluções consideradas adequadas para fazer face à violência, do papel a desempenhar pelas plataformas e da própria comunidade em geral.

Seguindo os padrões éticos institucionais estabelecidos, o acordo de confidencialidade foi entregue e assinado. Aí constam, além da garantia da preservação do anonimato, a participação voluntária, o objetivo e o contexto do estudo, os potenciais benefícios para a sociedade, os procedimentos de proteção do uso de dados, assim como o seu tratamento e escopo de utilização para fins estritamente acadêmicos.

Com o recurso ao *software* MaxQDA, após a transcrição verbatim, prosseguimos com a análise, que decorreu em duas etapas, como proposto por Lawless e Chen (2019). Na primeira etapa, as leituras das entrevistas permitiram uma codificação aberta dos trechos das falas das entrevistadas, que consubstanciaram as unidades de análise. Os temas emergentes surgiram indutivamente a partir de padrões que se repetiam (Braun & Clarke, 2006, p. 79). Na etapa seguinte, correlacionámos esses temas com o enquadramento teórico, a fim de gerar núcleos temáticos críticos sobre as visões das jornalistas da natureza da violência e das respostas que deve desencadear. Os núcleos temáticos identificados foram: exposição mediática e vulnerabilidade, genderização reconhecida dos abusos, reações e impactos múltiplos, mecanismos para enfrentar os riscos. São estes núcleos temáticos que discutiremos em seguida.

O estudo é limitado, não apenas pela amostra reduzida, como também por estar sujeito às limitações comuns dos estudos qualitativos, incluindo no que diz respeito a questões de memória e de autocensura das participantes, impedindo uma generalização dos resultados que, não oferecendo conclusões fechadas, providenciam orientações muito concretas.

Resultados e Discussão

Exposição mediática e vulnerabilidade

Um dos temas críticos encontrados a partir da análise das entrevistas resulta da percepção das jornalistas da sua exposição mediática,

independentemente do meio onde trabalham, e de como essa exposição representa vulnerabilidade.

Tal como a investigação neste domínio tem demonstrado, a exposição mediática das mulheres jornalistas e a sua presença nas redes sociais faz com que sejam frequentemente alvo de ataques (Binns, 2017; Miller & Lewis, 2020). Afinal, é difícil para uma jornalista ficar de fora das dinâmicas comunicativas no digital porque as e os profissionais são encorajados a reforçar a confiança e o contacto com o público precisamente através da conexão permanente (Lewis et al., 2020).

Entre as jornalistas entrevistadas, este novo imperativo profissional aparenta ser cultivado entre pares, naturalizando a presença ativa *online* como parte do ofício. Tal como uma das entrevistadas relatou:

Um colega de televisão disse-me «tu fazes televisão, tu não podes ter as tuas redes sociais fechadas. Não podes! As pessoas querem ver». E, hoje em dia, vivemos numa era em que a rede social é muito importante para o nosso trabalho. (Jornalista, 43 anos)

A importância da visibilidade pública é especialmente evidenciada por jornalistas de rádio e de televisão, porque, como explicou uma das profissionais entrevistadas, 36 anos, «a rádio permite essa proximidade, as pessoas sentem muito que alguém está a falar no nosso ouvido [...] e isso acaba por legitimar esses comportamentos mais próximos para conosco». A relação próxima com a audiência é também evidenciada pelas conexões que surgiram através das redes sociais e, além de ser levada em conta a rapidez com que as pessoas dão a sua opinião, o facto de receberem comentários desagradáveis é inclusive tido como parte inerente ao trabalho. A vulnerabilidade associada a esta exposição emerge como um fenómeno inerente e inultrapassável e, por isso, naturalizado. Daí que as profissionais refiram como aprenderam ao longo do tempo a «desvalorizar». Assim como o assédio foi sempre entendido como o preço a pagar por

estarem numa indústria dominada por homens (North, 2016), a violência *online* surge agora com a mesma inevitabilidade.

Genderização reconhecida dos abusos

As mulheres jornalistas veem-se enredadas numa teia de ofensas, que vão desde ameaças, incluindo de morte, como relatou uma das participantes, 56 anos, até ao envio de fotografias íntimas não solicitadas. O *cyberflashing*, que corresponde à receção de imagens não desejadas de natureza sexual, foi experienciado de forma impactante em particular por uma jornalista entrevistada, de 53 anos.

Os tipos de violência experienciados são, pois, diversos, mas os mais recorrentes correspondem à agressão verbal, tais como insultos e intimidações, que se manifestam ao ritmo diário, num *continuum* de violência *online*, que outros estudos centrados na ofensividade dirigida às mulheres em ambiente digital documentam (Amaral et al., 2022; Simões et al., 2022).

Além de documentarem a prevalência sistémica dos abusos, as jornalistas entrevistadas reconheceram a sua natureza genderizada, por revelarem comportamentos que perpetuam preconceitos e estereótipos de género incorporados na sociedade. Todas as participantes afirmaram ser atacadas *online*, em especial através dos comentários a notícias, não propriamente pelo trabalho que desenvolvem, mas pelo facto de serem mulheres:

Nunca é posta em causa a competência no sentido em que ninguém nos chama «má profissional» ou «mau profissional», não é? Chamam-nos «vacas» ou coisas piores do que isso, portanto o insulto é muito mais gratuito e muito mais fácil. (Jornalista, 36 anos)

Muitas vezes dizem que eu sou «histérica» e aqueles adjetivos que muitas vezes associam às mulheres por terem uma posição mais

assertiva ou por não se conformarem com algumas coisas que lhes são ditas. (Jornalista, 24 anos)

Para as profissionais jornalistas, o recurso reiterado a estereótipos de gênero para perpetrar ataques misóginos põe em causa a sua legitimidade no seio do campo. Em particular, sentem o ódio quando procuram expressar-se com a mesma liberdade que os colegas homens. Como referiu uma participante, de 31 anos:

Se uma mulher falasse aquilo, com certeza foi «porque estava com o período, não sei quê dos ovários, e você é uma hmmm, não é competente, você só deve ter chegado aí porque não sei quem fez isto ou aquilo».

A investigação neste domínio tem colocado em relevo a natureza genderizada da violência *online*. Mesmo que os homens jornalistas sejam atacados, não o são através de estereótipos ligados à masculinidade, nem com recurso a táticas de intimidação através de fotografias ou vídeos de natureza sexual (Chen et al., 2020; Hardaker & McGlashan, 2016). As mulheres são alvos por «serem mulheres que assumem um papel público» (Chocarro, 2019, p. 9).

Reações e impactos múltiplos

Para as entrevistadas, o abuso *online* não é um problema individual, mas uma questão social complexa, que tem impacto na esfera privada, nos ambientes *online* e *offline*, mas também na esfera pública. As reações a estes impactos múltiplos são, porém, diversas e, por vezes, alinhadas com sentimentos de resignação.

Em geral, as mulheres jornalistas consideraram que os ataques, sendo tão facilitados e constantes, acabam por ter um efeito a longo prazo muito mais profundo do que no momento exato em que

ocorrem. E isto afeta a «saúde mental» e obriga a «ter uma força ou uma carapaça forte», segundo uma jornalista de 53 anos.

Uma das estratégias mencionadas como sendo usadas para lidar com os abusos foi, por isso, o afastamento das redes sociais e das caixas de comentários a notícias, na tentativa de se preservarem dos efeitos nefastos da violência *online*, numa clara dinâmica de autossilenciamento. O mesmo foi dito a propósito das mensagens privadas, nomeadamente de *email*, que algumas jornalistas referiram preferir não ler, nem responder. «Percebo que vem logo um ataque», relatou uma participante, 24 anos, acrescentando em seguida: «e acabo por ignorar». Para outra, 53 anos: «o pior» a fazer «é responder a essas pessoas. Basta ignorá-las ou simplesmente retirá-los das nossas plataformas». Para outra, ainda, 56 anos, o adequado é «bloquear» os autores dos ataques.

Algumas participantes, porém, partilharam a ideia de que se tornaram mais empoderadas e conscientes dos assuntos sobre os quais escrevem e falam e isso levou a que se tornassem mais vocais, seguras e ativas nas redes sociais acerca do que são e do que defendem. Esta mudança de comportamento em resposta ao fenómeno (Stahel & Schoen, 2020) parece estar dependente do conteúdo, pois são os assuntos mais polarizados, tais como, assim referiu uma jornalista, 24 anos, «tudo aquilo que envolva algo que tenha como base o feminismo», que originam esta reflexão mais aturada sobre o impacto da sua voz no espaço público. Contudo, o simples facto de terem de fazer um esforço que não é exigido aos colegas homens é entendido como prejudicial para si próprias e para a sociedade.

Adams (2018) coloca em evidência potenciais perdas no domínio da prática da produção de notícias, como a perda de oportunidades e a perda de direitos e liberdade devido às tentativas de silenciamento e ao autossilenciamento das mulheres jornalistas em resultado da violência *online*. Além disso, os abusos *online* também têm impacto na democracia e na sociedade, afetando diretamente o exercício do jornalismo (Waisbord, 2020b), como as participantes reconheceram.

Mecanismos para enfrentar os riscos

O fácil acesso às plataformas digitais, os contactos expostos das e dos jornalistas e a sua presença nas redes sociais são fatores que facilitam a «entrada» nas redações, deixando as profissionais vulneráveis ao *trolling* (Waisbord, 2020a). As autorias são identificadas sob a máscara do anonimato ou como tendo sido geradas por *bots*.

No Twitter como não se baseiam tanto na imagem, muitas vezes, essas pessoas que criticam, acabam por estar protegidas, e nem sequer nós, muitas das vezes, não lhe conseguimos associar uma cara, nada. São pessoas que usam fotografias da Internet. Fotografias que não são reais. (Jornalista, 24 anos)

As pessoas podem sempre fazer mal umas às outras, não é? Mas aqui as pessoas fazem mal sobre o coberto do anonimato. Mesmo que tenham lá o nome delas, sabemos lá quem são? E, portanto, é muito difícil reagir a isto de uma forma eficaz. (Jornalista, 56 anos)

Eu tenho andado a banir muita gente nos últimos tempos, mas não são pessoas. Aquilo são *bots* mascarados de pessoas que repetem a mesma mensagem várias vezes, tanto no Instagram como no Facebook. (Jornalista, 53 anos)

Mesmo que as mulheres jornalistas constantemente optem por bloquear perfis ou até fazerem denúncias às próprias plataformas de rede social, sentem-se desprotegidas por conta da criação de perfis falsos, por um lado, e pela não existência de uma regulamentação forte e eficaz neste domínio, por outro. A descrença no controlo das plataformas foi expressa:

Não vejo grande saída para isto do ponto de vista da regulação. [...] É impossível haver esta vigilância numa rede que tem estes milhões todos de utilizadores. (Jornalista, 56 anos).

Ciente de que os comentários com conteúdo de ódio nas notícias afetam mais frequentemente as profissionais da notícia (Gardiner, 2018), num ambiente ainda marcado pela falta de regulamentação (Tromble & Koole 2020), elas pontuaram críticas ao sistema legislativo, ao judiciário, às próprias organizações mediáticas e às plataformas digitais, que deixam que o ódio permaneça e perpetue.

Deviam ser criadas estratégias de defesa e de punição para estas questões. (Jornalista, 24 anos)

Sempre processos que levam IMENSO TEMPO! Quem é esta pessoa? Onde é que está? Como é que essa pessoa é identificada? Como é que nós chegamos até ela? Como é que nós conseguimos, como é que nós conseguimos identificá-la e depois processá-la? (Jornalista, 56 anos)

A responsabilidade que existe, dos jornais em relação a isso, que eu acho que é TOTAL. (Jornalista, 56 anos)

[As plataformas deveriam] aceitar mais as denúncias, porque eu acho que só uma vez, de todas as quinze ou vinte denúncias que eu fiz, acho que só uma vez é que o comentário foi tirado. (Jornalista, 31 anos)

A facilidade com que se criam perfis falsos é responsabilidade das redes. (Jornalista, 36 anos)

Como medidas preventivas e mecanismos de resposta, as mulheres jornalistas deram importância à literacia digital e mostraram a relevância do desenvolvimento de investigação científica na área e apostas em campanhas de sensibilização.

O que falta muito é literacia, para saber lidar com estas ferramentas, quer do ponto de vista do consumo, de não se acreditar em tudo, de ter algum pé atrás em relação a algumas informações,

e também de saberem reagir quando há casos de insultos, quando há casos de violência, quando há casos de assédio. (Jornalista, 36 anos)

Eu gosto muito de pensar nas campanhas e acho que as campanhas devem manter-se. (Jornalista, 53 anos)

Ao expressarem as suas visões em diferentes níveis de como a problemática da violência *online* contra as mulheres que exercem o jornalismo deve ser encarada para conter os efeitos nocivos, as jornalistas não normalizam nenhuma experiência negativa vivida. Para elas, encontrar mecanismos no sentido de enfrentar os riscos diz respeito ao campo individual e emocional, porque é com esse intuito que os ataques são feitos. Mas, além disso, minar as suas capacidades de trabalho e desencorajá-las a exporem assuntos que ferem a hegemonia conservadora patriarcal e política.

Através de abusos direcionados individualmente, ataca-se o grupo como um todo, na lógica de que «um ataque a uma é um ataque a todas» (Posetti, 2017). O estudo da UNESCO, envolvendo 125 países e publicado no primeiro ano da pandemia de COVID-19, mostra que as mulheres jornalistas são três vezes mais alvo de ataques do que os homens jornalistas (Posetti et al., 2020). Portugal é, então, mais um país que enfrenta esse tipo de descrédito como uma ferramenta de silenciamento e, portanto, um claro enfraquecimento dos valores democráticos.

Conclusão

Como vimos, a recorrência e a intensidade dos abusos *online* andam de mãos dadas com a natureza genderizada da violência no ambiente digital. O peso da visibilidade pública e a relação de proximidade com a audiência foram relatados de forma mais proeminente entre as jornalistas de rádio e televisão. Além dos próprios meios reforçarem a ideia de «intimidade», a presença dessas mulheres nas

redes sociais, por imposição da profissão, deixa-as em posição de vulnerabilidade em relação aos ataques que lhes são dirigidos.

Com isso, as experiências negativas vão desde a recepção de imagens de cunho sexual não solicitadas, a insultos e agressões de natureza misógina. Os ataques têm impacto psicológico reconhecido pelas entrevistadas, que forçosamente tiveram de encontrar formas de lidar com a problemática. Todas as estratégias relatadas dão conta do caráter individual e não coletivo das suas respostas, que não envolvem a participação na organização mediática para a qual trabalham.

Não quer dizer que as mulheres entrevistadas tenham normalizado a problemática, porém, de forma a continuarem a realizar seu trabalho como jornalistas, por vezes desvalorizam os comentários depreciativos que recebem. Algumas entrevistadas disseram ter deixado de ler a caixa de comentários das notícias. Outra mudança de comportamento diz respeito à atenção aos textos que publicavam nas redes sociais. Especialmente temas sobre o feminismo parecem atrair mais ataques. Contudo, a pretensão de fazê-las calar, encontra consequências contrárias na prática. Sentindo-se fortalecidas, tornaram-se mais vocais aos temas que poderiam ser mais sensíveis, mas que apenas abordam direitos básicos.

Muito críticas e conscientes dos abusos vividos na esfera *online*, as mulheres jornalistas não negam as suas influências na vida *offline* e distinguem as medidas de combate em várias frentes. A primeira, como causadora e pela sua necessária responsabilização, é dirigida às plataformas digitais. Depois, a falta de regulação e a lacuna no enquadramento jurídico-legal permitem que a onda crescente de ódio se robusteça. Sem esquecerem da ausência de ações e reações das organizações mediáticas, veem como possíveis estratégias de enfrentamento: a literacia digital e as campanhas de sensibilização.

De facto, saber reconhecer e nomear as violências sofridas são alguns dos passos para encontrar respostas e formas de mitigá-las. O que as mulheres jornalistas entrevistadas mostraram terem passado foi uma sucessão de agressões e ataques genderizados com intuitos

nefastos à sua exposição pública e ao seu exercício pleno e livre de informar. Por isso, argumentamos que a violência *online* pretende o enfraquecimento da democracia através da tentativa de silenciamento e afastamento das mulheres da profissão de jornalistas, o que dificulta a corrida pela igualdade de género em essência. Muito embora a feminização da profissão tenha sido um fenómeno pelo qual Portugal começou a passar na viragem do século, a presença mediática feminina é posta em causa quando as suas posições e os seus apelos igualitários são atacados pelo simples facto de serem mulheres.

Referências Bibliográficas

- Adams, C. (2018). They Go for Gender First. *Journalism Practice*, 12(7), 850-869. <https://doi.org/10.1080/17512786.2017.1350115>
- Amaral, I., Simões, R., & Poleac, G. (2022). Technology gap and other tensions in social support and legal procedures: stakeholders' perceptions of online violence against women during the Covid-19 pandemic. *El Profesional de la Información*, 31(4). <https://doi.org/10.3145/epi.2022.jul.13>
- Antunovic, D. (2019). We wouldn't say it to their faces: online harassment, women sports journalists, and feminism. *Feminist Media Studies*, 19(3), 428-442. <https://doi.org/10.1080/14680777.2018.1446454>
- Beauvoir, S. (2009 [1949]). *O Segundo Sexo*. Nova Fronteira.
- Binns, A. (2017). Fair game? Journalists' experiences of online abuse. *Journal of Applied Journalism & Media Studies*, 6(2), 183-206. https://doi.org/10.1386/ajms.6.2.183_1
- boyd, d. (2010). Social Network Sites as Networked Publics: Affordances, Dynamics, and Implications. In Z. Papacharissi (Ed.), *Networked Self: Identity, Community, and Culture on Social Network Sites* (pp. 39-58). Futurelab. <https://doi.org/10.4324/9780203876527>
- Braidotti, R. (2016). Posthuman critical theory. In D. Banerji, & M. Paranjape (Eds.), *Critical posthumanism and planetary futures* (pp. 13-32). Springer. <https://doi.org/10.1007/978-81-322-3637-5>
- Braun, V., & Clarke, V. (2006). Using thematic analysis in psychology. *Qualitative Research in Psychology*, 3(2), 77-101. <https://doi.org/10.1191/1478088706qp063oa>
- Camponez, C., Miranda, J., Fidalgo, J., Garcia, J., Matos, J., Oliveira, M., Martins, P., & Alcântara da Silva, P. (2020). *Estudo sobre os Efeitos do Estado de Emergência no Jornalismo no Contexto da Pandemia COVID-19*. Sopcom. Relatório. <http://hdl.handle.net/10451/44291>
- Carona, L. (2023). *A feminização do jornalismo regional em contexto português: o caso dos jornais centenários*. [Tese de doutoramento não publicada]. Universidade de Coimbra.

- CCPJ (2024). *Dados estatísticos da Carteira Profissional de Jornalista*. <https://www.ccpj.pt/pt/estatisticas/>.
- Chen, G., Pain, P., Chen, V., Mekelburg, M., Springer, N. & Troger, F. (2020). You really have to have a thick skin: A cross-cultural perspective on how online harassment influences female journalists. *Journalism*, 21(7), 877-895. <https://doi.org/10.1177/1464884918768500>
- Chocarro, S. (2019). *The safety of women journalists: Breaking the cycle of silence and violence: An overview of nine countries*. International Media Support. https://www.mediasupport.org/wp-content/uploads/2019/10/2871-Gender-safety_FINAL_31.10.19_spreads-1.pdf
- Claesson, A. (2023). «I really wanted them to have my back, but they didn't» – Structural barriers to addressing gendered online violence against journalists. *Digital Journalism*, 11(10), 1809-1828. <https://doi.org/10.1080/21670811.2022.2110509>
- Crespo, M., Azevedo, J., Sousa, J., & Cardoso, G. (2017). *Os jornalistas portugueses são bem pagos? Inquérito às condições laborais dos jornalistas em Portugal*. <https://ciencia.iscte-iul.pt/publications/os-jornalistas-portugueses-sao-bem-pagos-inquerito-as-condicoes-laborais-dos-jornalistas-em-portugal/39571>
- Evans, S., & Janish, E. (2015). #INeedDiverseGames: How the Queer Backlash to GamerGate Enables Nonbinary Coalition. *QED: A Journal in GLBTQ Worldmaking*, 2(2), 125-150. <https://www.muse.jhu.edu/article/585658>.
- Ferrier, M., & Garud-Patkar, N. (2018). Trollbusters: Fighting online harassment of women journalists. In T. Everbach, & J. Vickery (Eds.), *Mediating misogyny: Gender Technology and Harrassment* (pp. 311-332). Springer.
- Garcia, J. (Org.). (2009). *Estudos sobre os Jornalistas Portugueses: Metamorfoses e encruzilhadas no limiar do século XXI*. Imprensa de Ciência Sociais.
- Gardiner, B. (2018). It's a terrible way to go to work: What 70 million readers comments on the Guardian revealed about hostility to women and minorities online. *Feminist Media Studies*, 18(4), 592-608. <https://doi.org/10.1080/14680777.2018.1447334>
- Hardaker, I., & McGlashan, M. (2016). Real men don't hate women: Twitter rape threats and group identity. *Journal of Pragmatics*, 91, 80-93. <https://doi.org/10.1016/j.pragma.2015.11.005>
- Hazarika, A. (2017). *Walk the Talk: Women, Work, Equity, Effectiveness*. SAGE. <https://doi.org/10.4135/9789353280017>
- Hermes, J. (2014). *Mulheres e Jornalistas Primeiro. Um desafio lançado aos profissionais dos media para que seja possível alcançar a Democracia na prática, criar um jornalismo de qualidade e acabar com os estereótipos de género*. CIG e Presidência do Conselho de Ministros.
- Idås, T., Orgeret, K., & Backholm, K. (2020). #MeToo, Sexual Harassment and Coping Strategies in Norwegian Newsrooms. *Media and Communication*, 8(1), 57-67. <https://doi.org/10.17645/mac.v8i1.2529>
- Jerónimo, P., Ballesteros, C., Sá, S., & Morais, R. (2022a). Jornalistas locais e condições laborais sob um olhar de género. *ex aequo*, 45, 157-175. <https://doi.org/10.22355/exaequo.2022.45.11>.
- Jerónimo, P., Ramos, G., & Torres, L. (2022b). *Desertos De Notícias Europa 2022: Relatório de Portugal*. Labcom.
- Johnson, R., Al-Khateeb, S., Forbes, A., & Cupido, K. (2024). Targeted social media harassment: A comparative analysis of toxicity directed at men and women sports reporters. *Communication & Sport*, 12(3), 443-465. <https://doi.org/10.1177/21674795231213330>

- Lawless, B., & Chen, Y. (2019) Developing a Method of Critical Thematic Analysis for Qualitative Communication Inquiry. *Howard Journal of Communications*, 30(1), 92-106. <https://doi.org/10.1080/10646175.2018.1439423>
- Lewis, S., Zamith, R., & Coddington, M. (2020). Online Harassment and Its Implications for the Journalist–Audience Relationship. *Digital Journalism*, 8(8), 1047-1067. <https://doi.org/10.1080/21670811.2020.1811743>
- Li, M., Hussain, S., Barkat, S., & Bostan, H. (2023). Online Harassment and Trolling of Political Journalists in Pakistan. *Journalism Practice*, 1-18.
- Loureiro, M., Faria, S., & Ribeiro, F. (2021). Perceções desiguais sobre o trabalho das mulheres jornalistas de desporto em Portugal: rotinas, problemas e práticas. *Estudos de Jornalismo*, 14, 24-37. <https://hdl.handle.net/1822/75273>
- Lupton, D. (2019). Toward a More-Than-Human Analysis of Digital Health: Inspirations From Feminist New Materialism. *Qualitative Health Research*, 29(14), 1998-2009. <https://doi.org/10.1177/1049732319833368>
- Miller, K. (2023). Harassment's toll on democracy: The effects of harassment towards US journalists. *Journalism Practice*, 17(8), 1607-1616. <https://doi.org/10.1080/17512786.2021.2008809>
- Miller, K. & Lewis, S. (2020). Journalists, harassment, and emotional labor: The case of women in on-air roles at US local television stations. *Journalism*, 23(1), 79-97. <https://doi.org/10.1177/1464884919899016>
- Miranda, J. (2017). Contributos para o estudo sobre a feminização do jornalismo português. *Media & Jornalismo*, 17(30), 27-42. https://doi.org/10.14195/2183-5462_30_2
- Miranda, J. (2014). Notas sobre o Papel e a Situação da Mulher no Processo de Profissionalização do Jornalismo Português e no Decurso da Desregulação Profissional. *Revista Media & Jornalismo*, 25, 53-64. https://doi.org/10.14195/978-989-26-2203-3_10
- Miranda, J., Torre, L., & Jerónimo, P. (2023). *Desinformação, transparência, e confiança: Perceções das/dos jornalistas em Portugal*. LabCom.
- Morais, R., Jerónimo, P., & Correia, J. (2020). *Jornalismo na região Centro: Trabalho, tecnologia e negócio*. LabCom.
- Nogueira, M. (2009). Women in Positions of Power in Portugal: Contradictory Positions and Discourses. *Journal of Women Politics & Policy*, 30(1), 70-88. <https://doi.org/10.1080/15544770802367804>
- North, L. (2016) Damaging and daunting: female journalists' experiences of sexual harassment in the newsroom. *Feminist Media Studies*, 16(3), 495-510. <https://doi.org/10.1080/14680777.2015.1105275>
- North, L. (2009). *The Gendered Newsroom: How Journalists Experience the Changing World of Media*. Hampton Press.
- Pain, P., & Chen, V. (2019). This Reporter is so Ugly, How can She Appear on TV?. *Journalism Practice*, 13(2), 140-158. <https://doi.org/10.1080/17512786.2017.1423236>
- Papacharissi, Z. (2004). Democracy online: civility, politeness, and the democratic potential of online political discussion groups. *New Media & Society*, 6(2), 259-283. <https://doi.org/10.1177/1461444804041444>
- Posetti, J. (2017). Fighting back against prolific online harassment: Maria Ressa. In L. Kilman, *An Attack on one is an attack on all: successful initiatives to protect journalists*

- and combat impunity* (pp. 37-40). UNESCO. <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000259399>
- Posetti, J., Aboulez, N., Bontcheva, K., Harrison, J., & Waisbord, S. (2020). *Online violence against women journalists: a global snapshot of incidence and impacts*. UNESCO. <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000375136>
- Ramos, D. (2022). Origens da misoginia online e a violência digital direcionada a jornalistas mulheres. *RuMoRes*, 16(32), 39-57. <https://doi.org/10.11606/issn.1982-677X.rum.2022.202081>
- Ross, K. (2014). Women in Media Industries in Europe: What's Wrong with this Picture? *Feminist Media Studies*, 14(2), 326-330. <https://doi.org/10.1080/14680777.2014.909139>
- Sampaio-Dias, S., Silveirinha, M., Garcez, B., Subtil, F., Miranda, J., & Cerqueira, C. (2023). «Journalists are Prepared for Critical Situations ... but We are Not Prepared for This»: Empirical and Structural Dimensions of Gendered Online Harassment. *Journalism Practice*, 18(2), 301-318. <https://doi.org/10.1080/17512786.2023.2250755>
- Silveirinha, M., Sampaio-Dias, S., Miranda, J., Garcez, B., & Dias, B. (2022). Assédio e hostilidade online contra jornalistas: dimensões experienciais e de género. *Media & Jornalismo*, 22(41), 83-102. https://doi.org/10.14195/2183-5462_41_5
- Simões, R. (2021). Do trauma pessoal ao silenciamento público: Implicações do assédio a mulheres jornalistas nos comentários online. In J. Correia, & I. Amaral (Eds.). *De que falamos quando dizemos "jornalismo"? Temas emergentes de pesquisa* (pp. 129-148). Labcom.
- Simões, R., & Camponez, C. (2020). Participação online e conteúdo ofensivo: limites ético-legais da liberdade de expressão nas redes sociais. In R. Simões, M. Marques, & J. Figueira (Orgs.), *Media, informação e literacia: rumos e perspetivas* (pp. 21-49). Imprensa da Universidade de Coimbra.
- Simões, R., Alcántara, J., & Carona, L. (2021). Online abuse against female journalists: a scoping review. In F. Martínez-Cano, N. Cuenca Orellana, & M. Rodríguez Pérez (Eds.), *Aproximaciones poliédricas a la diversidad de género. Comunicación, educación, historia y sexualidades* (pp. 357-369). Fragua.
- Simões, R., Amaral, I., Santos, S., & Alcántara, J. (2022). Violência online contra as mulheres: Relatos a partir da experiência da pandemia de COVID-19. *Comunicação e Sociedade*, 42, 179-203. [https://doi.org/10.17231/comsoc.42\(2022\).3981](https://doi.org/10.17231/comsoc.42(2022).3981)
- Stahel, L., & Schoen, C. (2020). Female journalists under attack? Explaining gender differences in reactions to audiences' attacks. *New media & society*, 22(10), 1849-1867. <https://doi.org/10.1177/1461444819885333>
- Steiner, L. (1998). Newsroom Accounts of Power at Work. In C. Cynthia, B. Gill, & S. Allan (ed). *News, gender, and power* (capítulo 8). Routledge.
- Subtil, F. (2009). Anotações sobre o processo de feminização da profissão de jornalista na década de 1990. In J. Garcia (Org.), *Estudos sobre os Jornalistas Portugueses: metamorfoses e encruzilhadas no limiar do século XXI* (pp. 93-108). Ics – Imprensa de Ciências Sociais.
- Subtil, F. & Silveirinha, M. (2021). «Profissionalização e desprofissionalização das jornalistas em Portugal: uma revisitação em tempos de pandemia». In J. Matos, F. Subtil & C. Baptista (Orgs.), *Os Três D's dos Media: desigualdade, desprofissionalização e desinformação* (pp. 65-79). Outro Modo Cooperativa Cultural. <http://hdl.handle.net/10451/48773>

- Subtil, F., & Silveirinha, M. (2017). Caminhos da feminização da profissão de jornalista em Portugal: da chegada em massa à desprofissionalização. In J. Matos, C. Baptista, e F. Subtil (Orgs.), *A crise do jornalismo em Portugal* (pp. 122-133). Deriva. <http://hdl.handle.net/10400.21/6780>
- Tromble, R., & Koole, K. (2020). She belongs in the kitchen, not in Congress? Political engagement and sexism on Twitter. *Journal of Applied Journalism & Media Studies*, 9(2), 191-214. https://doi.org/10.1386/ajms_00022_1
- Waisbord, S. (2020a). Trolling Journalists and the Risks of Digital Publicity. *Journalism Practice*, 16(5), 984-1000.
- Waisbord, S. (2020b). Mob censorship: Online harassment of US journalists in times of digital hate and populism. *Digital Journalism*, 8(8), 1030-1046. <https://doi.org/10.1080/21670811.2020.1818111>
- Walsh-Childers, K., Chance, J., & Herzog, K. (1996). Sexual Harassment of Women Journalists. *Journalism & Mass Communication Quarterly*, 73(3), 559-581.
- Zviyita, I., & Mare, A. (2024). Same threats, different platforms? Female journalists' experiences of online gender-based violence in selected newsrooms in Namibia. *Journalism*, 25(4), 779-799. <https://doi.org/10.1177/146488492311838>

Rita Basílio de Simões é Professora da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra e investigadora integrada do Centro de Estudos Sociais. Doutorada em Ciências da Comunicação, as suas áreas de trabalho têm cruzado os estudos feministas e de género e a sociabilidade digital, as representações da violência e os estudos críticos da internet, o jornalismo e a regulação dos média. Atualmente, coordena o Grupo de Trabalho sobre Género e Sexualidades da Associação Portuguesa de Ciências da Comunicação e lidera a participação portuguesa na rede internacional Global Media Monitoring Project. Fora da academia, integra o comité de peritos do Conselho da Europa sobre violência contra as mulheres e raparigas facilitada pela tecnologia.

Série Investigação

•

Imprensa da Universidade de Coimbra

Coimbra University Press

2024

